



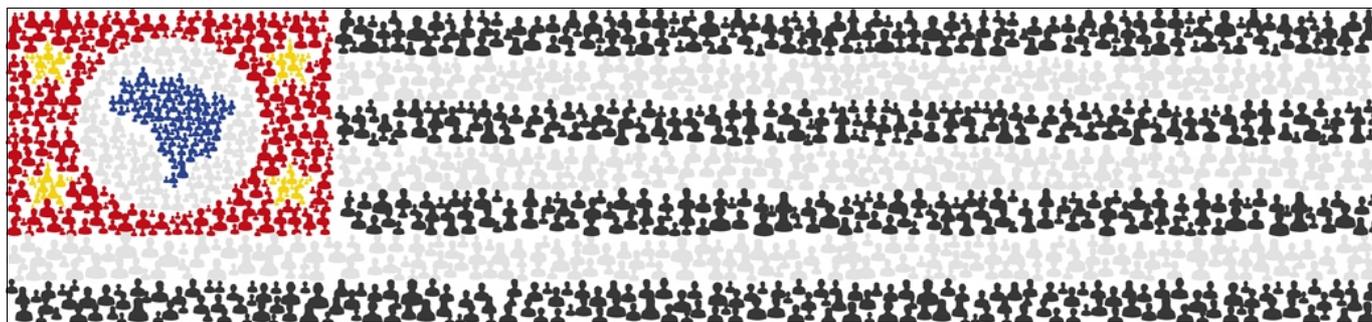
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE PROJETOS, ORÇAMENTO E GESTÃO

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

2021

ÍNDICE

1 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	5
2 - ANEXOS	23
ANEXO I - METAS FISCAIS	25
ANEXO II - RISCOS FISCAIS	45
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES	125



1 - LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

LEI Nº17.286, DE 20 DE AGOSTO DE 2020

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

**SEÇÃO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Artigo 1º - Em cumprimento ao disposto nos §§ 2º e 9º do artigo 174 da Constituição do Estado e na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício de 2021, compreendendo:

- I - as disposições preliminares;
- II - as metas e prioridades da administração pública estadual;
- III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;
- IV - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- V - as disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;
- VI - a política de aplicação da agência financeira oficial de fomento;
- VII - as disposições sobre a administração da dívida e a captação de recursos;
- VIII - as disposições gerais sobre transferências;
- IX - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- X - as disposições finais.

Parágrafo único - Integram esta lei o Anexo I, de Metas Fiscais; o Anexo II, de Riscos Fiscais; e o Anexo III, de Metas e Prioridades.

**SEÇÃO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Artigo 2º - As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2021 estão estabelecidas na Lei nº 17.262, de 09 de abril de 2020, que institui o Plano Plurianual - PPA para o quadriênio 2020-2023, elaborado de acordo com as seguintes diretrizes de Governo:

I – a descentralização, visando ao fortalecimento dos Municípios, a redução das desigualdades regionais e à difusão territorial das principais políticas públicas;

II – a participação social, visando à inserção dos cidadãos na avaliação das políticas públicas e a ampliação das parcerias com a sociedade civil e com o setor privado;

III – a transparência, visando a fortalecer o controle social e o combate à corrupção;

IV – a eficiência, visando ao aperfeiçoamento da gestão dos recursos públicos e ao incremento da eficácia dos gastos públicos;

V – a inovação, visando à adoção de modernas tecnologias para a melhoria da eficiência e da eficácia dos serviços públicos, em todos os campos da atuação do Governo Estadual.

Parágrafo único – A proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2021 conterá programas constantes da Lei do Plano Plurianual relativa ao período 2020-2023, detalhados em projetos e atividades segundo seus grupos de despesa e fontes de recursos e com os respectivos produtos e metas.

SEÇÃO III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Artigo 3º - O projeto de lei orçamentária anual do Estado para o exercício de 2021 será elaborado com observância às diretrizes fixadas nesta lei, à Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, às Leis Complementares Federais nº 101, de 4 de maio de 2000 e nº 173, de 27 de maio de 2020 e às disposições da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016, que altera o Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal para prorrogar a desvinculação das receitas da União e estabelecer a desvinculação das receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Artigo 4º - As propostas orçamentárias dos órgãos e entidades que integram os Poderes do Estado, o Ministério Público e a Defensoria Pública serão formalizadas, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2021, por meio do Sistema POS – Proposta Orçamentária Setorial, observadas as disposições desta lei.

Artigo 5º - Os valores dos orçamentos das Universidades Estaduais serão fixados na proposta orçamentária do Estado para 2021, devendo as liberações mensais dos recursos do Tesouro respeitar o percentual global de, no mínimo, 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS - Quota-Parte do Estado, no mês de referência.

§ 1º - À arrecadação prevista no “caput” deste artigo serão adicionados:

1. 9,57% (nove inteiros e cinquenta e sete centésimos por cento) das Transferências Correntes da União, decorrentes da compensação financeira pela desoneração do ICMS das exportações, da energia elétrica e dos bens de ativos fixos, conforme dispõe a Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996, efetivamente realizadas;

2. o valor correspondente à participação das Universidades Estaduais no produto da compensação financeira pela exploração do petróleo e gás natural na proporção de suas respectivas insuficiências financeiras decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários, de acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 16.004, de 23 de novembro de 2015.

§ 2º - Em havendo disponibilidade financeira, o Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do ensino superior público em parceria com as Universidades Estaduais.

§ 3º - O Governo do Estado, por meio da Secretaria da Fazenda e Planejamento, publicará no Diário Oficial e disponibilizará no Portal da Transparência, trimestralmente, demonstrativo dos repasses para as Universidades Estaduais, contendo a receita prevista e a realizada a cada mês.

§ 4º - As Universidades Estaduais publicarão no Diário Oficial, trimestralmente, e disponibilizarão em seus portais de internet, relatórios detalhados contendo os repasses oriundos do Estado e as receitas provenientes de outras fontes; os cursos oferecidos e o número de alunos atendidos; o custo mensal do aluno matriculado e formado por curso, a quantidade média de horas-aulas semanais em sala de aula por professor e por curso; bem como as despesas efetuadas para o desempenho de suas atividades, incluindo a execução de pesquisas.

§ 5º - As Universidades Estaduais Paulistas encaminharão à Assembleia Legislativa, até 30 de junho de 2021, o relatório anual consolidado de suas atividades, descrevendo sua produção acadêmica e os serviços assistenciais realizados no exercício de 2020.

§ 6º - Para a expansão e a manutenção de novas atividades, as Universidades Estaduais Paulistas deverão buscar fontes de financiamento alternativas ao Tesouro do Estado, vedada a utilização de tais fontes alternativas para despesas com folha de pagamento de pessoal.

Artigo 6º - O orçamento fiscal compreenderá a programação completa dos Poderes do Estado, do Ministério Público, da Defensoria Pública, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, em conformidade com o que dispõe o § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, bem como das empresas estatais dependentes, assim consideradas nos termos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Artigo 7º - As receitas próprias das autarquias, fundações e empresas estatais dependentes serão destinadas, obrigatoriamente, ao financiamento de suas despesas correntes e, havendo disponibilidade, elas poderão ser aplicadas em projetos de investimentos.

Parágrafo único - Para a expansão de suas atividades, as entidades referidas no "caput" deverão buscar fontes de financiamento alternativas ao Tesouro do Estado.

Artigo 8º - Os recursos do Tesouro do Estado destinados às empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto serão previstos no orçamento fiscal, sob a forma de constituição ou aumento de capital, e destinados ao pagamento de despesas decorrentes de investimentos e do serviço da dívida.

Artigo 9º - O orçamento de investimentos, previsto no item 2 do § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, compreenderá as empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, excluídas as empresas estatais dependentes cuja programação conste do orçamento fiscal.

Artigo 10 - O orçamento fiscal e o orçamento de investimentos das empresas terão por finalidade cumprir as disposições constitucionais, entre elas a de reduzir as desigualdades inter-regionais.

Artigo 11 - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2021, o Poder Executivo utilizará preferencialmente parâmetros e projeções econômicas elaboradas por fontes externas à Administração Pública Estadual para estimar a receita do exercício.

Artigo 12 - Com fundamento nos §§ 8º dos artigos 165 da Constituição Federal e 174 da Constituição Estadual e nos artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Orçamentária de 2021 conterà autorização para o Poder Executivo proceder à abertura de créditos adicionais suplementares e estabelecerá as condições e os limites percentuais a serem observados para tanto.

Parágrafo único - Não onerarão os limites estabelecidos no caput deste artigo os créditos destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a transferências constitucionais previstas no artigo 158 da Constituição federal, inativos e pensionistas, honras de aval, débitos constantes de precatórios judiciais, serviços da dívida pública, despesas de exercícios anteriores, emendas parlamentares impositivas e despesas à conta de recursos vinculados.

Artigo 13 - O Poder Executivo, para atender necessidades devidamente justificadas, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares por decreto, poderá transpor, remanejar ou transferir recursos de um programa para outro, de um órgão para outro, de uma categoria econômica para outra, total ou parcialmente, até o limite de 15% (quinze por cento) da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício.

Artigo 14 - Fica o Poder Executivo, observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizado, por ato próprio e devidamente justificado de autoridade competente, a reprogramar recursos entre atividades e projetos de um mesmo programa, no âmbito de cada órgão, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada para o exercício e obedecida a distribuição por grupo de despesa.

Artigo 15 - O Poder Executivo, observado o disposto no inciso XIX, alínea "a", do artigo 47 da Constituição Estadual, poderá, mediante decreto, transferir ou remanejar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2021, em decorrência da transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

Artigo 16- Fica a Assembleia Legislativa, mediante ato da autoridade competente e observadas as normas de controle e acompanhamento da execução orçamentária, autorizada a reprogramar recursos:

I - entre atividades e projetos de um mesmo programa e grupo de despesa, até o limite de 10% (dez por cento) da despesa fixada em seu respectivo orçamento, desde que os recursos sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas próprias dotações orçamentárias;

II - provenientes de seu fundo especial de despesa.

Artigo 17 - Observado o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, caso seja necessário proceder à limitação de empenho e movimentação financeira para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais desta lei, o percentual de redução deverá incidir sobre o total de atividades e sobre o de projetos, separadamente, calculados de forma proporcional à participação de cada Poder, do Ministério Público e da Defensoria Pública, excluídas as despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 1º - Na hipótese da necessidade da limitação prevista no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes, ao Ministério Público e à Defensoria Pública o montante que corresponder a cada um na limitação de empenho e de movimentação financeira, acompanhado da respectiva memória de cálculo e da justificação do ato.

§ 2º - Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, observado o disposto no § 1º deste artigo, publicarão ato estabelecendo os montantes que, calculados na forma do "caput" deste artigo, caberão aos respectivos órgãos na limitação de empenho e movimentação financeira.

Artigo 18- Fica o Tesouro do Estado autorizado a deduzir das liberações financeiras aos órgãos e entidades estaduais os valores equivalentes às obrigações previdenciárias não repassadas à São Paulo Previdência - SPPREV e à Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM.

Artigo 19- É obrigatório o registro, em tempo real, da execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM/SP, por todos os órgãos e entidades que integram os orçamentos fiscal e da seguridade social do Estado.

§ 1º - Os recursos financeiros transferidos pelo Tesouro do Estado a título de dotação para constituição ou aumento de capital deverão obrigatoriamente ser executados no SIAFEM/SP, ficando vedada a transferência desses recursos à conta movimento da entidade não dependente.

§ 2º - A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo – SP-PREVCOM - manterá, em sistemas próprios, os registros dos demonstrativos contábeis, atuariais, financeiros e de benefícios para cumprir disposto no parágrafo único, do Artigo 4º, da Lei nº 14.653, de 22 de dezembro de 2011, que institui o regime de previdência complementar no Estado de São Paulo, ficando dispensada de atender ao “caput” deste artigo.

§ 3º - Deverá ser disponibilizada senha de acesso ao SIAFEM/SP a cada deputado estadual, para consultas e acompanhamento da execução orçamentária, patrimonial e contábil de que trata o presente artigo.

Artigo 20 - Não se aplicam às empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e integrantes do orçamento de investimentos, as normas relativas à execução do orçamento e ao regime e demonstrações contábeis estabelecidos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único - Para a prestação de contas das informações relativas ao orçamento de investimentos, as empresas de que trata o “caput” deste artigo deverão registrar as fontes de financiamento e a execução de suas despesas na forma disciplinada pela Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão.

SEÇÃO IV

DA ORGANIZAÇÃO E DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Artigo 21 - A proposta orçamentária do Estado para o exercício de 2021 será encaminhada pelo Poder Executivo à Assembleia Legislativa até 30 de setembro de 2020, contendo:

I - mensagem;

II - projeto de lei orçamentária;

Artigo 22 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária deverá conter:

I - as eventuais alterações, de qualquer natureza, em relação às determinações contidas nesta lei;

II - demonstrativo dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, na forma do disposto no artigo 255 da Constituição do Estado;

III - demonstrativo dos recursos destinados ao financiamento das ações e dos serviços públicos de saúde, na forma do disposto no artigo 222, parágrafo único, item 1, da Constituição do Estado;

IV - demonstrativo dos recursos destinados à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, para aplicação em desenvolvimento científico e tecnológico, nos termos do artigo 271 da Constituição do Estado;

V - demonstrativo dos recursos destinados ao Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza - FECEP, instituído pela Lei nº 16.006, de 24 de novembro de 2015;

VI - os critérios adotados para estimativa das fontes de recursos para o exercício;

VII - demonstrativo dos efeitos, sobre as receitas e as despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia;

VIII - demonstrativo dos investimentos financiados pelos orçamentos fiscal e da seguridade social, e das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, discriminados por programa e regiões administrativas do Estado;

IX - demonstrativo dos repasses às Universidades;

X - demonstrativo da destinação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e

XI - demonstrativo específico das metas de resultados de todos os programas e dos demais indicadores de produtos apresentados no PPA.

§ 1º - Excepcionalmente, quando não for possível a identificação regional do investimento previsto no inciso VIII deste artigo, os respectivos valores serão apropriados como "a definir".

§ 2º - O Poder Executivo disponibilizará anualmente no Portal da Transparência relatório demonstrando a execução dos investimentos a que se refere o inciso VIII deste artigo.

§ 3º - O relatório a que se refere o § 2º deste artigo deve ser disponibilizado por meio de dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

Artigo 23 - Na ausência da lei complementar prevista no § 9º do artigo 165 da Constituição Federal, integrarão e acompanharão o projeto de lei orçamentária anual:

I - quadros consolidados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compreendendo os seguintes demonstrativos:

a) receita por fonte; despesa por categoria econômica e grupos de despesa, segundo os orçamentos e despesa por programas;

b) despesa por função, subfunção e programa, conforme os vínculos de recursos;

c) receitas previstas para as fundações, autarquias e empresas estatais dependentes;

d) dotações alocadas no Poder Executivo para contratações de pessoal.

II - anexo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminado por unidade orçamentária, esfera orçamentária, função, subfunção, programa, projeto, atividade, produto, indicador de produto, meta, grupo de despesa e fonte de recursos, considerando que:

a) o conceito de unidade orçamentária é o estabelecido na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

b) a esfera orçamentária identifica se o orçamento é fiscal ou da seguridade social;

c) os conceitos de função, subfunção, programa, atividade e projeto são aqueles estabelecidos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações;

d) os conceitos de produto, indicador de produto e meta são aqueles estabelecidos no Plano Plurianual vigente;

e) os conceitos de grupo de despesa e modalidade de aplicação são aqueles estabelecidos na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria do Orçamento Federal nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações;

f) a fonte de recursos indica a origem ou a procedência dos recursos orçamentários;

III - anexo do orçamento de investimentos das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, a que se refere o item 2 do § 4º do artigo 174 da Constituição Estadual, compreendendo os seguintes demonstrativos:

a) investimentos por empresa segundo fontes de financiamento;

b) investimentos por função e fontes de financiamento;

c) investimentos das empresas por programa, projeto/atividade e suas respectivas fontes de financiamento.

§ 1º - Para efeito do disposto no artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, os recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde desenvolvidos pelo Estado, excetuados os recursos repassados diretamente às unidades vinculadas da Secretaria da Saúde, estarão alocados no Fundo Estadual de Saúde, que é a unidade orçamentária gestora desses recursos.

§ 2º - O Poder Executivo poderá, se necessário, adicionar outros demonstrativos, visando à melhor explicitação da programação prevista.

Artigo 24 - O projeto e a lei orçamentária conterão Reserva de Contingência, constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, em montante equivalente a, no mínimo, 0,03% (três centésimos por cento) da receita corrente líquida constante do referido Projeto.

Artigo 25 - As despesas com publicidade deverão ser padronizadas e especificadas claramente na estrutura programática da lei orçamentária anual.

Artigo 26- A Lei Orçamentária Anual, observado o disposto no artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, somente incluirá novos projetos se:

- I - houverem sido adequadamente atendidos os em andamento; e
- II - forem compatíveis com o Plano Plurianual vigente.

Artigo 27 - Os Poderes Legislativo e Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública encaminharão ao Poder Executivo suas respectivas propostas orçamentárias até o último dia útil do mês de julho de 2020, observadas as disposições desta lei.

Artigo 28- O Projeto de Lei Orçamentária de 2021 conterá dotação específica para atendimento de programações decorrentes de emendas parlamentares individuais, cujo montante, nos termos do § 6º do artigo 175 da Constituição Estadual, será equivalente, no limite, a 0,3% (três décimos por cento) da receita corrente líquida prevista e estará proporcionalmente distribuído, à razão de 50% (cinquenta por cento), nos seguintes Programas de Trabalho:

I - 10.302.0930.6273 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP – Desenvolvimento de Ações de Saúde Decorrentes de Emendas Parlamentares, sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde.

II - 04.127.2990.2272 – Desenvolvimento de Ações decorrentes de Emendas Parlamentares, exceto Saúde, na Secretaria de Desenvolvimento Regional.

§ 1º - Os recursos a que se refere o inciso II deste artigo serão indicados de acordo com as emendas parlamentares aprovadas, que deverão apontar as Secretarias/Órgãos responsáveis pela execução das emendas, nos termos do § 3º deste artigo, o Programa de Trabalho e as dotações correspondentes.

§ 2º - Cabe à Assembleia Legislativa elaborar os respectivos quadros demonstrativos consolidados das emendas parlamentares referidas nos incisos I e II do caput do artigo para serem incorporados como Anexos da Lei Orçamentária.

§ 3º - Os Anexos conterão a identificação do parlamentar, do Município ou Entidade beneficiada; o CNPJ; o objeto da Emenda com o seu respectivo valor e, no caso das indicações inseridas no inciso II, o Órgão diretamente responsável pela implementação.

§ 4º - Caso o recurso correspondente à emenda parlamentar seja alocado em Órgão ou Secretaria que não tenha competência para implementá-la, ou em grupo de despesa que impossibilite sua utilização, fica autorizado o Poder Executivo, cientificado o parlamentar, a remanejar o respectivo valor individual para o Órgão ou

Secretaria e o respectivo Programa de Trabalho com atribuição para a execução da iniciativa, não se aplicando ao caso o § 1º do artigo 29 desta Lei.

§ 5º - O remanejamento de que trata o § 4º não será considerado no cômputo dos limites de créditos adicionais estabelecidos na Lei Orçamentária.

§ 6º - À Secretaria ou órgão responsável pela implementação da emenda parlamentar caberá a verificação da respectiva viabilidade técnica, o pagamento dos valores decorrentes da execução do Programa de Trabalho e respectiva prestação de contas.

§ 7º - O acompanhamento da execução se dará por meio de sistema próprio de acompanhamento da execução orçamentária, que deverá indicar o parlamentar; a entidade ou Município beneficiado; os valores previstos, empenhados, liquidados, pagos, bem como os inscritos em Restos a Pagar; e os impedimentos de ordem técnica, quando for o caso.

Artigo 29 - As programações orçamentárias previstas no artigo 28 não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica.

§ 1º - No caso de impedimento de ordem técnica que inviabilize o empenho, a liquidação ou o pagamento da despesa, serão adotadas as seguintes medidas:

1. até 90 (noventa) dias após a publicação da lei orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do motivo do impedimento;

2. até 40 (quarenta) dias após o término do prazo previsto no item 1, o Poder Legislativo indicará ao Poder Executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável;

3. até 30 (trinta) dias após o prazo previsto no item 2, o Poder Executivo fará o remanejamento da programação, nos termos previstos na lei orçamentária anual.

§ 2º - Após os prazos previstos nos itens do § 1º, as programações orçamentárias previstas não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no item 1 do § 1º.

§ 3º - As programações decorrentes de emenda que permanecerem com impedimento técnico após 30 de outubro de 2021 poderão ser remanejadas de acordo com autorização constante da Lei Orçamentária de 2021.

§ 4º - Não caracterizam impedimentos de ordem técnica:

1. alegação de falta de liberação ou disponibilidade orçamentária ou financeira;

2. manifestação de órgão do Poder Executivo referente à conveniência do objeto da emenda;

3. óbice que possa ser sanado mediante procedimentos ou providências de responsabilidade exclusiva do órgão de execução;

4. alegação de inadequação do valor da programação, quando o montante for suficiente para alcançar o objeto pretendido ou adquirir pelo menos uma unidade completa.

Artigo 30 - Se for verificado que a reestimativa da receita e da despesa poderá resultar no não-cumprimento da meta de resultado fiscal estabelecida na lei de diretrizes orçamentárias para 2021, o montante de execução obrigatória de que trata o § 8º do artigo 175 da Constituição Estadual poderá ser reduzido na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas primárias discricionárias.

SEÇÃO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 31 - O Poder Executivo poderá enviar à Assembleia Legislativa projetos de lei dispendo sobre alterações na legislação tributária, especialmente sobre:

I - instituição e regulamentação da contribuição de melhoria decorrente de obras públicas;

II - revisão das taxas, objetivando sua adequação ao custo dos serviços prestados;

III - modificação nas legislações do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Bens e Direitos - ITCMD e Imposto sobre Veículos Automotores - IPVA, com o objetivo de tornar a tributação mais eficiente e equânime, preservar a economia paulista, promover a proteção do meio ambiente e estimular a geração de empregos e a livre concorrência;

IV - aperfeiçoamento do sistema de fiscalização, cobrança e arrecadação dos tributos estaduais, objetivando a simplificação do cumprimento das obrigações tributárias, além da racionalização de custos e recursos em favor do Estado e dos contribuintes;

V - acompanhamento e fiscalização, pelo Estado de São Paulo, das compensações e das participações financeiras previstas na Constituição Federal, oriundas da exploração de recursos hídricos e minerais, inclusive petróleo e gás natural.

SEÇÃO VI

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DA AGÊNCIA FINANCEIRA OFICIAL DE FOMENTO

Artigo 32 - A agência financeira oficial de fomento, que constitui o Sistema Estadual de Crédito, cuja missão é promover e financiar o desenvolvimento econômico e social do Estado, fomentará projetos e programas de eficiência energética; de desenvolvimento social e regional e de ampliação da competitividade dos agentes econômicos do Estado, de acordo com as definições de seu projeto estratégico e em sintonia com as diretrizes e políticas definidas pelo Governo Estadual, incluindo o Plano Plurianual, observadas as determinações legais e normativas referentes aos fundos estaduais dos quais é o gestor e as instruções aplicáveis ao Sistema Financeiro Nacional.

§ 1º - A agência financeira oficial de fomento observará, nos financiamentos concedidos, as políticas de redução das desigualdades sociais e regionais; de geração de emprego e renda, de preservação e melhoria do meio ambiente; de incentivo ao aumento da participação de fontes de energias renováveis na matriz energética paulista, inclusive com o aproveitamento energético de resíduos sólidos urbanos; de ampliação e melhoria da infraestrutura; de crescimento, modernização e ampliação da competitividade do parque produtivo paulista, das atividades comerciais e de serviço sediados no Estado, do turismo e do agronegócio, com atenção às iniciativas de apoio às micro e pequenas empresas, à inovação e desenvolvimento tecnológico.

§ 2º - A realização de operações de crédito com os Municípios ou quaisquer entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública Municipal fica condicionada à outorga de garantias, na forma estabelecida pela agência financeira oficial de fomento.

§ 3º - Na implementação de programas de fomento com recursos próprios, a agência financeira oficial de fomento conferirá prioridade às micros, pequenas e médias empresas atuantes nos diversos setores da economia paulista.

§ 4º - Os empréstimos e financiamentos concedidos pela agência financeira oficial de fomento deverão garantir, no mínimo, a remuneração dos custos operacionais e de administração dos recursos, assegurando sua autossustentabilidade financeira, ressalvados os casos disciplinados por legislação específica.

SEÇÃO VII

DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Artigo 33 - A administração da dívida interna e externa contratada e a captação de recursos por órgãos ou entidades da Administração Pública Estadual, obedecida a legislação em vigor, limitar-se-ão à necessidade de recursos para atender:

I - mediante operações ou doações, junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, públicas ou privadas, organismos internacionais e órgãos ou entidades governamentais:

- a) ao serviço da dívida interna e externa de cada órgão ou entidade;
- b) aos investimentos definidos nas metas e prioridades do Governo do Estado;
- c) ao aumento de capital das sociedades em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.
- d) à antecipação de receita orçamentária.

II - mediante alienação de ativos:

- a) ao atendimento de programas prioritários e de investimentos;
- b) à amortização do endividamento;
- c) ao custeio dos benefícios previdenciários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo - RPPM.

Artigo 34 - Na lei orçamentária anual, as despesas com amortizações, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas ou com autorizações concedidas até a data do encaminhamento do projeto de lei orçamentária à Assembleia Legislativa.

Parágrafo único - O Poder Executivo encaminhará juntamente com a proposta orçamentária para 2021:

1. quadro detalhado de cada operação de crédito, incluindo credor, taxa de juros, sistemática de atualização e cronograma de pagamento do serviço da dívida;
2. quadro demonstrativo da previsão de pagamento do serviço da dívida para 2021, incluindo modalidade de operação, valor do principal, juros e demais encargos.

Artigo 35 – O Governo do Estado de São Paulo deverá encaminhar, até 30 de julho de 2021, às Comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento e de Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, relatório detalhado sobre a dívida ativa do Estado e um plano com a fixação de metas anuais para a sua diminuição.

Parágrafo único – Vetado.

SEÇÃO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE TRANSFERÊNCIAS

Artigo 36 - A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar:

I - lei específica que expressamente defina a destinação de recursos às entidades beneficiadas, nos termos do disposto no artigo 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

II - os dispositivos, no que couber, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, que institui normas gerais para as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil;

III - adimplência com os órgãos da Administração Pública Estadual, mediante comprovação junto ao Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de órgãos e entidades estaduais - CADIN ESTADUAL, na forma prevista na Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, e suas alterações; e prova de funcionamento regular da entidade com relatórios auditados de sua contabilidade e comprovante do mandato de sua diretoria;

IV - os requisitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998, e suas alterações posteriores, para a qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais;

V - as disposições do Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2014, que disciplina a celebração de convênios no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica;

VI - cadastramento junto ao Sistema Integrado de Convênios do Estado, com Certificado de Regularidade Cadastral de Entidade – CRCE, de acordo ao que estabelece o Decreto nº 57.501, de 8 de novembro de 2011, que institui o Cadastro Estadual de Entidades;

VII - outros requisitos que venham a ser estabelecidos ou legislação específica.

§ 1º - As entidades a que se refere o “caput” deste artigo estarão submetidas à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de apurar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 2º - O Poder Executivo, por intermédio das respectivas secretarias responsáveis, tornará disponível no portal da transparência a relação completa das entidades privadas sem fins lucrativos beneficiadas com recursos públicos.

§ 3º – A relação de informações a que se refere o §2º deste artigo deve ser disponibilizada pelas secretarias responsáveis por meio de dados acessíveis ao público, representados em meio digital, estruturados em formato aberto, processáveis por máquina, referenciados na internet e disponibilizados sob licença aberta que permita sua livre utilização, consumo ou cruzamento.

Artigo 37 - O Poder Executivo, por intermédio das secretarias responsáveis, publicará no Diário Oficial e disponibilizará no portal da transparência, em formato acessível, quadrimestralmente, os relatórios pertinentes às execuções dos contratos de gestão a que se refere o § 1º do artigo 9º da Lei Complementar nº 846, de 4 de junho de 1998.

Parágrafo único - Cabe a cada organização social manter na sua página de internet os relatórios a que se refere o “caput” deste artigo, contendo prestação integral de contas dos repasses recebidos do Estado, as receitas de outras fontes, o detalhamento das despesas executadas para o desempenho de suas atividades, bem como as metas propostas e os resultados alcançados, em cumprimento ao programa de trabalho pactuado no correspondente contrato de gestão.

Artigo 38 - As transferências voluntárias de recursos do Estado para os Municípios, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, dependerão da comprovação, por parte da unidade beneficiada, no ato da assinatura do instrumento original, de que se encontra em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 12.799, de 11 de janeiro de 2008, e no Decreto nº 59.215, de 21 de maio de 2013, com alterações posteriores.

Artigo 39 - As despesas administrativas com gerenciamento, assistência técnica e fiscalização, decorrentes das transferências financeiras previstas nos artigos 36 e 38 desta lei, poderão correr à conta das dotações destinadas às respectivas transferências.

SEÇÃO IX

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 40 - As despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista dos Poderes do Estado, do Ministério Público e da Defensoria Pública, no exercício de 2021, observarão as normas e os limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000; na Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019; na Lei Federal nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019; na Lei Complementar nº 1.354, de 6 de março de 2020; e na Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Artigo 41 - Para fins de cálculo do limite da despesa de pessoal aplicam-se as disposições estabelecidas nos §§ 1º e 2º, do artigo 18, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Artigo 42 - Na projeção das despesas de pessoal ativo, inativo e pensionista para o exercício de 2021 serão considerados:

I – o limite dos quadros de cargos e funções, conforme publicação nos termos do § 5º do artigo 115 da Constituição do Estado, e o montante gasto com base na folha de pagamento do exercício vigente;

II – as vedações impostas pelo artigo 8º da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020.

Artigo 43 – Em cumprimento ao disposto no artigo 8º da Lei Complementar federal nº 173, de 27 de maio de 2020, com as exceções nele contidas, são vedados, até 31 de dezembro de 2021, atos que impliquem a ampliação de despesas com pessoal, sob a forma de concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração; criação de cargo, emprego ou função; alteração de estrutura de carreira; admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título; realização de concursos públicos; e criação ou majoração de vantagens ou benefícios de qualquer natureza, inclusive os decorrentes da aquisição de tempo de serviço.

Artigo 44 - Os atos de provimentos e vacâncias de cargos efetivos e comissionados, bem como de funções de confiança, no âmbito dos Poderes, do Ministério Público e da Defensoria Pública, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em órgão oficial de imprensa e disponibilizados nos sítios na internet.

Artigo 45 - O pagamento de despesa com pessoal decorrente de medida judicial ocorrerá mediante abertura de créditos adicionais.

Artigo 46 - Os recursos do Tesouro do Estado destinados à complementação de benefícios referentes ao pagamento de proventos a inativos e pensionistas abrangidos pela Lei nº 4.819, de 26 de agosto de 1958, serão alocados no orçamento fiscal em dotações próprias, consignadas em categoria de programação específica:

I - em favor das respectivas Secretarias, autarquias e empresas em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto;

II - na Administração Geral do Estado - AGE, quando as complementações de aposentadorias e pensões forem oriundas de órgãos extintos, privatizados ou incorporados.

Parágrafo único - Para a elaboração da proposta orçamentária, as solicitações de ressarcimentos, amparados por relação jurídica contratual, decorrentes de demandas judiciais oriundas da Lei nº 4.819, de 26 de agosto de 1958, ajuizadas contra empresas cujo controle acionário pertença ao Estado, deverão ser encaminhadas devidamente instruídas à Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, até o dia 5 de agosto de 2020.

SEÇÃO X DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 47 - As propostas de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais que acarretem aumento da despesa devem ser amparadas por estudo prévio que demonstre a sua viabilidade técnica e os processos devem ser instruídos com a memória de cálculo do impacto que comprove a adequação orçamentário-financeira no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, em obediência ao disposto no artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único - São consideradas como despesas irrelevantes, para fins do artigo 16, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para a contratação de obras, bens e serviços, os limites estabelecidos no artigo 23, inciso I, alínea "a", e inciso II, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Artigo 48 - As despesas empenhadas, de competência do exercício 2021, e não pagas até o final do exercício serão inscritas em restos a pagar e terão validade até 31 de dezembro do ano subsequente.

§ 1º - Para efeito de comprovação dos limites constitucionais de aplicação de recursos nas áreas da educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar nos termos do "caput" deste artigo.

§ 2º - Decorrido o prazo de que trata o "caput" deste artigo e constatada, excepcionalmente, a necessidade de manutenção dos restos a pagar, fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar sua validade, condicionado à existência de disponibilidade financeira para a sua cobertura.

Artigo 49 – O Poder Executivo deverá publicar, quadrimestralmente, na mesma data da publicação dos demonstrativos da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o resultado da aplicação da Emenda Constitucional nº 93, de 8 de setembro de 2016.

Artigo 50 - Fica incluído o artigo 9ºA na Lei nº 17.244, de 10 de janeiro de 2020, que orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 2020, com a seguinte redação:

"Artigo 9ºA – Fica o Poder Executivo autorizado a desvincular receitas, além daquelas estabelecidas nos quadros XVI e XVII e observado o limite estabelecido no artigo 76-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, para realização de despesas autorizadas ou abertura de créditos adicionais."

Artigo 51 - Para assegurar a transparência e a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá Audiência Pública abrangendo as regiões do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

§ 1º - O Poder Executivo realizará Audiência Pública Eletrônica com a utilização dos meios disponíveis.

§ 2º - A partir dos resultados da Audiência Eletrônica os temas mais votados serão debatidos e validados em Reuniões Regionais agrupadas e organizadas em Regiões de Planejamento configuradas a partir da similaridade dos perfis socioeconômicos dos espaços regionais considerados para esse fim.

§ 3º - A realização das Reuniões Regionais de que trata o parágrafo anterior poderá ser suspensa em caráter temporário ou definitivo em caso de calamidade pública, comoção intestina ou de ocorrência grave que impossibilite o seu funcionamento.

§ 4º - A Audiência Eletrônica e as Reuniões Regionais serão amplamente divulgadas nos meios de comunicação, no portal do Governo do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 10 (dez) dias das datas

estabelecidas, podendo o Poder Executivo promover inserções em rádio, televisão e redes sociais para chamamento da população à participação.

§ 5º - O Poder Executivo apresentará em cada oportunidade balanço da situação orçamentária e financeira do Estado.

§ 6º - As propostas oriundas da participação popular que trata o “caput” deste artigo serão publicadas no portal do Governo do Estado.

Artigo 52- O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Projetos, Orçamento e Gestão, providenciará o envio, exclusivamente em meio eletrônico, à Assembleia Legislativa e ao Tribunal de Contas do Estado, em até 30 dias após a promulgação da Lei Orçamentária de 2021, de demonstrativos com informações complementares detalhando:

I – a despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social por órgão, unidade orçamentária, programa de trabalho e elemento de despesa;

II - as programações incluídas ou acrescidas por emendas parlamentares, que tenham sido acolhidas pelo Poder Legislativo.

Artigo 53 - As proposições legislativas e respectivas emendas que, direta ou indiretamente, importem ou autorizem diminuição de receita ou aumento de despesa do Estado deverão estar acompanhadas de estimativas desses impactos no exercício em que entrarem em vigor e nos dois subsequentes, conforme dispõe o artigo 16 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único - Será considerada incompatível a proposição que crie ou autorize a criação de fundos com recursos do Tesouro do Estado e não contenham normas específicas sobre a sua gestão, funcionamento e controle.

Artigo 54 - As metas do resultado primário e resultado nominal, para o exercício de 2020, estabelecidas na forma do anexo de Metas Fiscais, da Lei nº 17.118, de 19 de julho de 2019, ficam reprogramadas de acordo com o demonstrativo constante do anexo de Metas Fiscais que integra esta lei.

Parágrafo único - As metas de que trata o “caput” deste artigo poderão ser revistas no projeto de lei da proposta orçamentária para exercício de 2021, considerando o cenário econômico-financeiro da ocasião em razão de fatores decorrentes da pandemia do novo coronavírus - COVID 19.

Artigo 55 – As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2021, previstas no anexo de Metas e Prioridades, desta Lei, deverão ser revistas no projeto de lei da proposta orçamentária para exercício de 2021, em razão de fatores supervenientes decorrentes do combate à pandemia do novo coronavírus - COVID 19.

Artigo 56 – Havendo necessidade de cobertura de insuficiência financeira no exercício de 2021, o Poder Executivo destinará recursos do Tesouro para o Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE.

Artigo 57 – Os Poderes Executivo, Judiciário, Legislativo, o Tribunal de Contas e o Ministério Público disponibilizarão e manterão mensalmente atualizados, no Portal da Transparência ou equivalente, demonstrativos dos saldos de todos os fundos especiais de despesa e financiamento instituídos nos termos do Decreto-Lei Complementar estadual nº 16, de 2 de abril de 1970.

Parágrafo único – O demonstrativo deverá conter, no mínimo, entradas e saídas de recursos dos fundos, discriminadas entre pagamentos orçamentários e extra orçamentários, bem como o saldo de caixa e aplicações financeiras do início do exercício financeiro até o último dia do mês anterior de divulgação do mesmo.

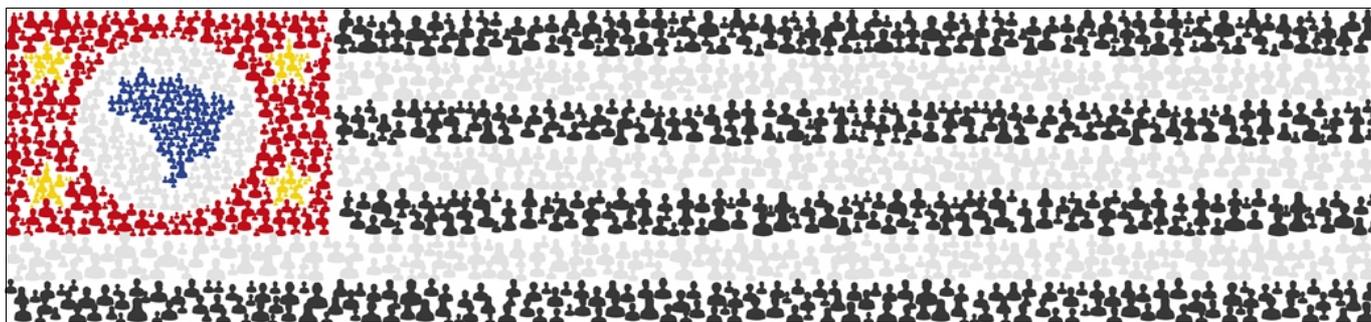
Artigo 58- Não sendo encaminhado o autógrafo do projeto de lei orçamentária anual até a data de início do exercício de 2021, fica o Poder Executivo autorizado a realizar a proposta orçamentária até a sua conversão em lei, no limite de até 1/12 (um doze avos) em cada mês.

Parágrafo único - A limitação de 1/12 (um doze avos) em cada mês, a que se refere o “caput” deste artigo, não se aplica às despesas de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” do inciso II do § 3º do artigo 166 da Constituição Federal.

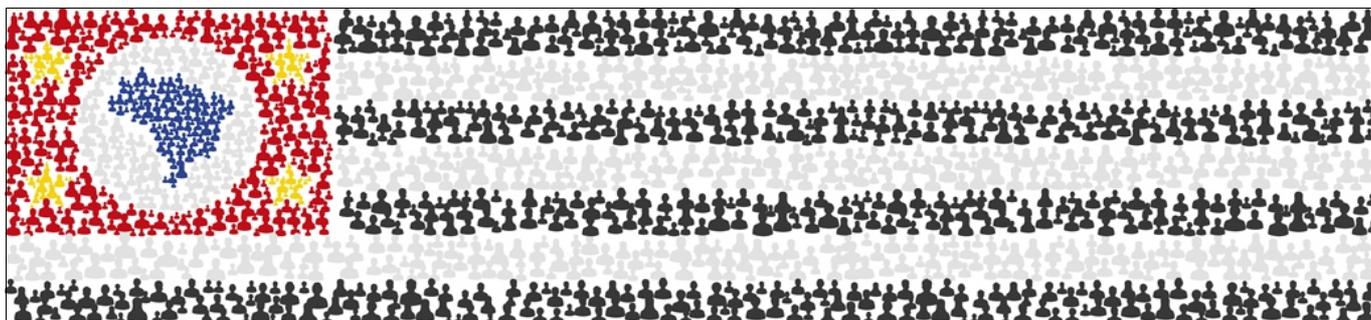
Artigo 59 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, aos 20 de agosto de 2020.

JOÃO DORIA



2 - ANEXOS



ANEXO I METAS FISCAIS

ANEXO I METAS FISCAIS

METAS E PROJEÇÕES FISCAIS Artigo 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 2000

R\$ milhões correntes

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMADO 2020	2021	2022	2023
I. RECEITA FISCAL	205.179	215.320	228.651	241.514
II. DESPESA FISCAL	216.539	216.126	225.625	233.909
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	-11.360	-807	3.027	7.605
IV. RESULTADO NOMINAL	-46.063	20.449	1.805	-4.183
V. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	312.794	292.344	290.539	294.722

Nota: as receitas e despesas fiscais não incluem as intra-orçamentárias

R\$ milhões médios de 2019

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMADO 2020	2021	2022	2023
I. RECEITA FISCAL	198.158	201.613	206.856	211.104
II. DESPESA FISCAL	209.129	202.368	204.118	204.457
III. RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	-10.971	-755	2.738	6.648
IV. RESULTADO NOMINAL	-44.487	19.148	1.633	-3.656
V. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(*)	304.511	274.979	264.039	258.783

(*) A preços de dez/2019

PARÂMETROS

DISCRIMINAÇÃO	REPROGRAMADO 2020	2021	2022	2023
IPCA/IBGE	2,72%	3,50%	3,50%	3,50%
IPCA/IBGE (média anual)	3,54%	3,14%	3,50%	3,50%
Tx. Câmbio em 31/dez (R\$ / US\$)	4,60	4,47	4,40	4,40
Tx. Over-Selic-% a.a. Fim do ano	3,25	4,75	6,00	6,00
Taxa de variação real do PIB estadual(**)	-5,30%	2,50%	2,50%	2,50%

Fonte: FOCUS/BACEN 09/04/2020; exceto (**) projeção do PIB para 2020 cuja fonte é o FMI.

ANEXO I METAS FISCAIS

METAS E PROJEÇÕES FISCAIS Artigo 4º, § 2º, INCISO I, da Lei Complementar nº 101, de 2000

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO

R\$ milhões correntes

Discriminação	2017	2018	2019
I RECEITA FISCAL	197.696	206.893	221.522
II DESPESA FISCAL	186.636	194.489	203.192
III RESULTADO PRIMÁRIO (I-II)	11.060	12.404	18.330
IV RESULTADO NOMINAL	-12.663	-20.566	12.942
V DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	259.106	279.672	266.730

Notas:
Os valores são apurados pelo regime de caixa
As Receitas e Despesas não incluem intraorçamentárias

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

R\$ milhões correntes

Discriminação	2017	2018	2019
I - Alienação de Ativos	182	1.697	288
II - Aplicação dos Recursos Provenientes de Alienação de Ativos	183	410	1.352
a) - Investimentos	18	22	814
b) - Amortização da Dívida	30	387	503
c) - Outras despesas de Capital	131	0	34
d) - Despesas com Regime Próprio de Previdência Social	4	1	1
III - SALDO A APLICAR (I-II)	-1	1.287	-1.064

FONTE: SIAFEM/SP - Secretaria da Fazenda e Planejamento
Notas: O saldo a aplicar constitui o superávit financeiro que serão utilizados em exercícios subsequentes

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DETALHAMENTO DO BALANÇO PATRIMONIAL DO ESTADO

R\$ milhões correntes

Patrimônio Líquido	2017		2018		2019	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Patrimônio / Capital	25.181	-4,01%	72.842	-10,02%	70.220	-7,32%
Reservas	3.721	-0,59%	3.754	-0,52%	5.471	-0,57%
Resultado Acumulado	-657.094	104,60%	-803.445	110,54%	-1.035.579	107,89%
TOTAL	-628.192	100,00%	-726.849	100,00%	-959.888	100,00%

FONTE: SIGEO/SIAFEM - Secretaria da Fazenda

**ANEXO I
METAS FISCAIS****METAS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)****EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em continuidade ao processo de implantação do novo modelo contábil, de convergência das normas brasileiras às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, nos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Estado e na manutenção dos novos processos contábeis já implantados foram realizadas as seguintes movimentações que afetaram o patrimônio:

Continuidade dos ajustes relativos ao ativo imobilizado com a atualização da depreciação dos imóveis e ativos de infraestrutura já reconhecidos no balanço patrimonial sendo que para 2019 o valor do ativo imobilizado é de R\$ 148 bilhões.

Neste exercício de 2019 foram equacionadas as divergências de valores de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital nas empresas dependentes resultando na variação negativa de R\$ 1,2 trilhões, o que reduziu o montante de R\$ 2,2 trilhões de 2018 para a marca de R\$ 1 trilhão em 2019. Em relação à evidenciação do passivo atuarial, reconhecido a partir do exercício de 2016 em observância aos requerimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP 7ª Edição da Secretaria do Tesouro Nacional.

A atualização dos valores com base no relatório de avaliação anual realizado por consultoria especializada em Atuária revelou um ajuste no montante de 222 bilhões em relação ao saldo em 31.12.2018 (R\$ 839 bilhões) representando em 31.12.2019 o montante de R\$ 1,06 trilhões gerando um passivo a descoberto com o respectivo efeito negativo no Patrimônio Líquido do Estado no montante de R\$ 959,8 bilhões. Essas foram as movimentações patrimoniais mais expressivas do exercício de 2019.

Esse Passivo a Descoberto gerado pelo registro e atualizações provocadas pelo reconhecimento do Passivo Atuarial persistirá até que ocorra a correção no fluxo de recursos destinados a Previdência Estadual.

ANEXO I
METAS FISCAIS
METAS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)

A concessão de benefícios fiscais na esfera do ICMS objetiva, à exceção daqueles de caráter social, promover uma melhor alocação de recursos de forma a incentivar o crescimento da produção e do emprego e, assim, em alguns casos, o aumento da própria arrecadação tributária. Alguns benefícios visam equiparar a competitividade da indústria paulista à do restante do país, especialmente nos casos em que a vantagem decorra da concessão de benefícios típicos de Guerra Fiscal.

As desonerações tributárias do ICMS englobam as isenções fiscais, reduções de base de cálculo, concessões de crédito presumido e outorgado, as anistias e as remissões, aprovadas através de convênios no âmbito do Confaz, alguns por tempo indeterminado e outros por tempo determinado.

Portanto, a previsão da receita tributária para o triênio 2021-2023 considerou a base legal vigente no corrente ano (Convênios celebrados nos termos da Lei Complementar Federal n.º 24, de 07 de janeiro de 1975).

A atual estrutura possibilita estimar, de acordo com as declarações fiscais apresentadas pelos contribuintes, que a renúncia de receita poderá atingir 10,1% da arrecadação prevista.

PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA RENÚNCIA FISCAL
NA ARRECADAÇÃO DE ICMS (100%)

O cálculo do montante das isenções e das reduções de base de cálculo do ICMS é elaborado a partir da atribuição de uma alíquota média aplicada às entradas e outra às saídas isentas e não tributadas de cada setor econômico, tendo como referência as informações constantes da Guia de Apuração do ICMS (GIA). Os débitos e créditos destas operações são cotejados para apurar o saldo renunciado.

As alíquotas médias de saída e entrada são definidas como a relação entre os débitos e os créditos do imposto e as suas respectivas bases de cálculo.

As estimativas de renúncia nas Importações para Governos, Contribuintes do SIMPLES e Fundações Privadas foram calculadas separadamente uma vez que estes não são contribuintes do imposto. Os cálculos para estimativa da renúncia foram elaborados usando como base os dados da Nota Fiscal Eletrônica. A partir dos valores das notas fiscais de saída referentes às operações isentas e com redução de base de cálculo, foram aplicadas as alíquotas médias de saída apuradas através das informações disponíveis da GIA.

A mensuração da renúncia nas operações com energia elétrica e nas prestações de serviços de telecomunicação foi realizada a partir das informações sobre as operações isentas e não tributadas fornecidas pelos contribuintes sobre as quais foram aplicadas uma alíquota de referência definida de acordo com a estrutura das operações tributadas de cada setor.

A estimativa de valor lançado na modalidade de crédito outorgado do ICMS foi obtida a partir de identificação de valores que correspondam a código específico de lançamento constantes na GIA ou por correspondência textual de palavras-chave relacionadas aos artigos analisados ou de textos indicados pela própria norma que concedeu o crédito outorgado.

As estimativas de renúncia das modalidades isenção/redução de base de cálculo e créditos outorgados/presumidos utilizaram para o seu computo dados declarados pelos contribuintes do ICMS, que se constituem na principal fonte de informações

econômico-fiscais a disposição da Secretaria da Fazenda. Por sua natureza, estes dados estão sujeitos à imprecisão no seu preenchimento, o que pode prejudicar a exatidão da apuração da renúncia, muito embora a Sefaz faça uma depuração prévia dos dados para identificar valores discrepantes, mitigando assim os erros de estimativa.

As estimativas de renúncia pautam-se pelo conservadorismo. Os valores calculados tendem a ser superestimativas, uma vez que assumimos implicitamente que os benefícios sempre reduzem o faturamento do setor e, conseqüentemente, reduzem o recolhimento de tributos aumentando o valor renunciado. Em situações específicas e atípicas o benefício pode gerar aumento do faturamento das empresas e eventualmente aumento de arrecadação, estas situações não estão contempladas pelas metodologias utilizadas na apuração da renúncia.

É preciso também cautela para não considerar todo valor renunciado como fonte potencial de receitas: a supressão de todos os benefícios fiscais muito provavelmente não dará ensejo a receitas de mesmo valor. Isto porque a supressão de benefícios em um cenário de guerra fiscal pode vir acompanhada da saída de empresas do Estado de São Paulo, gerando perdas de receita imediatas, mas também fechando postos de trabalho e eventualmente a saída de fornecedores do Estado, intensificando ainda mais as perdas à longo prazo. Contrário senso, em alguns casos a supressão de um benefício pode implicar queda de receitas ao longo do tempo, e não seu aumento.

ESTIMATIVA DE RENÚNCIA FISCAL - ICMS (100%)

(Em R\$ Milhões)

PREVISÃO				
Ano	Arrecadação Prevista	Renúncia / Arrecadação %	Perda de Arrecadação Prevista	Arrecadação Potencial
2021	150.176	10,1%	15.180	165.356
2022	160.087		16.182	176.269
2023	170.243		17.208	187.451

Fonte:

Perdas na Arrecadação: DW-BO Universo Nova GIA 15/04/2020
 Arrecadação: DW-BO Universo Gare ICMS 15/04/2020
 Parâmetros Econômicos: FOCUS: 09/04/2020 – Projeções de Receitas Orçamentárias e Parâmetros Macroeconômicos – versão 13/04/20(CPAR)

RENÚNCIA FISCAL - ICMS (100 %)

BASE 2019

	Renúncia	Arrecadação	Renúncia/ Arrecadação %
TOTAL GERAL	14.538	143.821	10,11%
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO (Em R\$ Milhões)			
SETORES ECONÔMICOS - CNAE 2 DÍGITOS - TOTAL (*)	977		0,68%
Não Classificados	0		0,00%
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	359		0,25%
Produção florestal	-10		-0,01%
Pesca e aquicultura	-1		0,00%
Extração de carvão mineral	0		0,00%
Extração de petróleo e gás natural	15		0,01%
Extração de minerais metálicos	0		0,00%
Extração de minerais não-metálicos	99		0,07%
Atividades de apoio à extração de minerais	8		0,01%
Fabricação de produtos alimentícios	-702		-0,49%
Fabricação de bebidas	-69		-0,05%
Fabricação de produtos do fumo	-1		0,00%

RENÚNCIA FISCAL - ICMS (100 %)

BASE 2019

	Renúncia	Arrecadação	Renúncia/ Arrecadação %
Fabricação de produtos têxteis	210		0,15%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	152		0,11%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	69		0,05%
Fabricação de produtos de madeira	31		0,02%
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	193		0,13%
Impressão e reprodução de gravações	52		0,04%
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-162		-0,11%
Fabricação de produtos químicos	1.278		0,89%
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	253		0,18%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	103		0,07%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-12		-0,01%
Metalurgia	30		0,02%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	109		0,08%
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	1.229		0,85%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-32		-0,02%
Fabricação de máquinas e equipamentos	279		0,19%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	343		0,24%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	169		0,12%
Fabricação de móveis	-20		-0,01%
Fabricação de produtos diversos	215		0,15%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	6		0,00%
Esgoto e atividades relacionadas	0		0,00%
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	15		0,01%
Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	0		0,00%
Construção de edifícios	-2		0,00%
Obras de infra-estrutura	2		0,00%
Serviços especializados para construção	2		0,00%
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	-332		-0,23%
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	-2.219		-1,54%
Comércio varejista	-2.049		-1,43%
Transporte terrestre	1.158		0,81%
Transporte aquaviário	-50		-0,03%
Transporte aéreo	280		0,19%
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	40		0,03%
Correio e outras atividades de entrega	0		0,00%
Alojamento	-5		0,00%
Alimentação	-250		-0,17%
Edição e edição integrada à impressão	0		0,00%
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e edição de música	1		0,00%
Atividades de rádio e de televisão	0		0,00%
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	1		0,00%
Atividades de prestação de serviços de informação	2		0,00%
Atividades de serviços financeiros	1		0,00%

RENÚNCIA FISCAL - ICMS (100 %)

BASE 2019

	Renúncia	Arrecadação	Renúncia/ Arrecadação %
Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde	29		0,02%
Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde	-1		0,00%
Atividades imobiliárias	5		0,00%
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	0		0,00%
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	-1		0,00%
Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	16		0,01%
Pesquisa e desenvolvimento científico	1		0,00%
Publicidade e pesquisa de mercado	1		0,00%
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	7		0,01%
Atividades veterinárias	0		0,00%
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	6		0,00%
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	0		0,00%
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	0		0,00%
Atividades de vigilância, segurança e investigação	0		0,00%
Serviços para edifícios e atividades paisagísticas	2		0,00%
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados principalmente às empresas	26		0,02%
Administração pública, defesa e seguridade social	18		0,01%
Educação	31		0,02%
Atividades de atenção à saúde humana	-38		-0,03%
Atividades de atenção à saúde humana integradas com assistência social, prestadas em residências coletivas e particulares	0		0,00%
Serviços de assistência social sem alojamento	53		0,04%
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0		0,00%
Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental	2		0,00%
Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	0		0,00%
Atividades esportivas e de recreação e lazer	-2		0,00%
Atividades de organizações associativas	31		0,02%
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	1		0,00%
Outras atividades de serviços pessoais	0		0,00%
Serviços domésticos	0		0,00%
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0		0,00%
PREÇOS ADMINISTRADOS - TOTAL	2.644		1,84%
Energia Elétrica	416		0,29%
Serviços de Comunicação	2.228		1,55%
CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - TOTAL	135		0,09%
Captação, tratamento e distribuição de água	135		0,09%

RENÚNCIA FISCAL - ICMS (100 %)**BASE 2019**

	Renúncia	Arrecadação	Renúncia/ Arrecadação %
ISENÇÕES E REDUÇÕES DE BASE DE CÁLCULO NAS IMPORTAÇÕES			
PODER PÚBLICO - TOTAL (Em R\$ Milhões)	1.351		0,94%
Administração Direta Federal	676		0,47%
Administração Direta Estadual	207		0,14%
Administração Direta Municipal	48		0,03%
Fundações e Autarquias (Federal, Estadual e Municipal)	401		0,28%
Empresas Públicas (Federal, Estadual e Municipal)	7		0,00%
Outros	12		0,01%
EMPRESAS DO SIMPLES - TOTAL	385		0,27%
CRÉDITO PRESUMIDO E OUTORGADO - TOTAL (Em R\$ Milhões)			
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	35		0,02%
Extração de minerais não-metálicos	1		0,00%
Fabricação de produtos alimentícios	2.428		1,69%
Fabricação de bebidas	27		0,02%
Fabricação de produtos têxteis	830		0,58%
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	518		0,36%
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	0		0,00%
Fabricação de produtos de madeira	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	5		0,00%
Impressão e reprodução de gravações	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2		0,00%
Fabricação de produtos químicos	68		0,05%
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2		0,00%
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	51		0,04%
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	12		0,01%
Metalurgia	18		0,01%
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	4		0,00%
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	3.633		2,53%
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	14		0,01%
Fabricação de máquinas e equipamentos	24		0,02%
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	5		0,00%
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Fabricação de móveis	7		0,00%
Fabricação de produtos diversos	15		0,01%
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Eletricidade, gás e outras utilidades	11		0,01%
Captação, tratamento e distribuição de água	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Esgoto e atividades relacionadas	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Coleta, tratamento e disposição de resíduos; recuperação de materiais	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Obras de infra-estrutura	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Serviços especializados para construção	0		0,00%

RENÚNCIA FISCAL - ICMS (100 %)

BASE 2019

	Renúncia	Arrecadação	Renúncia/ Arrecadação %
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas	2		0,00%
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	451		0,31%
Comércio varejista	103		0,07%
Transporte terrestre	684		0,48%
Transporte aquaviário	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Transporte aéreo	0		0,00%
Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes	25		0,02%
Correio e outras atividades de entrega	2		0,00%
Alojamento	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Alimentação	2		0,00%
Edição e edição integrada à impressão	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Telecomunicações	11		0,01%
Atividades dos serviços de tecnologia da informação	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Atividades de prestação de serviços de informação	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Atividades de serviços financeiros	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Atividades imobiliárias	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Publicidade e pesquisa de mercado	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros	1		0,00%
Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	0		0,00%
Atividades de vigilância, segurança e investigação	16		0,01%
Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas	14		0,01%
Atividades de organizações associativas	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos	Sigilo Fiscal		Sigilo Fiscal
CNAES sob Sigilo Fiscal	24		0,02%

CRÉDITO PRESUMIDO OU OUTORGADO POR NORMA DO REGULAMENTO DO ICMS E OUTROS DECRETOS.

A fonte normativa do conjunto de créditos presumidos ou outorgados a serem estimados é o Regulamento do ICMS em seu anexo III, do artigo 1º até o artigo 42. Além destes, consideraram-se os Decretos 51.598/2007, 51.609/2007 e 51.624/2007.

CRÉDITO PRESUMIDO OU OUTORGADO - TOTAL (Em R\$ Milhões)*		9.045
RICMS, Anexo III, Art. 2	AMENDOIM	35
Decreto 51.624/07	ELETROELETRÔNICOS	3.715
Decreto 51.598/07	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	423
Decreto 51.609/07	PRODUTOS CERÂMICOS	9
RICMS, Anexo III, Art. 11	TRANSPORTE	733
RICMS, Anexo III, Art. 12	TRANSPORTE AÉREO	Sigilo Fiscal
RICMS, Anexo III, Art. 15	MALTE PARA A FABRICAÇÃO DE CERVEJA OU CHOPE	Sigilo Fiscal
RICMS, Anexo III, Art. 20	PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL	98
RICMS, Anexo III, Art. 21	OBRAS DE ARTE	Sigilo Fiscal
RICMS, Anexo III, Art. 22	FARINHA DE TRIGO E PRODUTOS RESULTANTES DE SUA INDUSTRIALIZAÇÃO	278
RICMS, Anexo III, Art. 24	AQUISIÇÃO DE LEITE CRU PARA PRODUÇÃO DE QUEIJO OU REQUEIJÃO	103
RICMS, Anexo III, Art. 25	FEIJÃO	75
RICMS, Anexo III, Art. 26	EMBARCAÇÕES DE RECREIO OU DE ESPORTE	Sigilo Fiscal
RICMS, Anexo III, Art. 27	AVES/PRODUTOS DO ABATE EM FRIGORÍFICO PAULISTA	64
RICMS, Anexo III, Art. 29	PRODUTOS DA MANDIOCA	4
RICMS, Anexo III, Art. 30	PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESPORTE	51
RICMS, Anexo III, Art. 32	LEITE LONGA VIDA	229
RICMS, Anexo III, Art. 33	IOGURTE E LEITE FERMENTADO	140
RICMS, Anexo III, Art. 34	FABRICAÇÃO DE MÓVEIS	6
RICMS, Anexo III, Art. 35	AVES/PRODUTOS DO ABATE EM FRIGORÍFICO PAULISTA	226
RICMS, Anexo III, Art. 36	PÁ CARREGADEIRA DE RODAS E ESCAVADEIRA HIDRÁULICA	69
RICMS, Anexo III, Art. 37	CÁTODOS DE COBRE	Sigilo Fiscal
RICMS, Anexo III, Art. 40	CARNE - SAÍDA INTERNA	1.197
RICMS, Anexo III, Art. 41	PRODUTOS TÊXTEIS	1.518
RICMS, Anexo III, Art. 42	MÁQUINA SEMIAUTOMÁTICA SEM CENTRÍFUGA	Sigilo Fiscal
	Sigilo Fiscal/Não Classificados	72

* Mesma informação da tabela anterior, mas com abertura diferente.

ANEXO I
METAS FISCAIS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Artigo 4º, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000)

PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA RENÚNCIA FISCAL NA
ARRECADAÇÃO DO IPVA (100%)

A estimativa da renúncia do IPVA é realizada a partir da previsão do volume dos veículos isentos e não tributados que são acrescidos à frota já existente. É certo que o volume relativo de desoneração será dado pela razão entre a receita estimada e a renúncia estimada.

Com relação à previsão de receita do IPVA, sua metodologia consiste em calcular o acréscimo de novos automóveis, deduzindo-se a parcela de depreciação do estoque de veículos remanescentes anualmente, multiplicando o valor encontrado pela alíquota aplicável no Estado. A variável que melhor explica o acréscimo da frota no Estado de São Paulo é o crescimento do PIB, tendo sido utilizada como variável explicativa, tanto para o acréscimo da frota tributada, quanto para a frota não tributada.

IPVA
PREVISÃO DA PARTICIPAÇÃO DA RENÚNCIA FISCAL NA ARRECADAÇÃO
(QPM +QPE = 100%)

CÁLCULO		ANO BASE	ESTIMATIVA			
		2019	2020	2021	2022	2023
QUANTIDADE DA FROTA TRIBUTADA (Em R\$ mil)		17.384	17.633	17.858	18.137	18.454
PREVISÃO DE ARRECADAÇÃO (Em R\$ milhões)		16.889	17.025	18.062	19.161	20.327
QUANTIDADE DA FROTA DESONERADA (Em R\$ mil)	ISENTOS	430	521	614	710	807
	MAIS DE 20 ANOS	7.232	7.633	8.131	8.672	9.179
	LEI Nº 13.296, § 1º, IV, Art. 9º	149	179	209	240	272
PREVISÃO DA DESONERAÇÃO (Em R\$ milhões)	ISENTOS	408	532	665	805	954
	MAIS DE 20 ANOS	588	669	780	907	1.015
	LEI Nº 13.296, § 1º, IV, Art. 9º	1.590	1.676	1.766	1.850	1.944
PREVISÃO DE PERDA DA ARRECADAÇÃO		2.586	2.877	3.210	3.561	3.912
PREVISÃO DE PERDA PERCENTUAL DA ARRECADAÇÃO		13,3 %	14,5 %	15,1 %	15,7 %	16,1 %
QUANTIDADE DA FROTA TOTAL (Em R\$ mil)		25.195	25.966	26.812	27.758	28.712
ARRECADAÇÃO POTENCIAL (Em R\$ milhões)		19.475	19.902	21.272	22.722	24.239

Fonte DW-BO Universo IPVA – abr/2020

FOCUS 09/04/20 – Projeções de Receitas Orçamentárias e Parâmetros Macroeconômicos – versão 13/04/20 (CPAR)

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Em cumprimento ao inciso V, do § 2º, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, apresenta-se o Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, no qual constam as estimativas de renúncias de receita e suas respectivas medidas de compensações em conformidade com o inciso II, do artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita (LRF, art. 4º, § 2º, V)

Nº	Legislação	Tributo	Descrição	Prazo	Estimativa			Medida de Compensação
					2019	2020	2021	
1	LEI Nº 17.100, DE 03 DE JULHO DE 2019 e DECRETO Nº 64.319, DE 04 DE JULHO DE 2019	ICMS	Regulamenta a aplicação da alíquota de ICMS de 12% (doze por cento) nas operações com querosene de aviação destinadas a empresas de transporte aéreo regular de passageiros e de carga, prevista no item 27 do § 1º do artigo 34 da Lei 6.374, de 1º de março de 1989.	Indefinido	167,2	428,0	455,2	Revogação do §3º do artigo 41, Anexo I, do RICMS/00, passando a exigir o estorno de crédito nas operações isentas previstas no referido artigo.
2	DECRETO Nº 64.391, DE 14 DE AGOSTO DE 2019	ICMS	Altera e acrescenta dispositivo ao Regulamento do ICMS que trata da isenção do imposto nas operações com insumos agropecuários, com o objetivo de permitir a manutenção do crédito do ICMS relativamente às aquisições de milho e soja utilizados na preparação de ração animal.	Indefinido	36,5	116,3	123,6	Revogação do §3º do artigo 41, Anexo I, do RICMS/00, passando a exigir o estorno de crédito nas operações isentas previstas no referido artigo.
3	DECRETO Nº 64.452, DE 6 DE SETEMBRO DE 2019	ICMS	Inclui o artigo 173 ao Anexo I do RICMS, que isenta do ICMS as operações com o medicamento Spinraza (Nusinersena) injection 12mg/5ml, classificado no código 3004.90.79 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, destinado a tratamento da Atrofia Muscular Espinal – AME.	Indefinido	0,8	6,8	9,8	Revogação do §3º do artigo 41, Anexo I, do RICMS/00, passando a exigir o estorno de crédito nas operações isentas previstas no referido artigo.

ANEXO I METAS FISCAIS

**(Artigo 4º, §2º, IV, "a", da Lei Complementar nº101/2000 e
Artigo 41 da Lei nº 13.578/2009)**

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O sistema de previdência dos servidores públicos do Estado de São Paulo tem passado por significativas mudanças com o objetivo de adequar-se à legislação federal, cumprir as metas de governança administrativa promovidas pela Secretaria de Previdência Social, vinculada ao Ministério da Economia, assim como alcançar, em longo prazo, um equilíbrio atuarial que não dependa exclusivamente da capacidade financeira do Estado.

Neste sentido, destaca-se a reforma legal impressa através da edição de atos normativos que buscaram transformar o RPPS - Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado de São Paulo em referência nacional, especialmente com a criação da São Paulo Previdência - SPPREV, instituída em 2007, pela Lei Complementar nº 1.010, consubstanciada para equacionar com maior eficiência a gestão previdenciária através da padronização de critérios e orientações para a concessão de benefícios de sua alçada e na arrecadação para o custeio do regime.

Mais recentemente ressaltamos a edição da Emenda à Constituição Estadual nº 49 e da Lei Complementar nº 1.354 de 06 de março de 2020 que tornaram as normas que regem os benefícios de aposentadoria e pensão dos servidores públicos ocupantes de cargos de provimento efetivo no Estado de São Paulo, aderentes às últimas alterações constitucionais sobre o tema, trazidas pela Emenda à Constituição Federal nº 103.

A nova legislação endurece os critérios e requisitos para concessão do benefício de aposentadoria, estabelece regras de transição, forma de cálculo dos proventos bem como altera regras e requisitos para concessão do benefício de pensão por morte, aplicando também os dispositivos cabíveis da Lei Federal nº 13.135, de 17 de junho de 2015, que ainda não haviam sido implementadas no Estado de São Paulo. Trata ainda do reajuste dos benefícios previdenciários, da acumulação desses benefícios, da alíquota de contribuição previdenciária e dá outras providências.

As atuais regras buscam evitar distorções e corrigir situações que não guardam conformidade com os objetivos da previdência dos servidores públicos civis titulares de cargo efetivo do Estado de São Paulo, contribuindo para a redução do elevado comprometimento dos recursos públicos com despesas obrigatórias. Visam ainda adequar a concessão dos futuros benefícios administrados pela autarquia estadual à legislação federal previdenciária, notadamente as questões econômicas compatibilizadas à Constituição Federal, garantindo o cumprimento das disposições constitucionais vigentes para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Civis-RPPS do Estado de São Paulo.

Tais medidas são de extrema importância para frear o veloz crescimento da despesa com pagamento de benefícios previdenciários, em meio a um contexto de envelhecimento populacional.

Com as regras aprovadas em 2020 estima-se uma redução de despesa para o tesouro paulista de aproximadamente 31,2 bilhões de reais nos próximos 10 anos, equivalente a redução de 7,2 pontos percentuais se comparada aos valores da despesa atual.

Atualmente a autarquia, que possui regime especial, administra as aposentadorias dos servidores públicos da Administração Direta e indireta, se preparando para assumir as demais inatividades (Poder Judiciário, Legislativo, Universidades e Ministério Público) no decorrer de sua estruturação.

Em relação às pensões por morte a SPPREV faz a gestão destes benefícios para os falecidos de todos os três Poderes constituídos, inclusive militares, que também estão sob a responsabilidade da SPPREV no pagamento das inatividades (reforma e reserva).

Neste âmbito, a legislação que rege as concessões de benefícios previdenciários e os princípios a serem observados pelos regimes próprios de previdência, vem sendo rigorosamente observada com a atuação da autarquia inclusive na invalidação administrativa e judicial dos benefícios distintos daqueles previstos pelo RGPS, a exemplo das pensões creditadas a instituídos, universitários e filhas solteiras publicadas após 27/11/1998, data da vigência da referida lei, até a entrada em vigor das Leis Complementares 1012 e 1013/2007 que deixaram de prever a categoria destes beneficiários.

Ademais, é vedada a aplicação dos recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal, além da atuação nas demais áreas de seguridade social que não seja pertinente à sua finalidade.

No tocante às receitas de contribuições sociais a Lei Complementar nº1354/2020 estabeleceu a aplicação de alíquotas progressivas para os servidores públicos ativos, aposentados e pensionistas do Estado de São Paulo.

Assim, as contribuições dos servidores públicos civis do Estado de São Paulo terão as seguintes alíquotas, sendo a alíquota patronal sempre o dobro da aplicada ao servidor:

- a) 11% até um salário mínimo
- b) 12% de um salário mínimo até R\$ 3.000,00
- c) 14% de R\$ 3.000,01 até o teto do RGPS
- d) 16% acima do teto do RGPS.

Para os aposentados e pensionistas civis a contribuição incidirá, em regra, sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS. Contudo, o novo ordenamento abriu a possibilidade de, em havendo déficit atuarial no âmbito do regime próprio de previdência do Estado, a contribuição dos aposentados e pensionistas incidir sobre o montante dos proventos de aposentadorias e pensões que superem um salário mínimo nacional.

A Lei Federal nº 13.954/2019 que dispõe sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares também trouxe alterações relativas às contribuições sociais. Entre várias alterações promovidas pela nova lei, destaca-se que a contribuição previdenciária deixa de existir em 16 de março de 2020. A partir de 17 de março de 2020, passa a vigorar a Contribuição para Custeio das Pensões Militares e da Inatividade dos Militares.

No Sistema de Proteção Social, a Contribuição para Custeio das Pensões Militares e da Inatividade dos Militares será cobrado sobre o valor total dos proventos de inatividade e pensões, nos seguintes índices:

- a) Em 2020: 9,5%
- b) A partir de 2021: 10,5%

Ainda no tocante às receitas previdenciárias, é importante citar a Lei 16.004, de dezembro de 2015, a qual dispõe sobre a destinação da receita proveniente da participação no resultado ou compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural ao Fundo com Finalidade Previdenciária da S.Paulo Previdência SPPREV.

Neste contexto, cumpre comentar que a já citada Lei Complementar nº 1.010/07 reforça o mandamento constitucional que garante a cobertura de qualquer insuficiência financeira pela falta de recursos no pagamento de aposentadorias e pensões pelo Estado, firmando o compromisso do governo estadual na tutela dos benefícios previdenciários de sua responsabilidade. Assim, o Estado, na missão de gerir seu RPPS e RPPM, assegura, com as balizas regulamentares principais: a Constituição da República e Paulista, somada às leis gerais previdenciárias (federal e estadual), o elevado nível de satisfação dos serviços afetos a essa área da seguridade, através da busca da qualidade do gasto e transparência a seus participantes, a exemplo da execução do censo previdenciário realizado em atendimento a Lei 10.887/2004.

Considerando que a Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo - SP-PREVCOM teve a sua criação autorizada em dezembro de 2011 e que está em pleno funcionamento, as atuais projeções atuariais contemplam os efeitos da adoção do regime de Previdência Complementar dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo.

É importante ressaltar ainda que para os servidores titulares de cargos efetivos que ingressaram no Estado a partir da criação da SP-PREVCOM e que aderiram a este fundo, a contribuição previdenciária para a SPPREV, tanto individual quanto patronal, é calculada sobre o valor da remuneração limitada ao teto do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

**ANEXO I
METAS FISCAIS**

**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2020 A 2094

R\$ Mil

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2020	40.256.754	40.256.754	-	-
2021	41.722.370	41.722.370	-	-
2022	43.950.183	43.950.183	-	-
2023	46.426.680	46.426.680	-	-
2024	48.777.315	48.777.315	-	-
2025	50.204.260	50.204.260	-	-
2026	51.823.832	51.823.832	-	-
2027	52.329.235	52.329.235	-	-
2028	53.537.875	53.537.875	-	-
2029	55.173.499	55.173.499	-	-
2030	55.960.233	55.960.233	-	-
2031	57.095.901	57.095.901	-	-
2032	58.370.466	58.370.466	-	-
2033	58.565.611	58.565.611	-	-
2034	59.348.083	59.348.083	-	-
2035	60.578.892	60.578.892	-	-
2036	61.285.390	61.285.390	-	-
2037	62.091.340	62.091.340	-	-
2038	62.855.924	62.855.924	-	-
2039	62.879.270	62.879.270	-	-
2040	63.627.155	63.627.155	-	-
2041	64.211.556	64.211.556	-	-
2042	64.709.083	64.709.083	-	-
2043	65.003.694	65.003.694	-	-
2044	65.216.338	65.216.338	-	-
2045	65.025.482	65.025.482	-	-
2046	65.403.907	65.403.907	-	-
2047	65.348.521	65.348.521	-	-
2048	65.196.918	65.196.918	-	-
2049	64.865.253	64.865.253	-	-
2050	65.151.002	65.151.002	-	-
2051	64.387.189	64.387.189	-	-

**ANEXO I
METAS FISCAIS**

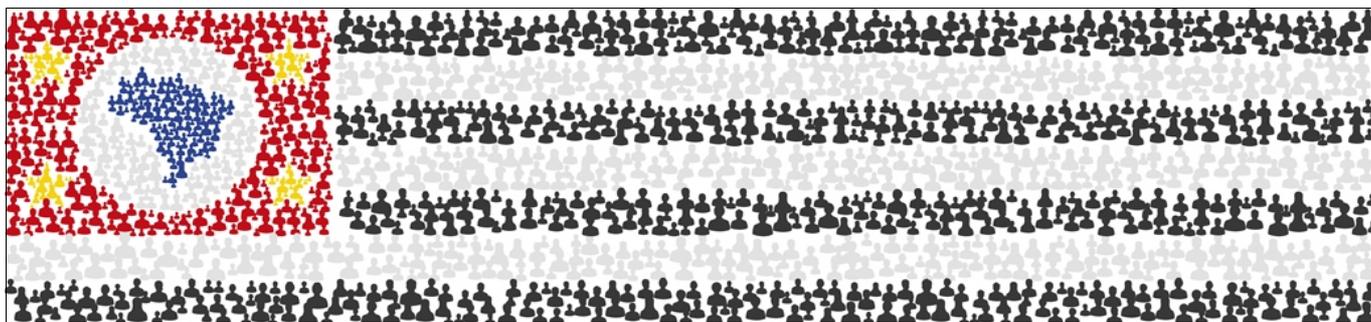
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2020 A 2094

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2052	64.014.722	64.014.722	-	-
2053	63.239.841	63.239.841	-	-
2054	62.459.118	62.459.118	-	-
2055	61.702.586	61.702.586	-	-
2056	60.927.807	60.927.807	-	-
2057	59.437.652	59.437.652	-	-
2058	58.444.718	58.444.718	-	-
2059	57.163.898	57.163.898	-	-
2060	55.930.129	55.930.129	-	-
2061	54.626.588	54.626.588	-	-
2062	53.340.242	53.340.242	-	-
2063	51.597.619	51.597.619	-	-
2064	50.220.651	50.220.651	-	-
2065	48.922.174	48.922.174	-	-
2066	47.653.288	47.653.288	-	-
2067	46.171.923	46.171.923	-	-
2068	45.107.752	45.107.752	-	-
2069	43.536.273	43.536.273	-	-
2070	42.607.851	42.607.851	-	-
2071	41.371.584	41.371.584	-	-
2072	40.634.174	40.634.174	-	-
2073	39.329.314	39.329.314	-	-
2074	38.450.798	38.450.798	-	-
2075	37.205.873	37.205.873	-	-
2076	36.791.414	36.791.414	-	-
2077	35.880.462	35.880.462	-	-
2078	35.140.554	35.140.554	-	-
2079	34.231.351	34.231.351	-	-
2080	34.515.470	34.515.470	-	-
2081	33.419.473	33.419.473	-	-
2082	32.937.893	32.937.893	-	-
2083	32.336.178	32.336.178	-	-
2084	32.055.955	32.055.955	-	-
2085	31.535.950	31.535.950	-	-
2086	31.645.058	31.645.058	-	-

**ANEXO I
METAS FISCAIS****DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA
SOCIAL DOS SERVIDORES****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2020 A 2094**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2087	30.923.316	30.923.316	-	-
2088	30.996.489	30.996.489	-	-
2089	30.948.998	30.948.998	-	-
2090	31.105.807	31.105.807	-	-
2091	30.877.655	30.877.655	-	-
2092	31.362.244	31.362.244	-	-
2093	30.854.629	30.854.629	-	-
2094	30.669.027	30.669.027	-	-



ANEXO II

RISCOS FISCAIS

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Conforme art.4º, § 3º, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000.

I – INTRODUÇÃO

Este anexo tem como objetivo explicitar os principais riscos fiscais na execução do orçamento de 2021, em conformidade com o parágrafo 3º, artigo 4º da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Os riscos fiscais não se restringem somente aos passivos contingentes decorrentes de ações judiciais em curso. Englobam, também, riscos macroeconômicos que podem afetar a realização da receita ou importar em incremento da despesa, bem como provocar variações nos determinantes da dívida pública.

Os passivos decorrentes de ações judiciais englobam todas as demandas ajuizadas contra o Estado – Administração Direta e Indireta – em que ainda não há decisão definitiva sobre o litígio, seja quanto ao seu mérito ou ao valor efetivamente devido. Portanto, ainda não se constituíram em precatórios e seus efeitos não configuram obrigações definitivas passíveis de serem incorporadas quando da elaboração do orçamento de 2021. Esses passivos contingentes poderão impactar tanto a despesa orçada, como também, reduzir a receita orçamentária, como nos casos em que se questiona a cobrança de tributos, cujas repercussões podem assumir caráter geral extrapolando demandas específicas.

As receitas constantes do projeto de lei orçamentária anual, a ser enviado à Assembleia no segundo semestre, se constituem apenas em uma previsão, em consonância com as normas de direito financeiro, uma vez que dependem do comportamento da inflação, do ritmo da atividade econômica e taxa de câmbio, entre outros fatores. Portanto, qualquer evento que ocasione um desvio nos parâmetros adotados para as projeções dessas variáveis e os valores efetivamente observados ao longo do exercício, podem ocasionar uma frustração nos níveis de arrecadação também se constituindo em um risco fiscal.

Variações no cenário macroeconômico, que ampliem a demanda pelos serviços públicos prestados pelo Estado, como saúde, educação e segurança pública podem exigir maior volume de despesas não previstas, configurando, assim, risco de ordem fiscal.

No que tange a dívida pública, os riscos fiscais estão associados às variações que podem ocorrer em discordância com aquelas previstas nos indexadores e nas taxas de juros pactuados nos respectivos contratos de financiamento.

Os dados disponíveis para os dois primeiros meses deste ano indicavam desempenho positivo para a atividade econômica paulista, com consistente recuperação, inclusive em patamar superior ao experimentado pela economia nacional.

Entretanto, o cenário macroeconômico mostrou forte deterioração ao longo do último mês pelo impacto socioeconômico decorrente da pandemia do coronavírus. Prevalece elevado grau de imprevisibilidade, em diferentes âmbitos, sobre a extensão dos reflexos do enfrentamento desta crise de emergência de saúde pública de importância internacional.

Os riscos fiscais associados ao atual quadro de situação são potencialmente graves e não são ainda passíveis de serem integralmente dimensionados. As projeções das variáveis macroeconômicas e as estimativas dos resultados fiscais delas decorrentes, adotadas para as Diretrizes Orçamentárias de 2021, são as mais prováveis à luz dos dados até agora conhecidos. Todavia, futuramente poderão requerer diferentes graus de ajustamento por imposição da evolução da crise e suas consequências socioeconômicas.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

II - RISCOS MACROECONÔMICOS

Os principais riscos macroeconômicos são aqueles associados a variações nos determinantes da previsão dos principais itens da receita estadual. O principal item individual da receita estadual é a arrecadação do ICMS, que em 2018 respondeu por aproximadamente 84% das receitas tributárias totais.

A receita do ICMS é impactada pelo crescimento (ou contração) do PIB, pela variação dos preços da economia e pela carga tributária do ICMS. A inflação da economia, mensurada pelo IGP-DI guarda estreita relação com a inflação do ICMS, mas em momentos específicos pode distar consideravelmente desta em função da maior ou menor participação de produtos na cesta de cada deflator específico. Por exemplo, aproximadamente 7,5% da arrecadação do ICMS é composta pelo segmento de geração e distribuição de energia e aproximadamente 11,5% é composto pela produção e distribuição de combustíveis. É natural, portanto, que choques de preços de energia elétrica e derivados de petróleo impactem fortemente na inflação específica do ICMS, não só em função dos seus efeitos diretos imediatos sobre os preços que compõem a base do imposto, mas também em função dos efeitos indiretos e defasados sobre o preço de outros bens e serviços que compõem a base de arrecadação. A elevação de preços, todavia, teria como contrapartida efeitos sobre a demanda agregada da economia paulista, via contração do consumo, do investimento e mesmo dos gastos do governo. O que, se por um lado, aumenta a taxa de variação dos preços, por outro aprofunda a queda no nível do produto. A contração do produto, por seu turno, contribuiria para a queda das receitas do imposto e certamente será motivo de precaução do gestor público. Portanto, o jogo de forças entre a variação da inflação específica da base de arrecadação de um lado, e a variação do produto por outro, será o grande direcionador da dinâmica da arrecadação do ICMS.

No curto prazo, enquanto os hábitos de consumo e as expectativas dos agentes não sofrem alterações significativas, a inflação sobrepuja os efeitos da contração do produto. À medida, entretanto, que a renda das famílias, o nível de desemprego e as expectativas dos agentes se deterioram a contração da demanda agregada gera uma queda no produto capaz de intensificar as perdas reais de arrecadação.

Uma característica notável da economia paulista é sua crescente integração com as outras economias, que se evidencia na avanço da inter-relação da indústria paulista com as cadeias produtivas internacionais e o consequente aumento dos fluxos comerciais e financeiros do Estado com a economia mundial. É certo que a expansão das relações de troca propicia maiores oportunidades de negócios e neste sentido é capaz de intensificar as taxas de crescimento do produto. Todavia, a maior inter-relação traz consigo riscos associados à flutuação do produto nas economias parceiras e às flutuações da taxa de câmbio. Quanto ao primeiro fator de risco, a flutuação do produto das economias parceiras, a ligação se estabelece via fluxo da balança comercial, tanto no que concerne às exportações quanto às importações. Embora o ICMS não incida nas exportações para o exterior, a atividade exportadora movimenta toda a cadeia de suprimentos além de gerar o aumento da massa salarial e de lucros advindas da atividade exportadora. Também é crescente a utilização de insumos importados pela indústria e, portanto, a dinâmica de preços industriais está cada vez mais associada à escassez relativa das importações. Por isto, flutuações adversas na economia mundial são transmissíveis com intensidade cada vez maior à economia paulista, e, em especial, a sua base industrial. As flutuações da atividade na economia do resto do mundo estão intimamente associadas ao nível de crescimento do PIB paulista e, por conseguinte, do ICMS, seja diretamente via exportações, seja indiretamente via movimentação das cadeias produtivas ou ainda via indução do consumo e do investimento decorrente das flutuações da massa salarial e dos lucros. Por sua vez, a taxa de câmbio, entendida como preço relativo da moeda local e da moeda estrangeira, se afigura como o preço mediador entre os residentes e o resto do mundo, por isto suas alterações ocasionam importantes alterações no fluxo de mercadorias e serviços, intensificando-os ou os atenuando. O aumento da volatilidade no mercado de

ANEXO II RISCOS FISCAIS

câmbio é transmitido para o valor das importações da indústria e do comércio, e daí transmitido para a arrecadação do ICMS, constituindo-se em um dos principais fatores de flutuação da arrecadação no curto prazo.

A carga tributária do ICMS, entendida como a relação entre o valor arrecadado e a base do imposto, também pode sofrer contrações em função da sua recomposição, do aumento da inadimplência e de alterações tópicas na legislação tributária. Períodos de contração do ciclo são acompanhados pela queda na renda real das famílias, ocasionando uma alteração na sua cesta de consumo e direcionando uma maior parcela da sua renda disponível para produtos essenciais, gravados com alíquotas inferiores do ICMS. Períodos de contração cíclica são acompanhados de contração no crédito às empresas e às famílias, o que pode dar ensejo a estrangulamentos no fluxo de caixa das empresas ocasionando aumento de inadimplência e consequente queda na carga tributária.

A Receita do IPVA, que representou 9,8% da receita tributária total em 2018, está intimamente associada com a atividade econômica. São dois os canais pelos quais o nível de atividade influencia o recolhimento do tributo: o acréscimo de novos veículos à frota, e o nível de inadimplência. Na medida em que a perda de poder aquisitivo das famílias se aprofunda é natural que haja postergação na aquisição de um novo veículo ou da substituição do antigo. Também é certo que crises econômicas restringiriam o orçamento das famílias, o que eventualmente poderia causar um aumento nas taxas de inadimplência do imposto.

As transferências correntes, por advirem em quase sua totalidade dos impostos e contribuições arrecadados pelo governo federal e que são partilhados com os Estados e municípios, estão sujeitas aos mesmos riscos fiscais elencados na LDO da União.

No que concerne às receitas de operações de crédito, internas ou externas, não há relação direta com fatores macroeconômicos, mas há o risco de não assinatura dos contratos no prazo previsto no cronograma. Esse risco decorre da complexidade da tramitação, de condições determinadas pela União para contratações de operações com aval da União e também de restrições impostas para desembolsos em anos eleitorais. A contratação subordina-se às normas da Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal LRF) e às Resoluções do Senado Federal (RSF) nºs. 40 e 43 de 20 e 21 de dezembro de 2001 e avaliação da classificação de capacidade de pagamento (CAPAG) elaborada pela STN. A LRF atribui ao Ministério da Fazenda a Verificação dos Limites e Condições para a contratação de operações de crédito. Há que se considerar também a necessidade de definição do espaço fiscal para a contratação de novos financiamentos, no âmbito do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal, realizada anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A partir de março de 2020 iniciou-se evento de magnitude inédita, a pandemia do novo coronavírus, onde episódios similares remontam a um período temporal distante e cujas características sociais e produtivas eram bastantes distintas. Os efeitos sobre a atividade econômica estão vinculados à reversão abrupta de expectativas, cenário de insegurança sobre a dimensão da retração, assim como sua duração temporal. Desta maneira, é possível que perdure para além do ano de 2020 a repercussão sobre a atividade econômica.

As dificuldades decorrentes da diminuição do nível de atividade econômica promovido pela COVID-19, podem intensificar as pressões para alterações na legislação tributária, criando um ambiente mais favorável à redução da carga tributária dos contribuintes em prol da recuperação de empresas e empregos. Esse contexto pode se deteriorar ainda mais no caso de aprovação do PLS 724/2015, em tramitação no Congresso Nacional, que tem por proposta, por meio da alteração do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 24/75, estabelecer que a concessão e revogação de benefícios fiscais dependerá da aprovação de convênio por mais de 2/3 das Unidades Federativas e de pelo menos uma Unidade Federativa de cada região, e não por unanimidade.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Em vista do novo ambiente proporcionado pela regularização de benefícios fiscais anteriormente configurados como ilegais, as empresas buscam Unidades da Federação que apresentam menores cargas tributárias, principalmente para novos investimentos. Em tais condições, os Estados que tem setores ameaçados pela perda de competitividade tendem a adotar medidas reativas que sugerem a convergência da carga tributária para patamares inferiores, mais próximos daqueles praticados em UFs que se utilizam mais intensamente de instrumentos de guerra fiscal. A possibilidade de aderir aos benefícios fiscais, reinstituídos, concedidos ou prorrogados por outra unidade federada da mesma região está prevista na cláusula décima terceira do Convênio ICMS 190/2017. Nesse cenário, estima-se que as perdas progressivas de arrecadação de ICMS para São Paulo podem alcançar o valor de R\$ 16 bilhões anuais.

Ainda que a proposta para a criação do imposto de Bens e Serviços – IBS em substituição ao ICMS, PIS, COFINS, ISS e IPI já esteja em tramitação na Câmara dos Deputados por meio da PEC 45/2019, não há perspectivas imediatas de aprovação de uma reforma tributária ampla. Nesse contexto, no tocante às alterações legislativas que possam afetar a perspectiva futura da arrecadação tributária, merece destaque a Lei Complementar 160, de 07 de agosto de 2017. Este dispositivo, regulamentado pelo Convênio ICMS 190/2017, prevê remissão de créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro fiscais instituídos em desacordo com o disposto na alínea “g” do inciso XII do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, bem como sobre as correspondentes reinstuições. Como efeito da regularização destes benefícios fiscais, sem vínculo com uma reforma mais ampla do ICMS, temos a consolidação dos efeitos da guerra fiscal e o um acirramento da dinâmica de concorrência predatória entre os Estados para a atração de investimentos produtivos.

Esse contexto pode se deteriorar ainda mais no caso de aprovação do PLS 724/2015, em tramitação no Congresso Nacional, que tem por proposta, por meio da alteração do § 2º do art. 2º da Lei Complementar nº 24/75, estabelecer que a concessão e revogação de benefícios fiscais dependerá da aprovação de convênio por mais de 2/3 das Unidades Federativas e de pelo menos uma Unidade Federativa de cada região, e não por unanimidade.

É também um fator de risco para a arrecadação tributária o atual contexto que leva a uma aplicação menos abrangente do instituto da substituição tributária, responsável atualmente por valor superior a 20% da arrecadação do ICMS no Estado. Espera-se um aumento no volume de ressarcimentos associados à cobrança por substituição tributária, por efeito do julgamento, no STF, do recurso extraordinário 593.849/MG, em 19/10/2016. A decisão garante a possibilidade de ressarcimento do imposto cobrado sobre um valor estimado maior que o efetivo, alcançando ações judiciais em curso à época e eventos posteriores ao julgamento. O cenário adverso se agravará no caso de eventual aprovação, no Congresso Nacional, de proposições como o PLP 212/2012 ou o PLP 45/2015, que vedam ou restringem a aplicabilidade do regime de substituição tributária do ICMS às microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.

Por fim, cabe mencionar ainda a possível alteração nos critérios de rateio das participações governamentais (royalties e participações especiais) de petróleo e gás, que diminuiria a perspectiva dessa receita para o Estado, a depender do andamento, no STF, da ADI 4917, em razão da qual se encontram suspensos os efeitos de dispositivos contidos na Lei Federal 12.734/2012.

III - RISCOS DECORRENTES DA ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

A dívida pública contratual do Estado de São Paulo é composta por dívidas com a União, operações de crédito com agentes financeiros federais, bancos privados nacionais, organismos internacionais de crédito, agências governamentais estrangeiras e bancos privados internacionais. A dívida refinanciada com a União nos moldes da Lei Federal 9.496/97 alterada pela LC 148/14

ANEXO II RISCOS FISCAIS

e LC 156/16 representa 84,1% do estoque total e o restante das dívidas em reais representam 4,3% do total (posição fevereiro de 2020). A dívida indexada a câmbio representa 11,6% do total.

No que se refere à dívida, o risco mais relevante para o orçamento é o decorrente de eventuais variações do índice de atualização monetária, da variação de juros no mercado interno e externo, além da variação da taxa de câmbio.

Em 22 de maio de 1997, o Estado de São Paulo firmou com a União o Contrato de Confissão, Promessa de Assunção, Consolidação e Refinanciamento de Dívidas, União sob a égide da Lei Federal nº 9.496/1997, com as seguintes condições:

- Taxa de juros: 6% a.a.;
- Atualização monetária: Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI calculado pela Fundação Getúlio Vargas;
- Limite de comprometimento máximo: 13% da Receita Líquida Real (RLR) para obrigações com o serviço da dívida; e
- Prazo de refinanciamento: em até 360 meses, podendo ser estendido em até 120 meses a partir do vencimento da última prestação do contrato de refinanciamento, e renegociado nas mesmas condições financeiras, entretanto sem o limite de comprometimento estabelecido em 13% da RLR.

Com base na edição da LC nº 148/2014, os encargos financeiros foram alterados (com aplicabilidade a partir de janeiro de 2013): a taxa de juros de 6,0% ao ano foi reduzida para 4,0% ao ano, e a atualização monetária, calculada anteriormente com base na variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) passou a ser calculada pelo Coeficiente de Atualização Monetária - CAM, conforme Decreto Federal nº 8.616/2015.

A Lei Complementar nº 156/2016, estabeleceu o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal, bem como medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, concedendo um prazo adicional de 240 meses no refinanciamento da Lei nº 9.496/1997 (perfazendo um prazo total de 600 meses a partir de 22 de maio de 1997), com efeitos a partir de 1º de julho de 2016, considerando-se as prestações calculadas pela tabela Price e os encargos estabelecidos pela LC nº 148/2014. Com a aplicação da tabela Price, o serviço da dívida deixou de ser calculado considerando-se os 13% da Receita Líquida Real. A LC nº 156/2016 concedeu também uma redução extraordinária na prestação mensal por um período de 24 meses, de julho de 2016 a junho de 2018, limitada a R\$ 500 milhões por mês. Esta redução extraordinária, atualizada pelos encargos contratuais de adimplência, foi reincorporada ao saldo devedor do Refinanciamento da Lei 9.496/1997 em julho de 2018. Adicionalmente, a LC nº 156/2016 estabeleceu a devolução das parcelas de dívidas vencidas e não pagas em decorrência de mandados de segurança providos pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito das discussões quanto à capitalização composta da taxa SELIC, para efeito do disposto no art. 3º da LC nº 148/2014. Tal devolução ocorreu em 24 prestações mensais e consecutivas, devidamente atualizadas pelos encargos contratuais de adimplência, vencendo-se a primeira em julho de 2016 e a última em junho de 2018.

Em relação à dívida indexada a câmbio, o orçamento está sujeito a riscos advindos da variação do custo de captação dos empréstimos praticados pelos agentes financiadores, acrescidos da variação da taxa de juros (LIBOR), que é a referência na formação da taxa de juros incidentes sobre estes empréstimos. Para 2021, estima-se que uma variação de 10% na taxa de câmbio em relação ao projetado elevaria o serviço da dívida indexada a câmbio em aproximadamente R\$ 405 milhões.

IV - RISCOS FISCAIS DECORRENTES DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS (PPP)

1. Introdução

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Esta Nota tem a finalidade de atender às disposições do § 3º, do artigo 4º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, avaliando as informações relacionadas aos eventuais riscos fiscais que possam decorrer dos Contratos de Concessão celebradas pelo Governo do Estado de São Paulo. Este documento compõe o Anexo de Riscos Fiscais do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2021.

O Programa Estadual de Concessões do Estado de São Paulo é composto por 38 (trinta e oito) contratos vigentes, dos quais: 28 (vinte e oito) são contratos de concessão comum, 6 (seis) concessões administrativas e 4 (quatro) concessões patrocinadas. Ressalte-se que um contrato de concessão patrocinada, assinado em 22/08/2014, foi declarado extinto - Linha 18 Bronze Monotrilho Metrô.

De modo a simplificar a nota, iremos dividir os contratos de concessão em 2 classes para efeito de avaliação de riscos fiscais: Concessões Comum (abarcando contratos de concessão de uso, concessão de serviço público e de concessão de obra) e PPPs (contratos de concessão administrativa e concessão patrocinada).

PPPs são contratos que demandam pagamentos de contraprestação e, em alguns casos, aportes financeiros feitos pelo Estado. A gestão fiscal destes contratos é de alta complexidade, assim como a avaliação de seus riscos, que serão detalhados no item 2 desta nota.

Concessões Comum são contratos que tipicamente não demandam pagamentos de contraprestação por parte do Estado e, por conta disto, possuem risco fiscal reduzido. Estes contratos serão brevemente analisados como um grupo no item 3 desta nota.

2. Potenciais Riscos Fiscais decorrentes das Parcerias Público-Privadas (PPP) contratadas

O quadro na sequência mostra resumidamente a conjuntura da carteira de PPP, apresentando os contratos (i) por setor, (ii) por ordem de data de assinatura do contrato e (iii) por estágio de execução dos investimentos:

Projeto	Setor de Atividade	Data da Contratação	Estágio
Linha 4 Amarela	Trilhos	29/11/2006	Em Operação (*)
Linha 8 de Trens Diamante		19/03/2010	Em Operação (*)
Linha 6 Laranja		18/12/2013	Em Implantação (**)
Linha de Monotrilho 18 Bronze		22/08/2014	Contrato extinto
SIM da RMBS sistema VLT		23/06/2015	Operação Parcial (***)
Sistema Alto Tietê	Saneamento e Recursos Hídricos	18/06/2008	Em Operação (*)
Sistema Produtor São Lourenço		21/08/2013	Em Operação (*)
IFAB/FURP	Saúde	22/08/2013	Em Operação (*)
Complexos Hospitalares		01/09/2014	Em Operação (*)
Hospital São José dos Campos e Pérola Byington		01/09/2014	Em implantação (**)
Hospital Sorocaba		02/09/2014	Em Operação (*)
Tamoios e Contornos	Rodovias	19/12/2014	Operação Parcial (***)
Habitações Centro São Paulo	Habitação	23/03/2015	Operação Parcial (***)

(*) Infraestrutura integralmente instalada e serviços já iniciados conduzidos pelo parceiro privado. (**) Fase de implantação dos investimentos para disponibilização da infraestrutura que será operada. (***) Prestação parcial dos serviços e, concomitantemente, execução de obras.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

O Governo do Estado de São Paulo sempre observou, conforme os fundamentos legais pertinentes, a obrigatoriedade de prever em suas peças orçamentárias os dispêndios relacionados aos pagamentos de obrigações pecuniárias, tais como aportes de recursos públicos e contraprestações, bem como outras que possam ser classificadas como despesas continuadas, relacionadas aos contratos de PPP celebradas pela administração pública estadual direta e indireta.

É importante observar que a Lei Estadual nº 11.688/2004 instituiu o Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas (CGPPP), vinculado ao Gabinete do Governador, instância colegiada deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora do Programa Estadual de PPP, cabendo a este Colegiado fiscalizar a execução das parcerias público-privadas, além de opinar sobre alteração, revisão, rescisão, prorrogação ou renovação dos contratos de PPP.

Trilhos

Para os contratos de Concessão Patrocinada, cujos projetos de PPP estão qualificados no setor de trilhos, foram adotados mecanismos de compartilhamento de risco de demanda, por meio do estabelecimento de bandas de compensação, como forma de mitigação de possíveis impactos fiscais, bem como dos riscos inerentes à disparidade entre o reajuste da Tarifa Pública e o previsto nos contratos e à elevação do nível de gratuidade.

Contrato: PPP Linha 4 Amarela do Metrô:

O contrato de Concessão Patrocinada da **Linha 4 - Amarela** foi firmado em 29/11/2006 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), e a concessionária Via Quatro S/A, prevendo o fornecimento de 29 trens em duas fases e a operação e manutenção por 32 anos da Linha, que interliga a Estação da Luz em São Paulo ao município de Taboão da Serra.

Os serviços já são prestados pelo parceiro privado, todavia, no estágio atual de execução do contrato, algumas hipóteses, previstas contratualmente, poderão representar impactos na matriz econômico-financeira do projeto, com eventuais desembolsos extraordinários do GESP, destacando (i) as obras de disponibilização da infraestrutura da Fase II a cargo do Poder Concedente; (ii) o risco de alteração de tributos; e (iii) o risco cambial.

Na execução da Fase I, constatou-se atraso na entrega das obras de infraestrutura, em função, dentre outros fatores, do acidente na construção da Estação Pinheiros, ocorrido no ano de 2007. Neste caso, o reequilíbrio foi reputado como devido, por meio do Protocolado CMCP nº 007/2010. Sobre esta questão, foi instaurado procedimento de arbitragem para a definição da metodologia de atualização do valor da dívida já reconhecida como desequilíbrio.

Outro evento que oferece riscos fiscais ao erário compreende o atraso para a conclusão e entrega, pelo Poder Concedente, das estações que compõem a Fase II. As estações Fradique Coutinho, Higienópolis- Mackenzie, Oscar Freire (lado Jardins) e São Paulo/Morumbi foram inauguradas em novembro/2014, janeiro/2018, abril/2018 e outubro/2018, respectivamente, restando pendentes o Terminal e estação Vila Sônia e o Pátio.

O Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4, firmado em 26/03/2014, declarou que a conclusão de todas as estações da Fase II ocorreriam até março/18. No âmbito do Contrato de PPP, o risco por eventual atraso na conclusão da infraestrutura da Fase II, que impeça o início da operação comercial na data prevista, é de responsabilidade do Poder Concedente e que, a partir do quarto mês de atraso, a Concessionária poderá requerer a compensação financeira. Segundo despacho nº 83/2018 da CMCP, a conclusão das obras se daria em setembro/2020, sendo o assunto encaminhado para manifestação da Consultoria Jurídica da Pasta. O entendimento, no momento, é de que tal pagamento não configura multa de atraso, e que, sendo assim, o valor de remuneração será equacionado quando da apuração de eventuais valores devidos a título de reequilíbrio econômico-financeiro.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Quanto ao risco de demanda, o contrato prevê, conforme dito anteriormente, seu compartilhamento por meio de sistema de bandas de compensação. No entanto, cabe esclarecer que, por força do previsto no Aditivo nº 5 ao Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 4, firmado em 26/03/2014, o mecanismo de mitigação do risco de demanda encontra-se suspenso, condição que prevalecerá até a entrada em operação comercial da última estação da Fase II.

Na hipótese de criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais, que tenham repercussão direta nas receitas ou nas despesas da Concessionária, está previsto contratualmente que caberá compensações financeiras para quaisquer das partes. Nesta questão há desequilíbrios a favor do Poder Concedente, quais sejam: redução da alíquota de PIS/PASEP e COFINS (agosto/17) e extinção da CPMF (agosto/17).

Por fim, o risco cambial é compartilhado de acordo com a regra contratual pertinente, ocorrendo sua mitigação, exclusivamente, em relação aos impactos relevantes decorrentes de variação na taxa de câmbio do Real em face do Dólar norte-americano, e que venham a comprometer o serviço da dívida do parceiro privado em moeda estrangeira. A compensação pelo Poder Concedente corresponde a 50% do Impacto Cambial, calculada na forma definida no contrato com base em um dólar de referência.

Contrato: PPP da Linha 8 Diamante da CPTM

O contrato de Modernização dos trens da **Linha 8 Diamante da CPTM** foi firmado em 19/03/2010, entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM), e a concessionária CTrens, ficando estabelecido o prazo de 20 anos para a Concessão Administrativa. O objeto do contrato compreende o fornecimento de 36 novos trens de 8 carros, incluídos os serviços de manutenção.

O contrato da Linha 8 Diamante prevê a obrigação de o Poder Concedente arcar com os pagamentos da Contraprestação Pecuniária até 2030. E como forma de assegurar o cumprimento dessa obrigação contratual, foram constituídas garantias compostas por direitos creditórios da CPTM junto ao Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE) e por ativos de titularidade da Companhia Paulista de Parcerias (CPP) até o limite conjunto de cobertura de 65% do valor estimado para a contraprestação pecuniária mensal a ser paga à Concessionária.

Cabe observar que a CPTM é uma empresa dependente do Tesouro do Estado, assim há necessariamente a previsão orçamentária para o fluxo estimado das contraprestações.

A materialização de eventuais impactos orçamentários poderá resultar do acidente, ocorrido em maio/2017, envolvendo dois trens que circulam na Linha 8. Com base na análise técnica, a CTrens optou por montar uma composição a partir dos carros não danificados de ambos os trens, a qual já foi liberada para operação comercial. As partes avariadas sofrerão reparos, cujos custos serão suportados pelo Poder Concedente, visto que a responsabilidade pela remobilização do trem é da CPTM. Essa questão está em avaliação junto à Consultoria Jurídica da STM, aguardando manifestação quanto à modalidade legal adequada ao pagamento dos reparos à Concessionária.

Contrato: PPP da Linha 6 Laranja do Metrô

O contrato de Concessão Patrocinada entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM e a Concessionária Move São Paulo S/A, para a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da **Linha 6 – Laranja de Metrô de São Paulo**, foi assinado em 18/12/2013 e contempla a construção, o fornecimento de material rodante e de sistema, a operação e a manutenção do empreendimento, pelo prazo de 25 anos.

Com previsão total de investimentos de cerca de R\$ 10 bilhões, o contrato da PPP da Linha 6 do Metrô estabelece que a Concessionária é a responsável pela construção da infraestrutura, aquisições do material rodante e dos sistemas,

ANEXO II RISCOS FISCAIS

manutenção de toda instalação e operação do serviço de transporte de passageiros, ficando a cargo do Poder Concedente aportar recursos públicos durante a implantação do empreendimento, nos termos da Lei nº 11.079/2004 (alterada pela Lei nº 12.766/2012), as despesas com desapropriações, bem como os pagamentos de contraprestação após início de operação da linha.

Para realizar os pagamentos devidos a título de “aportes”, o GESP negociou financiamento junto ao BNDES, com liberação programada em três subcréditos, sendo que o primeiro foi contratado no valor de R\$ 1,7 bilhão. Também foram finalizadas as negociações com o BNDES que redirecionam recursos de outros financiamentos já contratados pelo Estado para o projeto, de forma a garantir a continuidade dos aportes.

A respeito das desapropriações da Linha 6, o contrato estabelece que as indenizações sejam assumidas pelo GESP, que já depositou os valores devidos, até o momento, das ações ajuizadas. Para o pagamento do restante dos valores envolvidos nos processos, o Governo do Estado obteve financiamento junto a CEF (Caixa Econômica Federal), demonstrando que tal questão encontra-se equacionada.

Em setembro/2016, a Concessionária Move São Paulo informou a paralisação das obras da Linha 06, em razão da dificuldade na obtenção do financiamento de longo prazo junto ao BNDES, o que causou descumprimento do contrato e consequentes penalizações à SPE.

O assunto do contrato da Linha 6 Laranja foi tratado na 80ª Reunião Ordinária, realizada em 06/02/2018, na qual o Colegiado autorizou o Setorial a tomar as providências, inclusive judiciais, cabíveis e, em seguida, na 81ª Reunião Ordinária, ocorrida em 09/03/2018, foi decidido autorizar a abertura do Processo Administrativo de verificação de inadimplência, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 38, da Lei nº 8.987/1995.

À ocasião da 14ª Reunião Extraordinária do Conselho Gestor de PPP, em 01/11/2018, os Conselheiros decidiram recomendar que fosse decretada a caducidade do contrato de PPP da Linha 06 Laranja, autorizando a Secretaria de Transportes Metropolitanos/STM a tomar as devidas providências, observando:

(i) a edição do decreto declarando a caducidade, o qual foi publicado em 12/12/2018 (Decreto nº 63.915/2018); (ii) a conjugação de esforços, Estado de São Paulo e a Companhia Metropolitano de São Paulo (Metrô), para realização de atividades destinadas à conservação, manutenção, segurança e gestão da infraestrutura já implantada a partir da data que o decreto produzisse seus efeitos, sendo celebrado convênio entre a STM e o Metrô em 21/12/2018; (iii) a delimitação de eventual indenização/ressarcimento;

(iv) a realização de estudos com vistas a apoiar as decisões quanto ao cenário de maior interesse público para solução da concessão dos serviços relacionados à exploração da Linha 6 Laranja do Metrô. Neste contexto, as expectativas de impactos fiscais seriam resultado dos valores ajuizados de indenização à Concessionária, os quais seriam apurados com a finalização dos procedimentos legais.

A Pasta tem empreendido medidas com a finalidade de resgatar o empreendimento, em especial, para equacionar o financiamento de longo prazo necessário à consecução do projeto, dificuldade enfrentada pela concessionária, motivando a paralisação das obras, e tem emitido decretos prorrogando os efeitos da caducidade do contrato, considerando que, enquanto não entra em vigência, permanece sob a responsabilidade da SPE, a preservação da segurança dos imóveis vinculados ao empreendimento e a estabilidade das obras, sendo tal prazo prorrogado em 09/08/2019, pelo Decreto nº 64.382, e em 08/11/2019, pelo Decreto nº 64.572, que estabeleceu o início da caducidade do contrato a partir de 09/02/2020.

É importante observar que os atos de prolongamento do prazo para que o decreto de caducidade produza seus efeitos fundamentaram-se no posicionamento da SPE de que potenciais grupos estariam interessados em assumir a implantação e operação da Linha 6 Laranja do Metrô, o que iria ao encontro do interesse do Governo do Estado de São Paulo de

ANEXO II RISCOS FISCAIS

encontrar novos sócios encarregados de retomar o empreendimento. Ao final de 2019, a Concessionária Move São Paulo assinou um Compromisso de Cessão do Contrato de Concessão da Linha 6 Metrô de São Paulo para o Grupo espanhol Acciona, sendo o Instrumento de Cessão Definitivo firmado em fevereiro de 2020. A conclusão da transação, prevista para ocorrer no 1º semestre/2020, depende de condições precedentes, dentre as quais as aprovações societárias necessárias da Companhia e a anuência do Governo de São Paulo, por meio de deliberação do CGPPP, que adotará as providências internas para o cumprimento dos requisitos legais necessários, possibilitando a retomada das obras do projeto, com conseqüente revogação do decreto de caducidade da concessão. Eventuais impactos fiscais serão apurados e devidamente alocados nas futuras peças orçamentárias após a finalização das formalizações legais.

Contrato: PPP da Linha 18 Bronze (Monotrilho) do Metrô

Em 22/08/2014, foi firmado o contrato de Concessão Patrocinada entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos – STM, e a Concessionária do Monotrilho da Linha 18 – Bronze S/A para a prestação dos serviços públicos de transporte de passageiros da **Linha 18 – Bronze**, pelo prazo de 25 anos, contemplando a construção, o fornecimento de material rodante e de sistemas, a operação, a conservação e a manutenção da linha.

Nos termos da Lei 11.079/2004 (alterada pela Lei nº 12.766/2012), o plano de negócio da concessão da Linha 18 contempla aporte de recursos públicos, no valor de cerca de R\$1,93 bilhão (data base: julho/2014), compreendendo: (i) R\$ 1,276 bilhão, prevendo operação de financiamento por meio do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana – Pró-Transporte; (ii) R\$ 400 milhões de recursos federais aportados pela CEF; e, por fim, (iii) R\$ 252,4 milhões oriundos do Tesouro do Estado.

Além do aporte, estão a cargo do Poder Concedente as despesas de desapropriação, cujos recursos adviriam de financiamento que poderiam se viabilizar junto a organismos internacionais.

O início da vigência do contrato da PPP Linha 18 foi objeto de celebração de aditivos que prorrogaram seu prazo, em razão das dificuldades encontradas pelos parceiros na consolidação da Estruturação Financeira do projeto, obrigação fundamental a ser cumprida na Etapa Preliminar pelas partes contratantes e que viabilizaria a implantação dos investimentos. O último Termo Aditivo emitido (5º), com autorização do CGPPP (82ª Reunião Ordinária em 06/07/2018), postergou a conclusão da Etapa Preliminar do contrato da Linha 18 e, conseqüentemente, a data de início da eficácia do contrato para até 22/11/2018.

O encaminhamento para deliberação da formalização do Aditivo nº 06 foi objeto de análise pela Procuradoria Geral do Estado (Parecer CJ/STM 209/2018), considerado na 5ª Reunião Conjunta Ordinária do CDPED e CGPPP, de 13/08/2019. A PGE ponderou que, diante do cenário de sucessivas prorrogações do prazo de vigência, sem perspectiva de verificação das condições necessárias à execução da Etapa Preliminar, não seria possível manter a atualidade do Contrato de Concessão Patrocinada apenas pela atualização monetária de seus valores, conforme entendimento já exarado pelo Tribunal de Contas da União e que, em face da caducidade do Decreto de Utilidade Pública relativo às desapropriações, seria recomendável encerrar a contratação, pela não existência das condições necessárias à sua continuidade. Tal colocação foi acompanhada pelos Conselheiros, que decidiram deliberar pela “extinção do Contrato de Concessão Patrocinada da Linha 18 Bronze”.

Neste caso, os impactos fiscais serão resultado dos valores ajuizados de indenização/ressarcimento à Concessionária, o qual será apurado com a finalização dos procedimentos legais.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Contrato: PPP do SIM da RMBS

Foi firmado em 23/06/2015 o contrato de concessão patrocinada de PPP do **Sistema Integrado Metropolitano da Região Metropolitana da Baixada Santista (SIM da RMBS)**, entre o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Transportes Metropolitanos – STM, e a SPE BR Mobilidade Baixada Santista S/A, que compreende a prestação dos serviços públicos de transporte urbano coletivo intermunicipal, por Ônibus, VLT e demais veículos de baixa e média capacidade, abrangendo os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, São Vicente e Santos, pelo período de 20 anos.

O Poder Concedente é responsável pelas obras civis, sistemas e material rodante do sistema de VLT da Fase I, a ser implementada em 3 etapas, trecho de Barreiros a Valongo, contratadas em regime de empreitada (Lei 8.666/1993). Atualmente, quinze estações (etapas 1 e 2 da Fase I), incluindo o pátio, já estão em operação comercial pelo parceiro privado, que abrange o trajeto do Terminal de Barreiros ao Terminal Porto.

Relativo a próxima etapa da Fase I (etapa 3), que compreende o trecho Conselheiro Nébias a Valongo, com 12 estações, não ocorreu o início da operação uma vez que pendentes obras a serem contratadas pelo Poder Concedente. Considerando a não implantação do trecho em questão, a Concessionária em 18/12/2017 apresentou pleito de reequilíbrio econômico financeiro, pleito esse ainda em análise. Para resolução da questão, faz-se necessário equacionar o orçamento para a publicação do Edital de Obras. Possíveis riscos fiscais poderão ser resultado, principalmente, do retardamento na racionalização operacional do sistema de transporte da região, da repactuação do cronograma de entrega dos bens públicos, bem como do prazo de início de vigência da banda de demanda contratual.

A Fase II, trecho Barreiros a Samaritá, a infraestrutura do sistema VLT (via permanente e estações) estão a cargo do Poder Público e a aquisição dos trens (VLT) dessa etapa, dos ônibus metropolitanos, sistemas e demais investimentos, bem como a operação e a manutenção do sistema, estão sob a responsabilidade da Concessionária. Embora ocorressem a celebração de dois Termos de Firme Compromisso entre as partes (nºs 001 e 002), a entrega efetiva dos bens não seguiu o cronograma proposto pelo Estado, prevendo, atualmente, a conclusão da Fase II pelo Poder Concedente a partir do final de 2022.

Os consequentes desequilíbrios econômico-financeiros ao contrato do SIM da Baixada, em virtude dos atrasos nas entregas das Fase I e II, deverão ser apurados e equacionados, exigindo provisionamento no orçamento do Estado.

Ainda é importante observar que, de modo a neutralizar efeito ao Parceiro Privado sobre o elevado número de gratuidades da RMBS, o contrato prevê um componente de remuneração para compensar eventuais incrementos na participação das gratuidades legais frente à demanda efetiva.

Atualmente, o nível de usuários com direito à gratuidade tem acionado mensalmente o mecanismo de pagamento destinado ao subsídio deste componente na contraprestação, demonstrando que o nível de passageiros com direito ao benefício está acima do percentual limite de 21,7% previsto em contrato. Caso estes níveis demonstrem crescimento, deverão ocorrer alterações nas previsões de desembolso acerca desta parcela.

Saneamento e Recursos Hídricos

Os contratos de PPP enquadrados no setor de saneamento e recursos hídricos (**PPP Alto Tietê e PPP São Lourenço**) são concessões administrativas, cuja contratante foi a SABESP, empresa estatal não dependente, que além de não utilizar recursos do Tesouro do Estado e garantias da CPP, dispõe de mecanismos rigorosos de governança corporativa, os quais incluem procedimentos específicos de avaliação da sua capacidade de financiamento, de investimento e de pagamento das contraprestações, minimizando os riscos fiscais concernentes a esse modelo de contratação.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Saúde

Contrato: PPP IFAB - FURP

Contrato de Concessão Administrativa firmado em 22/08/2013, entre a FURP e a CPM-Concessionária Paulista de Medicamentos S.A. para serviços de gestão, operação e manutenção da **IFAB – Indústria Farmacêutica de Américo Brasiliense**, prevendo a realização das adequações necessárias à infraestrutura existente, com prazo de 15 anos.

No caso da PPP da IFAB-FURP, a contraprestação pecuniária do Estado está dividida em duas parcelas (A e B). A parcela “A” remunera os investimentos e os registros de medicamentos obtidos, sendo que para cada registro obtido deve-se pagar um valor mensal acordado contratualmente, reajustado anualmente pelo IPC - FIPE. A parcela “B” remunera a produção dos medicamentos, o serviço de gestão, operação e manutenção da fábrica, esta parcela é calculada a partir da Lista Básica de Medicamentos, cujo valor decorre do desconto de 49,99% aplicado sobre o menor preço de medicamento genérico publicado na tabela da PMVG (Preço Máximo de Venda ao Governo), divulgada pela CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos).

Contratualmente há três agentes envolvidos no sistema de pagamento da contraprestação. A Concessionária CPM faz a gestão da fábrica e produz os medicamentos, a FURP os recebe e os distribui para a Secretaria de Saúde, que se compromete, por meio do convênio celebrado entre a SES e a FURP, a adquirir os medicamentos fabricados pelo valor acordado no contrato de concessão.

Em 20/07/2017, na 77ª Reunião Ordinária, o Conselho Gestor de PPP avaliou a situação da execução financeira do contrato, recomendando ao Setorial e à FURP que conduzissem as providências necessárias ao equilíbrio econômico-financeiro da concessão administrativa PPP IFAB-FURP, para que, oportunamente, o CGPPP deliberasse a respeito dos encaminhamentos e dos eventuais valores envolvidos para implementação de potencial solução.

Tal assunto foi retomado na 8ª Reunião Conjunta Ordinária do CDPED e CGPPP em 19/12/2019, na qual foram relatados os principais apontamentos dos estudos realizados pela Fundação Instituto de Pesquisa Contábeis, Atuariais e Financeiras/FIPECAFI, solicitado pela Companhia Paulista de Parcerias/PPP. Na ocasião, a Secretaria da Saúde pleiteou ao CGPPP autorização para encaminhamento das tratativas para extinção antecipada do contrato da PPP, considerando que (i) a manutenção da contratação da PPP “FURP/IFAB” não se apresenta financeiramente interessante à SES nem à FURP; que (ii) estariam esgotadas as tentativas para o reequilíbrio contratual; que (iii) as conclusões da FIPECAFI indicariam como melhor alternativa o encerramento antecipado do Contrato de Concessão; que, (iv) no Parecer jurídico nº SUBG-CONS nº 104/2019, a PGE entendeu ser possível a extinção antecipada da PPP; que (v) não havia óbice à extinção contratual por parte da CPP, na qualidade de garantidora do contrato; e que, por fim, (vi) essa decisão não causaria desabastecimento dos medicamentos nem prejuízo aos Programas de Assistência Farmacêutica do Estado.

Os Conselheiros decidiram autorizar os encaminhamentos para eventual extinção antecipada do Contrato de Concessão Administrativa da “PPP FURP/IFAB”, ficando sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde e da FURP as tratativas junto à Concessionária para direcionamento da alternativa mais vantajosa ao interesse público. Contudo, os valores envolvidos para ressarcimento dos investimentos não amortizados e indenizações poderão eventualmente representar riscos de impacto fiscais.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Contrato: PPP Complexos Hospitalares

Em 01/09/2014 e 02/09/2014, foram assinados os contratos (lote I e lote II) de Concessão Administrativa dos **Complexos Hospitalares entre o Estado de São Paulo** por meio da Secretaria de Estado da Saúde e a Concessionária Inova Saúde Sorocaba SPE S.A e Inova Saúde São Paulo SPE S.A para construção, aquisição de equipamentos e de mobiliário, e manutenção de todas as instalações, compreendendo a prestação de serviços denominada “Bata Cinza”, com prazo de vigência de 20 anos.

A PPP dos Complexos Hospitalares prevê aportes de recursos públicos no valor de R\$ 476 milhões (base set/2014) nos termos da Lei 11.079/2004 (alterada pela Lei nº 12.766/2012) para os dois lotes, sendo R\$ 161,7 milhões para o contrato do Hospital de Sorocaba e R\$ 314,4 milhões para o contrato dos hospitais de São José dos Campos e São Paulo (Pérola Byington). O financiamento com o BNDES para o total dos aportes foi formalizado, sendo que os valores já integram o limite atual de endividamento do Estado. De qualquer forma, para que o cronograma das obras não fosse comprometido, as primeiras parcelas devidas a título de aporte foram arcadas com recursos do Tesouro Estadual.

Conforme prevê o contrato, o GESP deve entregar os terrenos livres e desembaraçados para instalação dos complexos. As áreas para implantação do HCRSM (Hospital Centro de Referência da Saúde da Mulher), no centro de São Paulo, estão com o processo de desapropriação 100% concluído, e as obras foram iniciadas. A prorrogação do prazo para conclusão dos trâmites de disponibilização dos terrenos, poderá eventualmente representar risco de impacto fiscal.

Cabe notificar que, em face da divergência de entendimento no contrato quanto ao parceiro responsável pelo pagamento das despesas de utilidade pública e de telefonia, tais valores poderão representar impactos orçamentários ao Poder Concedente, caso a solução de consenso indique que tal obrigação seja da SES por não ter sido contemplada na provisão da contraprestação.

Outro desequilíbrio com potencial risco fiscal diz respeito a cobrança do Imposto Sobre Serviços de qualquer Natureza (ISS). O edital previa que a proposta deveria considerar uma alíquota de 2%, com o risco de majoração do imposto sendo atribuído ao poder concedente. As prefeituras de Sorocaba e São José dos Campos praticavam alíquotas maiores do que o estabelecido, após negociações a Prefeitura de São José reduziu sua alíquota para 2%, a partir de janeiro de 2018, minimizando o desequilíbrio contratual. No entanto, a Prefeitura de Sorocaba não reduziu a alíquota. Ressalte-se que a Prefeitura de São Paulo isentou a cobrança de ISS. Cabe salientar, que a concessionária solicitou reequilíbrio econômico-financeiro para os dois contratos em função da diferença de alíquota cobrada do ISS desde o período de construção dos complexos hospitalares.

Constam também pleitos de reequilíbrio por parte da concessionária para o Hospital de São José dos Campos e para o Hospital de Sorocaba referente a ajustes nos projetos (para São José dos Campos - reforço da unidade de pediatria e para Sorocaba - inclusão de serviços de pediatria e cardiologia).

Rodovias

Contrato: PPP Rodovia dos Tamoios e Contornos

Em 19/12/2014 foi firmado, pelo prazo de 30 anos, o contrato de Concessão Patrocinada da **Rodovia dos Tamoios e Contornos** entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria Estadual de Logística e Transportes de São Paulo – SLT, e a Concessionária Rodovia dos Tamoios S/A, contemplando exploração, manutenção, conservação dos Sistemas Existentes da Rodovia dos Tamoios, que compreende os trechos de Planalto e Contornos de Caraguatatuba e São

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Sebastião (SP-099 e SP-055), em duplicação pelo Poder Concedente, bem como o trecho da Serra, cujas obras ficarão a cargo da Concessionária, entre quilômetro 60+480 km ao 82/000 km.

Para viabilizar o projeto da PPP Rodovia dos Tamoios, o Governo do Estado de São Paulo optou por realizar aporte de recursos públicos, no montante de R\$ 2,7 bilhões (base: julho/2017), assegurado pelo Poder Concedente por meio de financiamento e, em caráter complementar, por recursos orçamentários. Enquanto não firmado o correspondente contrato de financiamento, o GESP comprometeu-se a efetuar o aporte com meios orçamentários. E caso haja inadimplência dos pagamentos devidos, será aplicado o mecanismo de garantias do aporte, constituído de outorga de garantias reais através do penhor dos direitos creditórios pertencentes ao Departamento de Estradas de Rodagem – DER/SP, de contratos de concessão rodoviária e, de forma complementar, penhor sobre cotas de fundo de investimento de titularidade da Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

O principal risco técnico do projeto reside nas condições geológicas do Trecho da Serra, que ficou compartilhado entre o parceiro privado e o Poder Concedente.

Também se apresenta como risco, os atrasos na execução das obras dos Contornos, sob a responsabilidade do Poder Concedente. Essa situação está sendo monitorada, e discutida com a concessionária em uma tentativa de solução de controvérsia pré-arbitragem.

Além da discussão sobre o atraso das obras dos contornos, outras tentativas de solução de pleitos pré-arbitragem, com risco de se materializar em desequilíbrio contrário ao Estado, são: proibição da cobrança de eixos suspensos de caminhões com 03 ou mais eixos que trafegassem vazios, em decorrência do advento da Resolução SLT nº 04/2018; reclassificações tarifárias inicialmente previstas para os 4º e 6º anos de concessão (“degrau tarifário”); desequilíbrios por atrasos em repasses de reajustes tarifários; e passivos relacionados ao TAM 01/17, que reprogramou a data de conclusão das obras dos Lotes 1 e 2 dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião (a cargo do Poder Concedente).

É importante observar que por força do Termo Aditivo ao contrato de PPP da Rodovia dos Tamoios e Contornos, firmado em 23/02/2017, o fluxo de desembolso dos aportes públicos foi readequado para que o GESP continue adimplente com suas obrigações contratuais no limite do comprometimento orçamentário.

À ocasião da 5ª Reunião Conjunta Extraordinária do CDPED e CGPPP, ocorrida em 19/12/2019, foi autorizada a celebração do 3º TAM ao Contrato de Concessão Patrocinada da Rodovia dos Tamoios e Contornos, que (i) trata um elenco de obrigações a cargo do Poder Concedente e um conjunto de deveres do Parceiro Privado; (ii) dispõe que o Poder Concedente poderá transferir a execução de parte dos serviços e obras que está sob a sua responsabilidade ao Parceiro Privado, mediante termo aditivo próprio, o qual estabelecerá a forma de remuneração por tais atividades; (iii) esclarece a classificação da Rodovia SP 099 no Trecho Planalto; e (iv) determina a obrigação das partes em promover a extinção do procedimento arbitral nº A-280/2019 e de procedimentos judiciais de produção antecipada de provas correlatos.

Tal condição acarretará possíveis impactos fiscais ao transferir à Concessionária o encargo de corrigir os supostos vícios, defeitos e inconformidades decorrentes das obras de duplicação do trecho planalto da rodovia, que deverão ser devidamente equacionados nas previsões orçamentárias.

Através do protocolo 471.060, a concessionária informou a agência reguladora ARTESP da materialização de riscos geológicos que atrasariam o cronograma de obras, e assim propôs uma revisão no cronograma de obras, e por consequência do desembolso dos aportes feitos pelo tesouro do Estado. A ARTESP, no ofício OF.DGR.0077/2020, informa o Secretário de Logística e Transporte do fato, solicita o encaminhamento a Secretaria de Fazenda para que tomem as medidas devidas, e ainda esclarece que não se trata de um replanejamento do cronograma de obra feito em comum acordo entre concessionária e agência, e sim de um adiamento de obra devido a circunstâncias encontradas na

ANEXO II RISCOS FISCAIS

execução da mesma, e que portanto qualquer eventual desequilíbrio gerado por esse adiamento deverá ser apurado em processo próprio.

Habitação

Contrato: PPP Habitacional no Centro da Capital – Lote 01

O contrato de Concessão Administrativa da PPP Habitacional no Centro da Capital - Lote 1 entre o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria de Estado da Habitação, e a Concessionária Canopus Holding S/A, para a implantação de 3.683 unidades habitacionais, sendo 2.260 Habitações de Interesse Social – HIS e

1.423 Habitações de Mercado Popular - HMP, pelo prazo de 20 anos, foi assinado em 23/03/2015, e contempla a implantação de unidades habitacionais, a prestação dos serviços de apoio à Gestão Condominial, serviços de Gestão da Carteira de Mutuários, de desenvolvimento do trabalho técnico social de pré-ocupação e pós-ocupação e de manutenção predial nos condomínios de HIS.

No decorrer da implantação do projeto poderiam ocorrer eventuais riscos fiscais por situações de demora na disponibilização dos terrenos por parte do Poder Público para construção das HIS. Esse risco foi mitigado com a efetiva disponibilização das áreas denominadas São Caetano, Alameda Gleite, Quadra 49 e parte da Quadra 50, cumprindo, inicialmente, a obrigatoriedade do Poder Concedente de pôr à disposição da Concessionária 70% das áreas necessárias à construção das HIS, nos moldes da cláusula 5.6.1 do Contrato.

No decorrer da implantação, as áreas da Quadra 75 – República “A” e Quadra 69 também foram indicadas à Concessionária. Até o final de 2019, 1.443 unidades de HIS foram construídas.

Em abril de 2020, a área denominada Usina de Asfalto fora indicada à Concessionária, imóvel onde se pretende a construção das unidades de HIS faltantes. Entretanto, considerando que a indicação ocorreu fora do prazo estipulado inicialmente, caberá a Concessionária demonstrar e comprovar eventual prejuízo econômico decorrente do atraso, conforme prevê a cláusula 21.5.1 do Contrato.

De igual maneira, o risco de passivos e/ou irregularidades ambientais nos terrenos destinados à construção de HIS, desde que preexistentes à indicação da área, está alocado ao Poder Concedente (cláusula 21.5.2 do Contrato). Neste caso, também é de responsabilidade da Concessionária a demonstração das despesas para regularização ambiental da área, ficando a cargo do Poder Concedente, com o apoio da Certificadora e da Verificadora Independente, a validação e ressarcimento.

A Secretaria de Habitação vem acompanhando e monitorando a situação. Se necessário, incluirá adequadamente tais despesas no orçamento.

3. Potenciais Riscos Fiscais decorrentes das Concessões Comuns contratadas

Os contratos de concessão comum têm por característica essencial a inexistência de pagamentos regulares por parte do Tesouro, visto que o parceiro privado é remunerado pela exploração direta do ativo.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

Neste tipo de contrato, na ocorrência de um desequilíbrio contratual que favoreça o concessionário, como por exemplo um reajuste de inflação que não foi repassado às tarifas existentes, o Estado tem à sua disposição algumas alternativas para reequilibrar este contrato.

Dentre os recursos mais usuais para reequilíbrios de contrato estão:

1. Postergação de investimento obrigatório
2. Aumento tarifário
3. Prolongamento do prazo da concessão
4. Aporte de recursos do Tesouro

Por óbvio a preferência do Estado sempre irá no caminho de preservar recursos do tesouro, evitando ao máximo o reequilíbrio via aporte de recursos (item 4). No entanto, existem situações onde não há mais investimentos obrigatórios a serem feitos, portanto não há o que postergar (item 1), a recomposição tarifária (item 2) é inviável por conta de algum contexto político ou socio econômico específico, e o prolongamento do prazo da concessão (item 3) resultaria em uma concessão perpétua, já que o valor do desequilíbrio que o Estado deve pagar cresce mais rápido do que o fluxo de pagamento anual. Neste cenário, o aporte de recursos do Estado (item 4) se torna a única opção, e é, por consequência, a materialização do risco fiscal que as concessões comuns representam.

Até o presente momento, o Estado de São Paulo nunca precisou recorrer a aportes de recursos do tesouro para reequilibrar contratos de concessão. No entanto, com a chegada do fim do prazo original de muitos contratos de concessões rodoviárias, o Estado se encontra justamente na situação descrita acima, onde há poucas alternativas para reequilíbrios contratuais.

Embora não exista grande valor em desequilíbrios já reconhecidos pelo Estado nos contratos mencionados no parágrafo anterior, existe uma série de pleitos de desequilíbrio por partes das concessionárias, que representam um potencial risco fiscal. Independentemente do fato de estes desequilíbrios ainda não terem sido deliberados, ou pendentes de alguma forma de quantificação, os valores colocados nos pleitos em análise chamam a atenção por serem montantes de alto impacto para o Tesouro do Estado, exigindo assim acompanhamento próximo.

V – PASSIVOS CONTINGENTES

Com os avanços alcançados na institucionalização do ajuste fiscal, o Estado de São Paulo busca sedimentar seu equilíbrio fiscal, permanecendo, no entanto, riscos a serem considerados.

Parte desses riscos é representada por passivos contingentes derivados de uma série de ações judiciais que podem determinar o aumento do estoque da dívida pública. Esse aumento, caso venha a ocorrer, terá que ser compensado pelo incremento do esforço fiscal (aumento da receita/redução das despesas), de modo a impedir o desequilíbrio nas contas.

A explicitação desses passivos contingentes neste anexo representa mais um passo importante para a transparência fiscal. Entretanto, importa ressaltar que as ações judiciais aqui citadas representam apenas ônus potenciais, pois se encontram ainda em tramitação, não estando de forma alguma definido o seu reconhecimento pela Fazenda Estadual,

ANEXO II RISCOS FISCAIS

haja vista que os passivos decorrentes de ações judiciais com sentenças definitivas são tratados como precatórios, não configurando passivos contingentes.

Em relação ao tema precatórios, há de se observar que um passivo contingente adicional pode decorrer da discussão quanto aos índices de correção monetária aplicáveis para efeito de atualização da dívida, afetando tanto o estoque a pagar, quanto a parcela paga, mas ainda pendente de discussão, devido não só aos sucessivos planos econômicos e alterações legislativas implementados nas últimas décadas, mas também de discussões mais recentes, pelo que se constitui, como passivo contingente, o valor correspondente às atualizações de precatórios que possam vir a ser efetuadas com base em índices de correção monetária superiores àqueles aplicados pelo Estado.

A Resolução PGE nº 31/2019 buscou estabelecer critérios objetivos e juridicamente relevantes, propiciando maior clareza, uniformidade e transparência no processo de atribuição de riscos.

A Resolução buscou incorporar conceitos previstos na Portaria AGU nº 40/2015, bem como aderência às normas contábeis aplicáveis, notadamente as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) e o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), adaptando às peculiaridades do Estado de São Paulo.

Importante salientar que o cálculo do impacto deve ser feito, como

regra, pelos órgãos ou entidades envolvidas nos processos, uma vez que à Procuradoria Geral do Estado cabe apenas a classificação dos riscos.

Cabe ponderar, ainda, que diversas condenações judiciais são ilíquidas e de difícil mensuração objetiva, contudo, seus impactos são constantemente monitorados.

O impacto financeiro de demandas judiciais pode decorrer de ações que, individualmente consideradas, sejam de grande vulto, mas também podem decorrer de demandas judiciais em massa que, somadas, sejam de grande impacto financeiro, como ocorre, por exemplo, no contencioso de servidores públicos e previdenciário. A Resolução PGE nº 31/2019 distingue, por isso, o tratamento para essas demandas.

Neste relatório não serão informadas, salvo peculiaridade que justifique o registro, ações já definitivamente julgadas, com precatórios expedidos, uma vez que se tratam de passivos certos (art. 8º, II da Resolução). São elencadas demandas judiciais com classificação de risco possível ou provável.

Também não serão consideradas, salvo peculiaridade que justifique o registro, as ações de desapropriação direta, tendo em vista a atual prática da Administração Pública de efetuar avaliações prévias, com o subsequente depósito judicial do valor apurado. Considerando esse procedimento, ressalvadas as divergências entre os valores ofertados pela Administração e os definitivamente estipulados em sentenças, essas demandas causam pouco impacto orçamentário.

Ademais, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000, art. 16, § 4º, II), constituem condição prévia da desapropriação a estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que há adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias. Portanto, o impacto financeiro nessas ações é, em regra, previsto antecipadamente pela Administração Pública.

Para maior clareza, o relatório apresentado divide processos ou temas considerados como de risco possível ou provável, em anexos distintos para processos massificados e processos individualizados.

No GRUPO I são indicados os temas que representam um conjunto de ações judiciais com fundamento em idêntica questão de direito, os quais pelas suas características, só poderão ser estimados pela Administração a partir de modelos e/ou estatísticas. São ações consideradas semelhantes e cujo valor individual não seja relevante, mas que, somadas, podem representar grande impacto global.

ANEXO II RISCOS FISCAIS

No GRUPO II são listados os processos que foram considerados individualmente. São elegíveis para classificação individual os processos considerados como de acompanhamento especial nos termos da Resolução PGE nº 17/17. Em geral, são processos judiciais de natureza coletiva, ajuizadas pelo Ministério Público, Defensoria Pública, Sindicatos e Associações de classe.

O valor do impacto estimado apresentado nessa nota é aquele informado pela próprio órgão ou entidade do processo ou, no caso de condenações líquidas, quando se faz necessária apenas a atualização com base nos critérios fixados na decisão exequenda. Muitos processos veiculam obrigações de fazer, cuja estimativa pela PGE não se mostra possível, dependendo de cálculos adicionais pelo órgão ou entidade envolvida no processo, caso seja possível estimá-lo.

A imprecisão de valores existe mesmo em processos na fase de execução, é comum que os valores sejam substancialmente alterados pelo acolhimento de impugnações oferecidas pela PGE, e, alguns casos, pode levar à extinção das obrigações por defeitos processuais.

Necessário destacar, ainda, que a presente relatório nota não implica, por parte da Procuradoria Geral do Estado, reconhecimento das teses ou da procedência dos pedidos formulados. A PGE, por seus órgãos de execução, do Estado busca sempre reverter as decisões que lhe são desfavoráveis.

ÁREA DO CONTENCIOSO GERAL

GRUPO I – PROCESSOS MASSIFICADOS

1. Tema: Adicional de Insalubridade

Descrição:Enquadramento das atividades laborais diferentemente do reconhecido pela Administração

Risco:Possível

2. Tema: Gratificação de Gestão Educacional - GGE

Descrição:Pedido de extensão GGE aos servidores inativos e pensionistas

Risco:Possível

3. Tema: Pedido de concessão de licença para tratamento de saúde

Descrição:Impugnação de decisão que indefere pedidos de licença para tratamento de saúde

Risco:Possível

4. Tema: Prêmio de Incentivo

Descrição:Pagamento do Prêmio de Incentivo da Lei 8.975/94 aos empregados públicos

Risco:Possível

5. Tema: Responsabilidade subsidiária trabalhista

Descrição:Responsabilidade subsidiária dos entes públicos pelas verbas trabalhistas devidas aos empregados de empresas contratadas

Risco:Possível

ANEXO II RISCOS FISCAIS

6. Tema: Sexta parte sobre vencimentos integrais para empregados públicos

Descrição: Concessão do benefício da sexta parte sobre vencimentos integrais a empregados celetistas.

Risco: Possível

7. Tema: Pagamento de honorários periciais pela FESP

Descrição: Condenação ao pagamento de honorários periciais em ações civis públicas nas quais o Estado não é parte.

Risco: Provável

8. Tema: Fornecimento de medicamentos registrados na ANVISA mas não incorporados ao SUS

Descrição: Fornecimento de medicamentos não incorporados ao SUS, com registro na ANVISA para pacientes hipossuficientes com laudo médico fundamentado

Risco: Provável

9. Tema: Ações de cobrança relacionados com mandados de segurança coletivos

Descrição: Ações de cobrança ref. aos MS Coletivos: nº 0600593-40.2008.8.26.0053 (cobrança de 29/08/2003 a 28/08/2008 - objeto: recálculo de quinquênio e sexta-parte); nº 0029622-82.2011.8.26.0053 (cobrança de 11/08/2006 a 10/08/2011 - objeto: ALE da última OPM)

Risco: Provável

10. Tema: Adicional de Qualificação do Tribunal de Justiça

Descrição: Servidores do Tribunal de Justiça reclamam o pagamento da vantagem desde sua instituição até o início do pagamento administrativo

Risco: Provável

11. Tema: Aposentadoria Especial de Agente Penitenciário

Descrição: Ação deduz pedido de cálculo de proventos de aposentadoria com paridade e integralidade, justificando tratar-se de aposentadoria especial e por isso não precisam observar as regras de transição para obter tal benefício

12. Tema: Aposentadoria Especial de policial civil

Descrição: Ação deduz pedido de cálculo de proventos de aposentadoria com paridade e integralidade, alegando que por tratar-se de aposentadoria especial regida pela LC 51/85 não precisa observar as regras de transição para obter o cálculo dos proventos desta forma.

Risco: Provável

13. Tema: Complementação de Benefícios - Reajuste URV

Descrição: Ferroviários da FEPASA, aposentados ou seus pensionistas, pretendem condenar a Fazenda estadual a pagar reajuste de 8,29%, diferença que corresponderia à classe a que pertenciam.

Risco: Provável

14. Tema: Contribuição para a assistência médico-hospitalar

Descrição: Direito à cessação dos descontos da contribuição para a assistência médico-hospitalar - IAMSPE e CBPM

Risco: Provável

ANEXO II RISCOS FISCAIS

15. Tema: Descontos referentes a despesas médicas da CBPM

Descrição:A CBPM em convênio com a Cruz Azul efetua descontos referentes a despesas médicas (proporcionais) dos policiais militares, pela efetiva utilização

Risco:Provável

16. Tema: Férias e Licença-Prêmio em pecúnia

Descrição:Servidores aposentados e ex-servidores reclamam o pagamento de períodos férias e licença-prêmio não usufruídas

Risco:Provável

17. Tema: Gratificação por Atividade de Magistério - GAM

Descrição:Pedido de extensão da GAM aos servidores inativos e pensionistas que tiverem direito à paridade constitucional.

Risco:Provável

18. Tema: Incorporação benefícios FUNDAP e CEPAM, especialmente plano de saúde.

Descrição:Os reclamantes, ex-empregados das extintas FUNDAP e CEPAM, passaram a propor reclamações trabalhistas em face do Estado de São Paulo, sucessor das referidas Fundações, em que pretendem o pagamento de benefícios que teriam sido incorporados ao contrato de

Risco:Provável

19. Tema: Licença-Prêmio em Pecúnia

Descrição:Pedido de indenização dos blocos de licença-prêmio não gozados antes da passagem do servidor para a inatividade.

Risco:Provável

20. Tema: Plantões IAMSPE

Descrição:Pagamento de plantões prestados no IAMSPE como horas extras.

Risco:Provável

21. Tema: Prêmio de Incentivo/Prêmio de Incentivo Especial/Adicional de Desempenho da Saúde

Descrição:Servidores públicos estaduais, pretendem o pagamento da parte fixa do Prêmio de Incentivo (50%) sobre o 13º salário, férias e terço constitucional, quinquênios e sexta- parte;

incorporação do adicional de desempenho da saúde e do complemento da Lei Comple

Risco:Provável

22. Tema: Progressão funcional de servidores do TJ-SP

Descrição:Servidores do Tribunal de Justiça reclamam o pagamento retroativo referente à progressão de nível

Risco:Provável

23. Tema: Recálculo da Sexta-Parte

Descrição:Pedido de revisão da base de cálculo da sexta-parte, de forma que o citado benefício passe a incidir sobre os vencimentos integrais, com exceção das verbas eventuais.

Risco:Provável

ANEXO II RISCOS FISCAIS

24. Tema: Revisão da base de cálculo dos quinquênios

Descrição: Pedido de revisão da base de cálculo dos quinquênios, de forma que o citado benefício passe a incidir sobre os vencimentos integrais, com exceção das verbas eventuais.

Risco: Provável

25. Tema: Sexta-parte aos empregados públicos

Descrição: Direito à concessão e base de cálculo da sexta-parte para empregados públicos

Risco: Provável

26. Tema: URV

Descrição: Correção da conversão dos salários pela URV

Risco: Provável

GRUPO II – PROCESSOS INDIVIDUALIZADOS

27. Processo nº 1019326-42.2015.8.26.0053

Parte autora: Abividro - Associação Técnica Brasileira das Inds.automáticas de Vidro

Objeto: Revisão tarifária do preço do gás

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARSESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

28. Processo nº 1052044-29.2014.8.26.0053

Parte autora: GAS NATURAL SAO PAULO SUL S A

Objeto: Suspensão de cobrança da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Gás Canalizado - TFSGC

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARSESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

29. Processo nº 0003197-95.2008.8.26.0320

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Impugnação da construção do pedágio às margens da rodovia SP-147

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

30. Processo nº 0005096-54.2015.8.26.0136

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Readquirição do retorno no km 295 da Rodovia Castello Branco (SP 280)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

31. Processo nº 0969573-23.2012.8.26.0506

Parte autora: Associação Paulista dos Transportadores Terrestres de Passageiros

Objeto: Fiscalização de transporte coletivo de passageiros

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

32. Processo nº 1002325-73.2017.8.26.0053

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Cobrança de pedágio de moradores de bairro em São Paulo

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

33. Processo nº 1003111-83.2015.8.26.0281

Parte autora: Copel Geracao e Transmissao S/A

Objeto: Instalação linha de transmissão em faixas de domínio sem a correspondente contraprestação na SP-332 KM 148+927m

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

34. Processo nº 1005446-40.2016.8.26.0637

Parte autora: Guerino Seiscento Transportes S.A.

Objeto: Autorização para transportar passageiros entre os seccionamentos das linhas interestaduais dentro do Estado de São Paulo

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

35. Processo nº 1006438-88.2017.8.26.0047**Parte autora:** JOSÉ EDUARDO FONTES DO PATROCÍNIO**Objeto:** Licitação de pátio de depósito de veículos**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**Estimativa de impacto:** Não há**36. Processo nº 1012246-22.2018.8.26.0053****Parte autora:** Vianorte S/A**Objeto:** Cômputo da evasão de pedágio no cálculo da outorga variável**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**Estimativa de impacto:** Não há**37. Processo nº 1022448-92.2017.8.26.0053****Parte autora:** RODOVIAS INTEGRADAS DO OESTE S.A**Objeto:** Reequilíbrio econômico-financeiro de contrato de concessão de rodovia 010/CR/2000**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**Estimativa de impacto:** Não há**38. Processo nº 1026963-78.2014.8.26.0053****Parte autora:** Concessionaria do Rodoanel Oeste S/A - Rodoanel**Objeto:** Desconstituição de deliberação da Artesp para o fim de manter a regularidade do Contrato de Concessão nº 005/CR/98, assegurando a aplicação do critério previsto no contrato (IPCA) para o reajuste anual**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**Estimativa de impacto:** Não há**39. Processo nº 1036762-48.2014.8.26.0053****Parte autora:** Concessionária de Rodovias Tebe S/A**Objeto:** Validade da deliberação da ARTESP que autorizou a compensação dos valores obtidos com o valor do reajuste do pedágio de 2014,**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO**Estimativa de impacto:** Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

40. Processo nº 4004928-55.2013.8.26.0038

Parte autora: Copel Geracao e Transmissao S/A

Objeto: Utilização da área de domínio entre Taubaté e Araras de forma gratuita

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

41. Processo nº 0118063-92.2011.8.26.0100

Parte autora: Concessionária Rota das Bandeiras S/A

Objeto: Cobrança de uso pelo uso de faixa de domínio

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: R\$ 20.000.000,00

42. Processo nº 0000491-73.2010.5.15.0079

Parte autora: Espólio de José Edson do Nascimento

Objeto: Indenização por morte decorrente de acidente de trabalho

Risco: Provável

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

43. Processo nº 0045649-77.2010.8.26.0053

Parte autora: Concessionaria Ecovias dos Imigrantes SA

Objeto: Desobrigar a Concessionária a realizar intervenção em acesso coletivo de rodovia

Risco: Provável

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

44. Processo nº 1011630-03.2017.8.26.0564

Parte autora: ASSOCIAÇÃO PAULISTA DOS TRANSPORTADORES TERRESTRES DE PASSAGEIROS

Objeto: Licitação de pátios para depósito de veículos

Risco: Provável

Órgão ou entidade: ARTESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DE TRANSPORTE DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

45. Processo nº 0026160-83.2012.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Militares Estaduais de Presidente Prudente e Região - Amepre

Objeto: Auto-aplicabilidade da imunidade relativa à contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões dos servidores públicos (Tema 317, STF)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

46. Processo nº 0030455-13.2005.8.26.0053

Parte autora: Aorrrmresp - Associação dos Oficiais da Reserva e Reformados da Polícia Militar/sp

Objeto: Contribuição previdenciária de inativos na vigência da EC 20/98

Risco: Provável

Órgão ou entidade: CBPM - CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR

Estimativa de impacto: Não há

47. Processo nº 0048667-38.2012.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Policiais Militares da Reserva Reformados da Ativa e Pens. da Caixa Benef. da Cb

Objeto: Revisão de pensão de militar para que passe a ser integral

Risco: Provável

Órgão ou entidade: CBPM - CAIXA BENEFICENTE DA POLÍCIA MILITAR

Estimativa de impacto: Não há

48. Processo nº 1048110-29.2015.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Delegados de Policia do Estado de São Paulo - Sindpesp

Objeto: Recálculo de aposentadoria de policial civil, mediante recontagem

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SÃO PAULO PREVIDENCIA - SPPREV

Estimativa de impacto: Não há

49. Processo nº 0002273-13.2013.5.02.0002

Parte autora: Associação dos Docentes das Faculdades de Tecnologia do Ceeteps- Adfatec

Objeto: Pagamento de sexta parte

Risco: Provável

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

50. Processo nº 0003428-41.2013.5.02.0070

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Cesta básica - responsabilidade subsidiária

Risco: Possível

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

51. Processo nº 0010231-03.2016.5.15.0093

Parte autora: SINDICATO DOS TRABALHADORES DO CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA – SINTEPS,

Objeto: Validade da Portaria 1174/2016, condenação a remunerar hora atividade dos professores em 1/3 da hora aula de forma retroativa e demais pedidos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

52. Processo nº 0011257-73.2014.5.15.0071

Parte autora: Sindicato da Categoria Profissional dos Empregados e Trabalhadores em Vigilância e Segurança Privada de Campinas e sind

Objeto: Condenação subsidiária do CEETEPS a verbas trabalhistas

Risco: Possível

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

53. Processo nº 0070800-08.2007.5.15.0053

Parte autora: Ministério Público do Trabalho-Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região

Objeto: Responsabilidade subsidiária por verbas devidas pela empresa Phanton Security

Risco: Possível

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

54. Processo nº 0000081-12.2012.5.02.0045

Parte autora: Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Sinteps

Objeto: Aceitação atestados médicos oriundos de profissionais particulares

Risco: Provável

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

55. Processo nº 0000749-63.2015.5.02.0049

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância

Objeto: Ação Coletiva para estabelecer responsabilidade subsidiária em débitos trabalhistas

Risco: Provável

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

56. Processo nº 0002398-06.2013.8.26.0505

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: ACP sobre escoamento de águas pluviais em Ribeirão Pires

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DAEE - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Estimativa de impacto: Não há

57. Processo nº 0001866-24.2012.5.02.0040

Parte autora: Sindicato dos Servidores Públicos do Estado de São Paulo (SISPESP)

Objeto: Desconto de contribuição sindical de servidores públicos vinculados ao DAEE

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DAEE - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Estimativa de impacto: Não há

58. Processo nº 0010988-87.2001.8.26.0053

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reparação de dano ambiental pela construção de conjunto habitacional na área do PET e da APA da Várzea do Tietê

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DAEE - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Estimativa de impacto: R\$ 5.000.000,00

59. Processo nº 0105995-49.1977.8.26.0053

Parte autora: Departamento de Águas e Energia Elétrica - Dae

Objeto: Desapropriação DAEE

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DAEE - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Estimativa de impacto: Não há

60. Processo nº 1020921-91.2016.8.26.0554

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Contaminação de área adjacente a obra realizada

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DAEE - DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Estimativa de impacto: Não há

61. Processo nº 0917505-96.2012.8.26.0506

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reformas/obras de adaptação no terminal do Aeroporto Leite Lopes (Ribeirão Preto), para viabilizar o acesso de pessoas com deficiência física

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DAESP - DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

62. Processo nº 1036028-29.2016.8.26.0053

Parte autora: GTP - TREZE LISTAS Segurança e Vigilância Ltda

Objeto: Suspensão do Pregão Eletrônico 05/DAEESP/2016,

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DAESP - DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

63. Processo nº 0001520-47.2014.8.26.0311

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Realização de obras em rodovia

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

64. Processo nº 0006413-22.2014.8.26.0363

Parte autora: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Eletrica Paulista

Objeto: Uso e ocupação de todas as faixas de domínio de titularidade do DER para realização das obras de recapacitação à luz de projeto

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

65. Processo nº 0006873-52.2003.8.26.0053

Parte autora: Consdon Engenharia e Comercio LTDA

Objeto: Cobrança por inadimplemento

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: R\$ 7.145.071,41

66. Processo nº 0007051-66.2007.8.26.0568

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Obras de conservação e segurança na Rodovia SP-215, em Águas da Prata/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

67. Processo nº 0013756-78.2004.8.26.0053

Parte autora: Construtora Tardelli S/A

Objeto: Cobrança por pagamentos feitos com atraso em contrato de construção de passarelas

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: R\$ 1.516.803,97

ANEXO II RISCOS FISCAIS

68. Processo nº 0015271-17.2005.8.26.0053

Parte autora: Furnas - Centrais Elétricas S/A

Objeto: Uso de bem público

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

69. Processo nº 0035539-14.2013.8.26.0053

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Declaração de nulidade de concorrências públicas para proteção do direito à moradia

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

70. Processo nº 0058923-40.2012.8.26.0053

Parte autora: Departamento de Estradas de Rodagem - DER

Objeto: Desapropriação para construção do Rodoanel - trecho Norte

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

71. Processo nº 0093545-20.2012.8.26.0224

Parte autora: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER

Objeto: Desapropriação para construção do Rodoanel - trecho Norte

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

72. Processo nº 1025590-12.2014.8.26.0053

Parte autora: Departamento de Estradas de Rodagem - DER

Objeto: Desapropriação do Rodoanel

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

73. Processo nº 0019075-12.2013.8.26.0053

Parte autora: Telefônica Brasil S.a.

Objeto: Indenização por danos materiais e morais

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

74. Processo nº 1000803-08.2015.8.26.0691

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Revitalização da “SP 189 – Rodovia Engenheiro Lauri Simões de Barros”

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

75. Processo nº 0001637-80.2011.5.15.0026

Parte autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Objeto: Dano moral pelas condições de trabalho inadequadas e assédio moral

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

76. Processo nº 1013204-81.2013.8.26.0053

Parte autora: IRMAOS BUENO e FERNANDES LTDA-ME

Objeto: Indenização pela perda do fundo de comércio.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

77. Processo nº 0000121-95.2008.8.26.0180

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Dano ambiental em razão de omissão do DER no dever de conservação de estrada vicinal Espírito Santo do Pinhal/Três Fazendas/Aguai

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

78. Processo nº 0000701-94.2003.8.26.0053

Parte autora: Carioca Christiani - Nielsen Engenharia S/A

Objeto: Ação condenatória por inadimplemento nos pagamentos do DER

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

79. Processo nº 0001773-48.2000.8.26.0627**Parte autora:** Ministério Público do Estado de São Paulo**Objeto:** Adequações ambientais no parque "Morro do Diabo"**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Estimativa de impacto:** R\$ 1.684.131,02**80. Processo nº 0001967-26.2018.8.26.0495****Parte autora:** Marisa Aparecida de Almeida Miranda**Objeto:** Indenização pela perda de plantaço/produção por erro na construção sistema drenagem**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Estimativa de impacto:** R\$ 2.123.132,62**81. Processo nº 0002750-08.2013.8.26.0070****Parte autora:** Ministério Público do Estado de São Paulo**Objeto:** Apresentação de estudo de impacto para mitigação do atropelamento de animais domésticos e silvestres na pista de rodovia.**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Estimativa de impacto:** Não há**82. Processo nº 0003115-31.2004.8.26.0053****Parte autora:** TELEFONICA BRASIL S A**Objeto:** Ação declaratória de inexigibilidade de cobrança pelo uso da faixa de domínio.**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Estimativa de impacto:** R\$ 219.814.538,78**83. Processo nº 0003709-83.2018.8.26.0302****Parte autora:** Vania Maria Cury de Camargo**Objeto:** Responsabilidade em acidente de trânsito**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Estimativa de impacto:** Não há**84. Processo nº 0007055-57.2017.8.26.0664****Parte autora:** Wani Dutra Rodero**Objeto:** Desapropriação Indireta de imóvel ocupado pelo DER para obras de melhoria em rodovia estadual**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**Estimativa de impacto:** Não há

**ANEXO II
RISCOS FISCAIS**

85. Processo nº 0011494-23.2006.8.26.0624

Parte autora: Amarildo Kuchi

Objeto: Desapropriação Indireta

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

86. Processo nº 0025995-17.2004.8.26.0053

Parte autora: Cetenco Engenharia SA

Objeto: Questionamento dos expurgos inflacionários feitos pelo DER

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

87. Processo nº 0058658-38.2012.8.26.0053

Parte autora: Departamento de Estradas de Rodagem - DER

Objeto: Ação de desapropriação do Rodoanel.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

88. Processo nº 0111379-74.2006.8.26.0053

Parte autora: Engea Engenharia Ltda

Objeto: Indenização decorrente do descumprimento de obrigação contratual pela Fazenda Pública (DER)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: R\$ 5.726.038,54

89. Processo nº 0001585-60.2015.8.26.0229

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Alegação de irregularidades nos serviços de pátio de trânsito no município de Hortolândia/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DETRAN- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

90. Processo nº 1000883-34.2014.8.26.0132

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Necessidade de realização de licitação para a contratação de guincho e pátio.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DETRAN- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

91. Processo nº 1030776-79.2015.8.26.0053

Parte autora: Segresp - Sindicato das Empresas e Prop. de Serv. de Reb. Resg, Guincho e Remoção de Veículos no Estado de São Paulo

Objeto: Realização de licitação do serviço de remoção e guarda de veículos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DETRAN- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

92. Processo nº 5002541-87.2015.4.04.7002

Parte autora: Michel Oliveira dos Santos

Objeto: Multa por descumprimento de obrigação de fazer

Risco: Possível

Órgão ou entidade: DETRAN- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: R\$ 390.000,00

93. Processo nº 0005626-17.2010.8.26.0077

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Municipalização do pátio de veículos de Birigui

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DETRAN- DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: R\$ 200.000,00

94. Processo nº 0006366-91.2003.8.26.0053

Parte autora: Construtora Kamilos Ltda

Objeto: Pagamento de atualização e juros de mora sobre faturas pagas em atraso, bem como pedido de declaração de nulidade dos aditamentos feitos pelo DER em contrato administrativo.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: DER - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Estimativa de impacto: Não há

95. Processo nº 1013519-36.2018.8.26.0344

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Realização de exames de ressonância magnética e aquisição de aparelho

Risco: Provável

Órgão ou entidade: FAMEMA - FACULDADE DE MEDICINA DE MARÍLIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

96. Processo nº 0001199-31.2011.5.15.0066

Parte autora: Ministério Público Federal do Trabalho

Objeto: Irregularidade em contratação por meio de convênio

Risco: Possível

Órgão ou entidade: HC USP-RP - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

Estimativa de impacto: Não há

97. Processo nº 0000235-86.2014.5.15.0113

Parte autora: SINDICATO DOS TECNICOS, TECNOLOGOS E AUXILIARES- SINTTARAD-RPR

Objeto: Pagamento do salário profissional previsto na Lei 7.394/85 e adicional de insalubridade calculado sobre este valor bem como o reconhecimento da natureza salarial do prêmio incentivo

Risco: Provável

Órgão ou entidade: HC USP-RP - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE RIBEIRÃO PRETO

Estimativa de impacto: Não há

98. Processo nº 0166200-60.2009.5.02.0079

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Condenação do HC ao pagamento de sexta-parte para os servidores celetistas

Risco: Provável

Órgão ou entidade: HC USP-SP - HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

99. Processo nº 1001117-22.2017.5.02.0005

Parte autora: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO- SISPESP

Objeto: Cobrança de contribuição sindical

Risco: Provável

Órgão ou entidade: IAMSPE - INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

Estimativa de impacto: Não há

100. Processo nº 0001712-37.2015.5.02.0028

Parte autora: Sindicato dos Executores de Metrologia do Estado de São Paulo - SIMESP

Objeto: Manutenção de valores no cálculo de incorporações de decimos mesmo após reformulação de plano de cargos e salários do IPEM.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: IPEM - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

101. Processo nº 0001035-45.2013.5.02.0038

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Fornecimento de cesta básica para empregados de empresa terceirizada

Risco: Provável

Órgão ou entidade: JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

102. Processo nº 0000243-68.2014.5.15.0079

Parte autora: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara

Objeto: Abster-se de utilizar Programa Emergencial de Auxílio Desemprego para contratar mão de obra em substituição a empregados próprios ou trabalhadores terceirizados

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Estimativa de impacto: Não há

103. Processo nº 0004578-39.2009.4.03.6121

Parte autora: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL

Objeto: Recuperação ambiental - construção em APP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

104. Processo nº 0054162-49.2011.8.26.0651

Parte autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Adaptação do Fórum de Valparaíso para acessibilidade - cobrança de multa diária

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

105. Processo nº 0148300-19.2007.5.15.0032

Parte autora: Sindicato dos Empreg em Estabelecimentos Bancários de Campinas

Objeto: ACP de Sindicato de trabalhadores do setor bancário para regularização de pagamento de aposentadorias, pensões e outras verbas

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

106. Processo nº 1000333-40.2017.8.26.0615

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptação do fórum de Tanabi para observância de normas técnicas de acessibilidade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

107. Processo nº 2004200-88.2010.5.02.0000

Parte autora: O Sindicato dos Empregados em casas de Diversões de São Paulo e Região

Objeto: Reajuste salarial e deferimento de diversas cláusulas econômicas e sociais.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: FUNDAÇÃO PARQUE ZOOLOGICO DE SAO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

108. Processo nº 2055452-73.2014.8.26.0000

Parte autora: Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Agravo de instrumento tirado em sede de desapropriação indireta em que se pretende ver requisitado a quantia de R\$ 268.715.792,89.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Estimativa de impacto: R\$ 268.715.792,89

109. Processo nº 0001323-02.2015.8.26.0459

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Obrigação de realização de obras no fórum- acessibilidade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

110. Processo nº 1000234-11.2016.8.26.0355

Parte autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Adequação do Forum de Miracatu

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

111. Processo nº 0000675-22.2014.8.26.0244

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Obras de acessibilidade no Forum de Iguape

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

112. Processo nº 0004550-23.2014.8.26.0495

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Obras de adequação do Forum Registro

Risco: Provável

Órgão ou entidade: OUTRO (INDICAR NA OBSERVAÇÃO)

Estimativa de impacto: Não há

**ANEXO II
RISCOS FISCAIS**

113. Processo nº 0008389-58.2013.8.26.0053

Parte autora: Associação Paulista do Ministério Público

Objeto: Ação Coletiva do MPSP para cobrança de valores de diárias.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: MINISTÉRIO PÚBLICO

Estimativa de impacto: Não há

114. Processo nº 1027691-51.2016.8.26.0053

Parte autora: TAM LINHAS AEREAS S/A (LATAM AIRLINES BRASIL)

Objeto: Anulação de multa do PROCON

Risco: Provável

Órgão ou entidade: OUTRO (INDICAR NA OBSERVAÇÃO)

Estimativa de impacto: Não há

115. Processo nº 1038215-44.2015.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo Apesp

Objeto: Redutor EC 41/2003 (salário + pensão). Ação coletiva

Risco: Possível

Órgão ou entidade: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Estimativa de impacto: Não há

116. Processo nº 0004907-68.2015.8.26.0268

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Remoção, apreensão, depósito em pátio

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

117. Processo nº 0006505-67.2009.8.26.0268

Parte autora: Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Desapropriação

Risco: Provável

Órgão ou entidade: FUNDAÇÃO CASA

Estimativa de impacto: Não há

118. Processo nº 1005124-10.2017.8.26.0047

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Fornecimento de exames e procedimentos softamológicos para os municípes de Assis

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

119. Processo nº 1007763-48.2018.8.26.0408

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Compra de aparelho de ressonância magnética para Ourinhos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Estimativa de impacto: Não há

120. Processo nº 1002179-16.2018.8.26.0047

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Oferta de cirurgia de quadril aos municípes de Assis

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

121. Processo nº 0000019-03.2009.8.26.0095

Parte autora: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SAO PAULO

Objeto: Adaptação da Cadeia Pública de Brotas, para correção do sistema de esgoto daquela unidade penitenciária.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

122. Processo nº 0000262-30.2010.8.26.0444

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Remoção de presos que excedem o limite do estabelecimento

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

123. Processo nº 0001515-59.2008.8.26.0400

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adequação/interdição da cadeia pública de Altair

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

124. Processo nº 0002109-77.2004.8.26.0153

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Interdição de unidades prisionais

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

125. Processo nº 0003952-82.2008.8.26.0300

Parte autora: Palmeirindo Fontes Filho

Objeto: Desapropriação direta promovida pelo Estado com a finalidade de construir presídio no terreno objeto da demanda, em Jardinópolis.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

126. Processo nº 0029725-34.2010.8.26.0309

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Regularização por suposta superlotação das Penitenciárias de Franco da Rocha I e II

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

127. Processo nº 0033209-93.2003.8.26.0053

Parte autora: CONSTRUTORA LIX da CUNHA SA

Objeto: Rescisão contratual por suposta culpa da FESP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: R\$ 520.690,00

128. Processo nº 1000343-10.2019.5.02.0041

Parte autora: Ministério Público do Trabalho

Objeto: AVCB de Unidades Prisionais

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

129. Processo nº 1000893-61.2014.8.26.0073

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: ACP para determinar o tratamento de esgoto da Penitenciária "Nelson Marcondes do Amaral" em Avaré

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

130. Processo nº 1006948-48.2018.8.26.0506

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Sanar irregularidade sanitárias e realização de obras na Penitenciária Feminina de RP, bem como apresentar o respectivo alvará de funcionamento do estabelecimento da Vigilância Sanitária.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

131. Processo nº 1013157-43.2014.8.26.0451

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Precariedade do sistema de saúde e atendimento aos presos do Centro de Detenção Provisória Nelson Furlan em Piracicaba/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

132. Processo nº 3000651-68.2013.8.26.0634

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Contratação de médico para a penitenciária feminina

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

133. Processo nº 0002394-21.2014.8.26.0153

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Implementação de equipes mínimas de saúde no Centro de Detenção Provisória de Serra Azul, nos termos da Portaria Interministerial nº 1.777, de 9.09.2003.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

134. Processo nº 0010761-82.2011.8.26.0268

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Remoção da cadeia pública de Itapecerica da Serra para estabelecimento adequado.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

135. Processo nº 4006140-65.2013.8.26.0506

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Manutenção de equipes mínimas de saúde na Penitenciária de Ribeirão Preto

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

136. Processo nº 1002277-94.2015.8.26.0438

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adequação do número de presos custodiados à capacidade da Penitenciária de Avanhandava

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

137. Processo nº 1007427-53.2014.8.26.0127

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Prestação de serviços médicos na Cadeia Pública de Carapicuíba

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

138. Processo nº 0000050-19.2000.8.26.0263

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Saneamento, execução de obras no sistema de tratamento de esgoto de Penitenciária e disposição dos resíduos sólidos.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

139. Processo nº 0000758-72.2011.8.26.0299

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Limitação de presos na Cadeia Pública de Jandira

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

140. Processo nº 1018073-33.2014.8.26.0577

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Preservação de imóvel de valor cultural em SJC (Tecelagem Parahyba)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

141. Processo nº 3001713-61.2013.8.26.0144

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Proteção, como patrimônio histórico cultural, da Estação Ferroviária de Conchal

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Estimativa de impacto: Não há

142. Processo nº 0549822-09.2006.8.26.0577

Parte autora: Ministério Público Estadual de São Paulo

Objeto: Proteção de patrimônio tombado no Complexo da Tecelagem Parahyba, em SJC.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Estimativa de impacto: Não há

143. Processo nº 0565046-16.2008.8.26.0577

Parte autora: Ministério Público Estadual de São Paulo

Objeto: Proteção de bem cultural de imóvel localizado em SJC.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

Estimativa de impacto: Não há

144. Processo nº 0001536-96.2011.8.26.0281

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Fornecimento de intérprete em LIBRAS em escola pública de Itatiba para atendimento de crianças/adolescentes

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

145. Processo nº 0002727-06.2010.8.26.0058

Parte autora: Ministério Público do Estado de Estado

Objeto: Professores/intérpretes de Libras em todas as escolas públicas da região de Agudos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

146. Processo nº 0007873-30.2012.8.26.0358

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Realização de obras em escola pública para acessibilidade de deficientes físicos.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: R\$ 850.000,00

ANEXO II RISCOS FISCAIS

147. Processo nº 0011514-97.2013.8.26.0032

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptações de instalações de escolas

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

148. Processo nº 0015931-64.2012.8.26.0053

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Oferta de ensino para detentas da Penitenciária Feminina de Sant'Anna

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

149. Processo nº 0020852-83.2005.4.03.6100

Parte autora: Ministério Público Federal

Objeto: Impossibilidade de realização de vestibulinhos como critério de seleção ao primeiro ano ensino fundamental

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

150. Processo nº 0035864-57.2011.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Incorporação de sexta-parte - Ação Coletiva - Categoria dos professores

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: R\$ 15.774.528,53

151. Processo nº 0043800-02.2012.8.26.0053

Parte autora: Centro do Professorado Paulista

Objeto: Aposentadoria especial de magistério para professores readaptados - Ação Coletiva

- Associação

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

152. Processo nº 0053401-32.2012.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Incorporação de quinquênio e sexta parte - Ação Coletiva - Professores temporários

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

153. Processo nº 0118044-09.2006.8.26.0053

Parte autora: Udemo Sindicato de Especialistas de Educação Magisterio Est. S.p.

Objeto: Incorporação quinquênio - Ação Coletiva

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

154. Processo nº 1000103-69.2015.8.26.0032

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: ACP ajuizada pelo MPE para compelir o Estado a promover adaptação das escolas a normas da ABNT instalações dos prédios das escolas estaduais que relaciona e apresentar AVCB, sob pena de multa.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

155. Processo nº 1008682-02.2016.8.26.0604

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Educação especial no Município de Sumaré, com a contratação de professores auxiliares especializados para atendimento na sala de aula regular

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

156. Processo nº 1015829-83.2016.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Extensão da GGE - Gratificação de Gestão Educacional para inativos e pensionistas - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

157. Processo nº 1024910-27.2014.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Impedir a restituição administrativa de valores pagos a maior a título de bonificação de resultados - Ação Coletiva

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

158. Processo nº 3000307-27.2013.8.26.0072

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Adequação de escolas públicas estaduais de Bebedouro à regras de acessibilidade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

159. Processo nº 4000869-67.2013.8.26.0347

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: ACP visando condenar a FESP a providenciar ACVB em todas as escolas públicas estaduais de Matão

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

160. Processo nº 0003568-67.2012.8.26.0466

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Matrícula em creches e escolas

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

161. Processo nº 0059430-93.2007.8.26.0564

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reforma da Escola Estadual Professora Luíza Collaço Queirós Fonseca

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

162. Processo nº 1018121-94.2015.8.26.0564

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reformas no edifício da E. E. Yolanda Noronha do Nascimento

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

163. Processo nº 0002133-24.2009.8.26.0091

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reforma de escola

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

164. Processo nº 0002541-76.2012.8.26.0360

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Inclusão de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas na Educação de Jovens e Adultos na cidade de Mococa

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

165. Processo nº 0003095-31.2014.8.26.0654

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Reforma de escolas - AVCB

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

166. Processo nº 0001339-66.2014.8.26.0563

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Oferta de vagas na creche e pré-escola no município de Santo Antônio do Pinhal.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

167. Processo nº 0002727-71.2012.8.26.0434

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Contratação de cuidador (servidor público) do sexo feminino para auxílio/acompanhamento de alunas portadoras de síndrome de Down em Escola Estadual

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

168. Processo nº 0004077-82.2012.8.26.0244

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Obras de adaptação para acessibilidade em escolas públicas de Iguape

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

169. Processo nº 0006823-20.2012.8.26.0438

Parte autora: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Realização de obras de acessibilidade em escola de Penápolis

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

170. Processo nº 0008063-98.2013.8.26.0053

Parte autora: Apeoesp - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Ressarcimento dos valores descontados indevidamente no mês 12/2011 - Professor temporário - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: R\$ 829.314,45

171. Processo nº 0010244-16.2007.8.26.0269

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptação de escola estadual para acessibilidade

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

172. Processo nº 0010250-23.2007.8.26.0269

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptação de escola estadual para acessibilidade

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

173. Processo nº 0012128-39.2012.8.26.0032

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Forencimento de cuidador para todos os alunos especiais de Araçatuba/SP

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

174. Processo nº 0013041-21.2013.8.26.0053

Parte autora: Afuse Sindicato dos Funcionários e Servidores de Educação

Objeto: Cômputo de licenças e faltas médicas como tempo de contribuição para fins de aposentadoria comum - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

175. Processo nº 0017872-93.2005.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Incorporação de quinquênio - Ação Coletiva - Categoria dos Professores

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: R\$ 32.368.051,02

176. Processo nº 0026143-52.2009.8.26.0053

Parte autora: Afuse Sindicato dos Funcionários e Servidores de Educação

Objeto: Incorporação de Sexta-Parte - Lei 500/74 - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

177. Processo nº 0029451-96.2009.8.26.0053

Parte autora: Afuse Sindicato dos Funcionários e Servidores de Educação

Objeto: Incorporação de quinquênio - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: R\$ 5.115.469,02

178. Processo nº 0040906-53.2012.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Concessão de aposentadoria especial - professor readaptado - Ação Coletiva - Toda a categoria de professores

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

179. Processo nº 0050049-12.2005.8.26.0506

Parte autora: Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptação do prédio da escola estadual Cônego Barras,

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

180. Processo nº 0052774-18.2010.8.26.0564

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Acessibilidade nas escolas

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

181. Processo nº 1005966-11.2013.8.26.0053

Parte autora: Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo - Capesp

Objeto: Incorporação de quinquênio - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

182. Processo nº 1005971-33.2013.8.26.0053

Parte autora: Centro Associativo dos Profissionais de Ensino do Estado de São Paulo - Capesp

Objeto: Incorporação de sexta-parte - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

183. Processo nº 1006814-90.2016.8.26.0053

Parte autora: Centro do Professorado Paulista

Objeto: Impossibilidade de imputar faltas injustificadas até o laudo final do DPME - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

184. Processo nº 1009912-91.2015.8.26.0482

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Acompanhamento de professor auxiliar a alunos com necessidades especiais em escolas públicas de Presidente Prudente

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

185. Processo nº 1030383-57.2015.8.26.0053

Parte autora: Centro do Professorado Paulista

Objeto: Afastar critérios de assiduidade para concurso de promoção de 2015 - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

186. Processo nº 1032017-25.2014.8.26.0053

Parte autora: Centro do Professorado Paulista

Objeto: Afastamento dos requisitos de assiduidade para fins do concurso de promoção 2014
- Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

187. Processo nº 1041818-62.2014.8.26.0053

Parte autora: APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Objeto: Concessão de abono de permanência para professores readaptados devido o reconhecimento de aposentadoria com redutor de 5 anos - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

188. Processo nº 0001402-49.2013.5.02.0077

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Fornecimento de cesta básica

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

189. Processo nº 0003040-04.2011.5.02.0008

Parte autora: Sindicato dos Funcionarios e Servidores Publicos da Secr.est.neg.fazenda- sindfesp

Objeto: Cobrança e desconto de contribuição sindical de servidores públicos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

190. Processo nº 0003095-34.2013.5.02.0056

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Responsabilidade subsidiária trabalhista - serviços de vigilância

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

191. Processo nº 0031038-22.2010.8.26.0053

Parte autora: Sindicato Trabalhadores Empresas Ferroviarias Zona Araraquarense

Objeto: Ação Coletiva - Sindicatos Zonas Mogiana, Araraquarense e Paulista, Categoria: pretende recebimento para aposentados e pensionistas da FEPASA de abono de R\$500,00 decorrente de Dissídio Coletivo.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

192. Processo nº 1002589-39.2018.5.02.0000

Parte autora: Sind. Trab. nas Indústrias da Energia Elétrica de São Paulo

Objeto: Suspensão da privatização de CESP e dísídio de greve.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

193. Processo nº 0000256-89.2012.5.02.0082

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Irresignação contra "congelamento" de adicional de insalubridade

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

194. Processo nº 0019690-51.2003.8.26.0053

Parte autora: Ministério Público

Objeto: Ação coletiva pagamento de prêmio de produtividade para pensionistas de fiscais de renda

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: R\$ 103.148.156,58

195. Processo nº 1001360-61.2016.8.26.0108

Parte autora: Mrv Engenharia e Participacoes S/A

Objeto: Ação anulatória de ato administrativo proposta por MRV Engenharia que afastou lei municipal que autorizou a desafetação e permuta do imóvel adquirido para construção de empreendimento em Cajamar

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA HABITAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

**ANEXO II
RISCOS FISCAIS**

196. Processo nº 0001832-09.2015.8.26.0369

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Realização de obras em prédio do Fórum.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

197. Processo nº 0003562-45.2014.8.26.0222

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptação do Fórum de Guariba às normas técnicas de acessibilidade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

198. Processo nº 0018234-17.2013.8.26.0053

Parte autora: Mcdonald S Comercio de Alimentos LTDA

Objeto: Ação anulatória impugnando multa aplicada pelo Procon-SP.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: PROCON

Estimativa de impacto: Não há

199. Processo nº 0102129-46.2008.8.26.0053

Parte autora: Fundação para O Desenvolvimento da Unesp - Fundunesp

Objeto: Condenação do Estado de São Paulo a pagar valores devidos à FUNDUNESP, em razão de condenações trabalhistas referentes a Termo de Convênio firmado entre ambos.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

200. Processo nº 1001941-95.2016.8.26.0619

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adaptabilidade das dependências do fórum de Taquaritinga

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

201. Processo nº 1008611-38.2014.8.26.0032**Parte autora:** Ministério Público do Estado de São Paulo**Objeto:** Adequação de prédios da polícia civil a deficientes**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA**Estimativa de impacto:** Não há**202. Processo nº 1001506-51.2015.8.26.0201****Parte autora:** Ministerio Publico do Estado de São Paulo**Objeto:** Adaptação das instalações do Fórum de Garça para acesso à pessoa com deficiência.**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA**Estimativa de impacto:** Não há**203. Processo nº 0001629-32.2015.8.26.0180****Parte autora:** Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo**Objeto:** Adaptação do Fórum da Comarca de Espírito Santo do Pinhal às normas de acessibilidade**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA**Estimativa de impacto:** Não há**204. Processo nº 0028607-06.2011.8.26.0562****Parte autora:** Ministério Público do Estado de São Paulo**Objeto:** Obras de acessibilidade no Fórum Central de Santos**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA**Estimativa de impacto:** Não há**205. Processo nº 4003309-25.2013.8.26.0286****Parte autora:** Ministerio Publico do Estado de São Paulo**Objeto:** Acessibilidade às pessoas com deficiência ao prédio do Fórum de Itu**Risco:** Provável**Órgão ou entidade:** SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA**Estimativa de impacto:** Não há**206. Processo nº 0001008-48.2015.8.26.0596****Parte autora:** Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo**Objeto:** Intervenção do Estado no Hospital Santa Casa de Serrana para saneamento de contas e evitar a paralisação de serviços**Risco:** Possível**Órgão ou entidade:** SECRETARIA DA SAÚDE**Estimativa de impacto:** Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

207. Processo nº 0001014-42.2012.8.26.0311

Parte autora: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Atendimento médico na penitenciária de Junqueirópolis

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

Estimativa de impacto: Não há

208. Processo nº 0001335-58.2011.5.15.0056

Parte autora: Ministerio Público do Trabalho

Objeto: Adequação do Hospital de Mirandópolis às normas de higiene, segurança e medicina do trabalho

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

209. Processo nº 0001885-12.2012.5.15.0026

Parte autora: Ministério Público do Trabalho - Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região

Objeto: Vedação a terceirização no Hospital Regional de Presidente Prudente

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: R\$ 50.000,00

210. Processo nº 0003298-86.2013.8.26.0602

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Implementação de uma unidade psiquiátrica em hospital geral

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

211. Processo nº 0008169-65.2010.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Ação Coletiva - Categoria LC 712/93, (substituída pela LC 1.080/08), lotados na Secretaria da Saúde - Recálculo Quinquênios sobre vencimentos integrais, salvo verbas eventuais

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

212. Processo nº 0009029-12.2011.8.26.0189

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Instalação de UTI Neonatal no Município de Fernandópolis.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: R\$ 1.039.620,00

213. Processo nº 0010114-89.2012.4.03.6100

Parte autora: Ministério Público Federal

Objeto: Implantação de serviço de triagem neonatal para diagnóstico de cinco doenças congênitas em todos os recém-nascidos no Estado de São Paulo.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

214. Processo nº 0022613-41.2007.8.26.0625

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Disponibilização de vagas para tratamentos médicos de alta complexidade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

215. Processo nº 0022723-39.2009.8.26.0053

Parte autora: Sindsaúde - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Estado de São Paulo

Objeto: Ação Coletiva - Categoria servidores não estatutários Secretaria da Saúde: CLT e Lei 500/74 - Direito à licença-prêmio, conversão em pecúnia para os que não puderem usufruir do benefício.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

216. Processo nº 0031632-39.2012.8.26.0482

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Pretensão de contratação de médicos especialistas em neuropediatria

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

217. Processo nº 1000954-29.2015.8.26.0220

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Repasse da cota parte para custeio dos serviços de atendimento de urgência SAMU.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

218. Processo nº 1002978-71.2016.8.26.0292

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Assistência à Saúde dos Deficientes Auditivos da Cidade de Jacareí

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

219. Processo nº 1003386-62.2014.8.26.0347

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Atendimento integral pelo SUS a pacientes de Matão, que tenham ou venham a apresentar encaminhamento em "neurocirurgia".

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

220. Processo nº 1004540-70.2015.8.26.0286

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Realização de manutenção do Cemitério em Itu.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

221. Processo nº 1009068-60.2017.8.26.0066

Parte autora: Fundação Pio XII - Hospital do Câncer de Barretos

Objeto: Ação proposta pela Fundação Pio XII (Hospital do Câncer de Barretos) para que cessassem os descontos efetuados no repasse de verba pública em decorrência das ações judiciais de saúde (oncológico).

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

222. Processo nº 1022653-87.2017.8.26.0032

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Regularização de consultas na área de oftalmologia

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

**ANEXO II
RISCOS FISCAIS**

223. Processo nº 1036719-43.2016.8.26.0053

Parte autora: Hospital Maternidade Frei Galvao

Objeto: Ação de cobrança ajuizada pelo Hospital Frei Galvão

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: R\$ 6.923.798,42

224. Processo nº 3000100-90.2013.8.26.0601

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Fornecimento gratuito de aparelhos de amplificação sonora individual no Município de Socorro/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

225. Processo nº 4002106-55.2013.8.26.0568

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Realização de exames reprimidos e regularização de fila de espera

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

226. Processo nº 1015360-45.2015.8.26.0482

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Acessibilidade prédio do Departamento Regional de Saúde Presidente Prudente

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: R\$ 8.000.000,00

227. Processo nº 0002706-65.2012.5.02.0062

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Sexta-Parte

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

228. Processo nº 0004799-55.2014.8.26.0274

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Manutenção do atendimento de urgência e emergência e execução dos serviços de saúde prestados pela Santa Casa de Maternidade Dona Julieta Lyra

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

229. Processo nº 0006976-24.2011.8.26.0168

Parte autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Disponibilização de vagas em UTI da rede pública

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

230. Processo nº 0010278-87.2011.8.26.0127

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Tratamento de crianças e adolescentes dependentes químicos

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

231. Processo nº 1000030-29.2016.8.26.0302

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo e outros

Objeto: Fornecimento de medicamentos de alto custo a pacientes renais crônicos da Comarca de Jaú.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

232. Processo nº 1029843-45.2014.8.26.0602

Parte autora: Prefeitura Municipal de Sorocaba

Objeto: Prestação do serviço de verificação de óbito (SVO).

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

233. Processo nº 3002899-75.2013.8.26.0482

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Implantação de programa de distribuição gratuita de fraldas descartáveis para crianças e adolescentes com deficiência.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

234. Processo nº 0002122-33.2015.4.03.6113

Parte autora: Ministério Público Federal

Objeto: Manutenção de serviços públicos de saúde mental e custeamento do tratamento disponibilizado pelo hospital Fundação Espírita Allan Kardec.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: R\$ 13.850.000,00

235. Processo nº 0022970-20.2009.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Ação Coletiva - SINDSAÚDE - Categoria Lei 500/74 - pagamento da sexta-parte aos servidores da saúde da Lei 500/74, bem como o recálculo da sexta-parte sobre vencimentos integrais.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

236. Processo nº 0051344-06.2013.8.26.0506

Parte autora: Sindicato Funcionarios Publicos Estaduais Serv.saude de Ribeirão Preto e Região

Objeto: Pagamento do Prêmio Incentivo aos funcionários da Secretaria da Saúde Região de

R. Preto

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

237. Processo nº 1005714-19.2014.8.26.0038

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Fortalecimento da rede de saúde mental, com ênfase no enfrentamento da dependência de álcool e outras drogas

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

238. Processo nº 1007807-95.2016.8.26.0292

Parte autora: Município de Jacareí

Objeto: Fornecimento de Próteses; Órteses, e tratamento integral à Pessoa com Deficiência

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

239. Processo nº 1016347-82.2018.8.26.0577

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Adequação do recebimento, armazenamento e dispensação medicamentos de alto custo NAF São José dos Campos.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

240. Processo nº 0009966-23.2003.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Subtenentes e Sargentos P

Objeto: Recálculo De Pensões (pensão 100% - ação coletiva)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

241. Processo nº 0031687-50.2011.8.26.0053

Parte autora: Aspomil - Associação de Assistência Social dos Policiais Militares do Estado de São Paulo

Objeto: Conversão URV (ação coletiva)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

242. Processo nº 0033902-62.2012.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Policiais Militares da Reserva Reformados da Ativa e Pens. da Caixa Benef. da Cb

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte (MS Coletivo)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

243. Processo nº 0033935-86.2011.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Aopm

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte (MS coletivo)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

244. Processo nº 0034777-66.2011.8.26.0053

Parte autora: Aspomil - Associação de Assistência Social dos Policiais Militares do Estado de São Paulo

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte (ACP - coletiva)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

245. Processo nº 0036777-39.2011.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Aopm

Objeto: ALE extensão inativos (MS Coletivo)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

246. Processo nº 0046558-22.2010.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Acspmesp

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte (ação coletiva- categoria)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: R\$ 416.000.000,00

247. Processo nº 0047200-58.2011.8.26.0053

Parte autora: Associação de Defesa dos Policiais Militares do Estado de São Paulo

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte (coletiva)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

248. Processo nº 0048619-79.2012.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais Praças e Pensionistas da Polícia Militar do Estado de São Paulo- Aopp

Objeto: Recálculo sexta parte (coletiva)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

249. Processo nº 0048623-19.2012.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais Praças e Pensionistas da Polícia Militar do Estado de São Paulo- Aopp

Objeto: Incorporação do ALE (salário-base). MS coletivo.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

250. Processo nº 0600594-25.2008.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte (MS Coletivo - categoria) **Risco:** Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

251. Processo nº 1000299-74.2018.8.26.0439

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Interdição da cadeia pública de Pereira Barreto, bem como a transferência dos detentos ali alocados para local diverso

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

252. Processo nº 1000590-93.2016.8.26.0035

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Aumento do efetivo policial no Município de Águas de Lindóia/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

253. Processo nº 1001612-39.2019.8.26.0438

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Expedição AVCB e Alvará para Cadeia Pública de Penápolis

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

254. Processo nº 1003598-33.2018.8.26.0577

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reforma de prédio onde funciona a 8ª delegacia de polícia do Município de São José dos Campos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

255. Processo nº 1018497-95.2014.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Delegados de Policia do Estado de São Paulo - Sindpesp

Objeto: Recebimento de Adicional por Direção de Atividade Judiciária (ADPJ)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

256. Processo nº 1027724-12.2014.8.26.0053

Parte autora: Sintelpol - Sindicato dos Trabalhadores Em Telemática Policial do Estado de São Paulo

Objeto: Direito a aposentadoria especial com integralidade e paridade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

**ANEXO II
RISCOS FISCAIS**

257. Processo nº 1035883-02.2018.8.26.0053

Parte autora: Associacao dos Cabos e Soldados da Pm

Objeto: Incorporação do adicional de insalubridade

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

258. Processo nº 1049486-79.2017.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Policiais Civis da Região de Presidente Prudente - Sipol

Objeto: Revisão de aposentadoria para pagamento com integralidade na classe

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

259. Processo nº 0009264-62.2012.8.26.0053

Parte autora: Associacao dos Subtenentes e Sargentos P

Objeto: Incorporação do ALE (ação coletiva)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

260. Processo nº 0020942-11.2011.8.26.0053

Parte autora: Associacao Fundo de Auxilio Mutuo dos Mi

Objeto: RETP - alteração cálculo

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

261. Processo nº 0027021-69.2012.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais da Policia Militar do Estado de São Paulo - Aopm

Objeto: Incorporação do ALE (salário-base)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

262. Processo nº 0034625-47.2013.8.26.0053

Parte autora: Associacao dos Cabos e Soldados da Pm Do

Objeto: Abono permanência para militares (coletiva)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

263. Processo nº 0035370-95.2011.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais Praças e Pensionistas da Polícia Militar do Estado de São Paulo- Aopp

Objeto: Conversão URV (ACP coletiva)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

264. Processo nº 0045507-05.2012.8.26.0053

Parte autora: Assoc dos Veteranos e Pens da P Militar

Objeto: Incorporação ALE para inativos (MS coletivo)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

265. Processo nº 1004091-02.2018.8.26.0224

Parte autora: Defensoria Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Moradia - Locação Social

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

266. Processo nº 1009402-07.2015.8.26.0053

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Regularização dos hidrantes do Município de SP

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

267. Processo nº 0023635-65.2011.8.26.0053

Parte autora: Associacao Fundo de Auxilio Mutuo dos Mi

Objeto: ALE valor integral na inatividade (coletiva)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

268. Processo nº 0029622-82.2011.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Policiais Militares da Reserva Reformados da Ativa e Pens. da Caixa Benef. da Cb

Objeto: ALE - extensão para inativos (MS Coletivo)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

269. Processo nº 0040413-13.2011.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Aopm

Objeto: Conversão do URV (coletiva)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

270. Processo nº 1004652-25.2016.8.26.0344

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Disponibilização de policiais militares para policiamento ostensivo em dias específicos na Praça Matriz do Município de Vera Cruz.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

271. Processo nº 1027863-90.2016.8.26.0053

Parte autora: Auto Patio Lageado

Objeto: Indenização por utilização de pátio para guarda de veículos sem contrato

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

272. Processo nº 0001075-07.2010.8.26.0396

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Abstenção de receber mais de 30 presos em cadeia pública

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

273. Processo nº 0001743-86.2014.8.26.0444

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público para obrigar o Estado de São Paulo a realizar procedimento licitatório dos serviços de pátio e guincho

serviços públicos de guincho e pátio no Município de Pilar do Sul.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

274. Processo nº 0003943-91.2002.8.26.0022

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Provimento de cargos de carcereiro, remoção de presos e adequação de estabelecimento prisional em Amparo/SP

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

275. Processo nº 0028319-62.2013.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Peritos Criminais do Estado de São Paulo - Sinpresp

Objeto: Recálculo de aposentadoria com base na remuneração na classe

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

276. Processo nº 0029754-61.2019.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Policiais Civis de Mogi das Cruzes e Região

Objeto: Aposentadoria calculada com base no cargo (não na classe)

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

277. Processo nº 1000542-32.2016.8.26.0457

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reforma na cadeia pública de Pirassununga para garantir banho de sol aos detentos

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

278. Processo nº 1020456-67.2015.8.26.0053

Parte autora: Aspc - Associação dos Servidores Públicos da Polícia Científica do Estado de São Paulo

Objeto: Recálculo de quinquênio e sexta parte

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

279. Processo nº 1026268-27.2014.8.26.0053

Parte autora: Tci File Tecnologia do Conhecimento e da Informação LTDA

Objeto: Ação condenatória por serviços de armazenamento documental prestados à Secretaria de Segurança Pública sem cobertura contratual e não pagos

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: R\$ 23.981.845,98

ANEXO II RISCOS FISCAIS

280. Processo nº 0002110-93.2013.5.02.0079

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Coletiva - não fornecimento de cesta básica

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Estimativa de impacto: Não há

281. Processo nº 0000700-13.2012.5.02.0086

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Cesta básica - Responsabilidade subsidiária

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Estimativa de impacto: Não há

282. Processo nº 0000045-33.2005.4.03.6103

Parte autora: Ministério Público Federal

Objeto: Impugnação de licenças ambientais concedidas na construção de sistema de água, no município de São Sebastião.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

283. Processo nº 0000264-06.2011.4.03.6113

Parte autora: Ministério Público Federal

Objeto: Proibição de queima controlada da palha da cana-de-açúcar, abstendo-se de conceder novas licenças para tanto, a abranger o território abrangido pela Subseção da Justiça Federal de Franca.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

284. Processo nº 0000669-68.2003.8.26.0642

Parte autora: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Recuperação da área do imóvel cuja construção foi autorizada pelo Estado

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

285. Processo nº 0001846-94.2013.4.03.6105

Parte autora: Ministério Público Federal

Objeto: Impugnação da destinação dos recursos oriundos da compensação ambiental decorrentes do empreendimento "Projeto de Modernização da REPLAN", em Paulínia/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

286. Processo nº 0002510-28.2010.8.26.0101

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Destinação de resíduos industriais

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

287. Processo nº 0007363-05.2008.8.26.0666

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Regularização e responsabilidade por loteamento irregular em Arthur Nogueira/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

288. Processo nº 0007364-87.2008.8.26.0666

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Regularização de loteamento em Arthur Nogueira

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

289. Processo nº 0007938-13.2008.8.26.0666

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Regularização e responsabilização quanto a loteamento irregular em Arthur Nogueira/SP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

290. Processo nº 0008922-78.2010.8.26.0099

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Responsabilização por danos causados a APP situada em imóvel particular

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

291. Processo nº 0406029-18.1995.8.26.0053

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Regularização de parcelamento irregular do solo em área de manancial da Billings ou desfazimento em 180 dias seguido de recuperação da área

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

292. Processo nº 0414433-53.1998.8.26.0053

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Regularização de loteamento clandestino

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

293. Processo nº 1000030-39.2017.8.26.0449

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Construção de laboratório para análise de agrotóxicos no Município de Piquete

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAUDE

Estimativa de impacto: Não há

294. Processo nº 1000714-86.2016.8.26.0452

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Obrigação de fazer consistente na retirada de residências construídas em área de preservação ambiental (margem do Rio Paranapanema).

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

295. Processo nº 1009008-69.2015.8.26.0224

Parte autora: Valdeci Beltran dos Santos (e outros)

Objeto: Ação de desapropriação indireta

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: R\$ 9.479.898,00

ANEXO II RISCOS FISCAIS

296. Processo nº 0000357-73.2007.8.26.0118

Parte autora: Empresa Territorial Cananeia S C Ltda

Objeto: Indenização por desapropriação indireta

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: R\$ 1.272.428,00

297. Processo nº 0001988-61.2011.8.26.0587

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Recuperação ambiental

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

298. Processo nº 0002904-44.1995.8.26.0268

Parte autora: JOALMA PARTICIPAÇÃO E COMERCIO LTDA

Objeto: Desapropriação indireta

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

299. Processo nº 0003653-12.2007.8.26.0116

Parte autora: Ministério Público Estadual

Objeto: Regularização - Edificações em área de APP

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

300. Processo nº 0005624-78.2010.8.26.0099

Parte autora: Ministério Público do Estado de Estado de São Paulo

Objeto: Responsabilização por degradação ambiental em APP

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

301. Processo nº 0732139-44.1996.8.26.0100

Parte autora: Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Reparação de danos ambientais em área de manancial decorrente de parcelamento clandestino do solo

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

302. Processo nº 0000047-71.2012.8.26.0642

Parte autora: Município da Estância Balneária de Ubatuba

Objeto: Anulação de AIA's.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

303. Processo nº 0000363-11.2004.8.26.0563

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Recuperação de área em loteamento irregular em São Bento do Sapucaí.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

304. Processo nº 0001335-78.2004.8.26.0563

Parte autora: SERRA - Sociedade Pró Educação, Resgate e Recuperação Ambiental

Objeto: Degradação de vegetação em Área de Preservação Permanente, no município de Santo Antônio do Pinhal.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

305. Processo nº 0001747-21.2003.8.26.0053

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Reparação de danos ambientais em área protegida ambientalmente

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

306. Processo nº 0002485-64.2015.8.26.0416

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de Sao Paulo

Objeto: Construção de rede de esgoto em Pauliceia-SP.

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

307. Processo nº 0008035-31.2003.8.26.0361

Parte autora: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Objeto: Recuperação de área de loteamento clandestino

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

308. Processo nº 0011329-45.2003.8.26.0053

Parte autora: Willian Marcellino da Silva

Objeto: Regularização e indenização de danos ambientais e urbanísticos

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

309. Processo nº 0024560-80.2019.8.26.0053

Parte autora: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Restauração de imóvel tombado na Av Paulista

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: Não há

310. Processo nº 0830392-18.2006.8.26.0053

Parte autora: Fazenda Pública do Estado de São Paulo

Objeto: Desapropriação indireta

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: R\$ 7.296.242,26

311. Processo nº 1044280-89.2014.8.26.0053

Parte autora: Centro Automotivo Ponto Quente Ltda

Objeto: Indenização pela perda de fundo de comércio

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

Estimativa de impacto: Não há

312. Processo nº 0027310-70.2010.8.26.0053

Parte autora: Sindicato das Empresas de Transportes Passageiros Por Fretamento do Estado de São Paulo Sinfret

Objeto: Legalidade da Res. STM 59/2010, que altera a forma de cálculo e cobrança pelos serviços da EMTU

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Estimativa de impacto: Não há

313. Processo nº 0002139-40.2012.5.02.0060

Parte autora: Sindicato dos Empregados em Empresas de Vigilância, Segurança e Similares de São Paulo - "SEEVISSP"

Objeto: Ação coletiva - fornecimento de cesta básica

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

314. Processo nº 0008152-24.2013.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo

Objeto: Restabelecimento de pensão por morte - filha solteira de militar - Ação Coletiva

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

315. Processo nº 1013240-89.2014.8.26.0053

Parte autora: Sindicato Regional dos Policiais Civis do Centroeste Paulista - Sincopol

Objeto: Concessão de aposentadoria especial para policiais civis - LC 51/85 com integralidade e paridade - Ação Coletiva

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

316. Processo nº 1032955-83.2015.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Policiais Civis da Região de Assis - Apocira

Objeto: Concessão de aposentadoria especial para policiais civis - Lc 51/85 com integralidade e paridade - Ação Coletiva

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

317. Processo nº 0018635-36.2001.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Delegados de Policia do Estado de São Paulo - Sindpesp

Objeto: Concessão de aposentadoria especial para delegados

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

318. Processo nº 1007190-81.2013.8.26.0053

Parte autora: Associação Paulista dos Servidores do Estado e do Município de São Paulo

Objeto: Recálculo de pensão para que seja paga com integralidade

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

319. Processo nº 0000749-12.2012.5.02.0003

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Adicional de Insalubridade

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SUCEN - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

320. Processo nº 0600593-40.2008.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado de São Paulo - Acspmesp

Objeto: Recálculo quinquênio e sexta parte

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

321. Processo nº 1001391-23.2014.8.26.0053

Parte autora: Associação dos Oficiais Militares do Estado de São Paulo

Objeto: Incorporação do ALE para todos os fins

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

322. Processo nº 0047544-73.2010.8.26.0053

Parte autora: CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Eletrica Paulista

Objeto: CTEEP - pagamento de complementação de aposentadoria pela FESP

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: R\$ 2.465.068.093,34

323. Processo nº 0004789-97.2011.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Trab Pub da Saude Est Sao

Objeto: Ação Coletiva - SINDSAÚDE - Categoria SUCEN - Pretende reenquadramento dos servidores da SUCEN conforme critérios da LC 1.080/08 - restabelecimento de ref. e graus antes da entrada em vigor desta Lei.

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SUCEN - SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE ENDEMIAS

Estimativa de impacto: Não há

324. Processo nº 0001951-81.1989.8.26.0562

Parte autora: Carlos Vasquez Martinez (e outros)

Objeto: Desapropriação Indireta

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Estimativa de impacto: R\$ 2.828.831,65

325. Processo nº 0029319-98.2008.8.26.0562

Parte autora: Ministerio Público do Estado de São Paulo

Objeto: Acessibilidade para deficientes a escola pública em Santos

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

326. Processo nº 0000132-88.2012.5.02.0088

Parte autora: Sindicato dos Trabalhadores do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - Sinteps

Objeto: Concessão de sexta parte aos celetistas do CEETEPS

Risco: Provável

Órgão ou entidade: CENTRO PAULA SOUZA - CENTRO PAULA SOUZA

Estimativa de impacto: Não há

327. Processo nº 2095266-87.2017.8.26.0000

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: ADI - Inconstitucionalidade de cargos comissionados - ausência de descrição de atribuições do cargo

Risco: Possível

Órgão ou entidade: ARSESP - AGÊNCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Estimativa de impacto: Não há

328. Processo nº 0104420-53.2007.8.26.0053

Parte autora: Sindicato dos Procuradores do Estado, Autarquias Fundações e Univ. Públicas/sp-sindiproesp

Objeto: Mandado de Segurança Coletivo - SINDPROESP e outro - pretende afastar Decreto 48.407/04 que determinava aplicação do subteto da EC 41/03 aos Procuradores Autárquicos

Risco: Provável

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Estimativa de impacto: Não há

329. Processo nº 2165511-31.2014.8.26.0000

Parte autora: Ministerio Publico do Estado de São Paulo

Objeto: Constitucionalidade de artigos da Lei Estadual 14.6353/11, que trata da Previdência Complementar (ADI)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Estimativa de impacto: Não há

330. Processo nº 2104514-14.2016.8.26.0000

Parte autora: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Objeto: Inconstitucionalidade cargos/função em comissão (ADI)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SAÚDE

Estimativa de impacto: Não há

ANEXO II RISCOS FISCAIS

331. Processo nº 2003663-93.2018.8.26.0000

Parte autora: Procurador Geral de Justiça do Estado de São Paulo

Objeto: Contratação temporário (professor) - ADI

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Estimativa de impacto: Não há

332. Processo nº 2178554-93.2018.8.26.0000

Parte autora: Luciano Henrique da Silva

Objeto: Incorporação gratificação art. 133 outro Poder (IRDR)

Risco: Possível

Órgão ou entidade: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Estimativa de impacto: Não há

ÁREA DO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL

No âmbito do contencioso Tributário-Fiscal, há discussão judicial com potencial impacto nas finanças estaduais relativa aos juros de mora do ICMS paulista, previstos no artigo 96, da Lei Estadual n. 6.374/89, na redação dada pela Lei Estadual nº 13.918/2009. A consolidação da jurisprudência desfavorável ao Estado ao longo dos últimos nove anos implicou necessidade de revisão da legislação tributária fiscal para adequação a esta circunstância. Aproveitou-se o ensejo para propor também a adequação dos percentuais de multas relativas às chamadas obrigações acessórias ao pagamento de tributos, de forma a alinhar a atuação do Estado à jurisprudência dos tribunais superiores.

Assim, foram editadas as Leis n. 16.497/2017 e 16.498/2017 que, respectivamente, adequaram as penalidades impostas em autuações relativas às obrigações acessórias à jurisprudência dos Tribunais Superiores sobre o tema da não confiscatoriedade, e reduziu a taxa de juros aplicáveis aos débitos de ICMS ao limite da taxa SELIC, também nos termos da jurisprudência sobre o tema, que foi posteriormente consolidada no julgamento do Tema 1062 pelo STF.

A possibilidade de enfrentamento de contencioso relativo à repetição de valores pagos pelos contribuintes, nos termos da sistemática anterior de cálculo de juros e multas, é considerável, à vista do princípio da retroatividade mais benéfica, sendo, porém, mitigados os seus efeitos, no que toca à questão dos juros, pelo fato de, nos últimos cinco anos (período não abrangido pela prescrição), ter ocorrido sensível diminuição do descolamento da taxa utilizada pelo Estado e a taxa SELIC, consagrada pelo STF.

Destacam-se ainda, os valores decorrentes do contrato de financiamento da dívida da Viação Aérea São Paulo S.A - VASP, firmado com o Tesouro Nacional, no qual o Estado de São Paulo figura como fiador. Para ressarcir-se do prejuízo sofrido com as retenções de parcelas do Fundo de Participação dos Estados, foram propostas em face da VASP – Viação Aérea de São Paulo S/A – Massa Falida, diversas execuções fiscais ainda em andamento.

Consoante já explicitado no relatório anterior, pendem discussões sobre as tarifas TUST/TUSD, cobradas nas faturas de energia elétrica.

Diante do ajuizamento em massa das ações judiciais em todo Estado, o Tribunal de Justiça de São Paulo admitiu o incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR) interposto para defender a legalidade da cobrança de tarifas em

ANEXO II RISCOS FISCAIS

contas de energia elétrica, tendo sido determinada a suspensão dos oitenta mil processos, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado de São Paulo, inclusive no Juizado Especial da Fazenda Pública.

A discussão já foi levada ao STF que, ao julgar o RE 1.041.836 (tema 956 - STF), manifestou-se pela inexistência de questão constitucional.

Atualmente, os processos que tratam desse assunto estão sobrestados em âmbito nacional, por força de decisão proferida pelo STJ - Tema 986 (DJe 15/12/17).

Além dos recursos originariamente afetados (REsp 1.692.023, REsp 1.699.851 e EREsp 1.163.020), em 3/2/2020 foram também afetados os REsp 1734902/SP e REsp 1734946/SP.

A tese foi intensamente trabalhada e há razoável perspectiva de êxito, porém a Secretaria da Fazenda indica grande temor na possibilidade de exclusão da cobrança, o que impactaria a arrecadação corrente, e eventual repetição de valores com pagamentos via precatório, no futuro.

Informamos, ainda, que quanto à discussão acerca da titularidade do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título pelo Estado de São Paulo, nos termos do artigo 157 I da CF/88, há liminar desfavorável em relação a São Paulo, Amapá e Paraná, a indicar pequena chance de êxito.

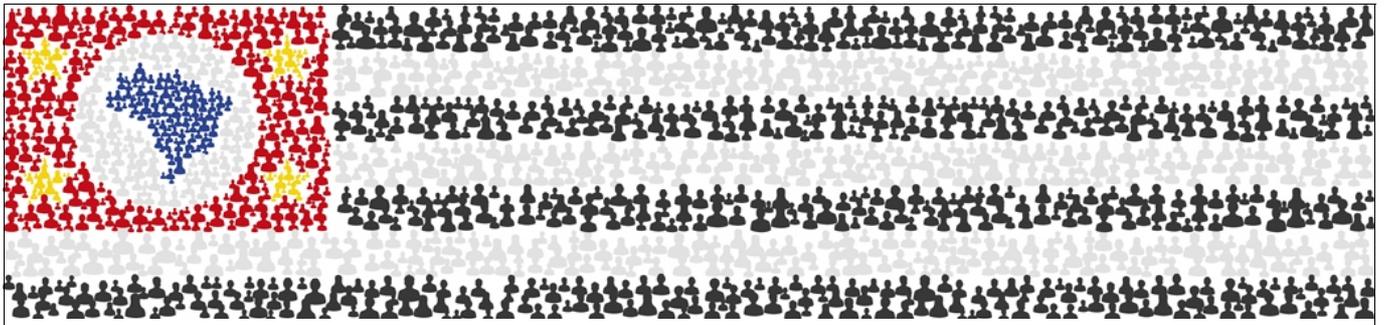
A quantificação de eventual condenação ao repasse do tributo federal à União é bastante expressiva. Em 2018, foi determinada a suspensão de todos os processos versando sobre o tema em todo o cenário nacional, por decisão da Ministra Presidente do Supremo Tribunal Federal (SIRDR No. 1/2018), o que indica que a questão produzirá efeitos uniformes para todos os entes federativos atingidos (Estados e Municípios).

Estão pautadas para julgamento em abril de 2020 as ADI's 4916, 4917, 4918 e 4920, que questionam a constitucionalidade de dispositivos da Lei Federal 12.734/2012 e, no tocante à ADI 4917 (ajuizada por SP), o pedido resume-se a interpretação dos dispositivos conforme a Constituição, a fim de preservar as concessões já vigentes à época da edição do diploma. Ainda no tema royalties de petróleo, espera-se a retomada de julgamento da ACO 444 no mesmo mês, que discute os limites do mar territorial para fins de percepção desta natureza de receita. A perspectiva de julgamento destas demandas poderá impactar o orçamento no tocante às receitas dos royalties de petróleo.

Há, também, pautado para março de 2020 o julgamento conjunto das ADI's 1945, 5576, 5659 e 5958, e do RE 688223, todos envolvendo a incidência tributária sobre operações de transferência eletrônica de softwares e congêneres. Acaso prevaleça a tese de incidência de ISS – e não do ICMS – haverá grande impacto orçamentário, uma vez que no momento prevalece, no Estado de São Paulo, o regramento trazido pelo Convênio ICMS 106/17 e pelo Decreto Estadual n. 63099/17.

Outrossim, Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu o incidente de arguição de inconstitucionalidade do artigo 66-B, parágrafo 3º, da Lei Estadual n. 6.374/89, decorrente do julgado na ADI 2777 e no RE 593849/MG (tema 201, da repercussão geral). A declaração de inconstitucionalidade de referido dispositivo indica possível aumento no número de demandas judiciais correlatas ao tema.

Por fim, há a perspectiva de conclusão do julgamento da ADI 4281, ajuizada pela Abraceel para questionar a constitucionalidade do artigo 425, inciso I, alínea 'b', parágrafos 2º e 3º, do RICMS, que, em síntese, instituiu o regime de substituição tributária para o ICMS no ambiente de contratação livre de energia elétrica. Eventual declaração de inconstitucionalidade impactará diretamente esta forma de arrecadação.



ANEXO III METAS E PRIORIDADES

Programa: 0150 - PROCESSO LEGISLATIVO**Finalístico**

Órgão: 01000 - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PROJETOS APRESENTADOS. (unidade)	10.776
TAXA ANUAL DE PROJETOS DELIBERADOS (%)	19,15
TAXA DE EVOLUÇÃO ANUAL DE PROJETOS APRESENTADOS (%)	145,1
PRODUTO: SESSÕES LEGISLATIVAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
SESSÕES LEGISLATIVAS REALIZADAS (unidade)	305
AÇÃO	
4817 - FUNCIONAMENTO DO PROCESSO LEGISLATIVO	orçamentária
PRODUTO: DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL REALIZADAS (unidade)	1
AÇÃO	
6275 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária
PRODUTO: FUNCIONÁRIOS PARTICIPANTES DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
FUNCIONÁRIOS PARTICIPANTES (unidade)	600
AÇÃO	
4818 - DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS	orçamentária
PRODUTO: HORAS PRODUZIDAS E TRANSMITIDAS PELA TV ALESP	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
HORAS DE PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DA TV ALESP (unidade)	2.880
AÇÃO	
4508 - DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS	orçamentária
PRODUTO: EVENTOS REALIZADOS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EVENTOS REALIZADOS (unidade)	30
AÇÃO	
6320 - ESTUDOS E PESQUISAS PARA SUBSIDIAR ATIVIDADES POLÍTICAS	orçamentária
PRODUTO: OBRAS, ADAPTAÇÕES E/OU REFORMAS NO PALÁCIO 9 DE JULHO	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
OBRAS E/OU ADAPTAÇÕES REALIZADAS (unidade)	8
AÇÃO	
1215 - EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO PALÁCIO 9 DE JULHO	orçamentária

Programa: 0150 - PROCESSO LEGISLATIVO**Finalístico****PRODUTO: PROCESSOS INFORMATIZADOS****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROCESSOS INFORMATIZADOS (unidade)	120

AÇÃO

4820 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: EQUIPAMENTOS EM REDE E SISTEMAS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EQUIPAMENTOS EM REDE E SISTEMAS (unidade)	24.640

AÇÃO

5701 - GERENCIAMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	orçamentária
--	--------------

Programa: 0200 - CONTROLE EXTERNO**Finalístico**

Órgão: 02000 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
FISCALIZAÇÕES REALIZADAS (unidade)	3.289

PRODUTO: FISCALIZAÇÕES REALIZADAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
FISCALIZAÇÕES ORDINÁRIAS REALIZADAS (unidade)	3.289

AÇÃO

4821 - CONTROLE E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA orçamentária

PRODUTO: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDOR (h/aula)	40

AÇÃO

6304 - PLANO DE CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DO TCE/SP orçamentária

PRODUTO: MELHORIAS E AMPLIAÇÕES**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EXTENSÃO DOS INVESTIMENTOS EM AMPLIAÇÕES E INSTALAÇÕES (unidade)	2

AÇÃO

1361 - PLANO DE INVESTIMENTOS DO TRIBUNAL DE CONTAS orçamentária

Programa: 0303 - PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Finalístico**

Órgão: 03000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE ATENDIMENTO À DEMANDA - IAD (%)	100
TAXA ANUAL DE JULGAMENTO DE AÇÕES EM RELAÇÃO AO EXERCÍCIO ANTERIOR (%)	101,98

PRODUTO: TRANSPORTE DOS OFICIAIS DE JUSTIÇA EM DILIGÊNCIAS JUDICIAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DILIGÊNCIAS REALIZADAS (unidade)	4.663.249

AÇÃO

4567 - DILIGÊNCIAS JUDICIAIS	orçamentária
------------------------------	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL NO PRIMEIRO E NOSEGUNDO GRAU**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AÇÕES JULGADAS (unidade)	4.941.781
PERCENTUAL DE AÇÕES JULGADAS (%)	81,4

AÇÃO

4826 - DISTRIBUIÇÃO DA JUSTIÇA	orçamentária
--------------------------------	--------------

PRODUTO: PROCESSOS DIGITAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE PROCESSOS DIGITAIS EM ANDAMENTO (%)	69,24
QUANTIDADE DE PROCESSOS DIGITAIS (unidade)	1.601.908

AÇÃO

4827 - DESENVOLVIMENTO, IMPLEMENTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MATÉRIAS GERADAS PARA TRANSPARÊNCIA DAS AÇÕES DA INSTITUIÇÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MATÉRIAS VEICULADAS (unidade)	134.700

AÇÃO

6020 - COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	orçamentária
----------------------------------	--------------

PRODUTO: DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES CORREICIONAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
UNIDADES JURISDICIONAIS CORREICIONADAS (unidade)	650

AÇÃO

6164 - FUNCIONAMENTO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONCILIAÇÕES E MEDIAÇÕES REALIZADAS (unidade)	212.925

AÇÃO

8316 - SOLUÇÕES ALTERNATIVAS DE CONFLITOS	não orçamentária
---	------------------

Programa: 0303 - PROCESSO JUDICIÁRIO NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**Finalístico****PRODUTO: CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONSTRUÇÃO, REFORMAS E AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS (unidade)	17

AÇÃO

1941 - INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS JUDICIAIS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: CURSOS, TREINAMENTOS E PALESTRAS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CERTIFICADOS EMITIDOS (unidade)	56.000

AÇÃO

4822 - FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PAULISTA DA MAGISTRATURA	orçamentária
---	--------------

Programa: 0600 - PROCESSO JUDICIÁRIO MILITAR**Finalístico**

Órgão: 06000 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
PERCENTUAL DE JULGAMENTO DE AÇÕES (%)		100
PRODUTO: SISTEMA INFORMATIZADO		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
SISTEMA INFORMATIZADO IMPLANTADO (unidade)		
AÇÃO		
2096 - IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO VIRTUAL		orçamentária
PRODUTO: AÇÕES JULGADAS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
AÇÕES JULGADAS (unidade)		5.296
AÇÃO		
4832 - DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA MILITAR		orçamentária
PRODUTO: MATÉRIAS VEICULADAS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
MATÉRIAS VEICULADAS (unidade)		6
AÇÃO		
6134 - COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL		orçamentária

Programa: 0800 - APRENDIZAGEM DE EXCELÊNCIA E EQUIDADE**Finalístico**

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE PROFESSORES FORMADOS PARA IMPLEMENTAR O CURRÍCULO PAULISTA (%)	75
PROFICIÊNCIA EM LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA (%)	40
TAXA DE REPROVAÇÃO E ABANDONO (%)	2,24

PRODUTO: GESTÃO DA APRENDIZAGEM: FORMAÇÃO, ENSINO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ALUNOS QUE REALIZARAM A AVALIAÇÃO DE SISTEMA NO TOTAL DAS SÉRIES EM QUE SE REALIZARAM AS PROVAS NA REDE ESTADUAL (%)	87,16
PERCENTUAL DE ALUNOS QUE REALIZARAM A AVALIAÇÃO EM PROCESSO NA REDE ESTADUAL (%)	97

AÇÃO

6177 - MONITORAMENTO, MELHORIA E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS EDUCACIONAIS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: OPÇÕES DE ITINERÁRIOS FORMATIVOS OFERECIDOS AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESCOLAS QUE OFERECEM 2 OU MAIS ITINERÁRIOS FORMATIVOS (unidade)	3.643
NÚMERO DE MATRÍCULAS EM ENSINO TÉCNICO E/OU PROFISSIONALIZANTE (unidade)	795.247

AÇÃO

6343 - FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO MÉDIO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO BÁSICA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DA REDE ESTADUAL (unidade)	3.323.351

AÇÃO

5160 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL-SERVIDORES-FUNDEB	orçamentária
5161 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENS. FUNDAMENTAL-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO-FUNDEB	orçamentária
5757 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO-FUNDEB	orçamentária
5759 - DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DO ENSINO MÉDIO-SERVIDORES-FUNDEB	orçamentária

PRODUTO: EDUCAÇÃO INTEGRAL OFERECIDA AOS ALUNOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
Nº DE ALUNOS COM JORNADA ESCOLAR DE 7 HORAS OU MAIS (unidade)	446.000
PERCENTUAL DE MATRÍCULAS EM ESCOLAS QUE PROMOVEM O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE VIDA DO ESTUDANTE (%)	100

AÇÃO

6136 - IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NA REDE ESTADUAL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MATERIAIS E RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS OFERTADOS AOS ALUNOS E PROFISSIONAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS QUE RECEBERAM OS MATERIAIS IMPRESSOS OU DIGITAIS DE APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO (unidade)	3.323.351
PERCENTUAL DE ESCOLAS QUE RECEBERAM MATERIAIS IMPRESSOS ATÉ O INÍCIO DO SEMESTRE (%)	100

AÇÃO

6168 - PROVISÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E DE APOIO PEDAGÓGICO EM VERSÃO IMPRESSA/DIGITAL	orçamentária
6208 - RECURSOS EDUCACIONAIS, CURSOS E INICIATIVAS PEDAGÓGICAS ANDRAGÓGICAS DIGITAIS	orçamentária

Programa: 0800 - APRENDIZAGEM DE EXCELÊNCIA E EQUIDADE**Finalístico****PRODUTO: ATIVIDADES COMPLEMENTARES AO CURRÍCULO E CONEXÃO COM A COMUNIDADE ESCOLAR****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS PARTICIPANTES EM PROJETOS DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR (unidade)	2.037.755
AÇÃO	
6169 - VIABILIZAÇÃO DE CURSOS DE IDIOMAS, ATIVIDADES COMPLEMENTARES E ESCOLA ABERTA	orçamentária

PRODUTO: EDUCAÇÃO ESPECIAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUIDOS NA REDE REGULAR (unidade)	58.615
PERCENTUAL DE ALUNOS ATENDIDOS EM SALAS DE RECURSOS (%)	38,39
AÇÃO	
5156 - ATENDIMENTO ESPECIALIZADO A ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	orçamentária

PRODUTO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E ATENDIMENTO ESCOLAR PARA PÚBLICOS ESPECÍFICOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MATRÍCULAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E PÚBLICOS ESPECÍFICOS (unidade)	308.010
PERCENTUAL DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NA REDE ESTADUAL QUE CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO (%)	73,5
AÇÃO	
5745 - ATENDIMENTO A JOVENS E ADULTOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA - EJA E PÚBLICOS ESPECÍFICOS	orçamentária

PRODUTO: DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (REDES PÚBLICAS)**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DA REDE ESTADUAL QUE CONCLUÍRAM AS AÇÕES FORMATIVAS (%)	96
PERCENTUAL DE VAGAS OFERTADAS PARA CAPACITAÇÃO DA REDE ESTADUAL (%)	78
AÇÃO	
6175 - FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: REDES ESTADUAL E MUNICIPAL	orçamentária

PRODUTO: ORIENTAÇÃO E SUPORTE AOS COLEGIADOS ESCOLARES E À GESTÃO DEMOCRÁTICA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ESCOLAS QUE CONTAM COM O CONJUNTO DE GRÊMIOS, CONSELHOS DE ESCOLA E ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES EM FUNCIONAMENTO (%)	85
AÇÃO	
8277 - FORTALECIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA GESTÃO DA ESCOLA	não orçamentária

PRODUTO: UNIDADES ESCOLARES COMO AMBIENTES PROTEGIDOS E COM BOA CONVIVÊNCIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS PELO SISTEMA DE PROTEÇÃO E CONVIVÊNCIA ESCOLAR (%)	57,14
AÇÃO	
8278 - AÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PREVENÇÃO, PROTEÇÃO E CONVIVÊNCIA NAS ESCOLAS	não orçamentária

PRODUTO: ESTUDOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS EM PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES DA SEG.PUBL.**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PARCERIAS FIRMADAS COM ESTUDOS ELABORADOS EM CONSONÂNCIA COM AS CONCEPÇÕES DO CURRÍCULO PAULISTA (unidade)	1
AÇÃO	
8338 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS EM PARCERIA COM ORGANIZAÇÕES	não orçamentária

Programa: 0815 - GESTÃO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**Finalístico**

Órgão: 08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE AMBIENTES PEDAGÓGICOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO CURRÍCULO PAULISTA (unidade)	3.790
NÚMERO DE PROCESSOS AUTOMATIZADOS PARA EFICIÊNCIA (unidade)	3
PERCENTUAL DE ABSENTEÍSMO DOCENTE (%)	11,63

PRODUTO: ALIMENTAÇÃO ESCOLAR OFERECIDA AOS ALUNOS DA REDE ESTADUAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (unidade)	2.419.400

AÇÃO

6172 - FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: TRANSPORTE ESCOLAR REGULAR E ESPECIALIZADO GARANTIDO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL TRANSPORTADOS (%)	10

AÇÃO

5740 - TRANSPORTE DE ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: REDE FÍSICA ESCOLAR ADEQUADA PARA A APRENDIZAGEM A PARTIR DO CURRÍCULO PAULISTA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INTERVENÇÕES DE INFRAESTRUTURA FÍSICA NOS PRÉDIOS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO (unidade)	1.000
PERCENTUAL DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ATENDIDOS NO TOTAL DOS SERVIÇOS SOLICITADOS NO ANO (%)	100

AÇÃO

2494 - MELHORIAS, MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESCOLAR	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO, SUPRIMENTO, SERVIÇOS E KIT ESCOLAR PARA O NOVO CURRÍCULO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ESCOLAS ATENDIDAS COM REPOSIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE E PARA CONSUMO PARA APOIO À APRENDIZAGEM (%)	50

AÇÃO

6174 - OPERAÇÃO DA REDE DE ENSINO BÁSICO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PARCERIAS ESTADO-MUNICÍPIOS PARA CONSTRUÇÕES ESCOLARES**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CRECHES CONSTRUÍDAS (unidade)	300
NÚMERO DE OBRAS CONVENIADAS EM ANDAMENTO (unidade)	400

AÇÃO

5810 - AÇÃO COOPERATIVA ESTADO-MUNICÍPIO PARA CONSTRUÇÕES OU AMPLIAÇÕES ESCOLARES	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: FORTALECIMENTO DA AUTOGESTÃO ESCOLAR E DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PROGRAMA DE REPASSE DE RECURSOS (unidade)	2.550

AÇÃO

8293 - APOIO FINANCEIRO ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE ESTADUAL	não orçamentária
---	------------------

Programa: 0815 - GESTÃO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**Finalístico****PRODUTO: ENGAJAMENTO DA REDE ESTADUAL POR MEIO AÇÕES DE COMUNICAÇÃO****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PRODUÇÃO DE CONTEÚDO INFORMATIVO (unidade)	1.300
RETORNO DO CONTEÚDO INFORMATIVO (%)	60

AÇÃO

8326 - FORTALECIMENTO DA COMUNICAÇÃO COM A REDE ESTADUAL DE ENSINO.	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: INOVAÇÃO E MELHORIA NOS PROCESSOS DE GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE PROCESSOS PRIORIZADOS E MAPEADOS (%)	66

AÇÃO

6291 - IMPLEMENTAÇÃO DE CONFORMIDADE NA GESTÃO DA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PROFISSIONALIZAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS COM FOCO NA APRENDIZAGEM**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ABSENTEÍSMO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO (%)	11,34
PERCENTUAL DE PROFESSORES QUE CUMPREM TODA A SUA JORNADA EM UMA MESMA ESCOLA ESTADUAL (%)	30

AÇÃO

6290 - SELEÇÃO, PROMOÇÃO, PROGRESSÃO E EVOLUÇÃO DOS PROFISSIONAIS/SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	orçamentária
--	--------------

Programa: 0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Finalístico

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE
10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
CONSULTAS MÉDICAS DE ESPECIALIDADES POR HABITANTE POR ANO (unidade)	1,97
PARTICIPAÇÃO DAS INTERNAÇÕES EM UNIDADES HOSPITALARES SOB GESTÃO ESTADUAL NO TOTAL DE INTERNAÇÕES NO SUS NO	48
PERCENTUAL DE NASCIDOS VIVOS DE MÃES QUE REALIZARAM 7 OU MAIS CONSULTAS DE PRÉ-NATAL NO TOTAL DE NASCIDOS VIVOS (%)	80,5

PRODUTO: ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DA ADM. DIRETA E INDIRETA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (%)	70
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA (unidade)	11.097.934
AÇÃO	
4850 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR NA REDE PRÓPRIA DO ESTADO	orçamentária

PRODUTO: APOIO TÉCNICO E/OU FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA A ATENÇÃO BÁSICA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS COM APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO PARA ATENÇÃO BÁSICA (unidade)	645
PERCENTUAL DE INTERNAÇÕES POR CAUSAS SENSÍVEIS À ATENÇÃO BÁSICA NO TOTAL DE INTERNAÇÕES (%)	14,8
AÇÃO	
6269 - APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL	orçamentária

PRODUTO: ATENDIMENTOS DE REABILITAÇÃO REALIZADOS PELA REDE LUCY MONTORO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA REDE LUCY MONTORO (unidade)	533.380
PERCENTUAL DE UNIDADES COM ATENDIMENTO DE MAIS DE UMA MODALIDADE DE DEFICIÊNCIA (%)	30
AÇÃO	
6214 - REDE DE REABILITAÇÃO LUCY MONTORO	orçamentária

PRODUTO: APOIO FINANCEIRO PARA ATENDIMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA DA POPULAÇÃO PRISIONAL

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS SEDE DE UNIDADE PRISIONAL COM EQUIPE COMPLETA DE SAÚDE DE ACORDO COM OS PARÂMETROS DA DELIBERAÇÃO CIB 62/2012 (%)	20
AÇÃO	
6165 - ATENDIMENTO DESCENTRALIZADO EM ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PRISIONAL	orçamentária

PRODUTO: ACESSO AOS MEDICAMENTOS PELA POPULAÇÃO, COM A PROMOÇÃO DE SEU USO RACIONAL

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE DISPONIBILIDADE DE MEDICAMENTOS PRINCIPAIS NAS FARMÁCIAS DE UNIDADES PÚBLICAS DE SAÚDE (%)	87,5
TAXA DE ACESSO AOS MEDICAMENTOS PELA POPULAÇÃO CADASTRADA (%)	87,5
AÇÃO	
6117 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA ESPECIALIZADA	orçamentária

Programa: 0930 - ATENDIMENTO INTEGRAL E DESCENTRALIZADO NO SUS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Finalístico

PRODUTO: ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DAS UNIDADES GER. PELAS OSS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (%)	70
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS PELAS UNIDADES GERENCIADAS PELAS OSS (unidade)	13.285.938

AÇÃO

4852 - ATENDIMENTO AMBUL. E HOSPITALAR EM UNIDADES GERENCIADAS POR ORGANIZAÇÕES SOCIAIS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ATEND. SAÚDE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE SERV. CONTRAT/CONV. SOB GESTÃO ESTADUAL

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (%)	70
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS POR SERVIÇOS CONTRATADOS /CONVENIADOS SOB GESTÃO ESTADUAL (unidade)	8.304.735

AÇÃO

5532 - ATENDIMENTO AMBULATORIAL E HOSPITALAR EM UNIDADES CONTRATADAS/CONVENIADAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: APOIO FINANCEIRO A MUNICÍPIO E ENTIDADE FILANTRÓPICA P/MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ENTIDADES FILANTRÓPICAS BENEFICIADAS (unidade)	2.090
NÚMERO DE MUNICÍPIOS BENEFICIADOS (unidade)	600

AÇÃO

6213 - APOIO À ATENÇÃO BÁSICA DE SAÚDE - MUNICÍPIOS E ENTIDADES FILANTRÓPICAS	orçamentária
6221 - SANTAS CASAS SUSTENTÁVEIS	orçamentária
6273 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE SAÚDE DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES	orçamentária

PRODUTO: ATENDIMENTOS DE SAÚDE DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE DE OUTROS HOSP ADM INDIR

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES REALIZADOS PELOS OUTROS HOSPITAIS DA ADM INDIR (unidade)	2.243.029

AÇÃO

5274 - ASSISTÊNCIA MÉDICA, HOSPITALAR E AMBULATORIAL	orçamentária
5276 - PROCEDIMENTOS ALTA COMPLEXIDADE NAS ÁREAS ANOMALIAS CRANIOFACIAIS/DEFIC.AUDITIVA	orçamentária

PRODUTO: PROVIMENTO DE INFRAESTRUTURA PARA FUNCIONAMENTO DE HOSPITAIS CONSTRUÍDOS POR PPP

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
COEF. DE MENSURAÇÃO DE DESEMPENHO DA INFRAESTRUTURA P/ FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS CONSTRUÍDOS POR PPP (unidade)	0,99
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (%)	70

AÇÃO

6276 - SUPORTE À OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DOS HOSPITAIS EM PARCERIA PÚBLICO PRIVADA	orçamentária
--	--------------

Programa: 0932 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
COBERTURA VACINAL DE TRÍPLICE VIRAL (SARAMPO, RUBÉOLA E CAXUMBA) EM CRIANÇAS DE 1 ANO (%)	95
MORTALIDADE PREMATURA POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (DCNT), SENDO DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO, PERCENTUAL DE RESULTADOS DE SOROLOGIA LIBERADOS EM TEMPO OPORTUNO PARA O DIAGNÓSTICO DE SARAMPO E RUBÉOLA (%)	327,75
PERCENTUAL DE RESULTADOS DE SOROLOGIA LIBERADOS EM TEMPO OPORTUNO PARA O DIAGNÓSTICO DE SARAMPO E RUBÉOLA (%)	80
PROPORÇÃO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA (DNCI) ENCERRADAS OPORTUNAMENTE, A PARTIR DA	73

PRODUTO: IMUNIZAÇÃO CONTRA DOENÇAS IMUNOPREVENÍVEIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOSES DE VACINAS APLICADAS (unidade)	32.000.000

AÇÃO

4124 - IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO HUMANA	orçamentária
---------------------------------------	--------------

PRODUTO: VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE PROD., SERV. MEIO AMB. E SAÚDE DO TRABALHADOR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ESTABELECIMENTOS DE MAIOR POTENCIAL DE RISCO SANITÁRIO MONITORADOS PELOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA ESTADUAL (%)	44
PERCENTUAL DE INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE ACIDENTES E VIOLÊNCIAS RELACIONADAS AO TRABALHO (%)	100

AÇÃO

4127 - CONTROLE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: VIGILÂNCIA AMBIENTAL DA QUALIDADE DA ÁGUA, ÁREAS CONTAMINADAS E FATORES DE RISCO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
GRUPOS DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (GVE) E GRUPOS DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (GVS) CAPACITADOS PARA DESENVOLVER ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL (unidade)	55
PERCENTUAL DE ANÁLISES PARA VIGILÂNCIA DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO DENTRO DOS PADRÕES DE POTABILIDADE (%)	90

AÇÃO

6244 - VIGILÂNCIA AMBIENTAL	orçamentária
-----------------------------	--------------

PRODUTO: EXAMES LABORATORIAIS DE INTERESSE EM SAÚDE PÚBLICA REALIZADOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXAMES LABORATORIAIS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PARA AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (%)	40

AÇÃO

4138 - EXAMES DE LABORATÓRIO DE INTERESSE À SAÚDE PÚBLICA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DE DOENÇAS/ AGRAVOS TRANSMISSÍVEIS REALIZADAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CASOS DE DOENÇAS DE NOTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA IMEDIATA NOTIFICADOS (unidade)	8.550

AÇÃO

4722 - VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	orçamentária
----------------------------------	--------------

PRODUTO: AÇÕES DE CONTROLE DOS VETORES E HOSPED. INTERMEDIÁRIOS DE DOENÇAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ASSESSORIAS FORNECIDAS AOS MUNICÍPIOS PARA VIGILÂNCIA E CONTROLE DE VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS (unidade)	12.000
NÚMERO DE IMÓVEIS VISITADOS PARA VIGILÂNCIA E CONTROLE DE CULICÍDIOS, TRIATOMÍNEOS, FLEBÓTOMOS, PLANORBÍDEOS E CARRAPATOS. (unidade)	500.000

AÇÃO

4839 - CONTROLE DE DOENÇAS TRANSMITIDAS POR VETORES E HOSPEDEIROS INTERMEDIÁRIOS	orçamentária
--	--------------

Programa: 0932 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE**Finalístico****PRODUTO: MORBI-MORTALIDADE POR DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROPORÇÃO DE MUNICÍPIOS COM PLANO DE AÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS (%)	12
AÇÃO	
6350 - ANÁLISE DE DADOS - DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS	orçamentária

PRODUTO: MAPEAMENTO DO PERFIL EPIDEM. DO CÂNCER NA REDE DE ONCOLOGIA DO ESTADO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CASOS NOVOS DE CÂNCER REGISTRADOS NO RHC/SP (unidade)	48.540
AÇÃO	
4865 - ANÁLISE DE DADOS - EPIDEMIOLOGIA E INFORMAÇÃO EM CÂNCER	orçamentária

Programa: 0933 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NO SUS/SP (%)	25
PRODUTO: PARECERES TÉCNICO-CIENTÍFICOS E SÍNTESES DE EVIDÊNCIAS PRODUZIDAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PARECERES TÉCNICO-CIENTÍFICOS E SÍNTESES DE EVIDÊNCIAS PRODUZIDAS (unidade)	6
AÇÃO	
8327 - PRODUZIR PARECERES TÉCNICOS CIENTÍFICOS E SÍNTESES DE EVIDENCIAS	não orçamentária
PRODUTO: HORA MARCADA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ACESSOS ATRAVÉS DO LOGIN AO APLICATIVO HORA MARCADA (unidade)	300.000
NÚMERO DE TRANSAÇÕES REALIZADAS NO APLICATIVO HORA MARCADA (unidade)	600.000
AÇÃO	
2602 - AGENDAMENTO DE CONSULTAS MÉDICAS, EXAMES E PROCEDIMENTOS CLÍNICOS - HORA MARCADA	orçamentária
PRODUTO: MULTISAÚDE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INTERCONSULTAS REALIZADAS (unidade)	3.456.000
QUANTIDADE DE PACIENTES ATENDIDOS ATRAVÉS DO MULTISAÚDE (unidade)	192.000
AÇÃO	
2603 - ATENDIMENTO MÉDICO VIRTUAL - TELEMEDICINA	orçamentária
PRODUTO: HISTÓRIA CLÍNICO DIGITAL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ACESSOS AO VISUALIZADOR CLÍNICO (unidade)	20.000
NÚMERO DE CIDADÃOS COM HISTÓRICO CLÍNICO DIGITAL (unidade)	500.000
AÇÃO	
2604 - HISTÓRIA CLÍNICA DIGITAL	orçamentária
PRODUTO: PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SAÚDE DESENVOLVIDAS PELA SUCEN, FOSP E CCD.	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SAÚDE APROVADAS PELO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA SUCEN-SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLES E ENDEMIAS, FOSP-FUNDAÇÃO ONCOCENTRO DE SÃO PAULO E CCD (unidade)	54
AÇÃO	
4856 - PROJETOS DE PESQUISAS CIENTÍFICAS EM SAÚDE.	orçamentária
PRODUTO: PESQUISAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA EM SAÚDE DESENVOLVIDAS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESQUISAS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DESENVOLVIDAS PELOS NÚCLEOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA (NIT) (unidade)	8
AÇÃO	
5807 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTOS E PROCESSOS	orçamentária

Programa: 0935 - PRODUÇÃO E FORNECIMENTO DE VACINAS, SOROS, MEDICAMENTOS, SANGUE E HEMODERIVADOS

Finalístico

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE SOROS SOLICITADA AO INSTITUTO BUTANTAN PELO PROGRAMA NACIONAL DE	85
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DA DEMANDA DE VACINAS SOLICITADAS AO INSTITUTO BUTANTAN PELO PROGRAMA NACIONAL DE	85
PERCENTUAL DE BOLSAS DE SANGUE COLETADAS PELOS HEMOCENTROS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE BOLSAS A SEREM CONTRATADAS	95
PERCENTUAL DE ENTREGA DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS EM RELAÇÃO ÀS UNIDADES PLANEJADAS PARA VENDA (%)	85

PRODUTO: DOSES DE VACINAS ENTREGUES

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOSES DE VACINAS PRODUZIDAS E ENTREGUES (unidade)	76.000.000

AÇÃO

4869 - PRODUÇÃO DE VACINAS	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: FRASCOS AMPOLA ENTREGUES

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FRASCOS AMPOLAS DE SOROS ENTREGUES (unidade)	550.000

AÇÃO

6119 - PRODUÇÃO DE SOROS	orçamentária
--------------------------	--------------

PRODUTO: UNIDADES FARMACOTÉCNICAS ENTREGUES PELA FURP

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS ENTREGUES PELA FURP (unidade)	920.000.000

AÇÃO

4838 - FABRICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: CÉLULAS MESENQUIMAIS PRODUZIDAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PACIENTES PARTICIPANTES DE PESQUISA ATENDIDOS COM TERAPIA CELULAR (unidade)	10

AÇÃO

6353 - CÉLULAS MESENQUIMAIS PRODUZIDAS.	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: UNIDADES FARMACOTÉCNICAS ENTREGUES PELA IF AMERICO BRASILIENSE.

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS ENTREGUES EM ATENDIMENTO A DEMANDA DA SES/SP (unidade)	330.000.000

AÇÃO

6265 - UNIDADES FARMACOTECNICAS ENTREGUES PELA IF AMERICA BRASILIENSE.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: BOLSAS DE HEMOCOMPONENTES PROCESSADAS PELAS UNIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE/SP.

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BOLSAS DE CONCENTRADOS DE HEMÁCIAS PROCESSADAS (unidade)	239.500

AÇÃO

4192 - ATENDIMENTO HEMOTERÁPICO	orçamentária
---------------------------------	--------------

Programa: 0940 - FORTALECIMENTO DA GESTÃO ESTADUAL DO SUS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CONSELHOS MUNICIPAIS DE SAÚDE CAPACITADOS (%)	10
PRODUTO: ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTOS ANALISADOS PELO CONSELHO, COM PARECERES EMITIDOS (%)	100
PERCENTUAL DE REUNIÕES DO PLENO E DAS COMISSÕES DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE REALIZADAS (%)	100
AÇÃO	
5801 - FUNCIONAMENTO DO CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE	orçamentária
PRODUTO: MODELO DE GESTÃO DE SAÚDE INTEGRADA DO SUS IMPLANTADO EM 5 REGIÕES PRIORIZADAS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE (UBS) E CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) CONSTRUÍDOS E/OU REFORMADOS (unidade)	
AÇÃO	
2472 - SAÚDE EM AÇÃO- PROJETO APOIADO PELO BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO- BID	orçamentária
PRODUTO: SALA DE SITUAÇÃO DA SAÚDE	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CASOS DE ANÁLISE COM FORMULAÇÃO DE PROPOSTA DE PLANO DE INTERVENÇÃO EM PROCESSOS ESTRATÉGICOS (unidade)	3
AÇÃO	
2605 - FERRAMENTA DIGITAL PARA NEGÓCIOS EM SAÚDE - BIG DATA SAÚDE	orçamentária

Programa: 0941 - EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO NA SAÚDE**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÁREA CONSTRUÍDA EM OBRAS DE REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE (m²)	151.520
PRODUTO: NOVAS UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE METROS QUADRADOS CONSTRUÍDOS EM OBRAS NOVAS (m²)	32.881
AÇÃO	
2529 - CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE SAÚDE	orçamentária
PRODUTO: OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE METROS QUADRADOS REFORMADOS OU AMPLIADOS (m²)	111.602
AÇÃO	
1377 - REFORMAS E AMPLIAÇÃO EM ÁREAS FÍSICAS DAS UNIDADES DA ADM DIRETA E INDIRETA	orçamentária
2574 - REFORMAS E INSTALAÇÕES EMERGENCIAIS DE UNIDADES DE SAÚDE	orçamentária
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSP. PARA AS UNID. DA ADM DIR. E IND.	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES ADQUIRIDOS (unidade)	16.507
AÇÃO	
2449 - APARELHAMENTO/EQUIPAMENTOS NAS UNIDADES DA ADM. DIRETA E INDIRETA	orçamentária
PRODUTO: HOSPITAIS CONSTRUÍDOS POR MEIO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE CONSTRUÇÃO DO NOVO CENTRO DE REFERÊNCIA DA SAÚDE DA MULHER ATRAVÉS DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA (%)	90
AÇÃO	
2530 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA P/CONSTR.CTRO REF. DA SAÚDE DA MULHER	orçamentária

Programa: 0942 - CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS NA ÁREA DA SAÚDE**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CONCLUINTE NO PROGRAMA DE BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO DO CENTRO DE FORMAÇÃO DE RECURSOS	85
PERCENTUAL DE OCUPAÇÃO DAS VAGAS DO PROGRAMA DE BOLSAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA FINANCIADAS PELA SES/SP (%)	96
PERCENTUAL DE SERVIDORES ESTADUAIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA CAPACITADOS PELO GRUPO DE SELEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE	2

PRODUTO: MÉDICOS ESPECIALISTAS FORMADOS POR MEIO DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MÉDICA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BOLSAS DE RESIDÊNCIA MÉDICA FINANCIADAS PELO ESTADO POR ANO (unidade)	6.720

AÇÃO

4863 - RESIDÊNCIA MÉDICA	orçamentária
--------------------------	--------------

PRODUTO: TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) CAPACITADOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TRABALHADORES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) CAPACITADOS (unidade)	45.124

AÇÃO

6121 - CAPACITAÇÕES TÉCNICAS E ADMINISTRATIVAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PROFISSIONAIS ATUALIZADOS EM CONHECIMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICOS EM SAÚDE**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROFISSIONAIS CAPACITADOS EM CONHECIMENTOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS EM SAÚDE POR MEIO DE CAPACITAÇÃO OFERECIDA PELO INSTITUTO DE SAÚDE (unidade)	200

AÇÃO

5805 - DIFUSÃO DO CONHECIMENTO	orçamentária
--------------------------------	--------------

PRODUTO: PROFISSIONAIS FORMADOS ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" P/ ATENDER A DEMANDA DO SUS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" OFERTADAS AO ANO (unidade)	1.176
PERCENTUAL DE BOLSAS PREENCHIDAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU" AO ANO (%)	75

AÇÃO

4862 - PROGRAMA DE BOLSAS PARA CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO "LATO SENSU".	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL E INTEGRADO DA PRIMEIRA INFÂNCIA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ATUALIZAÇÃO DO ÍNDICE PAULISTA PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA - IPP (anos)	1
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CAPACITADOS NO PROGRAMA SÃO PAULO PELA PRIMEIRÍSSIMA INFÂNCIA (unidade)	76

AÇÃO

8341 - CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL	não orçamentária
---	------------------

Programa: 0944 - RECOMEÇO: UMA VIDA SEM DROGAS**Finalístico**

Órgão:	09000 - SECRETARIA DA SAÚDE
	17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
	35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA

COBERTURA DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPS (100.000hab)	META 2021	1,15
--	-----------	------

PRODUTO: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA PESSOAS COM DEPENDÊNCIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VAGAS DISPONIBILIZADAS EM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL (unidade)	4.000
PERCENTUAL DE DIRETORIAS REGIONAIS COM O SERVIÇO IMPLANTADO (%)	100

AÇÃO

6186 - OPERACIONALIZAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: ACESSO À JUSTIÇA PARA CIDADÃOS DEPENDENTES QUÍMICOS E SUAS FAMÍLIAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS REALIZADOS COM INSTITUIÇÕES DO SISTEMA JUDICIÁRIO (unidade)	

AÇÃO

8272 - PROMOÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PARA CIDADÃOS DEPENDENTES QUÍMICOS E SUAS FAMÍLIAS	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA AUTONOMIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE DIRETORIAS REGIONAIS COM SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL IMPLANTADO (%)	50
VAGAS DISPONÍVEIS PARA ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA AUTONOMIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL (unidade)	255

AÇÃO

6196 - ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA REINTEGRAÇÃO SOCIAL E AUTONOMIA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS NOS EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS QUE REALIZAM AÇÕES DE PREVENÇÃO (%)	22
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS (unidade)	12.500

AÇÃO

6333 - PREVENÇÃO AO USO E ABUSO DE DROGAS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: CUIDADO INTEGRAL DA SAÚDE DE USUÁRIOS DE SUBSTÂNCIA PSICOATIVAS NA REDE DO SUS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DIÁRIAS PAGAS PARA AÇÕES DE REINserÇÃO SOCIAL VINCULADAS À SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE (unidade)	200.000
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS DECORRENTES DAS NECESSIDADES DE SAÚDE DEVIDO AO USO ABUSIVO OU DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (unidade)	1.862.226

AÇÃO

6184 - PROGRAMA ESTADUAL DE SAÚDE DE ENFRENTAMENTO AO CRACK - "RECOMEÇO"	orçamentária
--	--------------

Programa: 1015 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE INVESTIMENTOS PRIVADOS ANUNCIADOS (unidade)	40
NÚMERO DE NEGÓCIOS APOIADOS (unidade)	300
NÚMERO DE NOVOS EMPREGOS DIRETOS QUE FORAM ANUNCIADOS POR EMPRESAS (unidade)	40.500

PRODUTO: APOIO AOS ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO DO ESTADO DE SP**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ATIVIDADES DE APOIO REALIZADAS NOS ECOSISTEMAS DE INOVAÇÃO PAULISTAS (unidade)	48

AÇÃO

5204 - PROMOÇÃO DO SISTEMA PAULISTA DE AMBIENTES PROMOTORES DE INOVAÇÃO - SPAI	orçamentária
6336 - FOMENTO À GERAÇÃO E AO CRESCIMENTO DE STARTUPS NOS AMBIENTES DE INOVAÇÃO DO ESP	orçamentária

PRODUTO: VIABILIZAÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA GOVERNO E APOIO A NEGÓCIOS DE IMPACTO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE STARTUPS DE IMPACTO APOIADAS PELO PROGRAMA (unidade)	40
SOLUÇÕES INOVADORAS CONTRATADAS (unidade)	20

AÇÃO

6339 - PROMOÇÃO, ADOÇÃO DE SOLUÇÕES INOVADORAS PARA GOVERNO E APOIAR NEGÓCIOS DE IMPACTO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: APOIO AO DESENVOLVIMENTO E ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATIVIDADES DE APOIO A INOVAÇÃO DESENVOLVIDAS (unidade)	5

AÇÃO

6340 - APOIO AOS SETORES ESTRATÉGICOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: IMPLANTAÇÃO DA AGENDA DE MELHORIAS DA COMPETITIVIDADE DO COMÉRCIO EXTERIOR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANTES DAS AÇÕES INFORMACIONAIS DE SENSIBILIZAÇÃO (unidade)	480

AÇÃO

6341 - FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR - FACILITA SP	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ATRAÇÃO DE INVESTIMENTOS E AUMENTO DE COMPETITIVIDADE**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TERMOS DE CONFIDENCIALIDADE (NDAS) ASSINADOS QUE INDICAM INTENÇÃO DE INVESTIMENTO (unidade)	100

AÇÃO

5848 - ASSISTÊNCIA E APOIO AO INVESTIDOR	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FOMENTO À ATIVIDADE EMPREENDEDORA - EMPREENDA SP**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EMPRESAS ATENDIDAS EM TEMAS DE EMPREENDEDORISMO (unidade)	1.500
EMPRESAS CAPACITADAS PARA O EMPREENDEDORISMO (unidade)	400

AÇÃO

5285 - APOIO AO EMPREENDEDOR - EMPREENDA SP	orçamentária
---	--------------

Programa: 1015 - CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE**Finalístico****PRODUTO: FOMENTO AO MICROCRÉDITO PRODUTIVO - BANCO DO POVO PAULISTA****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CRÉDITOS CONCEDIDOS PELO BANCO DO POVO PAULISTA (unidade)	50.000

AÇÃO

4225 - BANCO DO POVO PAULISTA	orçamentária
-------------------------------	--------------

PRODUTO: PLANEJAMENTO DO CITI - CENTRO INTERNACIONAL DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
FASES DO CITI COM PROJETO ESTRUTURADO ENTREGUE (unidade)	1

AÇÃO

2600 - ESTRUTURAÇÃO DO PLANEJAMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO DISTRITO DE INOVAÇÃO "CITI"	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FINANCIAMENTO DE PROJETOS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PELO FUNCET**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROJETOS DE INOVAÇÃO SELECIONADOS PARA RECEBER RECURSOS DO FUNCET (unidade)	15

AÇÃO

1929 - CONCESSÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO - FUNCET	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: POLÍTICA ESTADUAL DE ARTESANATO - SUTACO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ARTESÃOS CADASTRADOS ATENDIDOS (unidade)	3.494

AÇÃO

6337 - APRIMORAMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL DE TRABALHO ARTESANAL NAS COMUNIDADES- SUTACO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: POLÍTICA PARA AUMENTO DA PRODUTIVIDADE E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONSTRUÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (unidade)	18
NÚMERO DE EMPRESAS INTEGRANTES DOS APLS ATENDIDAS DIRETAMENTE (unidade)	600

AÇÃO

5992 - FORMULAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECON./FOMENTO DE POLOS DE DESENVOLVIMENTO	orçamentária
---	--------------

6338 - FORTALECIMENTO E APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1021 - INOVAÇÃO E TECNOLOGIA PARA INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE CLIENTES DO SETOR PÚBLICO CONTRATANTES (unidade)	108
NÚMERO DE EMPRESAS PRIVADAS CONTRATANTES (unidade)	2.743
NÚMERO DE PEDIDOS DE PATENTES E SOFTWARES NO INPI COM PARTICIPAÇÃO DO IPT (unidade)	12
PORCENTUAL DE FATURAMENTO COM INOVAÇÃO (%)	43

PRODUTO: SERVIÇOS E PESQUISA TECNOLÓGICAS EM APOIO AO DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS EMITIDOS (unidade)	22.792
NÚMERO DE MUNICÍPIOS BRASILEIROS COM ATUAÇÃO DO IPT POR ANO (unidade)	724

AÇÃO

5840 - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, INOVAÇÃO E DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E DE LABORATÓRIOS TECNOLÓGICOS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE LABORATÓRIOS MODERNIZADOS (unidade)	9
VOLUME DE RECURSOS INVESTIDOS EM MODERNIZAÇÃO DO IPT (R\$)	4.590.000

AÇÃO

2111 - MODERNIZAÇÃO LABORATORIAL PARA P,D&I E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1039 - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE CONCLUINTES DE CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA	3.696
NÚMERO DE CONCLUINTES DE CURSOS TÉCNICOS OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	86.795
NÚMERO DE CONCLUINTES DE CURSOS TECNOLÓGICOS OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	11.632
NÚMERO DE CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO OFERECIDOS PELO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	4.786

PRODUTO: ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO OFERECIDO PELO CENTRO PAULA SOUZA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	87.167
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NO VESTIBULAR PARA O ENSINO SUPERIOR TECNOLÓGICO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	30.690

AÇÃO

5290 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: NOVOTEC INTEGRADO OFERECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO NOVOTEC INTEGRADO OFERECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	34.360
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PARA O NOVOTEC INTEGRADO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	19.000

AÇÃO

6289 - DESENVOLVIMENTO DO NOVOTEC INTEGRADO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA OFERECIDA PELO CENTRO PAULA SOUZA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MATRÍCULAS NA FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA (unidade)	5.280
TAXA DE CONCLUINTES DOS CURSOS DE FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA (%)	70

AÇÃO

5845 - FORMAÇÃO INICIAL E EDUCAÇÃO CONTINUADA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ENSINO MÉDIO OFERECIDO PELO CENTRO PAULA SOUZA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	8.576
TAXA DE CONCLUINTES DO ENSINO MÉDIO DO CENTRO PAULA SOUZA (%)	95

AÇÃO

5852 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO - CENTRO PAULA SOUZA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ENSINO TÉCNICO OFERECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MATRÍCULAS NO ENSINO TÉCNICO OFERECIDO PELO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	179.010
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NO VESTIBULINHO PARA O ENSINO TÉCNICO DO CENTRO PAULA SOUZA (unidade)	101.000

AÇÃO

5292 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CERTIFICADOS EMITIDOS PARA PROFISSIONAIS DO CENTRO PAULA SOUZA CAPACITADOS (unidade)	13.750

AÇÃO

5620 - CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	orçamentária
--	--------------

Programa: 1040 - JUCESP - VIA RÁPIDA EMPRESA**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
MÉDIA DE DIAS NECESSÁRIOS PARA ABRIR E LEGALIZAR EMPRESAS (unidade)	3
NUMERO DE SERVIÇOS E PROCESSOS DISPONIBILIZADOS NA REDESIM (unidade)	19

PRODUTO: INTEGRAÇÃO DO VIA RÁPIDA EMPRESA NA REDESIM**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS INTEGRADOS (unidade)	460
NÚMERO DE PROCESSOS ANALISADOS (unidade)	1.400.000

AÇÃO

6132 - INTEGRAÇÃO DO VIA RÁPIDA EMPRESA NA REDESIM	orçamentária
--	--------------

Programa: 1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA GRADUAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO/ANO (unidade)	236.680
NÚMERO DE NOVAS VAGAS NO ENSINO DE GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL (unidade)	24.000
PRODUTO: PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA ANUAL DE PUBLICAÇÕES INDEXADAS POR DOCENTE (unidade)	7,1
AÇÃO	
2607 - PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO	orçamentária
PRODUTO: BOLSAS DE ESTUDOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
BOLSAS PARA PESQUISA (unidade)	90
AÇÃO	
4402 - BOLSAS DE ESTUDOS PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO NAS FACULDADES PÚBLICAS DO ESP	orçamentária
PRODUTO: ATRAÇÃO E ESTÍMULO DE GRANDES TALENTOS NO ENSINO PÚBLICO SUPERIOR DO ESP	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ALUNOS PARTICIPANTES EM COMPETIÇÕES DE CONHECIMENTO APOIADAS PELA AÇÃO (unidade)	30.000
AÇÃO	
2606 - ATRAÇÃO E ESTÍMULO DE GRANDES TALENTOS NO ENSINO SUPERIOR DE SÃO PAULO	orçamentária
PRODUTO: ENSINO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ALUNOS CONCLUINTEIS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL (unidade)	2.000
ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL (unidade)	58.550
AÇÃO	
6137 - PROMOÇÃO E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA E SEMIPRESENCIAL	orçamentária
PRODUTO: MUSEUS E MOSTRAS DE ACERVO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
VISITANTES EM EXPOSIÇÕES E MOSTRAS DO ACERVO (unidade)	470.700
AÇÃO	
5297 - ATIVIDADES EM MUSEUS	orçamentária
PRODUTO: ENSINO DE GRADUAÇÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ALUNOS CONCLUINTEIS DA GRADUAÇÃO (unidade)	16.550
NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA GRADUAÇÃO/ANO (unidade)	118.100
AÇÃO	
5304 - ENSINO DE GRADUAÇÃO NAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS	orçamentária

Programa: 1043 - ENSINO PÚBLICO SUPERIOR**Finalístico****PRODUTO: ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO (unidade)	60.030
MESTRES E DOUTORES TITULADOS NO ENSINO SUPERIOR (unidade)	12.838

AÇÃO

5305 - ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES E FACULDADES ESTADUAIS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ALUNOS MATRICULADOS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EM SERVIÇOS À COMUNIDADE (unidade)	50.880

AÇÃO

5306 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, DIFUSÃO CULTURAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
REFEIÇÕES SERVIDAS (unidade)	7.110.100

AÇÃO

5312 - RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS	orçamentária
------------------------------------	--------------

PRODUTO: PERMANÊNCIA ESTUDANTIL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ALUNOS ATENDIDOS COM BOLSAS, PROGRAMAS E AUXÍLIOS PARA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL (unidade)	26.415

AÇÃO

5787 - PERMANÊNCIA ESTUDANTIL	orçamentária
-------------------------------	--------------

PRODUTO: INSTALAÇÕES CONSTRUÍDAS E ADEQUADAS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES E FACULDADES PÚBLICAS (m²)	27.522

AÇÃO

1151 - ADEQUAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1044 - DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PRODUÇÃO CIENTÍFICA (unidade)	10.651
PRODUTO: DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ACESSO A INFORMAÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (unidade)	4.169.289
MENÇÕES À FAPESP NA MÍDIA (unidade)	30.210
AÇÃO	
6285 - DIVULGAÇÃO E DIFUSÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA	orçamentária
PRODUTO: AUXÍLIOS À PESQUISA PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS VINCULADAS AOS PROJETOS (unidade)	10.290
RAZÃO ENTRE O NÚMERO PROJETOS DE PESQUISA DE LONGO PRAZO E O TOTAL DE PROJETOS DE PESQUISA PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO (unidade)	0,19
AÇÃO	
5286 - PESQUISA PARA O AVANÇO DO CONHECIMENTO	orçamentária
PRODUTO: PROJETOS DE INOVAÇÃO EM PARCERIA COM EMPRESAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EMPRESAS INOVADORAS COM PROJETOS PIPE (unidade)	1.584
PROJETOS DE PESQUISA PARA INOVAÇÃO (unidade)	1.932
AÇÃO	
4699 - PROJETOS DE PESQUISA PARA INOVAÇÃO EM PARCERIA COM EMPRESAS	orçamentária
PRODUTO: FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EFETIVIDADE DAS BOLSAS DE DOUTORADO (unidade)	0,88
RAZÃO ENTRE AS BOLSAS DE ESTÁGIO DE PESQUISA NO EXTERIOR E AS BOLSAS NO PAÍS (unidade)	0,18
AÇÃO	
4688 - FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	orçamentária
PRODUTO: APOIO À PESQUISA EM TEMAS ESTRATÉGICOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PUBLICAÇÕES EM CO-AUTORIA INTERNACIONAL (unidade)	11.845
NÚMERO PROJETOS DE PESQUISA EM TEMAS ESTRATÉGICOS VIGENTES NO ANO (unidade)	889
AÇÃO	
6348 - PESQUISA EM TEMAS ESTRATÉGICOS	orçamentária
PRODUTO: INFRAESTRUTURA DE PESQUISA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO PROJETOS DE EQUIPAMENTO MULTIUSUÁRIO VIGENTES NO ANO (unidade)	237
PROJETOS DE EQUIPAMENTO MULTIUSUÁRIO E RESERVA TÉCNICA INSTITUCIONAL (unidade)	200
AÇÃO	
6347 - INFRAESTRUTURA DE PESQUISA	orçamentária

Programa: 1046 - QUALIFICAÇÃO, TRABALHO E EMPREENDEDORISMO**Finalístico**

Órgão: 10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NUMERO DE MEIS - MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS ABERTAS POR BENEFICIÁRIOS DAS INICIATIVAS DE QUALIFICAÇÃO (unidade)	25.000
NÚMERO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS PELA SDE COLOCADOS NO MERCADO DE TRABALHO (unidade)	160.760
NÚMERO DE TRABALHADORES QUE PASSARAM POR INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA E FORAM RECOLOCADOS NO MERCADO (unidade)	89.947
PRODUTO: BOLSAS PAGAS AO PARTICIPANTE DO PROGRAMA EMERGENCIAL DE AUXÍLIO AO DESEMPREGADO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BOLSAS AUXÍLIO COM QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (unidade)	90.000
NÚMERO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS NO PROGRAMA FRENTE DE TRABALHO (unidade)	7.000
AÇÃO	
6109 - FRENTE DE TRABALHO	orçamentária
PRODUTO: CERTIFICAÇÃO DE EMPRESAS VISANDO A INCLUSÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EMPRESAS CERTIFICADAS (unidade)	18
AÇÃO	
4227 - TRABALHO DECENTE E SELO DA DIVERSIDADE	orçamentária
PRODUTO: NOVOTEC NAS MODALIDADES EXPRESSO, VIRTUAL, MÓVEL E INTEGRADO (PARCIAL)	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS QUALIFICADOS NO PROGRAMA NOVOTEC (unidade)	182.520
NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO PROGRAMA NOVOTEC (PARCIAL) (unidade)	202.800
AÇÃO	
6346 - NOVOTEC - QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA ESTUDANTES DO E.M. DA REDE ESTADUAL	orçamentária
PRODUTO: ORIENTAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA AO MERCADO DE TRABALHO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TRABALHADORES ATENDIDOS PARA RECOLOCAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO (unidade)	89.947
NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS PARA INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA COM EMPRESAS (unidade)	304.000
AÇÃO	
5044 - INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA	orçamentária
6342 - CADASTRO DE VAGAS E DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (MINHA CHANCE)	orçamentária
6344 - NOVOTEC APRENDIZ	orçamentária
PRODUTO: QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TRABALHADORES QUALIFICADOS (unidade)	132.000
VAGAS OFERTADAS NOS PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL (unidade)	165.000
AÇÃO	
4230 - PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL - PQP	orçamentária
6126 - VIA RÁPIDA EMPREGO	orçamentária
6345 - TIMES DO EMPREGO	orçamentária

Programa: 1201 - ECONOMIA CRIATIVA**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ATIVIDADES REALIZADAS PELOS PROGRAMAS DE DIFUSÃO, BIBLIOTECA E LEITURA (unidade)	3.056
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR ANO PELO PROGRAMA ECONOMIA CRIATIVA (unidade)	381
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELOS PROGRAMAS ECONOMIA CRIATIVA (unidade)	4.134.777
QUANTIDADE DE PESSOAS FORMADAS E QUALIFICADAS (unidade)	231.141

PRODUTO: ATIVIDADES VOLTADAS AO DES SETORIAL E ESTÍMULO A INOVAÇÃO E INSERÇÃO EM MERCADOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EMPREENDEDORES ATENDIDOS (unidade)	380
MUNICÍPIOS ATENDIDOS (unidade)	95

AÇÃO

5706 - DESENVOLVIMENTO SETORIAL, ESTUDOS DE IMPACTO SÓCIO ECONÔMICO E DESBUROCRATIZAÇÃO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ATIVIDADES DE DIFUSÃO E FRUIÇÃO REALIZADAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS ATENDIDOS (unidade)	217
PESSOAS ATENDIDAS (unidade)	1.237.700

AÇÃO

5709 - AÇÕES DE CIRCULAÇÃO DE ESPETÁCULOS E CONTEÚDO, COM AMPLIAÇÃO DE ACESSO.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO DE ALUNOS EM MÚSICA, GESTÃO DE TEATROS E ORQUESTRA PROFISSIONAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS FORMADOS (unidade)	240
NÚMERO DE ALUNOS REGULARES DO CONSERVATÓRIO DE TATUÍ (unidade)	2.000

AÇÃO

5692 - CONSERVATÓRIO DRAMÁTICO E MUSICAL 'DR. CARLOS DE CAMPOS' DE TATUÍ	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO DE ALUNOS EM MÚSICA, GESTÃO DE TEATROS E ORQUESTRA PROFISSIONAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS REGULARES ATENDIDOS NA ESCOLA DE MÚSICA (unidade)	1.250
PÚBLICO FREQUENTADOR DAS TEMPORADAS ARTÍSTICAS DOS GRUPOS JOVENS, DE TEATROS E ORQUESTRA PROFISSIONAL (unidade)	46.200

AÇÃO

5691 - ESCOLA DE MÚSICA, GRUPOS ARTÍSTICOS MUSICAIS E TEATROS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS DAS ARTES CÊNICAS - SP ESCOLA DE TEATRO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS EM CURSOS REGULARES (unidade)	377
NÚMERO DE ALUNOS FORMADOS (unidade)	110

AÇÃO

5976 - SÃO PAULO ESCOLA DE TEATRO	orçamentária
-----------------------------------	--------------

Programa: 1201 - ECONOMIA CRIATIVA**Finalístico****PRODUTO: ATIVIDADES DE FORMAÇÃO DE CONTATO - OFICINAS CULTURAIS****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA ANUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS (unidade)	210
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDO NAS OFICINAS CULTURAIS (unidade)	67.000

AÇÃO

5469 - OFICINAS CULTURAIS	orçamentária
---------------------------	--------------

PRODUTO: ATIVIDADES DE FORMAÇÃO EM DIVERSAS LINGUAGENS ARTÍSTICAS - FÁBRICAS DE CULTURA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS (unidade)	4
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM TODAS AS ATIVIDADES DAS FÁBRICAS DE CULTURA (unidade)	1.670.531

AÇÃO

5714 - FÁBRICAS DE CULTURA	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: EDUCAÇÃO MUSICAL PARA CRIANÇAS E JOVENS - PROJETO GURI**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA ANUAL DE MUNICÍPIOS COM POLOS DE ENSINO DO PROJETO (unidade)	280
NÚMERO DE ALUNOS ATENDIDOS PELO PROJETO (unidade)	51.000

AÇÃO

4779 - PROJETO GURI	orçamentária
---------------------	--------------

PRODUTO: ATIVIDADES REALIZADAS PELOS CORPOS ESTÁVEIS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ATIVIDADES REALIZADAS (unidade)	3.056
PUBLICO ATENDIDO (unidade)	972.304

AÇÃO

6211 - CORPOS ESTÁVEIS E EQUIPAMENTOS DE DIFUSÃO CULTURAL	orçamentária
---	--------------

Programa: 1206 - RÁDIOS, TVS EDUCATIVAS E NOVAS MÍDIAS**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
DIVULGAÇÃO DE CONTEÚDO EDUCATIVO E CULTURAL POR ANO (h)		40.730
PRODUTO: SERVIÇO DE TRANSMISSÃO DE RÁDIO E TV		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
HORAS DE TRANSMISSÃO TVCULTURA, TV RA-TIM-BUM (CANAL FECHADO) E RÁDIOS CULTURA AM E FM (h)		35.040
AÇÃO		
5460 - PRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DAS RÁDIOS, TVS E NOVAS MÍDIAS		orçamentária

Programa: 1213 - MELHORIA CONTÍNUA DA GESTÃO DE PROCESSOS E EQUIPAMENTOS DA CULTURA

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ESTUDOS E PLANOS ELABORADOS E IMPLANTADOS (unidade)	2
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS CULTURAIS IMPLANTADOS OU COM INFRAESTRUTURA MELHORADA (unidade)	13

PRODUTO: INFRAESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROJETOS/OBRAS CONCLUÍDOS (unidade)	29
PROJETOS/OBRAS EM ANDAMENTO (unidade)	14

AÇÃO

2499 - IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: ADMINISTRAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS ELABORADOS/IMPLANTADOS (unidade)	1
NÚMERO DE PROJETOS EM ANDAMENTO (unidade)	2

AÇÃO

5727 - ADMINISTRAÇÃO E FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA SECRETARIA DA CULTURA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE CONTRATOS DE GESTÃO

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PARECERES DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS CONTRATOS DE GESTÃO (unidade)	24
NÚMERO DE RELATÓRIOS PUBLICADOS DOS RESULTADOS DOS CONTRATOS DE GESTÃO (unidade)	2

AÇÃO

6369 - MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E PESQUISA AÇÕES CULTURAIS NO ÂMBITO DO ESTADO DE SP	orçamentária
--	--------------

Programa: 1214 - MUSEUS EM CONEXÃO**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DE PÚBLICO-ALVO AOS MUSEUS DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA EM RELAÇÃO AO	14

PRODUTO: GESTÃO DOS MUSEUS DO ESTADO DE SÃO PAULO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VISITANTES NOS MUSEUS DA SECRETARIA DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA (unidade)	3.800.847

AÇÃO

5732 - GESTÃO DE PATRIMÔNIO MUSEOLÓGICO	orçamentária
---	--------------

Programa: 1215 - PATRIMÔNIO CULTURAL**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE BENS CULTURAIS CONSERVADOS (%)	45
TEMPO MÉDIO DE LICENCIAMENTO (dia)	100

PRODUTO: PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
BENS RECONHECIDOS E PROTEGIDOS (unidade)	45
INTERVENÇÕES ANALISADAS (unidade)	1.800

AÇÃO

5737 - RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO	orçamentária
-------------------------------------	--------------

PRODUTO: DIFUSÃO E ARTICULAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS ATENDIDOS (unidade)	120
NÚMERO DE PRODUTOS ENTREGUES (unidade)	300

AÇÃO

5738 - FORMAÇÃO, DIFUSÃO E PARCERIAS	orçamentária
--------------------------------------	--------------

Programa: 1218 - FOMENTO CULTURAL**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE EDITAIS LANÇADOS PELO PROGRAMA (unidade)	33
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS NO PROGRAMA (unidade)	180
VALOR APORTADO NO PROGRAMA DE FOMENTO CULTURAL (R\$)	112.360.000

PRODUTO: FOMENTO INDIRETO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS (unidade)	1.350
NÚMERO DE PROJETOS COM CAPTAÇÃO (unidade)	700

AÇÃO

8257 - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL - INCENTIVO FISCAL	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: FOMENTO DIRETO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS (unidade)	100
NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS (unidade)	500

AÇÃO

1986 - PROAC - PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL-EDITAIS	orçamentária
--	--------------

Programa: 1221 - INTEGRAÇÃO DAS CULTURAS LATINO-AMERICANAS**Finalístico**

Órgão: 12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DO NÚMERO DE FREQUENTADORES DAS ATIVIDADES DO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA (%)	10
PRODUTO: PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO CULTURAL LATINO-AMERICANO.	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
OBRAS DE ARTE/LITERÁRIAS RESTAURADAS (%)	5
UNIDADES REFORMADAS (unidade)	3
AÇÃO	
2587 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL LATINO-AMERICANO.	orçamentária
PRODUTO: PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS RELATIVAS À AMÉRICA LATINA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FREQUENTADORES DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA (unidade)	779.350
NÚMERO DE UTILIZAÇÕES DE ESPAÇOS DESTINADOS PELO MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA (unidade)	2.373
AÇÃO	
4043 - PROMOÇÃO DE ATIVIDADES CULTURAIS	orçamentária
PRODUTO: PESQUISA E DOCÊNCIA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
BOLSA DE PESQUISA CONCEDIDA (unidade)	5
ESTUDOS FOMENTADOS ENTREGUES (unidade)	5
AÇÃO	
5790 - CÁTEDRA MEMORIAL DA AMÉRICA LATINA	orçamentária
PRODUTO: CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
BOLSA DE PESQUISA CONCEDIDA (unidade)	9
ESTUDOS FOMENTADOS ENTREGUES (unidade)	9
AÇÃO	
5791 - CENTRO BRASILEIRO DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA	orçamentária

Programa: 1316 - ABASTECE-SP: SEGURANÇA DO CAMPO À MESA**Finalístico**

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA PAULISTA EM RELAÇÃO AO ANO DE 2019 (unidade)	104
ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA COMPETITIVIDADE DAS CADEIAS AGROINDUSTRIAS PAULISTAS EM RELAÇÃO AO ANO DE 2019 (unidade)	108

PRODUTO: PROPRIEDADES AVALIADAS QUANTO AO RISCO SANITÁRIO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROPRIEDADES AVALIADAS (unidade)	12.960
PERCENTUAL DE PROPRIEDADES AVALIADAS (%)	55,72

AÇÃO

4458 - PREVENÇÃO E GESTÃO DE RISCO SANITÁRIO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES DE DEFESA VEGETAL E DEFESA ANIMAL (unidade)	33.000
PERCENTUAL DE FISCALIZAÇÕES DE DEFESA VEGETAL E DEFESA ANIMAL REALIZADAS EM PROPRIEDADES RURAIS (%)	14,18

AÇÃO

6325 - VIGILÂNCIA E INSPEÇÃO SANITÁRIA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: VIGILÂNCIA ATIVA PARA FEBRE AFTOSA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ANIMAIS SUSCEPTÍVEIS À FEBRE AFTOSA INSPECIONADOS E VISTORIADOS (unidade)	180.000
PERCENTUAL DE ANIMAIS SUSCEPTÍVEIS A FEBRE AFTOSA INSPECIONADOS E VISTORIADOS (%)	1,5

AÇÃO

2595 - RETIRADA DA VACINAÇÃO CONTRA FEBRE AFTOSA - SP ÁREA LIVRE SEM VACINAÇÃO DE FEBRE	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: PROMOÇÃO DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS E SEGUROS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS (unidade)	5.800
PERCENTUAL DE FISCALIZAÇÕES EM ESTABELECIMENTOS DE PRODUÇÃO E PROCESSAMENTO DE ALIMENTOS (%)	67,98

AÇÃO

4457 - FISCALIZAÇÃO DA INOCUIDADE DAS CADEIAS PRODUTIVAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PROMOÇÃO DA SEGURANÇA E EDUCAÇÃO ALIMENTAR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS (%)	70
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS (unidade)	697.200

AÇÃO

4783 - AÇÕES INTEGRADAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: SELO AGROSP**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CERTIFICADOS CONCEDIDOS (unidade)	33
NÚMERO DE PRODUTOS CERTIFICADOS (unidade)	12

AÇÃO

6324 - CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM PAULISTA	orçamentária
--	--------------

Programa: 1316 - ABASTECE-SP: SEGURANÇA DO CAMPO À MESA**Finalístico****PRODUTO: MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CANAIS CRIADOS E/OU MODERNIZADO (unidade)	2
VOLUME MÉDIO DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS NOS CANAIS ATENDIDOS (t/mês)	385.000

AÇÃO

6326 - CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS AGROALIMENTARES	orçamentária
--	--------------

Programa: 1317 - AGRO-SP SUSTENTÁVEL**Finalístico**

Órgão: 13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÁREAS DEGRADADAS RECUPERADAS (ha)	3.000
ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA PAULISTA EM RELAÇÃO A 2019 (unidade)	103
NÚMERO DE PRODUTORES BENEFICIADOS PELO PROGRAMA (unidade)	43.000

PRODUTO: SISTEMA ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSTRUMENTOS FIRMADOS (unidade)	410
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONVENIADOS PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL DOS AGRONEGÓCIOS (unidade)	300

AÇÃO

4770 - PARCERIA ESTADO MUNICÍPIO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL LOCAL E REGIONAL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: NOVOS CONHECIMENTOS E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESQUISAS EM ANDAMENTO (unidade)	520
RETORNOS ECONÔMICOS DAS PESQUISAS (unidade)	14

AÇÃO

5925 - GERAÇÃO DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: MAPEAMENTO DE ESTRADAS RURAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL MUNICÍPIOS COM ESTRADAS RURAIS MAPEADAS (%)	20
QUILÔMETROS DE ESTRADAS MAPEADAS E CODIFICADAS (km)	12.000

AÇÃO

2613 - ROTAS RURAIS	orçamentária
---------------------	--------------

PRODUTO: CRÉDITO PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VIABILIZADAS COM RECURSOS DO FEAP (unidade)	260
QUANTIDADE PRODUTORES BENEFICIADOS (unidade)	235

AÇÃO

1407 - CRÉDITO RURAL PARA EXPANSÃO E INVESTIMENTO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: SUBVENÇÃO ECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO AGRONEGÓCIO PAULISTA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PRODUTORES BENEFICIADOS (unidade)	10.350
NÚMERO DE SUBVENÇÕES CONCEDIDAS AOS PRODUTORES RURAIS COM RECURSOS DO FEAP (unidade)	11.000

AÇÃO

1327 - SUBVENÇÕES AOS PRODUTORES RURAIS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CAPACITAÇÕES REALIZADAS (unidade)	590
NÚMERO DE PRODUTORES BENEFICIADOS (unidade)	166.000

AÇÃO

4891 - TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS PARA INOVAÇÃO NO AGRONEGÓCIO	orçamentária
---	--------------

Programa: 1317 - AGRO-SP SUSTENTÁVEL**Finalístico****PRODUTO: ANÁLISES LABORATORIAIS****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ANÁLISES LABORATORIAIS REALIZADAS (unidade)	370.000
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DE ANÁLISES (%)	100

AÇÃO

4872 - ANÁLISES LABORATORIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: INSUMOS ESTRATÉGICOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE INSUMOS COMERCIALIZADOS EM COMPARAÇÃO AOS INSUMOS PRODUZIDOS (%)	72,25
RECEITA TOTAL DA COMERCIALIZAÇÃO DE INSUMOS. (R\$)	11.000.000

AÇÃO

4435 - ABASTECIMENTO ESTRATÉGICO DE SEMENTES, MUDAS E MATRIZES	orçamentária
4874 - INSUMOS TECNOLÓGICOS ESTRATÉGICOS	orçamentária

PRODUTO: MOBILIDADE RURAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ESTRADAS RECUPERADAS E TRAFEGÁVEIS (km)	154
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONVENIADOS (unidade)	25

AÇÃO

1195 - MELHOR CAMINHO	orçamentária
-----------------------	--------------

PRODUTO: PARCERIAS E PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PARCERIAS E PROJETOS FIRMADOS (unidade)	15
RECURSOS COM PARCERIAS E PROJETOS (R\$)	1.500.000

AÇÃO

8330 - PARCERIAS E PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E APOIO A ORGANIZAÇÕES RURAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL E ORGANIZAÇÕES RURAIS (unidade)	113.400
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE ATER E ORGANIZAÇÕES RURAIS (unidade)	9.697

AÇÃO

4453 - ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E APOIO A ORG.RURAIS P/AGRICUL.SUSTENTÁVEL	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: IMPLANTAÇÃO DE PROTOCOLOS DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS - PBPA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROPRIEDADES COM PROTOCOLOS DE BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS - PBPA APLICADOS (unidade)	2.000
PERCENTUAL DE PROPRIEDADES QUE RECEBERAM O PBPA E TIVERAM MELHORA NOS INDICADORES AO ANO (%)	20

AÇÃO

4437 - ACOMPANHAMENTO DE PROPRIEDADES RURAIS VIA PROG.BOAS PRÁTICAS AGROPECUÁRIAS-PBPA	orçamentária
--	--------------

Programa: 1317 - AGRO-SP SUSTENTÁVEL**Finalístico****PRODUTO: CONSOLIDAÇÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROPRIEDADES BENEFICIADAS POR PROJETOS (unidade)	2.000
PORCENTAGEM PROPRIEDADES BENEFICIADAS POR PROJETOS ASSISTIDOS (%)	0,86

AÇÃO

6327 - CADASTRO E REGULARIZAÇÃO DE PRODUTORES	orçamentária
6329 - INCENTIVO À SUSTENTABILIDADE DE CADEIAS PRODUTIVAS	orçamentária

PRODUTO: TRANSIÇÃO PARA A AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PRODUTORES ASSISTIDOS AO ANO (unidade)	300

AÇÃO

6354 - ESTÍMULO À AGROECOLOGIA E À PRODUÇÃO ORGÂNICA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PRÁTICAS DE MANEJO P/ CONSERVAÇÃO DE SOLO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROPRIEDADES ASSISTIDAS COM PRÁTICAS DE MANEJO PARA CONSERVAÇÃO DE SOLO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE (unidade)	11.752
PERCENTUAL DE PROPRIEDADES ASSISTIDAS COM PRÁTICAS DE MANEJO PARA CONSERVAÇÃO DE SOLO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE (%)	3,34

AÇÃO

2610 - CONSERVAÇÃO DE SOLO, ÁGUA E BIODIVERSIDADE	orçamentária
6077 - ADEQUAÇÃO AMBIENTAL DE IMOVEIS RURAIS (PRA)	orçamentária
6328 - FISCALIZAÇÃO DE USO E CONSERVAÇÃO DE SOLO AGRÍCOLA	orçamentária

PRODUTO: UNIDADES MODERNIZADAS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO (unidade)	6
NÚMERO DE UNIDADES MODERNIZADAS (unidade)	3

AÇÃO

2611 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	orçamentária
--	--------------

Programa: 1601 - PLANEJAMENTO DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DO PLANO DIRETOR DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES - PDLT (%)	100
PRODUTO: ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DOS AEROPORTOS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DOS ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DOS AEROPORTOS (%)	100
AÇÃO	
2585 - DESESTATIZAÇÃO DOS AEROPORTOS	orçamentária
PRODUTO: ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE CONCLUSÃO DOS ESTUDOS PARA DESESTATIZAÇÃO DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS (%)	100
AÇÃO	
2589 - DESESTATIZAR AS TRAVESSIAS LITORÂNEAS	orçamentária
PRODUTO: ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES (%)	100
AÇÃO	
8298 - DESENVOLVIMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE SEGURANÇA VIÁRIA PARA A MALHA DE ROD	não orçamentária
8299 - ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO DE EMISSÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTES	não orçamentária
8300 - PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA RMSP - CAMPINAS	não orçamentária
8301 - PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA RMSP - BAIXADA SANTIST	não orçamentária
8302 - PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA RMSP - SOROCABA	não orçamentária
8303 - PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA LIGAÇÃO FERROVIÁRIA RMSP - S J DOS CAMPOS	não orçamentária
8304 - PROJETOS E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DA MALHA FERROVIÁRIA PAULISTA DO INTERIOR	não orçamentária
PRODUTO: CONCEPÇÃO DO SISTEMA INTERMODAL	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE PROJETOS (%)	100
AÇÃO	
8305 - CONCEPÇÃO DO SISTEMA E DESENVOLVIMENTO DOS SEUS ELEMENTOS CONSTITUTIVOS	não orçamentária
8306 - CONCATENAÇÃO DOS FLUXOS INBOUND/OUTBOUND NOS TERMINAIS INTERMODAIS	não orçamentária
8307 - CONCEPÇÃO DO SISTEMA INTERMODAL	não orçamentária
PRODUTO: OBRAS DA PONTE SANTOS -GUARUJÁ	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
OBRAS DA PONTE SANTOS -GUARUJÁ (%)	15
AÇÃO	
2623 - ELABORAÇÃO DE ESTUDOS PARA A OBRA DA PONTE SANTOS GUARUJÁ	orçamentária

Programa: 1602 - GESTÃO DA LOGÍSTICA HIDROVIÁRIA**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
TOTAL DE CARGAS MOVIMENTADAS ANUALMENTE NA HIDROVIA TIETÊ/PARANÁ POR QUILOMETRO ÚTIL (EM MILHÕES DE TKU) (1.000.000)	2.174
VALOR TOTAL DE CARGAS MOVIMENTADAS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO POR ANO (US\$milhões)	354,75

PRODUTO: OBRAS DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO-FÍSICO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTO DE AMPLIAÇÃO E MELHORIAS NA MALHA HIDROVIÁRIA (%)	54,65

AÇÃO

1291 - IMPLANTAÇÃO DE MELHORIAS E DE NOVOS TRECHOS PARA EXTENSÃO NA HTP orçamentária

PRODUTO: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
VOLUME DE CARGAS MOVIMENTADAS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO POR ANO (t)	797.500

AÇÃO

6266 - OPERAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO orçamentária

PRODUTO: SERVIÇOS DE APOIO À SEGURANÇA E CONTROLE OPERACIONAL NA MALHA HIDROVIÁRIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE HORAS OPERACIONAIS NAS ECLUSAS (%)	95
PERCENTUAL DE SINAIS NÁUTICOS EM CONDIÇÕES OPERACIONAIS NA HIDROVIA TIETÊ-PARANÁ (%)	85

AÇÃO

5873 - OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA HIDROVIÁRIO orçamentária

PRODUTO: MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE OBRAS E MELHORIAS EXECUTADAS NO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO (%)	90

AÇÃO

1423 - MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO orçamentária

Programa: 1605 - OPERAÇÃO, CONSERVAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER

Finalístico

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE SEVERIDADE (IS) DOS ACIDENTES DE TRÂNSITO (unidade)	44,93
PRODUTO: OPERAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS AO ANO (unidade)	253.025
AÇÃO	
4903 - OPERAÇÃO E SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA	orçamentária
PRODUTO: APOIO À SEGURANÇA DA MALHA RODOVIÁRIA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OCORRÊNCIAS POLICIAIS ATENDIDAS AO ANO (unidade)	17.559
AÇÃO	
4900 - POLICIAMENTO NAS RODOVIAS SOB JURISDIÇÃO DO DER	orçamentária
PRODUTO: AUTORIZAÇÃO ESPECIAL DE TRÁFEGO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
Nº DE AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS DE TRÁFEGO CONCEDIDAS (unidade)	107.587
NÚMERO DE VEÍCULOS COM PESO FISCALIZADOS (unidade)	8.402.400
AÇÃO	
4901 - IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE POSTOS DE PESAGEM NAS RODOVIAS ESTADUAIS	orçamentária
PRODUTO: CONSERVAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
Nº DE ACIDENTES RODOVIÁRIOS POR ANO (unidade)	86.533
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE CONSERVAÇÃO (%)	100
AÇÃO	
4907 - CONSERVAÇÃO, SINALIZAÇÃO E DEMAIS ELEMENTOS DE SEGURANÇA EM RODOVIAS - DER	orçamentária
PRODUTO: RECUPERAÇÃO DA MALHA RODOVIÁRIA ADMINISTRADA PELO DER	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EXTENSÃO EM KM PAVIMENTADOS/RECUPERADOS (km)	25
AÇÃO	
4904 - PATRULHA RODOVIÁRIA	orçamentária
PRODUTO: EQUIPAMENTOS DE CONTAGEM E MONITORAMENTO INSTALADOS NAS RODOVIAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS (unidade)	56
AÇÃO	
1413 - MODERNIZAÇÃO / MONITORAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	orçamentária

Programa: 1606 - MELHORIAS DA MALHA RODOVIÁRIA**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE SEGURANÇA E CONFORTO NAS RODOVIAS (unidade)	1,11
PRODUTO: ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTADAS E RECUPERADAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EXTENSÃO DE ESTRADAS VICINAIS PAVIMENTAS/RECUPERADAS (km)	2.250
POPULAÇÃO BENEFICIADA POR OBRAS EM VICINAIS (unidade)	4.470.000
AÇÃO	
1114 - ESTRADAS VICINAIS	orçamentária
PRODUTO: RODOVIAS ESTADUAIS AMPLIADAS, RECUPERADAS E PAVIMENTADAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EXTENSÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS DUPLICADAS, IMPLANTADAS E RECUPERADAS (km)	1.042
Nº DE OBRAS PONTUAIS CONCLUÍDAS (unidade)	73
AÇÃO	
1418 - DUPLICAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE RODOVIAS ESTADUAIS	orçamentária
2392 - TRANSPORTE, LOGÍSTICA E MEIO AMBIENTE - BIRD	orçamentária
2477 - INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID	orçamentária
2478 - LOGÍSTICA E TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO - MIGA	orçamentária
2510 - INVESTIMENTO RODOVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO - BID FASE II	orçamentária
PRODUTO: OBRAS COMPLEMENTARES E COMPENSAÇÕES AMBIENTAIS EXECUTADAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE EXECUÇÃO DE OBRAS NO PERÍODO (%)	100
AÇÃO	
1970 - IMPLANTAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO DE RODOVIAS - CONVÊNIO DER/DERSA	orçamentária
PRODUTO: TERMINAIS RODOVIÁRIOS REFORMADOS/CONSTRUÍDOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TERMINAIS REFORMADOS E/OU CONSTRUÍDOS (unidade)	2
POPULAÇÃO BENEFICIADA POR MELHORIAS NOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS (unidade)	57.775
AÇÃO	
2097 - TERMINAIS RODOVIÁRIOS	orçamentária
PRODUTO: OBRAS DA NOVA TAMOIOS - CONTORNOS NORTE E SUL DE CARAGUATATUBA E SÃO SEBASTIÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO EMPREENDIMENTO NOVA TAMOIOS - CONTORNOS (%)	97,41
AÇÃO	
2497 - NOVA TAMOIOS - CONTORNOS	orçamentária
PRODUTO: CONTRATO DE PPP - TAMOIOS TRECHO SERRA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO CONTRATO DA PPP TAMOIOS (%)	100
AÇÃO	
2505 - APOIO À PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA PARA RODOVIA DOS TAMOIOS-TRECHO SERRA	orçamentária

Programa: 1606 - MELHORIAS DA MALHA RODOVIÁRIA**Finalístico****PRODUTO: ESTUDOS DE IMPACTO SOCIOAMBIENTAL****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
Nº DE ESTUDOS E LICENÇAS AMBIENTAIS EMITIDOS (unidade)	123
PLANTIO DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL (ha)	320

AÇÃO

8321 - AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS PARA VIABILIZAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS RODOVIÁRIOS	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: PROJETOS CONCLUÍDOS ADEQUADOS À LICITAÇÃO DA OBRA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EFICIÊNCIA NA PRODUÇÃO DE PROJETOS (%)	0,48

AÇÃO

8322 - CONTROLE DA PRODUÇÃO DE PROJETOS	não orçamentária
---	------------------

Programa: 1607 - MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA

NÚMERO DE PASSAGEIROS EMBARCADOS/DESEMBARCADOS NOS AEROPORTOS (unidade)

META 2021

2.310.000

PRODUTO: AEROPORTOS REFORMADOS E AMPLIADOS**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO**

NÚMERO DE AEROPORTOS REFORMADOS E AMPLIADOS (unidade)

META 2021

5

PERCENTUAL DE AEROPORTOS REFORMADOS E AMPLIADOS (%)

23,8

AÇÃO

1110 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DOS AEROPORTOS DE SÃO PAULO

orçamentária

PRODUTO: AEROPORTOS OPERADOS E MANTIDOS PELO DAESP**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO**

NÚMERO DE AEROPORTOS OPERADOS E MANTIDOS PELO DEPARTAMENTO AEROVIÁRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (DAESP) (unidade)

META 2021

21

AÇÃO

4914 - MANUTENÇÃO ADEQUADA DA INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DO ESTADO

orçamentária

Programa: 1608 - TRAVESSIAS LITORÂNEAS**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS POR ANO (unidade)	7.796.415
NÚMERO DE VEÍCULOS TRANSPORTADOS NAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS POR ANO (unidade)	15.778.077

PRODUTO: INSTALAÇÕES E EMBARCAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS MODERNIZADAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS DO SISTEMA TRAVESSIAS (unidade)	6,5
PERCENTUAL DE INSTALAÇÕES E EMBARCAÇÕES MODERNIZADAS (%)	52

AÇÃO

1421 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO E INSTALAÇÕES DAS TRAVESSIAS LITORÂNEAS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1611 - TRANSPOSIÇÃO RODO-FERROVIÁRIA DA RMSP**Finalístico**

Órgão: 16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL ACUMULADO DE EXECUÇÃO DO TRECHO NORTE DO RODOANEL (%)	99,99

PRODUTO: OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS DO RODOANEL TRECHO NORTE NO PERÍODO (%)	6,5

AÇÃO

2283 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO RODOANEL - TRECHO NORTE orçamentária

PRODUTO: PROJETOS DE ENGENHARIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL - FERROANEL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS DE ENGENHARIA E LICENCIAMENTO AMBIENTAL DO FERROANEL (%)	

AÇÃO

8275 - EXECUÇÃO DAS OBRAS DO FERROANEL - TRAMO NORTE não orçamentária

Programa: 1711 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**Finalístico**

Órgão: 17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
COBERTURA ESTADUAL DE AÇÕES PREVENTIVAS DE CONSUMO (%)	65
PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO RESIDENTE EM MUNICÍPIOS COBERTOS PELO PROGRAMA (%)	88,98
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM AÇÕES FISCALIZATÓRIAS (%)	70,7
PERCENTUAL DE RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE REGISTROS NA OUVIDORIA (%)	36,54

PRODUTO: REGIONALIZAÇÃO DA PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
COBERTURA DAS AÇÕES DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR (EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO E OU FISCALIZATÓRIAS) DOS NÚCLEOS REGIONAIS (%)	87
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA REGIONALIZAÇÃO (unidade)	540

AÇÃO6349 - REGIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR orçamentária**PRODUTO: APOIO À MUNICIPALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
COBERTURA DE MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SP CONVENIADOS À FUNDAÇÃO PROCON SP (%)	48,22
NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM MUNICÍPIOS PARA IMPLANTAÇÃO DO PROCON MUNICIPAL CONVENIADO (unidade)	47

AÇÃO4161 - ATENDIMENTO MUNICIPAL AO CONSUMIDOR MEDIANTE A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS. orçamentária**PRODUTO: ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO CONSUMIDOR****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AO CONSUMIDOR (unidade)	480.000
TEMPO MÉDIO MENSAL DO ATENDIMENTO PRESENCIAL (minutos)	21,2

AÇÃO5486 - PROCESSAMENTO DE DEMANDAS DOS CONSUMIDORES orçamentária**PRODUTO: FISCALIZAÇÃO DO MERCADO DE CONSUMO****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATOS FISCALIZATÓRIOS REALIZADOS (unidade)	28.903
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ABRANGIDOS PELA FISCALIZAÇÃO AO ANO (unidade)	456

AÇÃO5488 - ATOS FISCALIZATÓRIOS orçamentária**PRODUTO: EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO DIRIGIDA À SOCIEDADE****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA DIÁRIA DE CURSOS E PALESTRAS DISPONIBILIZADOS (unidade)	250
NÚMERO DE AÇÕES EDUCATIVAS REALIZADAS (unidade)	744

AÇÃO6045 - EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO orçamentária

Programa: 1711 - PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR**Finalístico****PRODUTO: ORIENTAÇÃO AO FORNECEDOR****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FORNECEDORES ORIENTADOS (unidade)	2.082
RAZÃO ENTRE O NÚMERO TOTAL DE CONSULTAS SOBRE LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA REGISTRADA POR FORNECEDORES NO SITE DO PROCON E O NÚMERO TOTAL DE ACESSOS À FAQ (QUESTÕES MAIS FREQUENTES) EXISTENTES NO SITE (unidade)	0,31
AÇÃO	
8329 - ATENDIMENTO E ORIENTAÇÃO AO FORNECEDOR	não orçamentária

Programa: 1714 - PERÍCIA JUDICIAL NA ÁREA DE MEDICINA LEGAL E DE INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO

Finalístico

Órgão: 17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
EVOLUÇÃO ANUAL DE PERÍCIAS NA ÁREA DE MEDICINA LEGAL EM RELAÇÃO À 2018 (%)	15
EVOLUÇÃO ANUAL DE PERÍCIAS REALIZADAS EM INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO EM RELAÇÃO À 2018 (%)	10

PRODUTO: LAUDO PERICIAL DE MEDICINA LEGAL

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE LAUDOS EXPEDIDOS DE PERÍCIAS DE MEDICINA LEGAL AO ANO (unidade)	46.921
QUANTIDADE DE PERÍCIAS REALIZADAS EM INTERDIÇÃO E DOMICILIAR AO ANO (unidade)	5.138

AÇÃO

5641 - PERÍCIAS NA ÁREA DE MEDICINA LEGAL	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: LAUDO PERICIAL DE DNA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE LAUDOS PERICIAIS DE DNA EXPEDIDOS AO ANO (unidade)	10.199
QUANTIDADE DE LAUDOS PERICIAIS DE DNA PRÉ-PROCESSUAIS AO ANO (unidade)	1.450

AÇÃO

4135 - PERÍCIAS DE INVESTIGAÇÃO DE VÍNCULO GENÉTICO (DNA)	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA SERVIDORES E PERITOS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE AÇÕES DE EDUCAÇÃO CONTINUADA PARA SERVIDORES E PERITOS (unidade)	32

AÇÃO

6114 - EDUCAÇÃO CONTINUADA	orçamentária
----------------------------	--------------

Programa: 1724 - METROLOGIA E QUALIDADE DE PRODUTOS E SERVIÇOS**Finalístico**

Órgão: 17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE REPROVAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR FISCALIZADOS/VERIFICADOS (%)	1,96

PRODUTO: FISCALIZAÇÃO EM PRODUTOS PRÉ-EMBALADOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES DE PRODUTOS PRÉ EMBALADOS AO ANO (unidade)	73.000
PERCENTUAL DE PRODUTOS COM SUSPEITA DE IRREGULARIDADE (%)	9,5

AÇÃO

6302 - FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS PRÉ-EMBALADOS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: VERIFICAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE REPROVAÇÃO EM BOMBAS DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS (%)	5,55
NÚMERO DE VERIFICAÇÕES PERIÓDICAS DE INSTRUMENTOS DE PESAR E MEDIR AO ANO (unidade)	999.000

AÇÃO

5669 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE METROLÓGICO	orçamentária
--	--------------

Programa: 1729 - ATENÇÃO AO ADOLESCENTE/JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR

Finalístico

Órgão: 17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE PACTUAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS SEDE DOS CENTROS DE ATENDIMENTO PARA ATENÇÃO AOS ADOLESCENTES/JOVENS	6
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS ADOLESCENTES/JOVENS EM PROVAS EDUCACIONAIS EXTERNAS (%)	91,66
ÍNDICE DE REENTRADA DE ADOLESCENTES/JOVENS NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO (%)	19,42
PRODUTO: APOIO SOCIOEDUCATIVO AOS ADOLESCENTES/JOVENS EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS JUDICIAIS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE ADOLESCENTES/JOVENS ATENDIDOS NO MÊS (unidade)	10.786
TAXA DE OCUPAÇÃO MENSAL DE VAGAS (%)	97,76
AÇÃO	
5907 - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO, SEMILIBERDADE E CAUTELARES	orçamentária
PRODUTO: ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE ANUAL DE ATENDIMENTOS CLÍNICOS, SAÚDE MENTAL, ODONTOLÓGICOS, ENFERMAGEM E PSICOLÓGICOS (unidade)	2.661.552
QUANTIDADE ANUAL DE DOSES DE VACINAS APLICADAS NA FUNDAÇÃO CASA (unidade)	43.331
AÇÃO	
5906 - ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DO ADOLESCENTE/JOVEM EM MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR	orçamentária
PRODUTO: ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO INTEGRAL À EDUCAÇÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE CERTIFICAÇÃO EM FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA DOS ADOLESCENTES/JOVENS DESLIGADOS DA MEDIDA DE INTERNAÇÃO DA FUNDAÇÃO CASA (%)	85
QUANTIDADE ANUAL DE ATENDIMENTOS EM ATENÇÃO INTEGRAL À EDUCAÇÃO FORMAL, FORMAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA, ARTE E CULTURA E EDUCAÇÃO FÍSICA (unidade)	816.153
AÇÃO	
5905 - ATENÇÃO INTEGRAL À EDUCAÇÃO DO ADOLESCENTE/JOVEM EM MEDIDA SOCIOED. E CAUTELAR	orçamentária
PRODUTO: CONSTRUÇÃO E GESTÃO DE CENTROS DE ATENDIMENTOS POR MEIO DE PPP	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CENTROS DE ATENDIMENTO ADMINISTRADOS (UNIDADE) VIA PPP (unidade)	1
QUANTIDADE MENSAL DE ADOLESCENTES/JOVENS ATENDIDOS VIA PPP (unidade)	64
AÇÃO	
2583 - EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM PARCERIA PÚBLICO PRIVADA.	orçamentária
PRODUTO: ATENDIMENTO PÓS MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE ADESÃO DE ADOLESCENTES/JOVENS PÓS-MEDIDA AO PROJETO (%)	80
QUANTIDADE DE ADOLESCENTES/JOVENS ATENDIDOS PELA INTERVENÇÃO PROPOSTA (unidade)	240
AÇÃO	
2582 - IMPACTO SOCIAL NO PÓS-MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	orçamentária

Programa: 1729 - ATENÇÃO AO ADOLESCENTE/JOVEM EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA E CAUTELAR

Finalístico

PRODUTO: ADEQUAÇÃO E OBRAS DE INFRAESTRUTURA PREDIAL

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE ADEQUAÇÃO/OBRAS DE INFRAESTRUTURA PREDIAL (%)	6,08
QUANTIDADE DE OBRAS/ ADEQUAÇÕES ESTRUTURAIS REALIZADAS (unidade)	11

AÇÃO

2208 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: REFORMAS E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE REFORMAS E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS (%)	75,69
QUANTIDADE DE REFORMAS E CONSERVAÇÕES: HIDRÁULICA, ELÉTRICA, ETC (unidade)	137

AÇÃO

2570 - REFORMAS E ADEQUAÇÕES DE IMÓVEIS DA SEDE E DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1730 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Finalístico**

Órgão: 17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CAPILARIDADE DAS POLÍTICAS DA SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA (%)	15,97
PERCENTUAL DE SENSIBILIZAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS (%)	0,62

PRODUTO: PROTEÇÃO POLICIAL A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VÍTIMAS ATENDIDAS (unidade)	160

AÇÃO

4987 - PROTEÇÃO POLICIAL A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS ASSINADOS (unidade)	18
NÚMERO DE CONVÊNIOS FINALIZADOS (unidade)	16

AÇÃO

1930 - FINANCIAMENTO PROJ. DES. ECONÔMICO E SOCIAL DO PONTAL DO PARANAPANEMA-FUNDESPAR	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PAGAMENTO DE LAUDOS PERICIAIS DE NATUREZA CÍVEL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PERÍCIAS NATUREZA CÍVEL PAGAS (unidade)	8.800

AÇÃO

6274 - PERÍCIAS JUDICIAIS.	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROPORÇÃO DE DENÚNCIAS TRATADAS EM RELAÇÃO AO NÚMERO DE DENÚNCIAS RECEBIDAS (%)	79,15
PROPORÇÃO DE EXPEDIENTES PRÉ-PROCESSUAIS ENCAMINHADOS PARA MEDIAÇÃO EM RELAÇÃO ÀS DENÚNCIAS TRATADAS (%)	40,65

AÇÃO

8324 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO DE ENTIDADES PROMOTORAS DE DIREITOS HUMANOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CERTIFICAÇÕES EXPEDIDAS (unidade)	165
NÚMERO DE PARECERES CONCLUSIVOS (unidade)	185

AÇÃO

8325 - EMISSÃO DE CERTIFICADOS E PARECERES QUE ATESTAM A EXECUÇÃO DE ATIVIDADES EM DIRE	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (unidade)	82
NÚMERO DE DELIBERAÇÕES FINALÍSTICAS (unidade)	11

AÇÃO

4213 - MONITORAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS	orçamentária
--	--------------

Programa: 1730 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Finalístico****PRODUTO: PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESQUISAS/MATERIAIS PUBLICADOS (unidade)	5
NÚMERO DE PESSOAS PARTICIPANTES EM CAPACITAÇÕES REALIZADAS (unidade)	10.505

AÇÃO

5901 - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: FOMENTO DE PROJETOS DE DEFESA DOS INTERESSES DIFUSOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS, TERMOS DE COLABORAÇÃO E TERMOS DE FOMENTO FINALIZADOS (unidade)	20
NÚMERO DE INTERESSES DIFUSOS REPARADOS (unidade)	23

AÇÃO

5995 - GESTÃO DO FUNDO DE INTERESSES DIFUSOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: APOIO A VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO À VÍTIMA (CRAVI)**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTOS FEITOS PELO CRAVI (unidade)	2.359
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS PELO CRAVI (unidade)	481

AÇÃO

6202 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DO CENTRO DE APOIO À VÍTIMA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: CRIANÇAS E ADOLESCENTES PROTEGIDOS DA AMEAÇA DE MORTE- PPCAAM**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTOS PRESENCIAIS (unidade)	360
MÉDIA MENSAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E RESPECTIVOS FAMILIARES INCLUSOS (unidade)	220

AÇÃO

6204 - PROTEÇÃO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES AMEAÇADOS DE MORTE	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS- PROVITA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS POR ANO (unidade)	140

AÇÃO

6198 - PROTEÇÃO À VÍTIMA E À TESTEMUNHA AMEAÇADA-PROVITA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: INTEGRAÇÃO DE SERVIÇOS E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA MENSAL DE ATENDIMENTOS PELOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA (unidade)	125.892
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA, TANTO NOS POSTOS FIXOS COMO NO PROJETO CIDADANIA EM MOVIMENTO (unidade)	64

AÇÃO

4151 - GESTÃO E APRIMORAMENTO DOS CENTROS DE INTEGRAÇÃO DA CIDADANIA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DOS FÓRUNS DO ESTADO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OBRAS EXECUTADAS (unidade)	11
NÚMERO DE PASTAS TÉCNICAS (MATERIAL QUE VIABILIZA A LICITAÇÃO DA OBRA) EMITIDAS (unidade)	5

AÇÃO

1430 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE FÓRUNS	orçamentária
--	--------------

Programa: 1730 - DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA**Finalístico****PRODUTO: REPARAÇÃO A PESSOAS COMPROVADAMENTE PERSEGUIDAS DURANTE A DITADURA MILITAR****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INDENIZAÇÕES PAGAS (unidade)	
PROPORÇÃO DE INDENIZAÇÕES PAGAS EM RELAÇÃO ÀS INDENIZAÇÕES DEFERIDAS PELA COMISSÃO ESTADUAL DE EX PRESO POLÍTICO (%)	

AÇÃO

5616 - PAGAMENTO DE INDENIZAÇÕES A EX-PRESOS POLÍTICOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA POR MEIO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS VOLTADOS À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA ENTREGUES (unidade)	11
NÚMERO DE TERMOS DE CONVÊNIO E DE COLABORAÇÃO ASSINADOS PARA A IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS VOLTADOS À AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA (unidade)	8

AÇÃO

2584 - IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA	orçamentária
--	--------------

Programa: 1731 - JUSTIÇA E CIDADANIA NO CAMPO E NA CIDADE**Finalístico**

Órgão: 17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EXPEDIDOS (unidade)	3.000
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO MÉDIO FAMILIAR MENSAL (sm)	3,38

PRODUTO: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS CADASTRADAS (unidade)	5.000
NÚMERO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS REGISTRADAS (unidade)	2.700

AÇÃO

4959 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA E RURAL	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ASSISTÊNCIA REALIZADAS ÀS FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS E QUILOMBOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS ÀS FAMÍLIAS EM ASSENTAMENTOS E QUILOMBOS (unidade)	14.266
VALOR COMERCIALIZADO NO BALCÃO DE NEGÓCIOS (R\$)	289.000.000

AÇÃO

4960 - FOMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NOS ASSENTAMENTOS E QUILOMBOS-BALCÃO DE NEGÓCIOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1801 - APRIMORAMENTO DA POLICIA JUDICIARIA**Finalístico**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PROCEDIMENTOS DE POLICIA JUDICIARIA REALIZADOS (unidade)	640.500
SUBSTANCIAS ENTORPECENTES APREENDIDAS (kg)	259.892

PRODUTO: EMISSÃO DE DOCUMENTOS AO CIDADÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DOCUMENTOS EMITIDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DA POPULAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	21
DOCUMENTOS EMITIDOS (unidade)	10.000.000

AÇÃO

4195 - IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL	orçamentária
---------------------------------------	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE CUSTÓDIA DE PRESOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CUSTODIADOS ATENDIDOS (unidade)	1.771
PRESOS SOB CUSTÓDIA DA POLÍCIA CIVIL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CUSTODIADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	0,77

AÇÃO

4988 - CUSTÓDIA DE PRESOS	orçamentária
---------------------------	--------------

PRODUTO: REGISTROS DIGITAIS DE OCORRÊNCIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE REGISTROS ELETRÔNICOS REALIZADOS PELOS CIDADÃOS (unidade)	2.680.000
SATISFAÇÃO DOS USUÁRIOS COM OS SERVIÇOS DA DELEGACIA ELETRÔNICA (%)	98

AÇÃO

4989 - POLÍCIA JUDICIÁRIA	orçamentária
---------------------------	--------------

PRODUTO: EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONSTRUÇÕES E REFORMAS (unidade)	92
IMÓVEIS PRÓPRIOS DA POLITICA CIVIL QUE PASSARAM POR OBRAS DE CONSTRUÇÃO E REFORMA (%)	11,25

AÇÃO

1133 - CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
SERVIDORES FORMADOS, CAPACITADOS, APERFEIÇOADOS E ESPECIALIZADOS (unidade)	16.280

AÇÃO

5427 - SELEÇÃO, FORMAÇÃO, CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS POLICIAIS CIVIS	orçamentária
---	--------------

Programa: 1811 - CORPO DE BOMBEIROS PREPARADO PARA EMERGÊNCIAS COM FOCO NA GESTÃO DE RISCOS

Finalístico

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES NÃO SUJEITAS AO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO POR 100.000	0,04
OCORRÊNCIAS DE INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES SUJEITAS AO REGULAMENTO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO (%)	39
OCORRÊNCIAS EMERGENCIAIS ATENDIDAS DENTRO DO TEMPO RESPOSTA DE 20 MINUTOS (%)	59

PRODUTO: PRONTO ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ATENDIMENTOS EMERGENCIAIS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE SOLICITAÇÕES RECEBIDAS (%)	70
DISPONIBILIDADE DE VIATURAS DE COMBATE A INCÊNDIO DE PRIMEIRA RESPOSTA EM OPERAÇÃO NO ESTADO (%)	90

AÇÃO

4998 - COMBATE A INCÊNDIO	orçamentária
4999 - PROTEÇÃO A BANHISTAS	orçamentária
5000 - SALVAMENTO E RESGATE	orçamentária

PRODUTO: PREVENÇÃO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ATENDIMENTO DAS FISCALIZAÇÕES EM EDIFICAÇÕES PARA REUNIÃO DE PÚBLICO DECORRENTES DE DENÚNCIAS (%)	100
EDIFICAÇÕES COM CERTIFICADO DE LICENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS (C.L.C.B.) FISCALIZADAS AO MÊS (%)	15

AÇÃO

6061 - PREVENÇÃO DE RISCOS - EDUCAÇÃO PÚBLICA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: EXPANSÃO DO SERVIÇO DE BOMBEIROS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS ACIMA DE 50.000 HABITANTES COM A PRESENÇA DO CORPO DE BOMBEIROS (%)	2

AÇÃO

1054 - CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CAPACITAÇÕES OPERACIONAIS REALIZADAS POR BOMBEIRO MILITAR AO ANO (%)	90
TAXA DE CONCLUINTE DE CURSOS DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO ANO ANO (%)	95

AÇÃO

5705 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS	orçamentária
--	--------------

Programa: 1814 - POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA - CIÊNCIA E TECNOLOGIA APLICADAS AO ESCLARECIMENTO DE

Finalístico

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE PERÍCIAS CONCLUÍDAS (%)	94,28
PRODUTO: PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS E MÉDICO-LEGAIS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE LAUDOS POR PERITOS OFICIAIS (unidade)	50,45
NÚMERO DE LAUDOS EXPEDIDOS (unidade)	940.000
AÇÃO	
4178 - PERÍCIAS CRIMINALÍSTICAS E MÉDICO-LEGAIS	orçamentária
PRODUTO: EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONSTRUÇÕES, REFORMAS E AMPLIAÇÕES (unidade)	2
PERCENTUAL MÉDIO DE OBRAS PARA READEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA PREDIAL REALIZADAS POR UNIDADE (%)	1,3
AÇÃO	
1293 - CONSTRUÇÃO E READEQUAÇÃO DE INSTALAÇÕES FÍSICAS	orçamentária
PRODUTO: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROFISSIONAIS QUALIFICADOS (unidade)	400
PERCENTUAL MÉDIO DE QUALIFICAÇÃO REALIZADAS POR EFETIVO DA POLÍCIA CIENTÍFICA (%)	10,84
AÇÃO	
6064 - FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS SERVIDORES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	orçamentária

Programa: 1817 - PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL DO POLICIAL MILITAR (PPSPM)**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E HOSPITALARES POR BENEFICIÁRIO (unidade)	15
RAZÃO ENTRE OS ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS E OS PREVENTIVOS (unidade)	0,2

PRODUTO: ASSISTÊNCIA AMBULATORIAL E HOSPITALAR COM OBSTETRÍCIA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE CONSULTAS REALIZADAS (PRONTO SOCORRO, AMBULATÓRIOS E CLÍNICAS) (unidade)	35.000

AÇÃO

4784 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AMBULATORIAL E HOSPITALAR, COM OBSTETRÍCIA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: DEFESA FUNCIONAL DOS POLICIAIS MILITARES**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CORRELAÇÃO ENTRE ATENDIMENTO REMOTO E PRESENCIAL (%)	1,5
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA FUNCIONAL REALIZADOS (unidade)	100

AÇÃO

6298 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA FUNCIONAL PRESTADA A POLICIAIS MILITARES	orçamentária
--	--------------

Programa: 1818 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA (%)	100
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESTRATÉGICO PARA A POLÍCIA CIVIL	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (unidade)	32.000
PERCENTUAL DE FROTA RENOVAADA (%)	20
AÇÃO	
6296 - APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO CONTÍNUA DOS EQUIPAMENTOS DA POLÍCIA CIVIL	orçamentária
PRODUTO: RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO ADM. E OPERACIONAL DO CORPO DE BOMBEIROS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO RESPIRATÓRIA SUBSTITUÍDOS (unidade)	100
TAXA DE RENOVAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO (%)	40
AÇÃO	
6295 - APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO CONTÍNUA DOS EQUIPAMENTOS DO CORPO DE BOMBEIROS	orçamentária
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA AS ATIVIDADES DA POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ATIVIDADE FIM (unidade)	160
TAXA DE RENOVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À ATIVIDADE FIM (%)	7,25
AÇÃO	
6294 - APARELHAMENTO E MODERNIZ. CONTÍNUA DOS EQUIPAMENTOS POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	orçamentária
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE VIATURAS, ARMAMENTOS E EQUIPAMENTOS PARA ATIVIDADE POLICIAL - PMESP	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE ARMAMENTO ADQUIRIDO (unidade)	44.000
TAXA DE RENOVAÇÃO DA FROTA DE VIATURAS 4 RODAS AO ANO (%)	25
AÇÃO	
6293 - APARELHAMENTO E MODERNIZAÇÃO CONTÍNUA DOS EQUIPAMENTOS DA POLÍCIA MILITAR	orçamentária
PRODUTO: GERENCIAMENTO INTEGRADO DE OPERAÇÕES	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AGÊNCIAS INTEGRADAS AO CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE - CICC (unidade)	2
QUANTIDADE DE LIGAÇÕES ATENDIDAS PELO DISQUE DENÚNCIA NO ANO (unidade)	250.000
AÇÃO	
6297 - OPERAÇÕES INTEGRADAS DA POLÍCIA /CICC -CENTRO INTEGRADO DE COMANDO E CONTROLE	orçamentária
PRODUTO: IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS DE TI IMPLANTADOS (unidade)	13
TAXA DE EXPANSÃO DO SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO DIGITAL COM CONTROLE INTELIGENTE (%)	77,5
AÇÃO	
5642 - INTELIGÊNCIA POLICIAL	orçamentária

Programa: 1818 - MODERNIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas****PRODUTO: IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS DE VIDEOMONITORIZAÇÃO****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE CÂMERAS FIXAS DE VIDEOMONITORIZAÇÃO E CÂMERAS INSTALADAS EM DRONES EM OPERAÇÃO PELA PMESP (unidade)	446
TAXA DE IMPLANTAÇÃO NOS BATALHÕES TERRITORIAIS DE CÂMERA OPERACIONAL PORTÁTIL - COP (%)	49

AÇÃO

6058 - VIDEOMONITORAMENTO POLICIAL OSTENSIVO	orçamentária
--	--------------

Programa: 1819 - PROTEÇÃO E DEFESA AO CIDADÃO**Finalístico**

Órgão: 18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE OCORRÊNCIAS DE NATUREZA URGENTE ATENDIDAS EM ATÉ 20 MINUTOS (%)	56

PRODUTO: SERVIÇOS DE SEGURANÇA PÚBLICA POR MEIO DO POLICIAMENTO OSTENSIVO E PREVENTIVO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS PELA PM (unidade)	5.050.000

AÇÃO

4993 - POLICIA OSTENSIVA E PREVENTIVA	orçamentária
---------------------------------------	--------------

PRODUTO: FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE CAPACITAÇÃO POR MEIO DE ENSINO À DISTÂNCIA (unidade)	2
QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES FORMADOS E CAPACITADOS (unidade)	29.110

AÇÃO

4995 - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO POLICIAL MILITAR	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: INFORMAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO RELACIONADOS À ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL (unidade)	3.600
QUANTIDADE DE PESSOAS ALCANÇADAS COM AS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL (unidade)	2.000.000

AÇÃO

6066 - COMUNICAÇÃO SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: EXPANSÃO E ADEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CENTROS DE OPERAÇÕES DA POLÍCIA MILITAR - COPOM INSTALADOS (unidade)	
QUANTIDADE DE QUARTÉIS CONSTRUÍDOS E REFORMADOS (unidade)	40

AÇÃO

1090 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUARTÉIS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: POLICIAIS MILITARES APTOS PARA AS ATIVIDADES DE POLICIAMENTO OSTENSIVO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS DE SAÚDE REALIZADOS (unidade)	1.061.000
TAXA DE ABSENTEÍSMO DO POLICIAL MILITAR (%)	1,6

AÇÃO

5001 - ATENDIMENTO A SAÚDE DO POLICIAL MILITAR	orçamentária
--	--------------

Programa: 2000 - GESTÃO FISCAL E TRIBUTÁRIA**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
COEFICIENTE ENTRE A RECEITA DE IMPOSTOS E O PIB-SP (%)	6,91
NÚMERO DE MEDIDAS DE SIMPLIFICAÇÃO NORMATIVA REFERENTES A OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS (unidade)	70
NÚMERO DE SETORES INCENTIVADOS (unidade)	12
RESULTADO PRIMÁRIO (R\$ bilhões)	12,6

PRODUTO: ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS ESTADUAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ARRECADAÇÃO DE IMPOSTOS (R\$ bilhões)	184,57
ÍNDICE DE INADIMPLÊNCIA DO ICMS (%)	5,7

AÇÃO

5021 - OPERAÇÃO TRIBUTÁRIA	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE AUDITORIAS PLANEJADAS (%)	96
PERCENTUAL DE RECOMENDAÇÕES DE AUDITORIAS ATENDIDAS (%)	65

AÇÃO

5599 - AUDITORIAS NAS UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: RESULTADOS FINANCEIROS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (DCL/RCL) (%)	168

AÇÃO

5022 - ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	orçamentária
---------------------------------	--------------

Programa: 2005 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL ACUMULADO DE CRESCIMENTO DA CARTEIRA DE FINANCIAMENTO À INVESTIMENTO EM RELAÇÃO AO ANO DE 2019 (%)	10,36
PRODUTO: CRÉDITO A MUNICÍPIOS PAULISTAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DESEMBOLSOS DA DESENVOLVE SP PARA MUNICÍPIOS PAULISTAS (R\$)	117.605.028
AÇÃO	
6332 - FINANCIAMENTO DE MUNICÍPIOS PAULISTAS	orçamentária
PRODUTO: CRÉDITO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS PARA ACESSO A MERCADO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
TOTAL DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ATENDIDAS PELA DESENVOLVE (unidade)	600
AÇÃO	
1991 - EQUALIZAÇÃO DE TAXAS DE JUROS DE FINANCIAMENTOS INCENTIVADOS NO ÂMBITO DO ESTADO	orçamentária
6331 - DESEMBOLSO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	orçamentária
PRODUTO: CRÉDITO PARA INOVAÇÃO A EMPRESAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DESEMBOLSOS DA DESENVOLVE SP PARA INOVAÇÃO EM EMPRESAS (R\$)	36.266.609,76
AÇÃO	
6330 - CONCESSÃO DE CRÉDITO PARA PROJETOS DE INOVAÇÃO	orçamentária
PRODUTO: REPASSES FINANCEIROS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE REPASSES FINANCEIROS REALIZADOS (unidade)	6
AÇÃO	
1191 - REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO RIBEIRA	orçamentária
1208 - REPASSE DE RECURSOS AO FUNAC-FUNDO DE APOIO A CONTRIBUINTES DO EST. DE SÃO PAULO	orçamentária
1209 - REPASSE DE RECURSOS AO FIDES - FUNDO EST. DE INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	orçamentária
1210 - REPASSE DE RECURSOS AO FIDEC - FUNDO EST. DE INCENTIVO AO DESENV. ECONÔMICO	orçamentária
1211 - REPASSE DE RECURSOS AO BANCO DO POVO	orçamentária
1212 - REPASSE DE RECURSOS AO FUNDO DE AVAL	orçamentária
PRODUTO: OPERAÇÃO DE SECURITIZAÇÃO	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO REALIZADAS (unidade)	
AÇÃO	
5997 - OPERAÇÕES DE SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	orçamentária

Programa: 2021 - GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA ESTADUAL**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA

	META 2021
PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS DE PENSÃO POR MORTE CONCEDIDOS EM PRAZO INFERIOR A 19 DIAS (%)	83
TEMPO MÉDIO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA (dia)	140

PRODUTO: CONCESSÃO E PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
BENEFICIÁRIOS PAGOS (unidade)	536.984
PERCENTUAL DE ÓRGÃO E ENTIDADES COM FOLHAS DE INATIVOS PROCESSADAS PELA SPPREV (%)	91,49

AÇÃO

5753 - GESTÃO DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PREVENÇÃO E COMBATE A FRAUDES PREVIDENCIÁRIAS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
VALOR ECONOMIZADO COM PAGAMENTOS INDEVIDOS (R\$ milhões)	170

AÇÃO

8185 - PREVENÇÃO E COMBATE A FRAUDES PREVIDENCIÁRIAS	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: SEDE PRÓPRIA DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PROCESSO DE AQUISIÇÃO DA SEDE DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV (%)	33

AÇÃO

8260 - AQUISIÇÃO DA SEDE DA SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV	não orçamentária
--	------------------

Programa: 2027 - GESTÃO DE SERVIÇOS PRESTADOS À ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**Finalístico**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA**META 2021**

ÍNDICE DE ABSENTISMO POR ADOECIMENTO DE SERVIDORES E FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS (%)	4,96
TAXA DE PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES EM RELAÇÃO AO ALCANCE E À QUALIDADE DAS POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS (%)	20

PRODUTO: RH-FOLHA – SISTEMA INTEGRADO DE RECURSOS HUMANOS E FOLHA DE PAGAMENTO**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO****META 2021**

CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES RELACIONADAS AO DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA RH-FOLHA (%)	75
---	----

AÇÃO

5884 - INTEGRAÇÃO, OPERAÇÃO E SUPORTE À GESTÃO DOS ÓRGÃOS DE RECURSOS HUMANOS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ADICIONAIS**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO****META 2021**

NÚMERO DE PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS CONCLUÍDOS (unidade)	
--	--

AÇÃO

6042 - AVALIAÇÃO DE PESSOAL	orçamentária
-----------------------------	--------------

PRODUTO: PERÍCIAS, LAUDOS E PARECERES MÉDICOS**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO****META 2021**

QUANTIDADE DE PERÍCIAS MÉDICAS, LAUDOS E PARECERES (unidade)	346.200
TEMPO MÉDIO PARA PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS DAS PERÍCIAS PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E INGRESSO (dia)	14

AÇÃO

5971 - REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS	orçamentária
---------------------------------------	--------------

PRODUTO: SISTEMA DE GESTÃO DE ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS**Melhoria de Gestão****INDICADOR DE PRODUTO****META 2021**

PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO NOVO PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (%)	50
QUANTIDADE DE ACESSOS AO SISTEMA PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (unidade)	2.566

AÇÃO

8337 - NOVO PERFIL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	não orçamentária
---	------------------

Programa: 2028 - GESTÃO INOVADORA E ORIENTADA PARA RESULTADOS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DAS METAS DE RESULTADO ACORDADAS COM O BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)	7,14
PERCENTUAL DE AVALIAÇÃO POSITIVA DOS USUÁRIOS DA BEC/SP (%)	80
PRODUTO: CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES EM GESTÃO DE RH, RECURSOS PÚBLICOS E POL. PÚBLICAS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE VAGAS APROVEITADAS (unidade)	19.192
SATISFAÇÃO DOS ALUNOS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA ESCOLA DE GOVERNO (%)	80,5
AÇÃO	
5357 - CAPACITAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA E GESTÃO PARA RESULTADOS	orçamentária
PRODUTO: APOIO À GESTÃO GOVERNAMENTAL E DE POLÍTICAS PÚBLICAS JUNTO A ÓRGÃOS E ENTIDADES	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE DESEMPENHO DAS EQUIPES EXTERNAS (IDEE) (%)	95
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DOS PLANOS DE TRABALHO (IEPT) (%)	90
AÇÃO	
6032 - GESTÃO PARA RESULTADOS	orçamentária
PRODUTO: PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL PARA A CIDADANIA	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CIDADÃOS CONSCIENTIZADOS (unidade)	25.000
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS PAULISTAS IMPACTADOS POR AÇÕES DE EDUCAÇÃO FISCAL (%)	66,51
AÇÃO	
4499 - EVENTOS DE CAPACITAÇÃO E DE CONSCIENTIZAÇÃO FISCAL	orçamentária
PRODUTO: FISCO MODERNIZADO	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE SUBPROJETOS PROFISCO CONCLUÍDOS (unidade)	27
AÇÃO	
2290 - GESTÃO FISCAL E INTEGRAÇÃO DOS FISCOS NO BRASIL - PROFISCO SP	orçamentária
PRODUTO: ESTUDOS DE PROJETOS DE DESESTATIZAÇÃO	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE ESTUDOS CONCLUÍDOS (unidade)	1
AÇÃO	
2599 - APOIO TÉCNICO AO PROGRAMA ESTADUAL DE DESESTATIZAÇÃO	orçamentária
PRODUTO: ITENS NEGOCIADOS NA BEC/SP	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA MENSAL DE FORNECEDORES CADASTRADOS POR OFERTA DE COMPRA (unidade)	16
PERCENTUAL MÉDIO DE ITENS EFETIVAMENTE NEGOCIADOS NA BEC/SP NO MÊS (%)	70
AÇÃO	
5601 - GESTÃO DO SISTEMA BOLSA ELETRÔNICA DE COMPRAS - BEC/SP	orçamentária

Programa: 2028 - GESTÃO INOVADORA E ORIENTADA PARA RESULTADOS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas****PRODUTO: PROJETOS DE PARCERIA PÚBLICA ANALISADOS****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS ANALISADOS (unidade)	1
AÇÃO	
2262 - APOIO À IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE PPPS – PROJETOS ANALISADOS	orçamentária

Programa: 2029 - FORTALECIMENTO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Finalístico

Órgão: 20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PORCENTAGEM DE PRODUTOS DO PODER EXECUTIVO NO PPA COM DESEMPENHO SATISFATÓRIO (%)	58
TAXA DE ADERÊNCIA ENTRE O VALOR DO ORÇAMENTO REALIZADO E DO ORÇAMENTO APROVADO (%)	98

PRODUTO: PLANO PLURIANUAL ELABORADO, MONITORADO E REVISTO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS GERENTES DO PPA COM AS ATIVIDADES DE APOIO AO MONITORAMENTO (esc. 5 pts)	3,8
TEMPO DEDICADO ÀS AGENDAS CONJUNTAS COM OS ÓRGÃOS SETORIAIS (h)	1.000

AÇÃO

6237 - GESTÃO DO PLANO PLURIANUAL	orçamentária
-----------------------------------	--------------

PRODUTO: ORÇAMENTOS ANUAIS ELABORADOS E ACOMPANHADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS ELABORADAS E ACOMPANHADAS (unidade)	2
TEMPO MÉDIO DE ANÁLISE DE MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (dia)	7,45

AÇÃO

4485 - GESTÃO DO PROCESSO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AVALIAÇÕES DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS SETORIAIS RESPONSÁVEIS PELO PROGRAMA AVALIADO COM O PROCESSO AVALIATIVO (esc. 5 pts)	4,5
NÚMERO DE AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO DOS PROGRAMAS REALIZADAS (unidade)	10

AÇÃO

4483 - EXECUÇÃO DE PROCESSOS AVALIATIVOS DE PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AUDIÊNCIAS PÚBLICAS EM PROCESSOS DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA DE PARTICIPAÇÕES DE MEMBROS DA SOCIEDADE CIVIL EM AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (%)	25
NÚMERO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS (unidade)	18

AÇÃO

6308 - FOMENTO À PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM PLANEJAMENTO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: ESTUDOS SOBRE A SITUAÇÃO DO ESTADO DO SÃO PAULO E DE SUAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTUDOS REALIZADOS (unidade)	5
PROPORÇÃO DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL ABRANGIDOS NOS ESTUDOS SOBRE SITUAÇÃO DO ESTADO (%)	40

AÇÃO

6236 - SUBSÍDIOS TÉCNICOS EM PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: APERFEIÇOAMENTO DA REDE ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE PERCEPÇÃO DOS GERENTES DO PPA EM RELAÇÃO À APLICAÇÃO DA METODOLOGIA DO ORÇAMENTO POR RESULTADOS (esc. 5 pts)	3,75
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DE PROCESSOS DE PLANEJAMENTO (%)	90

AÇÃO

8286 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	não orçamentária
---	------------------

Programa: 2505 - FOMENTO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL- CASA PAULISTA**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL MÉDIO DO SUBSÍDIO DO FPHIS EM RELAÇÃO AO VALOR DO IMÓVEL ADQUIRIDO VIA FINANCIAMENTO (%)	20

PRODUTO: CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS HABITACIONAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BENEFÍCIOS HABITACIONAIS CONCEDIDOS ÀS FAMÍLIAS (unidade)	9.000

AÇÃO

2503 - APOIO HABITACIONAL	orçamentária
---------------------------	--------------

PRODUTO: CONCESSÃO DE SUBSÍDIOS HABITACIONAIS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE SUBSÍDIOS HABITACIONAIS CONCEDIDOS (unidade)	29.929

AÇÃO

2277 - AÇÕES DO FUNDO GARANTIDOR HABITACIONAL-FGH	orçamentária
2486 - SUBSÍDIO PARA CRÉDITO IMOBILIÁRIO E PARA OUTRAS AÇÕES DE HIS	orçamentária
2492 - PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP HABITACIONAL	orçamentária

Programa: 2507 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE HABITACIONAL**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REGULARIZAÇÃO (unidade)	78.360

PRODUTO: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MATRÍCULAS E TÍTULOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ENTREGUES (unidade)	56.250
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR APOIO À REGULARIZAÇÃO (unidade)	84.385

AÇÃO

5702 - APOIO À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REGULARIZAÇÃO EM CONJUNTOS E NÚCLEOS DA CDHU**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR REGULARIZAÇÃO EM CONJUNTOS E NÚCLEOS HABITACIONAIS DA CDHU (unidade)	22.110

AÇÃO

5703 - REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE CONJUNTOS E NÚCLEOS HABITACIONAIS	orçamentária
---	--------------

Programa: 2508 - PROVISÃO DE MORADIAS**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
MORADIAS VIABILIZADAS EM RELAÇÃO AO DÉFICIT HABITACIONAL FORA DOS ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS (%)	1,55

PRODUTO: UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS OU ADQUIRIDAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS E LOTES URBANIZADOS PRODUZIDOS E ADQUIRIDOS (unidade)	7.861
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM CANTEIRO PARA PROVISÃO DE MORADIAS (unidade)	18.728

AÇÃO

2006 - PROVISÃO DE MORADIAS PARA DEMANDA GERAL	orçamentária
--	--------------

Programa: 2510 - REQUALIFICAÇÃO HABITACIONAL E URBANA**Finalístico**

Órgão: 25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
DOMICÍLIOS BENEFICIADOS COM AÇÕES DE REQUALIFICAÇÃO URBANA E HABITACIONAL E MORADIAS VIABILIZADAS COM RELAÇÃO AO	1,19
PRODUTO: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E REASSENTAMENTO NO LITORAL PAULISTA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO E REASSENTAMENTO HABITACIONAL NAS ÁREAS DE INTERESSE DO LITORAL PAULISTA (unidade)	914
AÇÃO	
2432 - HABITAÇÃO PARA LITORAL SUSTENTÁVEL	orçamentária
PRODUTO: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR URBANIZAÇÃO (unidade)	1.010
AÇÃO	
2005 - URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS	orçamentária
PRODUTO: UNIDADES HABITACIONAIS E CARTAS DE CRÉDITO PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS EM CANTEIRO PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL (unidade)	5.354
NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS PRODUZIDAS E ADQUIRIDAS PARA REASSENTAMENTO HABITACIONAL (unidade)	2.723
AÇÃO	
2004 - REASSENTAMENTO HABITACIONAL	orçamentária
PRODUTO: DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOMICÍLIOS BENEFICIADOS POR MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS (unidade)	22.000
AÇÃO	
5057 - MELHORIAS HABITACIONAIS E URBANAS	orçamentária

Programa: 2604 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE CLASSIFICAÇÃO BOA DE QUALIDADE DO AR DE ACORDO COM AS MEDIÇÕES DA REDE DE MONITORAMENTO DA CETESB	75
PERCENTUAL DE PONTOS MONITORADOS EM RIOS E RESERVATÓRIOS CLASSIFICADOS COMO ADEQUADOS PARA A PROTEÇÃO DA VIDA	75
TEMPO MÉDIO EFETIVO DE ANÁLISE DA CETESB NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO (dia)	132
TEMPO MÉDIO EFETIVO DE ANÁLISE DA CETESB NO LICENCIAMENTO AMBIENTAL (dia)	90

PRODUTO: LICENÇAS DE EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROCESSOS DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL COM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL ENCERRADOS (unidade)	186
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES ANALISADAS (%)	62

AÇÃO

6299 - LICENCIAMENTO DE ALTO IMPACTO AMBIENTAL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AÇÕES EM EMERGÊNCIAS QUÍMICAS DECORRENTES DE RISCOS TECNOLÓGICOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO EM CAMPO DA EQUIPE DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS QUÍMICAS DA CETESB (%)	84
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO (%)	100

AÇÃO

6364 - AÇÕES EM EMERGÊNCIAS QUÍMICAS	orçamentária
--------------------------------------	--------------

PRODUTO: CONTROLE DA EMISSÃO VEICULAR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (unidade)	85
PERCENTUAL DE NÃO CONFORMIDADE DAS MEDIÇÕES EFETUADAS (%)	5

AÇÃO

6357 - FISCALIZAÇÃO DE VEÍCULOS DIESEL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MONITORAMENTO DA QUALIDADE AMBIENTAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AMOSTRAS DE ÁGUA DE POÇO COLETADAS NA REDE DE MONITORAMENTO DE QUALIDADE (unidade)	617
NÚMERO DE DADOS DE CONCENTRAÇÃO DE POLUENTES ATMOSFÉRICOS COLETADOS (unidade)	2.353.286

AÇÃO

5065 - MEDIÇÃO DA QUALIDADE DAS ÁGUAS E DO AR	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: LICENÇAS DE EMPREENDIMENTOS E ATIVIDADES SEM AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOCUMENTOS EMITIDOS (unidade)	25.505
PERCENTUAL DE SOLICITAÇÕES DE LICENÇAS ANALISADAS (%)	100

AÇÃO

5071 - LICENCIAMENTO DE BAIXO IMPACTO AMBIENTAL	orçamentária
---	--------------

Programa: 2604 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E REDUÇÃO DA PEGADA AMBIENTAL**Finalístico****PRODUTO: FINANCIAMENTO DE PROJETOS AMBIENTAIS PELO FECOP****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FECOP (unidade)	90
POPULAÇÃO BENEFICIADA PELOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FECOP. (unidade)	4.214.845

AÇÃO

1359 - APOIO A PROJETOS DE MELHORIA DE MEIO AMBIENTE.	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: FINANCIAMENTO DE PROJETOS EM ÁREAS CONTAMINADAS PELO FEPRAC**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ÁREAS INVESTIGADAS E REABILITADAS (unidade)	1
NÚMERO DOS PROJETOS FINANCIADOS PELO FEPRAC (unidade)	2

AÇÃO

2311 - APOIO À INVESTIG E REMEDIAÇÃO DE ÁREAS CONTAMIN	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: APRIMORAMENTO DAS AÇÕES DE MONITORAMENTO, FISCALIZAÇÃO E MELHORIA AMBIENTAL**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE NOVOS DOCUMENTOS FIRMADOS (unidade)	2
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS DOS DOCUMENTOS FIRMADOS (%)	43

AÇÃO

2622 - CONTRAPARTIDAS AMBIENTAIS E CONVÊNIOS	orçamentária
--	--------------

Programa: 2617 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL, CIDADANIA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA**Finalístico**

Órgão: 09000 - SECRETARIA DA SAÚDE
26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE COBERTURA DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (unidade)	0,5
ÍNDICE DE DIFUSÃO DE CONHECIMENTOS RELACIONADOS A MEIO AMBIENTE E GESTÃO AMBIENTAL (unidade)	0,5
NÚMERO DE ACESSOS AOS CONTEÚDOS DIFUNDIDOS SOBRE MEIO AMBIENTE E GESTÃO AMBIENTAL (unidade)	642.717
PESSOAS MOBILIZADAS NAS AÇÕES DO PROGRAMA (unidade)	249.793

PRODUTO: PARQUES URBANOS CONSERVADOS E COM ATIVIDADES AOS VISITANTES**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS VISITANTES DOS PARQUES URBANOS (%)	81
NÚMERO DE VISITANTES DOS PARQUES URBANOS (unidade)	15.814.305

AÇÃO

5677 - GESTÃO DE PARQUES URBANOS orçamentária

PRODUTO: AÇÕES EDUCATIVAS PARA O DESENV. DE POLÍTICAS PÚBLICAS E NA GESTÃO AMBIENTAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AÇÕES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADAS À SOCIEDADE CIVIL, AOS MUNICÍPIOS, ÀS POLÍTICAS SETORIAIS ESTADUAIS E ÓRGÃOS GESTORES DA POLÍTICA AMBIENTAL (unidade)	180
NÚMERO DE PROJETOS PARA AÇÕES EDUCATIVAS EXECUTADOS POR ANO (unidade)	13

AÇÃO

6050 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA E PARTICIPATIVA NA GESTÃO AMBIENTAL PÚBLICA orçamentária

PRODUTO: APOIO AOS MUNICÍPIOS E OSCIPS EM AÇÕES DE DEFESA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PARCERIAS FIRMADAS COM MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL (unidade)	200

AÇÃO

2565 - IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE DEFESA DOS ANIMAIS DOMÉSTICOS orçamentária

PRODUTO: PARQUES MANTIDOS E CONSERVADOS EM ÁREAS DE VÁRZEAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DOS VISITANTES DOS PARQUES URBANOS (%)	81
NÚMERO DE VISITANTES NOS PARQUES EM ÁREAS DE VÁRZEAS (unidade)	4.813.200

AÇÃO

4029 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PARQUES orçamentária

PRODUTO: CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL – ESCOLA SUPERIOR DA CETESB**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÍVEL DE APLICABILIDADE DO CONTEÚDO DOS CURSOS OFERECIDOS (ESCALA DE 4 PONTOS) (unidade)	3,6
NÚMERO DE PARTICIPAÇÕES (unidade)	3.485

AÇÃO

6247 - CAPACITAÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL - ESCOLA SUPERIOR DA CETESB orçamentária

Programa: 2618 - CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PROTEÇÃO AMBIENTAL**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO FINALIZADOS, OBRIGAÇÕES DE REPARAÇÃO CUMPRIDAS E MULTAS PAGAS OU ENCAMINHADAS PARA	4.725
PERCENTUAL DE ESPÉCIES DA FAUNA SILVESTRE INCORPORADAS EM ESTRATÉGIAS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (%)	31,46
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS POR POLÍTICAS PÚBLICAS DE CONSERVAÇÃO, RECUPERAÇÃO E USO DA BIODIVERSIDADE (%)	48,91
PRODUTO: INCENTIVO A PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DA COBERTURA VEGETAL E DA BIODIVERSIDADE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÁREA RESTAURADA E PROTEGIDA POR MEIO DE PSA (ha)	14.300
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DOS CONTRATOS DE PSA (%)	38,11
AÇÃO	
2539 - CONEXÃO MATA ATLÂNTICA - GEF/BID	orçamentária
PRODUTO: MONITORAMENTO DA RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DA FLORA NATIVA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE CAPACITAÇÕES (unidade)	108
PERCENTUAL DE PROJETOS DE RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E EXPLORAÇÃO SUSTENTÁVEL DE ESPÉCIES NATIVAS SOB ACOMPANHAMENTO GERENCIAL (%)	25
AÇÃO	
8331 - RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA E PROTEÇÃO DA BIODIVERSIDADE	não orçamentária
PRODUTO: PLANOS DE AÇÃO TERRITORIAIS PARA ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO INCORPORADAS EM ESTRATÉGIAS DE CONSERVAÇÃO NOS TERRITÓRIOS DE ATUAÇÃO DEFINIDOS PELO PROJETO PARA O ESTADO DE SÃO PAULO (%)	83,5
ÍNDICE DE EXECUÇÃO DO PROJETO (%)	100
AÇÃO	
8294 - GEF - PRÓ ESPÉCIES	não orçamentária
PRODUTO: PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO AMBIENTAL (unidade)	78.000
PERCENTUAL DE AÇÕES DE PREVENÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MONITORAMENTO EM ÁREAS E TEMAS PRIORITÁRIOS PARA CONSERVAÇÃO (%)	48
AÇÃO	
6233 - PROTEÇÃO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	orçamentária
PRODUTO: CONSERVAÇÃO INTEGRADA E REDUÇÃO DAS PRESSÕES SOBRE A FAUNA SILVESTRE.	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE GESTÃO DA FAUNA (%)	98,39
ÍNDICE DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE FAUNA SILVESTRE (%)	15,79
AÇÃO	
6073 - GESTÃO E CONSERVAÇÃO INTEGRADA DA FAUNA SILVESTRE	orçamentária

Programa: 2618 - CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PROTEÇÃO AMBIENTAL**Finalístico****PRODUTO: REDE DE OPERAÇÕES AMBIENTAIS****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÁREAS DE PRESSÃO COM AÇÕES RELACIONADAS AOS PLANOS DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL INTEGRADA DE OCUPAÇÕES IRREGULARES (unidade)	65
ATUAÇÃO EM ÁREAS DE ALTA PRESSÃO DE EXPANSÃO DA OCUPAÇÃO (%)	80

AÇÃO

2483 - GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADO PARA DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO LITORAL PAULISTA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: GESTÃO DOS AUTOS DE INFRAÇÃO AMBIENTAL E REPARAÇÃO DE DANOS AO MEIO AMBIENTE**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE AUTOS CONCILIADOS NO ATENDIMENTO AMBIENTAL E COMPROMISSOS FIRMADOS PARA REPARAÇÃO DE DANOS OU REGULARIZAÇÃO DE ATIVIDADES (%)	46
NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO CONSOLIDADOS NO ATENDIMENTO AMBIENTAL, RECURSOS JULGADOS, VISTORIAS REALIZADAS PARA ACOMPANHAMENTO DA REPARAÇÃO DE DANOS E MULTAS CONVERTIDAS EM SERVIÇOS AMBIENTAIS (unidade)	26.000

AÇÃO

6303 - ESTRUTURAÇÃO E GESTÃO DA FISCALIZAÇÃO E CONCILIAÇÃO AMBIENTAL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: FORTALECIMENTO DA GESTÃO AMBIENTAL**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE DISPONIBILIZAÇÃO AO PÚBLICO, DE PORTAL ELETRÔNICO E APLICATIVO DE CELULAR ATIVOS (%)	100
PERCENTUAL DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DISPONIBILIZADOS (%)	50

AÇÃO

2353 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL - MICROBACIAS	orçamentária
---	--------------

Programa: 2619 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE INFORMAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO DATAGEO/RQA/ REDE ZEE/PORTAL MANANCIASIS (unidade)	180
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL (unidade)	81
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS PARTICIPANTES DO PROGRAMA CONSTRUINDO CIDADES RESILIENTES (%)	38,76
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE PARTICIPAM DO MUNICÍPIO VERDE-AZUL - MVA COM ESTRUTURA DE MEIO AMBIENTE (%)	87

PRODUTO: CRIAÇÃO E FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS AMBIENTAIS DOS MUNICÍPIOS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PORCENTAGEM DE MUNICÍPIOS COM PARTICIPAÇÃO EFETIVA NO MUNICÍPIO VERDE-AZUL - MVA (%)	73
QUANTIDADE DE CAPACITAÇÕES (PROCESSOS FORMATIVOS) (unidade)	95

AÇÃO

2017 - MUNICÍPIO VERDEAZUL - PROTOCOLO DE CONDUTA AMBIENTAL	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: INSTRUMENTOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESENVOLVIDOS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSTRUMENTOS DESENVOLVIDOS POR POLÍTICA PÚBLICA (unidade)	91
NUMERO DE REGISTROS DAS ARTICULAÇÕES INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDAS COM BASE NA UTILIZAÇÃO DA REDE ZEE (unidade)	20

AÇÃO

6056 - APOIO À FORMULAÇÃO E À GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PLATAFORMA DE GESTÃO E INTEGRAÇÃO DE INFORMAÇÕES TERRITORIAIS - DATAGEO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ACESSOS ÚNICOS AO DATAGEO (unidade)	76.700
NÚMERO DE NOVAS INFORMAÇÕES INCORPORADAS AO DATAGEO (unidade)	130

AÇÃO

4640 - GERENCIAMENTO E DIFUSÃO DE INFORMAÇÕES PARA PLANEJAMENTO AMBIENTAL	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: MELHORIA NA INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS - BIRD**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO, BAIXADA SANTISTA E LITORAL NORTE COM MAPEAMENTO DE RISCOS DE DESASTRES (unidade)	
NÚMERO DE RELATÓRIOS DE MONITORAMENTO DO PROJETO DE TRANSPORTE SUSTENTÁVEL DE SÃO PAULO (unidade)	

AÇÃO

2463 - INTEGRAÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL E GESTÃO DE RISCOS - BIRD	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: AVALIAÇÕES PARA REDUÇÃO DE RISCO DE DESASTRES GEODINÂMICOS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AVALIAÇÕES DE RISCO DE DESASTRES GEODINÂMICOS (unidade)	28
INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS COM AVALIAÇÕES DE RISCO (unidade)	76

AÇÃO

4302 - AVALIAÇÃO E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO	orçamentária
---	--------------

Programa: 2619 - FORTALECIMENTO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas****PRODUTO: DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO PARA PROTEÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA ÁGUA SUBTERRÂNEA****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AÇÕES E PROJETOS EM ÁGUAS SUBTERRÂNEAS (unidade)	15
MUNICÍPIOS E INSTITUIÇÕES BENEFICIADAS (unidade)	61

AÇÃO

5960 - FORTALECIMENTO DA PROTEÇÃO E GESTÃO DE ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AÇÕES EM INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE FINANCIADAS PELO FEHIDRO NA SIMA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS CELEBRADOS COM O FEHIDRO CONSOLIDANDO AS MODALIDADES FINANCIADAS (unidade)	7
PERCENTUAL EMPREENDIMENTOS APROVADOS NO FEHIDRO (unidade)	80

AÇÃO

6187 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES EM INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE COM RECURSOS FEHIDRO	orçamentária
--	--------------

Programa: 2620 - GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Finalístico

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE HABITANTES ATENDIDOS POR ATERROS DE RESÍDUOS URBANOS COM DISPOSIÇÃO ADEQUADA (%)	97,24
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EM ARRANJOS REGIONAIS PARA GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (%)	12
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS COM GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS CLASSIFICADA COMO EFICIENTE A PARTIR DO IGR (%)	50

PRODUTO: R-GOV:GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS DO ESTADO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DAS METAS ESTABELECIDAS NO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (%)	
PERCENTUAL DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS – R GOV (%)	80

AÇÃO

8336 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: FISC. E ORIENTAÇÃO AOS MUNICÍPIOS VISANDO À ELIMINAÇÃO DOS ATERROS INADEQUADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSPEÇÕES EM ATERROS (unidade)	1.071
PERCENTUAL DE ATERROS SANITÁRIOS COM ÍNDICE DE QUALIDADE DE RESÍDUOS – IQR ADEQUADOS (%)	94,5

AÇÃO

6355 - INSPEÇÃO DE ATERROS	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: SISTEMAS DE LOGÍSTICA REVERSA IMPLEMENTADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EMPRESAS INSERIDAS EM PLANOS DE LOGÍSTICA REVERSA (unidade)	1.765
NÚMERO DE PLANOS DE LOGÍSTICA REVERSA DOS SETORES ABRANGIDOS PELA RESOLUÇÃO SMA 45, DE 23/06/2015 VERIFICADOS COM SUCESSO (unidade)	58

AÇÃO

8263 - RESPONSABILIDADE PÓS-CONSUMO	não orçamentária
-------------------------------------	------------------

PRODUTO: SOLUÇÕES REGIONAIS PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PACTOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS PARA A GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (unidade)	5
PERCENTUAL DE DESENVOLVIMENTO DE PLATAFORMA PARA SUBSIDIAR A IMPLANTAÇÃO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA O TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO (%)	50

AÇÃO

6358 - SOLUÇÕES REGIONAIS E NOVAS ROTAS TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS REVISADO E IMPLEMENTADO

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
INSTRUMENTOS DE GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PREVISTOS NO PLANO ENTREGUES (%)	50
PERCENTUAL DAS METAS ESTABELECIDAS NO PLANO ATENDIDAS (%)	60

AÇÃO

6365 - IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO ESTADUAL DE RESIDUOS SOLIDOS	orçamentária
--	--------------

Programa: 2620 - GESTÃO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO ESTADO DE SÃO PAULO**Finalístico****PRODUTO: SIGOR - MODULO RECICLAGEM****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE APOIO ÀS ENTIDADES DE CATADORES POR ANO A CADA 100 MIL HABITANTES (unidade)	5
PERCENTUAL DO SUBMÓDULO - PREFEITURA DO MÓDULO SIGOR RECICLAGEM (%)	40

AÇÃO

8333 - MONITORAMENTO DOS FLUXOS DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS RECICLÁVEIS	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: SIST. EST. DE GERENCIAMENTO ONLINE DE RESÍDUOS SÓLIDOS - SIGOR-MOD.CONSTR.CIVIL**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM IMPLEMENTAÇÃO DO SIGOR INICIADA (unidade)	16
NÚMERO DE USUÁRIOS CADASTRADOS POR ANO A CADA 100 MIL HABITANTES (unidade)	3.412

AÇÃO

8264 - SIGOR MÓDULO CONSTRUÇÃO CIVIL	não orçamentária
--------------------------------------	------------------

Programa: 2621 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DAS AÇÕES PARA A CONSERVAÇÃO (%)	80
NÚMERO DE VISITANTES DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ÁREAS PROTEGIDAS, ZOOLOGICO, MUSEUS E ACERVOS (unidade)	3.032.850
PESQUISAS CIENTÍFICAS REALIZADAS, GERENCIADAS E APOIADAS PARA SUPORTE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS (unidade)	3.929
PRODUTO: PESQUISA E INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE, COLEÇÕES E ACERVOS PROTEGIDOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS NOS CURSOS PESQUISA E INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE (unidade)	40
NÚMERO DE PRODUTOS E SERVIÇOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS REALIZADOS (unidade)	1.293
AÇÃO	
4311 - PESQUISA, INOVAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM GEODIVERSIDADE E BIODIVERSIDADE	orçamentária
PRODUTO: RECUPERAÇÃO FLORESTAL DA SERRA DO MAR E MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA (%)	100
PERCENTUAL DE ÁREAS BENEFICIADAS PELAS AÇÕES DE CONCLUSÃO DO PROGRAMA (%)	70
AÇÃO	
2315 - PROGRAMA DE RECUP. SOCIOAMBIENTAL DA SERRA DO MAR E E MOSAICOS DA MATA ATLÂNTICA	orçamentária
PRODUTO: CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESPÉCIES E PROJETOS DE EDUC. AMBIENTAL DO ZOOLOGICO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE (%)	92
NÚMERO DE ANIMAIS MANTIDOS PELO ZOOLOGICO DE SÃO PAULO (unidade)	2.150
AÇÃO	
5315 - GESTÃO DO PARQUE ZOOLOGICO	orçamentária
PRODUTO: CONSERV, PROTEÇÃO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO DO JARDIM BOTÂNICO E ÁREAS PROTEGIDAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS (unidade)	14
NÚMERO DE PÚBLICO ATENDIDO AO ANO (unidade)	200.000
AÇÃO	
5716 - GESTÃO DO JARDIM BOTÂNICO E ÁREAS PROTEGIDAS	orçamentária
PRODUTO: PROJETOS ESTRATÉGICOS PARA AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÁREA TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BENEFICIADAS COM PROJETOS ESTRATÉGICOS (ha)	501.054
PERCENTUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BENEFICIÁRIAS DE DESTINAÇÕES DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E CONTEMPLADAS COM PROJETOS ESTRATÉGICOS (%)	70
AÇÃO	
6180 - COMPENSAÇÃO AMBIENTAL	orçamentária

Programa: 2621 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO EM MEIO AMBIENTE**Finalístico****PRODUTO: PROTEÇÃO E MANUTENÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÁREA TOTAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E OUTRAS ÁREAS PROTEGIDAS GERIDAS E COM AÇÕES DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO (ha)	4.694.900
ÍNDICE DE EFICIÊNCIA DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DE MAIS ÁREAS PROTEGIDAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	80

AÇÃO

5063 - GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	orçamentária
--	--------------

Programa: 2622 - INFRAESTRUTURA HÍDRICA E COMBATE A ENCHENTES**Finalístico**

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
VAZÃO REGULARIZADA (m3/s)	17,18
VOLUME DE RESERVAÇÃO CONSTRUÍDO (m³)	2.204.700
VOLUME DESASSOREADO (m³)	864.000

PRODUTO: ATENDIMENTO A MUNICÍPIOS NAS AÇÕES DE COMBATE A EVENTOS HIDROLÓGICOS CRÍTICOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OBRAS OU SERVIÇOS REALIZADOS NOS MUNICÍPIOS (EXCETO RMSP) (unidade)	2
NUMERO DE OBRAS/SERVIÇOS EM ANDAMENTO (unidade)	5

AÇÃO

6306 - APOIO A MUNICÍPIOS EM INTERVENÇÕES NO SETOR DE RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: RECUPERAÇÃO DE ÁREA DE VÁRZEA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ÁREA DE VÁRZEA RECUPERADA (%)	13,33
PERCENTUAL EXECUTADO DO PROJETO RENASCE TIETÊ (%)	22,56

AÇÃO

2301 - RENASCE TIETÊ	orçamentária
----------------------	--------------

PRODUTO: OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESTRUTURAS HÍDRICAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTRUTURAS HÍDRICAS ATENDIDAS (unidade)	26
VOLUME DE MATERIAL REMOVIDO DOS PISCINÕES (m³)	210.000

AÇÃO

4033 - MANUTENÇÃO/OPERAÇÃO DE ESTRUTURAS HIDRÁULICAS DE SISTEMAS DE DRENAGEM E RETENÇÃO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA CALHA DO TIETÊ**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CURSOS D'ÁGUA DESASSOREADOS (unidade)	5
VOLUME DESASSOREADO DE CURSOS D'ÁGUA (m³)	750.000

AÇÃO

6157 - PRESERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DO RIO TIETÊ	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AMPLIAÇÃO DA OFERTA HÍDRICA PARA A BACIA DO PCJ**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL EXECUTADO DAS OBRAS DAS BARRAGENS PEDREIRA E DUAS PONTES (%)	99,69
VAZÃO REGULARIZADA (m³/s)	17,18

AÇÃO

2534 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA ADUTOR REGIONAL E DAS BARRAGENS DUAS PONTES E PEDREIRA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: NOVO RIO PINHEIROS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE IMPLANTAÇÃO DE PARQUE E ESTRUTURAS DE MOBILIDADE (%)	88,92
QUANTIDADE DE MATERIAL RETIRADO (m³/ano)	2.494.881

AÇÃO

2355 - NOVO RIO PINHEIROS	orçamentária
---------------------------	--------------

Programa: 2622 - INFRAESTRUTURA HÍDRICA E COMBATE A ENCHENTES**Finalístico****PRODUTO: AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OBRAS E SERVIÇOS EM ANDAMENTO (unidade)	16
VOLUME DE RESERVAÇÃO CONSTRUÍDO (m³)	2.204.700
AÇÃO	
1021 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM E COMBATE A ENCHENTES	orçamentária
2500 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE MACRODRENAGEM DO RIO BAQUIRIVU-GUAÇU	orçamentária

Programa: 2623 - PLANEJAMENTO, FORMULAÇÃO E APOIO À IMPLEMENTAÇÃO POLÍTICA DO SANEAMENTO

Finalístico

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
POPULAÇÃO BENEFICIADA (habitantes)	21.777.324
PRODUTO: LIGAÇÕES INTRADOMICILIARES DE ESGOTO À REDE PÚBLICA DE ESGOTO DA SABESP	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE LIGAÇÕES INTRADOMICILIARES EXECUTADAS PELA SABESP (unidade)	7.500
NÚMERO DE LIGAÇÕES INTRADOMICILIARES REEMBOLSADAS (unidade)	7.267
AÇÃO	
2461 - SE LIGA NA REDE	orçamentária
PRODUTO: INFRAESTRUTURA DE SANEAMENTO BÁSICO NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS VIGENTES (unidade)	15
POPULAÇÃO BENEFICIADA (habitantes)	36.756
AÇÃO	
2080 - ÁGUA É VIDA	orçamentária
2145 - SANEBASE	orçamentária
PRODUTO: IMPLEMENTAÇÃO DO FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO- FESAN	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS FINANCIADOS E CONCLUÍDOS (unidade)	4
POPULAÇÃO BENEFICIADA (habitantes)	80.000
AÇÃO	
1154 - FESAN- FUNDO ESTADUAL DE SANEAMENTO	orçamentária
PRODUTO: IMPLANTAÇÃO DE AÇÕES SUSTENTÁVEIS EM SERVIÇOS DE SANEAMENTO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS CELEBRADOS PARA PROJETOS SUSTENTÁVEIS DO SETOR DE SANEAMENTO (unidade)	2
POPULAÇÃO BENEFICIADA (habitantes)	27.500
AÇÃO	
2618 - INFRAESTRUTURA SUSTENTÁVEL	orçamentária
PRODUTO: INSTRUMENTOS DE GESTÃO E DE POLÍTICA DE SANEAMENTO NO ESTADO DE SÃO PAULO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSTRUMENTOS (ELABORADOS/REVISADOS/IMPLEMENTADOS)ENTREGUES (unidade)	336
POPULAÇÃO BENEFICIADA (habitantes)	21.504.000
AÇÃO	
2144 - SISESP- SISTEMA INTEGRADO DE SANEAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária
PRODUTO: FOMENTO AO FINANC ATRAVÉS DA EQUALIZAÇÃO DOS JUROS P/ MELHORIAS DO ESGOT SANIT	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MONTANTE FINANCEIRO ALAVANCADO PELA EQUALIZAÇÃO DOS JUROS (R\$)	50.000.000
NÚMERO DE CONTRATOS CELEBRADOS (unidade)	6
AÇÃO	
1597 - ÁGUA LIMPA	orçamentária

Programa: 2624 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA ÁREA OPERADA PELA SABESP

Finalístico

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
COBERTURA DOS DOMICÍLIOS COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÁREA ATENDÍVEL PELA SABESP (%)	98
COBERTURA DOS DOMICÍLIOS COM COLETA DE ESGOTO NA ÁREA ATENDÍVEL PELA SABESP (%)	92
ÍNDICE DE ECONOMIAS CONECTADAS AO TRATAMENTO DE ESGOTOS (%)	83

PRODUTO: LIGAÇÕES ADICIONAIS DE ÁGUA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
COBERTURA COM ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA ATENDÍVEL PELA SABESP (%)	98
NÚMERO DE NOVAS LIGAÇÕES DE ÁGUA (unidade)	192.000

AÇÃO

1602 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA	orçamentária
------------------------------	--------------

PRODUTO: LIGAÇÕES ADICIONAIS DE ESGOTO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
COBERTURA COM COLETA DE ESGOTO NOS MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELA SABESP (%)	92
NÚMERO DE NOVAS LIGAÇÕES DE ESGOTOS (unidade)	246.000

AÇÃO

2147 - COLETA DE ESGOTOS	orçamentária
--------------------------	--------------

PRODUTO: TRATAMENTO DE ESGOTO COLETADO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE ECONOMIAS CONECTADAS AO TRATAMENTO DE ESGOTO (%)	83

AÇÃO

1603 - TRATAMENTO DOS ESGOTOS COLETADOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 2625 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E IMPLEMENTAÇÃO DE SUAS AÇÕES

Finalístico

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE ADIMPLÊNCIA DA COBRANÇA PELO USO DA ÁGUA (%)	92
ÍNDICE DE COBERTURA DAS UGRHI POR SALAS DE SITUAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS (%)	27
ÍNDICE DE CONTRATAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS FEHIDRO (%)	75

PRODUTO: EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS PELO FEHIDRO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONTRATOS ASSINADOS (unidade)	306
TEMPO MÉDIO DE TRÂMITE DO EMPREENDIMENTO NA SECOFEHIDRO (dia)	29

AÇÃO

1153 - GESTÃO DO FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS-FEHIDRO	orçamentária
2465 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI ALTO TIETÊ C/RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2466 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI PARAÍBA DO SUL-RECURSOS COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2467 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXADA SANTISTA-RECURSOS COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2468 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI SOROCABA E MÉDIO TIETÊ-REC. COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2469 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI PIRACICABA/CAPIVARI/JUNDIAÍ-REC. COB. USO ÁGUA	orçamentária
2485 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXO TIETÊ-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2513 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI BAIXO PARDO GRANDE-REC. COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2514 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI MOGI GUAÇU-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2515 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI DO PARDO-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2516 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL-REC.COB USO ÁGUA	orçamentária
2517 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI SERRA DA MANTIQUEIRA-REC. COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2518 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI SAPUCAÍ-MIRIM/GRANDE-REC. COBRANÇA USO DA ÁGUA	orçamentária
2519 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI TIETÊ BATALHA-RECURSOS COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2520 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI TIETÊ JACARÉ-RECURSOS DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2558 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI PONTAL DO PARANAPANEMA C/ REC. COBR. USO DE ÁGUA	orçamentária
2559 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NAS UGRHI AGUAPEÍ E PEIXE C/REC. DE COBR. DO USO DE ÁGUA	orçamentária
2560 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI MÉDIO PARANAPANEMA C/REC.DE COBRANÇA USO DE ÁGUA	orçamentária
2561 - FINANCIAMENTO DE AÇÕES NA UGRHI TURVO GRANDE C/RECUR. DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2575 - FINANC. AÇÕES NA UGRHI ALPA C/REC. DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2576 - FINANC. AÇÕES NA UGRHI SÃO JOSÉ DOS DOURADOS C/REC. DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária
2577 - FINANC. AÇÕES NA UGRHI LITORAL NORTE C/ REC. DE COBRANÇA DO USO DA ÁGUA	orçamentária

PRODUTO: EFICIÊNCIA NA EMISSÃO DE OUTORGAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO SISTEMA DE OUTORGA ELETRÔNICA AO ANO (%)	72,5
NÚMERO DE OUTORGAS DE DIREITO DE USO EXPEDIDAS (unidade)	12.436

AÇÃO

1624 - GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária
-------------------------------------	--------------

PRODUTO: MEDIÇÕES DE DADOS HIDROMETEREOLÓGICOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
TOTAL DE POSTOS HIDROMETEREOLÓGICOS IMPLANTADOS (unidade)	1.128

AÇÃO

5416 - MONITORAMENTO DOS RECURSOS HÍDRICOS	orçamentária
--	--------------

**Programa: 2625 - DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS E
IMPLEMENTAÇÃO DE SUAS AÇÕES****Finalístico****PRODUTO: PUBLICAÇÕES E CAPACITAÇÕES RELATIVAS AOS INSTRUMENTOS DE RECURSOS HÍDRICOS****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CAPACITAÇÕES OFERECIDAS (unidade)	4
PUBLICAÇÕES DISPONIBILIZADAS NO PORTAL DE INFORMAÇÕES DO SIGRH (WWW.SIGRH.SP.GOV.BR) (unidade)	23

AÇÃO

5946 - SUPORTE AO SIGRH E IMPLEMENTAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DA POL.REC. HÍDRICOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 2626 - FOMENTO AOS PROJETOS HIDROENERGÉTICOS PAULISTA E À PRODUÇÃO MINERAL

Finalístico

Órgão: 26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
DEC - DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA (h)	7,21
FEC - FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA (unidade)	5,63
MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS POR AÇÕES DE POLÍTICA MINERAL (unidade)	50
PARTICIPAÇÃO DO GÁS NATURAL NA MATRIZ ENERGÉTICA ESTADUAL (%)	7,9

PRODUTO: FOMENTO À SEGURANÇA ENERGÉTICA POR MEIO DE FONTES LIMPAS E RENOVÁVEIS NO ESTADO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE ENERGIA ELÉTRICA ORIUNDA DE FONTES RENOVÁVEIS (mw/h)	6.544
QUANTIDADE DE PROJETOS CONTRATADOS (unidade)	2
AÇÃO	
5859 - GESTÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	orçamentária
6097 - DESENVOLVIMENTO DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEL	orçamentária

PRODUTO: FORMULAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE POLÍTICAS DE PETRÓLEO E GÁS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM GÁS NATURAL (unidade)	174
NOVOS PROJETOS TERMELÉTRICOS A GÁS NATURAL EM SÃO PAULO (unidade)	
AÇÃO	
6095 - PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA ESTADUAL DE PETRÓLEO E GÁS	orçamentária

PRODUTO: PROMOÇÃO E DIFUSÃO DE POLÍTICAS MINERAIS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS ORIENTADOS A PARTIR DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES MINERAIS (SIM) POR ANO (unidade)	40
ORDENAMENTOS TERRITORIAL GEOMINEIRO (OTGM) REALIZADOS OU REVISADOS (unidade)	3
AÇÃO	
5403 - PLANEJAMENTO E INCREMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL	orçamentária

PRODUTO: OFERTA DE ENERGIA FIRME

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA (%)	89,18
AÇÃO	
2263 - MANUTENÇÃO DO FUNCIONAMENTO DAS UNIDADES GERADORAS DE ENERGIA ELÉTRICA-EMAE	orçamentária

Programa: 2701 - DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS E DA ORDEM JURÍDICA**Finalístico**

Órgão: 27000 - MINISTÉRIO PÚBLICO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (unidade)	9
PRODUTO: UNIDADES DA INSTITUIÇÃO ADEQUADAMENTE INSTALADAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AQUISIÇÕES, CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES DE IMÓVEIS (unidade)	2
AÇÃO	
1222 - MINISTÉRIO PÚBLICO - AQUISIÇÕES, OBRAS E INSTALAÇÕES	orçamentária
PRODUTO: SUPORTE E MANUTENÇÃO DE TECNOLOGIA REALIZADOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONJUNTOS INFORMATIZADOS (unidade)	3
AÇÃO	
4614 - MANUTENÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	orçamentária
PRODUTO: RECURSOS TECNOLÓGICOS DISPONIBILIZADOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONJUNTOS INFORMATIZADOS (unidade)	3
AÇÃO	
1233 - AVANÇO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	orçamentária
PRODUTO: INTERESSES SOCIAIS DEFENDIDOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA, PROMOTORIAS DE JUSTIÇA E GRUPOS DE ATUAÇÃO ESPECIAL (unidade)	3
AÇÃO	
4595 - DEFESA DOS INTERESSES SOCIAIS	orçamentária
PRODUTO: INGRESSO DE NOVOS MEMBROS NO MP	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONCURSO DE INGRESSO EM REALIZAÇÃO (unidade)	1
AÇÃO	
4609 - INGRESSO À CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	orçamentária
PRODUTO: DIFUSÃO DE CONHECIMENTO PARA MEMBROS, SERVIDORES E SOCIEDADE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CURSOS MINISTRADOS (unidade)	50
AÇÃO	
4610 - CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO	orçamentária
PRODUTO: ATIVIDADES DO MP MODERNIZADAS E APERFEIÇOADAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
INICIATIVAS (unidade)	6
AÇÃO	
4615 - APERFEIÇOAMENTO DAS ATIVIDADES DO MINISTÉRIO PÚBLICO	orçamentária

Programa: 2825 - ASSESSORAMENTO, COORDENAÇÃO E ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA DO GOVERNO

Finalístico

Órgão: 28000 - CASA CIVIL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DAS DEMANDAS RESPONDIDAS (%)	99
PERCENTUAL DE REQUERIMENTOS RESPONDIDOS (%)	85

PRODUTO: REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES DE AUTORIA DOS DEPUTADOS ESTADUAIS RESPONDIDOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES RESPONDIDOS (unidade)	250

AÇÃO

8296 - ATENDIMENTO AOS REQUERIMENTOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO - ALESP não orçamentária

PRODUTO: DEMANDAS DE PARLAMENTARES E DE PREFEITOS RESPONDIDAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DEMANDAS RESPONDIDAS (unidade)	2.700

AÇÃO

8295 - ATENDIMENTO AS DEMANDAS DE PREFEITOS, PARLAMENTARES E OUTRAS AUTORIDADES não orçamentária

Programa: 2928 - DESENVOLVIMENTO REGIONAL INTEGRADO - CIDADES INTELIGENTES**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS PELOS CONVÊNIOS (unidade)		200
PRODUTO: INCENTIVO À RENOVAÇÃO DE FROTA PARA OS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS DE FINANCIAMENTO FIRMADOS COM OS MUNICÍPIOS (unidade)		200
AÇÃO		
2571 - CONCESSÃO DE FINANCIAMENTO A MUNICÍPIOS NO PROGRAMA "FROTA NOVA MUNICÍPIOS"		orçamentária
PRODUTO: IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES REGIONAIS INTEGRADAS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE UNIDADES REGIONAIS INTEGRADAS INSTALADAS (unidade)		4
AÇÃO		
2617 - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO CANAL DIRETO SP+PERTO		orçamentária
PRODUTO: APOIO AOS MUNICÍPIOS NA MELHORIA DA INFRAESTRUTURA URBANA		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS (unidade)		280
AÇÃO		
4477 - ARTICULAÇÃO MUNICIPAL, CONSÓRCIOS E PARCERIAS COM MUNICÍPIOS		orçamentária
PRODUTO: GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Melhoria de Gestão		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
PERCENTUAL DE ADESÃO DAS REGIÕES ADMINISTRATIVAS AO SEM PAPEL (%)		53,33
AÇÃO		
5516 - DESENV. E IMPLANT.DE PROC. ADM.E DE COMUN. EM WORKFLOW - " SÃO PAULO SEM PAPEL"		orçamentária

Programa: 2929 - FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA

Finalístico

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM RECURSOS DOS FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO (unidade)	73

PRODUTO: APOIO ESTRATÉGICO E ARTICULAÇÃO REGIONAL

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EVENTOS REALIZADOS, OBJETIVANDO A IMPLEMENTAÇÃO DOS PDUIS (unidade)	41

AÇÃO

6083 - ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA A MACROMETRÓPOLE	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO IMPLEMENTADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS APROVADOS PELOS CONSELHOS DE DESENVOLVIMENTO DA MACROMETRÓPOLE PAULISTA (unidade)	26

AÇÃO

1107 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO DA BAIXADA SANTISTA	orçamentária
1815 - PROJETOS DO FUNDO METROPOLITANO DE FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO	orçamentária
1885 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS	orçamentária
2482 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENV.METROP. VALE DO PARAIBA E LITORAL NORTE - FUNDOVALE	orçamentária
2512 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA	orçamentária
2555 - PROJETOS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO	orçamentária

Programa: 2990 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES

Finalístico

Órgão:	08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
	10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
	13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
	16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
	17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
	18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
	20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
	25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO
	26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
	28000 - CASA CIVIL
	29000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
	35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
	37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
	38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
	41000 - SECRETARIA DE ESPORTES
	47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
	50000 - SECRETARIA DE TURISMO
	51000 - SECRETARIA DE GOVERNO
	52000 - SECRETARIA ESP. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE DEMANDAS ATENDIDAS EM RELAÇÃO ÀS DEMANDAS APRESENTADAS (%)	90

PRODUTO: APOIO AOS MUNICÍPIOS E ENTIDADES

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM PREFEITURAS MUNICIPAIS E ENTIDADES (unidade)	626

AÇÃO

2272 - DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES, EXCETO SAÚDE	orçamentária
--	--------------

Programa: 3500 - COMBATE À POBREZA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**Finalístico**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PESSOAS EM SITUAÇÃO DE EXTREMA POBREZA (unidade)	1.344.223
PRODUTO: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS (unidade)	1.076.587
NÚMERO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA (unidade)	7.249
AÇÃO	
6359 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	orçamentária
PRODUTO: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL MÉDIA COMPLEXIDADE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (unidade)	204.857
NÚMERO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE (unidade)	2.023
AÇÃO	
6360 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	orçamentária
PRODUTO: PROMOÇÃO DE MOBILIDADE SOCIAL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BENEFÍCIOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA ESTADUAL (unidade)	113.438
NÚMERO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS CAPACITADOS (unidade)	2.500
AÇÃO	
6334 - GESTÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA	orçamentária
6363 - INCLUSÃO SOCIAL PRODUTIVA	orçamentária
PRODUTO: PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES IMPLEMENTADAS (unidade)	4
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS (unidade)	32.523
AÇÃO	
6367 - MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE VIDA DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE	orçamentária
PRODUTO: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE (unidade)	74.589
NÚMERO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE (unidade)	1.896
AÇÃO	
6361 - PROTEÇÃO SOCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	orçamentária
PRODUTO: PARCERIAS INTERSECRET. P/PROM. DO DESENV. INTEGRAL E INTEGRADO DA PRIM. INFANCIA	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE REUNIÕES DO COMITÊ GESTOR ESTADUAL DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (unidade)	4
AÇÃO	
8342 - REALIZAÇÃO DE SEMINÁRIO EST.DA PRIMEIRA INFÂNCIA-COMO FORTALECER O TRAB.EM REDE	não orçamentária

Programa: 3500 - COMBATE À POBREZA E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES**Finalístico****PRODUTO: ANÁLISES E INFORMAÇÕES TÉCNICAS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MAPAS PRODUZIDOS E DISPONIBILIZADOS (unidade)	4
PUBLICAÇÕES REALIZADAS E DISPONIBILIZADAS (unidade)	6

AÇÃO

5076 - VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL	orçamentária
-------------------------------------	--------------

Programa: 3518 - SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**Finalístico**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
MUNICÍPIOS EM CONDIÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR ALTA OU MUITO ALTA (unidade)	6
NÚMERO DE CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS QUE APRESENTAM DÉFICIT DE PESO, ACOMPANHADAS NAS CONDICIONALIDADES DE SAÚDE DO	1.800

PRODUTO: REFEIÇÕES OFERECIDAS AOS CIDADÃOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS EM SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR ALTA E MUITO ALTA ATENDIDOS (%)	50
QUANTIDADE DE REFEIÇÕES SERVIDAS (unidade)	26.800.200

AÇÃO

6001 - BOM PRATO E OUTROS MODELOS DE RESTAURANTES POPULARES	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS ÀS PESSOAS EM INSEGURANÇA ALIMENTAR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS (unidade)	477.907
QUANTIDADE DE LEITE DISTRIBUÍDO (litros)	7.168.605

AÇÃO

6000 - VIVA LEITE E OUTROS MODELOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 3519 - MELHORIA DA GESTÃO DA SEDS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
QUANTIDADE DE INFRAESTRUTURA DE TI E SISTEMAS (unidade)		6
PRODUTO: PUBLICIZAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO		
Melhoria de Gestão		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (%)		25
QUANTIDADE DE ARQUIVOS DISPONIBILIZADOS (unidade)		15
AÇÃO		
8319 - ORGANIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES		não orçamentária
PRODUTO: APERFEIÇOAMENTO TECNOLÓGICO		
Melhoria de Gestão		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
SISTEMAS DESENVOLVIDOS E IMPLANTADOS (unidade)		6
SISTEMAS INFORMATIZADOS APERFEIÇOADOS (unidade)		8
AÇÃO		
6371 - AÇÕES DE MELHORIAS DE DESEMPENHO E OPERACIONALIZAÇÃO		orçamentária

Programa: 3520 - QUALIFICAÇÃO DO APOIO À GESTÃO MUNICIPAL**Finalístico**

Órgão: 35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE TÉCNICOS E LIDERANÇAS MUNICIPAIS CAPACITADAS (unidade)	3.115
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DE PLANO ESTADUAL DE APOIO TÉCNICO AOS MUNICÍPIOS (%)	75

PRODUTO: QUALIFICAÇÃO DO APOIO AO MUNICÍPIO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE SITUAÇÕES INADEQUADAS APONTADAS NO SISTEMA ESTADUAL (SIGSUAS) (unidade)	84
PMAS ELABORADOS, ATUALIZADOS E DELIBERADOS PELOS CMAS (unidade)	645

AÇÃO

1825 - REVITALIZAÇÃO DA REDE EXECUTORA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: CAPACITAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CARGA HORÁRIA DE CAPACITAÇÃO EFETUADA (h)	9.961
QUANTIDADE DE ATORES CAPACITADOS (unidade)	25.500

AÇÃO

6362 - CAPACITAÇÃO DE GESTORES E ATORES SOCIAIS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS AVALIADAS POSITIVAMENTE (%)	50
PERCENTUAL DE AÇÕES ESTRATÉGICAS MONITORADAS (%)	66

AÇÃO

8320 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	não orçamentária
--	------------------

Programa: 3703 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO TRANSP. METROP. - PITU VIVO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	3.169.855.149
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM APOIO À OPERAÇÃO DA LINHA 9-ESMERALDA DA CPTM	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	180.994.435
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO - LINHA 9 (%)	
AÇÃO	
2296 - MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA METROFERROVIÁRIO METROPOLITANO - BID	orçamentária
PRODUTO: TRENS ENTREGUES PARA SISTEMAS METROFERROVIÁRIO E SOBRE TRILHOS	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TRENS ENTREGUES (unidade)	95
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO (%)	61,17
AÇÃO	
2464 - MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE DO SISTEMA METROPOLITANO DE TRANSPORTE	orçamentária
2588 - AQUISIÇÃO DE TRENS NO SISTEMA METROFERROVIÁRIO	orçamentária
PRODUTO: ESTUDOS TÉCNICOS PARA GESTÃO INTEGRADA DO SISTEMA DE TRANSPORTE	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS VIGENTES (unidade)	5
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ANÁLISES REALIZADOS (unidade)	12
AÇÃO	
4288 - PLANEJAMENTO, GESTÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES DO SISTEMA DE TRANSPORTE METROPOLITANO	orçamentária
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM APOIO À OPERAÇÃO DA LINHA 11 - CORAL DA CPTM	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	216.131.059
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO - LINHA 11 (%)	
AÇÃO	
2297 - MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE-SISTEMA FERROVIÁRIO METROPOLITANO BIRD	orçamentária
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS-APOIO À OPERAÇÃO DAS LINHAS 7,12 CPTM E 1,2,3 METRÔ	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	238.588.106
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DOS CONTRATOS DE FORNECIMENTO - LINHAS 7 E 12 (%)	97,94
AÇÃO	
2298 - MODERNIZAÇÃO DOS SISTEMAS METROVIÁRIO E FERROVIÁRIO - BIRD/JBIC	orçamentária
PRODUTO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS EM APOIO À OPERAÇÃO DA LINHA 5 - LILÁS DO METRÔ	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO (unidade)	224.303.550
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE FORNECIMENTO - LINHA 5 (%)	
AÇÃO	
2318 - MODERNIZAÇÃO DO MATERIAL RODANTE DO SISTEMA METROVIÁRIO METROPOLITANO -BIRD	orçamentária

Programa: 3703 - PLANEJAMENTO, GESTÃO ESTRATÉGICA E MODERNIZAÇÃO DO TRANSP. METROP. - PITU VIVO

Melhoria de Gestão de Políticas Públicas

PRODUTO: ESTUDOS TÉCNICOS SOBRE CUSTOS DO SERVIÇO DE TRANSPORTE METROPOLITANO

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS VIGENTES (unidade)	2
NÚMERO DE ESTUDOS TÉCNICOS E ANÁLISES REALIZADOS (unidade)	12

AÇÃO

4286 - MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE METROPOLITANO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: PROJETOS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS RELACIONADOS AO SISTEMA METROPOLITANO E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS (unidade)	10
NÚMERO DE PROJETOS E AÇÕES DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DESENVOLVIDOS (unidade)	12

AÇÃO

5089 - COMUNICAÇÃO E ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL SOBRE TRANSPORTES METROPOLITANOS	orçamentária
---	--------------

Programa: 3706 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E GESTÃO DO TRANSP. BAIXA/MÉDIA CAPACID.- PITU EM MARCHA

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
FATOR DE CUMPRIMENTO DE VIAGENS - FCV (%)	95
ÍNDICE DE QUALIDADE DO CLIENTE - IQC NAS RM'S (unidade)	7,05
PERCENTUAL DE ÔNIBUS COM EMISSÕES DE POLUENTES DENTRO DOS LIMITES LEGAIS (%)	70

PRODUTO: ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE TRANSPORTE METROPOLITANO NAS RM'S

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CORREDORES, BRT E VLT IMPLANTADOS (km)	18
IMPLANTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DE APOIO À GESTÃO (unidade)	29

AÇÃO

1469 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO METROPOLITANO - SIM DA BAIXADA SANTISTA	orçamentária
1505 - MELHORAMENTOS NA INFRAESTRUTURA DE CORREDORES	orçamentária
1938 - CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NA RM DE CAMPINAS	orçamentária
1939 - CORREDOR GUARULHOS-SP - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NA REGIÃO NORDESTE DA RMSP	orçamentária
2287 - CORREDOR METROPOLITANO ITAPEVI-SP - ESTRUTURAÇÃO TRANSP. NA REGIÃO OESTE DA RMSP	orçamentária
2616 - BRT METROPOLITANO	orçamentária

PRODUTO: ESTUDOS E PROJETOS EM APOIO AO SISTEMA DE TRANSPORTE DE BAIXA/MÉDIA CAPACIDADE

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS EXECUTADOS (unidade)	1
NÚMERO DE ESTUDOS E PROJETOS DE GESTÃO E PLANEJAMENTO EXECUTADOS (unidade)	11

AÇÃO

1486 - SISTEMAS DE BAIXA E MÉDIA CAPACIDADE - EXPANSÃO NAS REGIÕES METROPOLITANAS	orçamentária
1827 - TRANSPORTE PÚBLICO METROPOLITANO VINCULADO À EMTU-GESTÃO CORPORATIVA	orçamentária
1876 - PROGRAMA CONEXÕES METROPOLITANAS	orçamentária
1967 - REDUÇÃO DE POLUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS	orçamentária
2540 - ESTRUTURAÇÃO DO TRANSPORTE NAS REGIÕES METROPOLITANAS	orçamentária

PRODUTO: TRANSPORTE METROPOLITANO GRATUITO AOS PASSAGEIROS IDOSOS 60-64 ANOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS CADASTRADOS - IDOSOS 60 A 64 ANOS (unidade)	486.431
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO UTILIZANDO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE - IDOSOS DE 60 A 64 ANOS (unidade)	45.418.300

AÇÃO

6272 - TRANSPORTE METROPOLITANO-RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES-SÊNIOR PAULISTA 60-64 ANOS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: TRANSPORTE METROPOLITANO GRATUITO AOS PASSAGEIROS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS CADASTRADOS - ESTUDANTES DE BAIXA RENDA (unidade)	80.893
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS POR ANO UTILIZANDO O BENEFÍCIO DA GRATUIDADE - ESTUDANTES DE BAIXA RENDA (unidade)	18.112.730

AÇÃO

6271 - TRANSPORTE METROPOLITANO -RESSARCIMENTO DE PASSAGEIROS ESTUDANTES DE BAIXA RENDA	orçamentária
---	--------------

Programa: 3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DOS TRENS METROPOLITANOS PELOS PASSAGEIROS (%)	76
NÚMERO DE LUGARES OFERTADOS - CPTM (unidade)	154.000
VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE DE TREM METROPOLITANO EM RELAÇÃO A 2018 (unidade)	1,02
VARIAÇÃO DO TOTAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NA CPTM EM RELAÇÃO A 2018 (unidade)	1,07

PRODUTO: TRANSPORTE GRATUITO AOS PASSAGEIROS IDOSOS E OUTROS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS IDOSOS E OUTROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE POR ANO (unidade)	52.853.979
PERCENTUAL DE PASSAGEIROS IDOSOS E OUTROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE (%)	5,7

AÇÃO

9011 - LINHAS FERROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES AOS PASSAGEIROS	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: TRANSPORTE SUBSIDIADO AOS PASSAGEIROS ESTUDANTES

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS ESTUDANTES COM TRANSPORTE SUBSIDIADO POR ANO (unidade)	35.968.514
PERCENTUAL DE PASSAGEIROS ESTUDANTES COM TRANSPORTE SUBSIDIADO (%)	3,9

AÇÃO

9010 - LINHAS FERROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE SUBSÍDIO AOS PASSAGEIROS ESTUDANTES	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: LINHA 13 - JADE ESTENDIDA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTAÇÕES OPERACIONAIS (unidade)	
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO (%)	11,7

AÇÃO

2593 - EXTENSÃO DA LINHA 13 - JADE	orçamentária
------------------------------------	--------------

PRODUTO: LINHA 9 - ESMERALDA ESTENDIDA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE NOVAS ESTAÇÕES ENTREGUES (unidade)	1
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO REDIMENSIONADO (%)	91,8

AÇÃO

2323 - EXTENSÃO DA LINHA 9 - ESMERALDA ATÉ VARGINHA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: LINHA 13 - JADE IMPLANTADA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO - LINHA 13 (%)	99,9

AÇÃO

2331 - IMPLANTAÇÃO DA LINHA 13 JADE	orçamentária
-------------------------------------	--------------

Programa: 3707 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE SOBRE TRILHOS - PITU EM MARCHA

Finalístico

PRODUTO: LINHAS 7, 8, 9, 10, 11 E 12 DE TRENS METROPOLITANOS MODERNIZADAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE TRENS OPERACIONAIS EM HORÁRIO DE PICO (unidade)	134
PERCENTUAL DE REALIZAÇÃO FÍSICA DAS INTERVENÇÕES (%)	40,7

AÇÃO

2092 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 7 - RUBI DA CPTM	orçamentária
2093 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 8 - DIAMANTE DA CPTM	orçamentária
2094 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 10 - TURQUESA DA CPTM	orçamentária
2095 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 11 - CORAL E EXTENSÃO DO EXPRESSO LESTE	orçamentária
2172 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 9 - ESMERALDA DA CPTM	orçamentária
2173 - MODERNIZAÇÃO DA LINHA 12 - SAFIRA DA CPTM	orçamentária

PRODUTO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR TRENS METROPOLITANOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS - MÉDIA POR DIA ÚTIL (unidade)	3.060.350
OFERTA DE LUGARES (unidade)	154.000

AÇÃO

4627 - OPERAÇÃO DA COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS REALIZADOS

Melhoria de Gestão

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS FUNCIONAIS, PESQUISAS E ESTUDOS CONCLUÍDOS (unidade)	2
PERCENTUAL DE PROJETOS, ESTUDOS E PESQUISAS ELABORADOS (%)	82,7

AÇÃO

2091 - ESTUDOS, PROJETOS E PESQUISAS VOLTADOS AO APRIMORAMENTO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOR	orçamentária
---	--------------

Programa: 3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
INDICE DE AVALIAÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS - IAS (%)	63
ÍNDICE DE DENSIDADE DA REDE METROVIÁRIA (unidade)	16,62
VARIAÇÃO DA EXTENSÃO DA REDE DE METRÔ EM RELAÇÃO A 2018 (unidade)	1,08
VARIAÇÃO DO TOTAL DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO METRÔ EM RELAÇÃO A 2018 (unidade)	1,27

PRODUTO: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 19 - CELESTE IMPLANTADOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO (%)	1,3

AÇÃO	
2586 - LINHA 19-CELESTE - ANHANGABAU-BOSQUE MAIA	orçamentária

PRODUTO: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 5-LILAS IMPLANTADOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTAÇÕES DA LINHA 5 - LILÁS COM PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E OPERACIONAIS (unidade)	17
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS CIVIS E SISTEMAS DA LINHA 5 LILÁS (%)	100

AÇÃO	
1483 - LINHA 5-LILÁS	orçamentária

PRODUTO: LINHA 1-AZUL EM OPERAÇÃO MODERNIZADA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTAÇÕES COM PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E COMISSIONADAS (unidade)	2
NÚMERO DE FACHADAS DE PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E COMISSIONADAS NAS ESTAÇÕES (unidade)	4

AÇÃO	
2131 - LINHA 1-AZUL: RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	orçamentária

PRODUTO: LINHA 2-VERDE EM OPERAÇÃO MODERNIZADA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTAÇÕES COM PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E COMISSIONADAS (unidade)	3
NÚMERO DE FACHADAS DE PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E COMISSIONADAS NAS ESTAÇÕES DA LINHA 2 - VERDE (unidade)	6

AÇÃO	
2132 - LINHA 2-VERDE: RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	orçamentária

PRODUTO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NAS LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE LUGARES OFERTADOS NA HORA PICO NA LINHA DE MAIOR CARREGAMENTO (unidade)	67.200
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NO SISTEMA METROVIÁRIO POR ANO (LINHAS SOB GESTÃO DO METRÔ - L1, L2 E L3) (unidade)	1.177.386.300

AÇÃO	
2171 - OPERAÇÃO DAS LINHAS METROVIÁRIAS	orçamentária

Programa: 3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA

Finalístico

PRODUTO: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 4-AMARELA IMPLANTADOS (FASE II)

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE ESTAÇÕES IMPLANTADAS / CONCLUÍDAS DA LINHA 4 AMARELA DE RESPONSABILIDADE DO METRÔ (unidade)	11
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO DA LINHA 4 AMARELA (%)	100

AÇÃO

2134 - LINHA 4-AMARELA: VILA SÔNIA-LUZ (FASE II)	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 17-OURO IMPLANTADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE ESTAÇÕES IMPLANTADAS E CONCLUÍDAS NA LINHA 17 OURO (unidade)	
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO DA LINHA 17 OURO (%)	45

AÇÃO

2282 - LINHA 17-OURO: JABAQUARA - SÃO PAULO-MORUMBI	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 2-VERDE IMPLANTADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO DA LINHA 2 VERDE NO PERÍODO (%)	22

AÇÃO

2288 - LINHA 2-VERDE: VILA PRUDENTE - DUTRA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: LINHA 3-VERMELHA MODERNIZADA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTAÇÕES COM PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E COMISSIONADAS (unidade)	15
NÚMERO DE FACHADAS DE PORTAS DE PLATAFORMA INSTALADAS E COMISSIONADAS NAS ESTAÇÕES DA LINHA 3-VERMELHA (unidade)	40

AÇÃO

2133 - LINHA 3-VERMELHA: RECAPACITAÇÃO E MODERNIZAÇÃO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: OBRAS E SISTEMAS DA LINHA 15-PRATA IMPLANTADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE ESTAÇÕES IMPLANTADAS/CONCLUÍDAS DA LINHA 15 PRATA (unidade)	11
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DO EMPREENDIMENTO DA LINHA 15 PRATA (%)	67

AÇÃO

2289 - LINHA 15-PRATA: IPIRANGA - HOSP. CIDADE TIRADENTES	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: TRANSPORTE GRATUITO AOS PASSAGEIROS IDOSOS E OUTROS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS IDOSOS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE POR ANO (unidade)	107.321.000
PERCENTUAL DE PASSAGEIROS IDOSOS E OUTROS TRANSPORTADOS GRATUITAMENTE (%)	9,12

AÇÃO

4624 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE GRATUIDADES AOS PASSAGEIROS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: TRANSPORTE SUBSIDIADO AOS PASSAGEIROS ESTUDANTES

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PASSAGEIROS ESTUDANTES COM TRANSPORTE SUBSIDIADO POR ANO (unidade)	73.487.000
PERCENTUAL DE PASSAGEIROS ESTUDANTES COM TRANSPORTE SUBSIDIADO (%)	6,24

AÇÃO

5565 - LINHAS METROVIÁRIAS - RESSARCIMENTO DE SUBSÍDIO AOS PASSAGEIROS ESTUDANTES	orçamentária
---	--------------

Programa: 3708 - EXPANSÃO, MODERNIZAÇÃO E OPERAÇÃO DO TRANSPORTE METROVIÁRIO - PITU EM MARCHA**Finalístico****PRODUTO: ESTUDOS E PROJETOS PARA EXPANSÃO DA REDE METROVIÁRIA****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS FUNCIONAIS CONCLUÍDOS (unidade)	1
PERCENTUAL DE PROJETOS E ESTUDOS ELABORADOS (%)	19

AÇÃO

1491 - ELABORAÇÃO DE PROJETOS PARA EXPANSÃO DA REDE METROVIÁRIA	orçamentária
---	--------------

Programa: 3709 - RENOVAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO EFCJ**Finalístico**

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
TAXA DE OCUPAÇÃO (%)	31,75

PRODUTO: ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO EM FUNCIONAMENTO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE USUÁRIOS ATENDIDOS NO PERÍODO (unidade)	112.887
OFERTA DE LUGARES (unidade)	362.500

AÇÃO

5819 - OPERAÇÃO DA ESTRADA DE FERRO CAMPOS DO JORDÃO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA EFCJ**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROJETOS DE INVESTIMENTOS REALIZADOS (unidade)	5
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DE MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DA EFCJ (%)	66

AÇÃO

2338 - MODERNIZAÇÃO E EXPANSÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA EFCJ	orçamentária
--	--------------

Programa: 3711 - GESTÃO DE CONCESSÕES E PARCERIAS - REGIÕES METROPOLITANAS/SP - PITU PARCERIAS

Finalístico

Órgão: 37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
EVOLUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DAS LINHAS SOB REGIME DE CONCESSÃO E PPP (%)		57,9
NÚMERO DE PASSAGEIROS TRANSPORTADOS NAS LINHAS CONCEDIDAS E SOB REGIME DAS PPP (unidade)		978.373.944
PRODUTO: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS COM QUALIDADE NA LINHA CONCEDIDA - LINHA 4 AMARELA		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
ÍNDICE DA QUALIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO - LINHA 4 AMARELA (%)		99
NÚMERO DE ESTAÇÕES DA LINHA 4-AMARELA CONCEDIDAS E FISCALIZADAS (unidade)		10
AÇÃO		
2544 - APOIO À PPP OPERAÇÃO DA LINHA 4 - AMARELA		orçamentária
PRODUTO: IMPLANTAÇÃO DA LINHA 6-LARANJA		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS NA LINHA 6-LARANJA (%)		24
AÇÃO		
2475 - CONCESSÃO DA LINHA 6 - LARANJA DE BRASILÂNDIA A SÃO JOAQUIM		orçamentária
PRODUTO: TRANSPORTE DE PASSAGEIROS NO SIM BAIXADA SANTISTA		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
ESTAÇÕES OPERACIONAIS - CONTRAPRESTAÇÃO (unidade)		15
NÚMERO DE PASSAGEIROS COM TRANSPORTE SUBSIDIADO NO SIM BAIXADA SANTISTA (unidade)		6.866.476
AÇÃO		
2484 - APOIO À PPP OPERAÇÃO DO VLT SIM BAIXADA SANTISTA		orçamentária
PRODUTO: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS COM QUALIDADE NA LINHA CONCEDIDA - LINHA 5 LILÁS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
ÍNDICE DE QUALIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO NA LINHA 5-LILÁS (%)		99
NÚMERO DE ESTAÇÕES DA LINHA 5-LILÁS CONCEDIDAS E FISCALIZADAS (unidade)		17
AÇÃO		
2556 - CONCESSÃO DA LINHA 5-LILÁS		orçamentária
PRODUTO: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS COM QUALIDADE NA LINHA CONCEDIDA - LINHA 17 OURO		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
ÍNDICE DE QUALIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO NA LINHA 17-OURO (%)		
NUMERO DE ESTAÇÕES DA LINHA 17-OURO CONCEDIDAS E FINALIZADAS (unidade)		
AÇÃO		
2557 - CONCESSÃO DA LINHA 17-OURO		orçamentária
PRODUTO: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS COM QUALIDADE NA LINHA CONCEDIDA - LINHA 15 PRATA		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
ÍNDICE DE QUALIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO NA LINHA 15-PRATA (%)		95
NÚMERO DE ESTAÇÕES DA LINHA 15-PRATA CONCEDIDAS E FINALIZADAS (unidade)		10
AÇÃO		
2578 - CONCESSÃO DA LINHA 15 - PRATA		orçamentária

Programa: 3711 - GESTÃO DE CONCESSÕES E PARCERIAS - REGIÕES METROPOLITANAS/SP - PITU PARCERIAS

Finalístico

PRODUTO: PASSAGEIROS TRANSPORTADOS COM QUALIDADE NAS LINHAS CONCEDIDAS - LINHAS 8 E 9

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE QUALIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO NAS LINHAS 8 E 9 (%)	83
NÚMERO DE ESTAÇÕES DAS LINHAS 8 E 9 CONCEDIDAS E FISCALIZADAS (unidade)	40

AÇÃO

2620 - APOIO À CONCESSÃO DAS LINHAS 8 E 9	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: TREM INTERCIDADES - TIC (SÃO PAULO - CAMPINAS) IMPLANTADO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ESTAÇÕES IMPLANTADAS E LIBERADAS (unidade)	
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DA OBRA DA IMPLANTAÇÃO DO TIC (%)	10

AÇÃO

2621 - PPP PARA IMPLANTAÇÃO DO TREM INTER CIDADES - TIC	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: MODERNIZAÇÃO DE PARQUE TURÍSTICO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE (%)	70
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DAS OBRAS NO PARQUE CAPIVARI (%)	70

AÇÃO

2619 - CONCESSÃO DO PARQUE CAPIVARI	orçamentária
-------------------------------------	--------------

PRODUTO: ESTAÇÕES DA LINHA 7 - RUBI MODERNIZADAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ÍNDICE DE QUALIDADE DO SERVIÇO CONCEDIDO DA LINHA 7 (%)	73
QUANTIDADE DE ESTAÇÕES MODERNIZADAS (unidade)	2

AÇÃO

2615 - APOIO À CONCESSÃO DA LINHA 7	orçamentária
-------------------------------------	--------------

Programa: 3813 - GESTÃO DA CUSTÓDIA DA POPULAÇÃO PENAL**Finalístico**

Órgão: 38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PROPORÇÃO DE RETORNO NAS SAÍDAS TEMPORÁRIAS (%)	96,28
RAZÃO ENTRE CUSTODIADOS E AGENTES DE SEGURANÇA, ESCOLTA E VIGILÂNCIA PENITENCIÁRIA (unidade)	7,45

PRODUTO: GESTÃO COMPARTILHADA DA OPERAÇÃO DAS UNIDADES PENITENCIÁRIAS DE REGIME FECHADO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE CUSTODIADOS ATENDIDOS (unidade)	3.300
NUMERO DE UNIDADE PRISIONAL COM GESTÃO COMPARTILHADA (unidade)	4

AÇÃO

6300 - GESTÃO COMPARTILHADA NA OPERAÇÃO DE UNIDADE PENITENCIÁRIA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE CUSTÓDIA PRESTADOS DE FORMA HUMANA E SEGURA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE SESSÕES REALIZADAS POR TELEAUDIÊNCIA CRIMINAL (%)	28,82
PERCENTUAL DE UNIDADES PRISIONAIS EM REGIME FECHADO COM AUTOMATIZAÇÃO DAS CELAS (%)	100

AÇÃO

6139 - GESTÃO HUMANA E SEGURA DA CUSTÓDIA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS EM APOIO À CUSTÓDIA REALIZADOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CUSTODIADOS ATENDIDOS (unidade)	250.960

AÇÃO

6141 - PROVISÃO DE SERVIÇOS DE NECESSIDADES MATERIAIS BÁSICAS AOS CUSTODIADOS	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS HOSPITALARES E DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE EM GERAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE UNIDADES PRISIONAIS COM EQUIPE MÍNIMA DE SAÚDE (%)	44,75
PROPORÇÃO DE CUSTODIADOS PELA SAP CONTAMINADOS COM TUBERCULOSE POR 100 MIL CUSTODIADOS (unidade)	1.178,27

AÇÃO

6142 - PROVISÃO DE SERVIÇOS DE ATENÇÃO À SAÚDE	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: OBRAS DE REFORMAS, MODERNIZAÇÃO E ADEQUAÇÕES PREDIAIS DO SISTEMA PRISIONAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE UNIDADES PRISIONAIS CONSERVADAS. (unidade)	184
PERCENTUAL DE UNIDADES PRISIONAIS, COM ETE E OU LAGOAS DE TRATAMENTO, COM TRATAMENTO EFICIENTE (%)	95,1

AÇÃO

6167 - CONSERVAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, MANUTENÇÃO, REPAROS DAS SEDES E UNIDADES PRISIONAIS.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: VAGAS DE CUSTÓDIA ATRAVÉS DE PPP**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONSTRUÇÃO DE NOVAS UNIDADES PRISIONAIS A PARTIR DE PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS - PPP (unidade)	25

AÇÃO

2504 - CONSTRUÇÃO DE COMPLEXOS PRISIONAIS EM PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA	orçamentária
---	--------------

Programa: 3813 - GESTÃO DA CUSTÓDIA DA POPULAÇÃO PENAL**Finalístico****PRODUTO: VAGAS DE CUSTÓDIA****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE AVANÇO FÍSICO DA OBRA (%)	50

AÇÃO

2470 - EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA DE APOIO A CUSTÓDIA E A REINTEGRAÇÃO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE FORMAÇÃO AO SERVIDOR PARA APOIAR A CUSTÓDIA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE SERVIDORES FORMADOS NO ANO (unidade)	46.920
PERCENTUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE TECNOLÓGICO (%)	23,61

AÇÃO

6146 - SUPORTE ADMINISTRATIVO EM APOIO À CUSTÓDIA E REINTEGRAÇÃO	orçamentária
--	--------------

Programa: 3814 - GESTÃO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL, EGRESSOS E SEUS FAMILIARES

Finalístico

Órgão: 38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
MÉDIA DE ATENDIMENTOS POR SENTENCIADO ASSISTIDO (unidade)	3,1
NÚMERO APENADOS COM PENA ALTERNATIVA CUMPRIDA OU EM CUMPRIMENTO (unidade)	1.450
PERCENTUAL DE CUSTODIADOS QUE NO ANO CONCLUÍRAM AO MENOS UM CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL (%)	4,2
PERCENTUAL DE EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL QUE RECEBERAM ASSISTÊNCIA EM APOIO À SUA REINTEGRAÇÃO (%)	15,05

PRODUTO: CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERTADOS A PRESOS DO REGIME SEMIABERTO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PRESOS DO REGIME SEMIABERTO CAPACITADOS (unidade)	10.200
PERCENTUAL DE CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DE PRESOS DO REGIME SEMIABERTO (%)	26

AÇÃO

6301 - PROVISÃO DE CURSOS DE QUALIFICAÇÃO A PRESOS DO REGIME SEMIABERTO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: POSTOS DE TRABALHO OFERECIDOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES E EVENTOS REALIZADOS PARA PROMOÇÃO DA EMPREGABILIDADE (unidade)	34
NÚMERO DE VAGAS LABORAIS ATIVAS OFERTADAS PARA CUSTODIADOS (unidade)	48.663

AÇÃO

6144 - PROVISÃO DE POSTOS DE TRABALHO	orçamentária
---------------------------------------	--------------

PRODUTO: EDUCAÇÃO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO OFERECIDOS PARA O MERCADO DE TRABALHO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ALUNOS EM CURSOS DE ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E PROFISSIONALIZANTE (unidade)	34.688

AÇÃO

6143 - FORMAÇÃO EDUCACIONAL E PROFISSIONAL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE REINT. SOCIAL E ASSISTÊNCIA PRESTADOS AOS EGRESSOS E SUAS FAMILIAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PRÉ-EGRESSOS ATENDIDOS NAS JORNADAS DE EMPREGABILIDADE E CIDADANIA (unidade)	8.100
NÚMERO DE RELATÓRIOS PRODUZIDOS EM VISITAS TÉCNICAS (unidade)	360

AÇÃO

6140 - ASSISTÊNCIA AO EGRESSO E À FAMÍLIA	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE REINT. SOCIAL E ASSISTÊNCIA PRESTADOS AOS CUSTODIADOS E SUA FAMÍLIA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS ASSISTENCIAIS AOS CUSTODIADOS E SUAS FAMILIAS (unidade)	740.900
NÚMERO DE DESLOCAMENTOS REALIZADOS PARA CONFEÇÃO DE LAUDOS CRIMINOLÓGICOS (unidade)	600

AÇÃO

6166 - PROMOÇÃO DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL A CUSTODIADOS E FAMILIARES	orçamentária
---	--------------

Programa: 3814 - GESTÃO DE REINTEGRAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO PENAL, EGRESSOS E SEUS FAMILIARES**Finalístico****PRODUTO: PROVISÃO DE CONDIÇÕES PARA ASSISTÊNCIA LEGAL****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS JURÍDICOS RELACIONADOS A ESCLARECIMENTOS ÀS PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE (unidade)	158.888
NÚMERO DE INSTRUÇÕES JUDICIAIS COM PETICIONAMENTOS PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS PREVISTOS EM LEI (unidade)	1.625.534

AÇÃO

6145 - ASSISTÊNCIA LEGAL AOS CUSTODIADOS E SERVIÇOS DE APOIO À REINTEGRAÇÃO SOCIAL	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: GESTÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VAGAS DE TRABALHO PARA PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS (unidade)	42.000
NÚMERO DE VISITAS TÉCNICAS REALIZADAS ÀS UNIDADES DA SAP E ENTIDADES PARCEIRAS (unidade)	660

AÇÃO

6147 - PROMOÇÃO DA APLICAÇÃO DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS À PRISÃO	orçamentária
---	--------------

Programa: 4001 - ADVOCACIA DO ESTADO**Finalístico**

Órgão: 40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE RECUPERAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (%)	1,95
NÚMERO DE PARECERES JURÍDICOS EMITIDOS (unidade)	19.000
NÚMERO DE PROCESSOS JUDICIAIS EM ACOMPANHAMENTO PELO CONTENCIOSO GERAL (unidade)	1.100.000

PRODUTO: REPRESENTAÇÃO JUDICIAL DO ESTADO E AUTARQUIAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CELEBRAÇÃO DE ACORDOS JUDICIAIS E TERMOS DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (unidade)	30
NÚMERO DE ABSTENÇÃO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS (unidade)	80.000

AÇÃO

6194 - CONTENCIOSO GERAL	orçamentária
--------------------------	--------------

PRODUTO: IDENTIFICAÇÃO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MANIFESTAÇÕES TÉCNICAS PRODUZIDAS (unidade)	40
NÚMERO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO IDENTIFICADAS (unidade)	230

AÇÃO

5832 - MAPEAMENTO DE ÁREAS DE INTERESSE DO ESTADO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
RAZÃO DE RECUPERAÇÃO PRESENTE DA DÍVIDA ATIVA (%)	1,92
TOTAL DE ARRECADAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA (R\$ bilhões)	2,9

AÇÃO

6193 - CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO-FISCAL	orçamentária
--------------------------------------	--------------

PRODUTO: PARECERES JURÍDICOS E PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES PRESIDIDOS (unidade)	6.741

AÇÃO

5841 - CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MODERNIZAÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS (unidade)	1.300
NÚMERO DE SISTEMAS CORPORATIVOS (unidade)	17

AÇÃO

5892 - MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA	orçamentária
--	--------------

Programa: 4004 - CENTRO DE ESTUDOS**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 40000 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
CARGA HORÁRIA MÉDIA DE CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO DE PROCURADORES E SERVIDORES (h)	12
SATISFAÇÃO COM RELAÇÃO AOS CURSOS OFERECIDOS (%)	65

PRODUTO: CURSOS, TREINAMENTOS E PUBLICAÇÕES OFERTADAS PELO CE E ESPGE**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CERTIFICADOS EXPEDIDOS (unidade)	1.200
NÚMERO DE TURMAS FORMADAS NOS CURSOS DA ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (unidade)	1

AÇÃO

5836 - APRIMORAMENTO, FORMAÇÃO CONTINUADA E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO	orçamentária
--	--------------

Programa: 4109 - FOMENTO A ATIVIDADE ESPORTIVA E DE LAZER**Finalístico**

Órgão: 41000 - SECRETARIA DE ESPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE EFETIVIDADE DE PROJETOS DA LPIE APROVADOS PELA COMISSÃO DE ANÁLISE E APROVAÇÃO DE PROJETOS – CAAP (%)	35
ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM TODOS OS EVENTOS DA COORDENADORIA DE ESPORTE (%)	100
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS PARA O PÚBLICO ACIMA DE 60 ANOS (%)	70
PORCENTAGEM DO NUMERO DE UNIDADES DE ENSINO PARTICIPANTES DOS JOGOS ESCOLARES DO ESTADO DE SÃO PAULO (JEESP) (%)	12,5

PRODUTO: INCENTIVO PAULISTA AO ESPORTE - LEI PAULISTA DE INCENTIVO AO ESPORTE**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROJETOS APROVADOS (unidade)	758
PROJETOS EFETIVADOS (unidade)	270
AÇÃO	
8244 - INCENTIVO PAULISTA AO ESPORTE – LEI Nº 13.918/2009	não orçamentária

PRODUTO: APOIO E ORGANIZAÇÃO DE ESPORTES ELETRONICOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS ATENDIDOS (unidade)	32
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES (unidade)	2.420
AÇÃO	
8317 - AÇÃO – E-ESPORTE	não orçamentária

PRODUTO: REALIZAÇÃO E APOIO DE EVENTOS DE CARÁTER COMPETITIVO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATLETAS PARTICIPANTES NOS DEMAIS EVENTOS COMPETITIVOS ESTABELECIDOS NO CALENDÁRIO OFICIAL DA COORDENADORIA DE ESPORTES (unidade)	180.000
QUANTIDADE DE ATLETAS PARTICIPANTES NOS EVENTOS COMPETITIVOS EM ÂMBITO ESCOLAR (unidade)	345.000
AÇÃO	
5131 - REALIZAÇÃO E APOIO AOS EVENTOS DE CARÁTER COMPETITIVO	orçamentária

PRODUTO: INICIAÇÃO E TREINAMENTO ESPORTIVO EM DIVERSAS MODALIDADES**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CENTRO DE INICIAÇÃO - ESPORTE SOCIAL (unidade)	75
CENTRO DE TREINAMENTO (unidade)	75
AÇÃO	
5116 - CENTRO DE INICIAÇÃO E TREINAMENTO ESPORTIVO	orçamentária

PRODUTO: PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS EM EVENTOS DE LAZER**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CARTÃO VIDATIVA (unidade)	3.472
EVENTOS DE EXTRA-CALENDÁRIO APOIADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTES (unidade)	5
AÇÃO	
5124 - PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS EM EVENTOS DE LAZER	orçamentária

Programa: 4109 - FOMENTO A ATIVIDADE ESPORTIVA E DE LAZER**Finalístico****PRODUTO: CONCESSÃO DE BOLSAS TALENTO ESPORTIVO****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
ATLETAS BENEFICIADOS COM CONCESSÃO DA BOLSA TALENTO ESPORTIVO (unidade)	400
PERCENTUAL DE EFICÁCIA NA CONCESSÃO DO BOLSA TALENTO ESPORTIVO (%)	100

AÇÃO	
6028 - ATLETAS BENEFICIADOS COM BOLSA TALENTO ESPORTIVO	orçamentária

Programa: 4110 - FORTALECIMENTO DA TEMÁTICA DA JUVENTUDE**Finalístico**

Órgão: 29000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE FORTALECIMENTO DAS TEMÁTICAS DA JUVENTUDE (%)	23

PRODUTO: APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DO PÚBLICO DE 15 A 29 ANOS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
JOVENS EMPREENDEDORES QUE RECEBERAM CERTIFICADOS (unidade)	1.100
JOVENS INSCRITOS PARA PARTICIPAR EM AÇÕES VOLUNTARIAS (unidade)	5.500

AÇÃO

5868 - APOIO A EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO E ENGAJAMENTO DO PÚBLICO DE 15 A 29 ANOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: ENCONTROS PRESENCIAIS PARA DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
CONSELHOS MUNICIPAIS CRIADOS (unidade)	8
NÚMERO DE ENCONTROS PRESENCIAIS PARA A DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE (unidade)	2

AÇÃO

6368 - ENCONTROS PARA DISCUSSÃO DE POLITICAS PARA JUVENTUDE	orçamentária
---	--------------

Programa: 4111 - INCENTIVO A INFRAESTRUTURA ESPORTIVA**Finalístico**

Órgão: 41000 - SECRETARIA DE ESPORTES

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PORCENTAGEM DE COBERTURA MUNICÍPIOS BENEFICIADOS COM AS AÇÕES DO PROGRAMA (%)	50
PRODUTO: REFORMAS E OBRAS REALIZADAS NOS EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS PRÓPRIOS DA SECRETARIA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS FIRMADOS (unidade)	8
REFORMA E OBRAS REALIZADAS (unidade)	7
AÇÃO	
6321 - REFORMAS E/OU OBRAS REALIZADAS PELA SECRETARIA	orçamentária
PRODUTO: APOIO AOS MUNICÍPIOS NA REALIZAÇÃO DE OBRAS OU REFORMAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS (unidade)	126
NUMERO DE OBRAS DESCRITAS NOS CONTRATOS (unidade)	129
AÇÃO	
1040 - APOIO AOS MUNICÍPIOS PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS EM EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS	orçamentária
PRODUTO: KITS DE ACADEMIA AO AR LIVRE DISTRIBUÍDOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
KITS DE ACADEMIA AO AR LIVRE (unidade)	91
MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS COM OS KITS DE ACADEMIA AO AR LIVRE (%)	25
AÇÃO	
4072 - DISTRIBUIÇÃO DE KITS DE ACADEMIA AO AR LIVRE	orçamentária
PRODUTO: MATERIAIS ESPORTIVOS DISTRIBUÍDOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MUNICÍPIOS CONTEMPLADOS (%)	31
NUMERO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DISTRIBUIDOS (unidade)	18.816
AÇÃO	
6322 - DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS	orçamentária

Programa: 4200 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA ÀS PESSOAS NECESSITADAS**Finalístico**

Órgão: 42000 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS (unidade)	2.674.000
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS DIRETOS, INTEGRAIS E MULTIDISCIPLINARES (%)	73,9
PRODUTO: SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E ORIENTAÇÃO REMOTA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ACESSOS AOS SISTEMAS REMOTOS E AUTOMATIZADOS DE INFORMAÇÃO (unidade)	673.000
NÚMERO DE ACESSOS ENCERRADOS SEM ATENDIMENTO HUMANO (unidade)	53.000
AÇÃO	
6288 - PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E ORIENTAÇÕES REMOTAS	orçamentária
PRODUTO: ATENDIMENTO DIRETO, INTEGRAL E MULTIDISCIPLINAR DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE POSTOS DE ATENDIMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA (unidade)	148
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS DIRETOS, INTEGRAIS E MULTIDISCIPLINARES REALIZADOS (unidade)	1.977.000
AÇÃO	
5798 - GESTÃO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária
PRODUTO: ATIVIDADES VOLTADAS À PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATIVIDADES VOLTADAS À PARTICIPAÇÃO SOCIAL (unidade)	80
NÚMERO DE PARTICIPANTES NAS ATIVIDADES DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL (unidade)	1.650
AÇÃO	
6309 - REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS, AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E SESSÕES DO CONSELHO SUPERIOR	orçamentária
PRODUTO: ATENDIMENTO SUPLEMENTAR DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS EXCLUSIVAMENTE POR MEIO DO ATENDIMENTO SUPLEMENTAR (unidade)	510
NÚMERO TOTAL DE ATENDIMENTOS INDIRETOS REALIZADOS (unidade)	697.000
AÇÃO	
5796 - PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA SUPLEMENTAR	orçamentária
PRODUTO: DIVULGAÇÃO DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DA DEFENSORIA PÚBLICA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ACESSOS AOS MEIOS DIGITAIS DE COMUNICAÇÃO E DE MATERIAIS INFORMATIVOS DISTRIBUÍDOS (unidade)	5.065.000
NÚMERO DE MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO PRODUZIDOS PELA DEFENSORIA PÚBLICA (unidade)	800
AÇÃO	
5795 - AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	orçamentária
PRODUTO: EDUCAÇÃO EM DIREITOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS (unidade)	92
NÚMERO DE PARTICIPANTES DOS EVENTOS DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS (unidade)	3.531
AÇÃO	
6023 - PROMOÇÃO E DIFUSÃO DO CONHECIMENTO JURÍDICO À POPULAÇÃO	orçamentária

Programa: 4200 - ASSISTÊNCIA JURÍDICA, INTEGRAL E GRATUITA ÀS PESSOAS NECESSITADAS**Finalístico****PRODUTO: APERFEIÇOAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS****Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE EVENTOS DE CAPACITAÇÃO PROMOVIDOS OU CONTRATADOS PELA ESCOLA DA DEFENSORIA PÚBLICA (unidade)	100
NÚMERO DE EXECUÇÕES DOS PROGRAMAS DE CAPACITAÇÃO VIA REEMBOLSO (unidade)	1.036

AÇÃO

5797 - CAPACITAÇÃO DE DEFENSORES, SERVIDORES E ESTAGIÁRIOS	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: MODERNIZAÇÃO DOS RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DENTRO DO PRAZO DE GARANTIA (%)	59
UNIDADES DA DEFENSORIA COM INTEGRAL IMPLANTAÇÃO DE FERRAMENTAS DIGITAIS DE ATENDIMENTO (unidade)	74

AÇÃO

5799 - GESTÃO E MODERNIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA DEFENSORIA	orçamentária
---	--------------

Programa: 4700 - SÃO PAULO + INCLUSÃO**Finalístico**

Órgão: 47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS COM OS QUAIS A SECRETARIA DESENVOLVE PARCERIAS VISANDO A PROMOÇÃO DA INCLUSÃO E O	40
PRODUTO: BOLSA ATLETA: TIME SÃO PAULO PARAOLÍMPICO(TIME SP PARAOLÍMPICO)	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MEDALHAS OBTIDAS NAS COMPETIÇÕES PELOS ATLETAS DO TIME SP (unidade)	30
PERCENTUAL DE ATLETAS DO TIME SP MEDALHISTAS (OURO, PRATA E BRONZE) EM TODAS AS COMPETIÇÕES (%)	90
AÇÃO	
6252 - FOMENTO DE ATIVIDADES PARADESPORTIVAS DE ALTO RENDIMENTO	orçamentária
PRODUTO: GESTÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO - CTPB	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATLETAS "ESTUDADOS E"ANALISADOS" NOS LABORATÓRIOS DO CENTRO PARA ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO DO ATLETA (unidade)	30
NÚMERO DE ATLETAS PARTICIPANTES DOS TREINAMENTOS (unidade)	7.600
AÇÃO	
6253 - GESTÃO DO CENTRO DE TREINAMENTO PARAOLÍMPICO BRASILEIRO	orçamentária
PRODUTO: PROMOÇÃO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SEUS FAMILIARES	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS REALIZADOS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E FAMILIARES (unidade)	15.000
AÇÃO	
6249 - PROMOÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	orçamentária
PRODUTO: MUSEU MEMORIAL DA INCLUSÃO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VISITANTES ÀS EXPOSIÇÕES (unidade)	14.000
AÇÃO	
6352 - DIVULGAÇÃO DO ACERVO HISTÓRICO E CULTURAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	orçamentária
PRODUTO: PARCERIAS QUE PROMOAM + INCLUSÃO E QUALIDADE DE VIDA ÀS PESSOA COM DEFICIÊNCIA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE MUNICÍPIOS ATENDIDOS COM EQUIPAMENTOS ADAPTADOS E/OU SERVIÇOS DE ACESSIBILIDADE (unidade)	161
NÚMERO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIADAS NO ESTADO (unidade)	25.000
AÇÃO	
5963 - FORMULAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS PARA A PESSOA COM DEFICIÊNCIA	orçamentária

Programa: 5001 - APRIMORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO DO TURISMO PAULISTA**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 50000 - SECRETARIA DE TURISMO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO (MUNICÍPIOS / USUÁRIOS) (%)	85

PRODUTO: PLANEJAMENTO DO TURISMO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PLANOS REALIZADOS/ADQUIRIDOS PELO SETOR DE GESTÃO ESTRATÉGICA (unidade)	5
RELATÓRIOS DE PESQUISA DE MERCADO E PLANO REALIZADOS (unidade)	5

AÇÃO

6311 - PLANEJAMENTO DO TURISMO	orçamentária
--------------------------------	--------------

PRODUTO: APRIMORAMENTO DA GESTÃO INTERNA DO TURISMO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
Nº DE CURSOS REALIZADOS (unidade)	12
Nº FUNCIONÁRIOS CAPACITADOS (%)	80

AÇÃO

6248 - APRIMORAMENTO DA GESTÃO INTERNA DO TURISMO	orçamentária
---	--------------

Programa: 5002 - ESTRUTURAÇÃO E PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**Finalístico**

Órgão: 50000 - SECRETARIA DE TURISMO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE VARIAÇÃO DA FREQUÊNCIA DE VÔOS NO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	18
PERCENTUAL DE VARIAÇÃO DOS DESEMBARQUES INTERNACIONAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	28

PRODUTO: DESENVOLVIMENTO DOS DESTINOS TURÍSTICOS PAULISTAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PESSOAS QUALIFICADAS (unidade)	30.000
PROJETOS PROSPECTADOS E APOIADOS (unidade)	5

AÇÃO

6316 - DESENVOLVIMENTO DOS DESTINOS PAULISTA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: PROMOÇÃO DO TURISMO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
AÇÕES DE PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS DESTINOS TURÍSTICOS PAULISTA (unidade)	10
SEGUIDORES REDES SOCIAIS (unidade)	1.100.000

AÇÃO

6059 - PROMOÇÃO DO TURISMO	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: APOIO A ESTÂNCIAS E MIT'S**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
TAXA DE MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO (MIT) CONVENIADOS (%)	100
TAXA DE MUNICÍPIOS-ESTÂNCIA CONVENIADOS (%)	100

AÇÃO

4102 - APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS - ESTÂNCIAS	orçamentária
6195 - APOIO AOS MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICOS-MIT	orçamentária
6220 - GERENCIAMENTO DE PROJETOS DOS MUNICÍPIOS-ESTÂNCIAS E DE INTERESSE TURÍSTICO	orçamentária

Programa: 5100 - PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E GESTÃO EFICIENTE DO GOVERNO**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
REDUÇÃO PERCENTUAL DO GASTO COM LOCAÇÃO DE IMÓVEIS (%)	2

PRODUTO: AÇÕES ESTRATÉGICAS DO GOVERNO ACOMPANHADAS**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE PROJETOS "EM ANDAMENTO" E "ATRASADOS" ATUALIZADOS PERIODICAMENTE NO SISTEMA DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA DE GOVERNO. (%)	100

AÇÃO

8308 - GESTÃO ESTRATÉGICA DE GOVERNO	não orçamentária
--------------------------------------	------------------

PRODUTO: GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO GOVERNO DE SÃO PAULO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROCESSOS ANALISADOS (unidade)	900

AÇÃO

5533 - ADMINISTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	orçamentária
--	--------------

Programa: 5101 - DEFESA CIVIL PROTEGE VOCÊ!**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE ÓBITOS EM DECORRÊNCIA DE DESASTRES NO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	82
PRODUTO: COMUNICAÇÃO DE RISCO	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSTRUMENTOS DE COMUNICAÇÃO DE RISCO (unidade)	6
NÚMERO DE PESSOAS COM ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE RISCO DE DESASTRE (unidade)	2.420.000
AÇÃO	
6319 - PERCEBENDO O RISCO.	orçamentária
PRODUTO: CAPACITAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS, COMUNIDADES E VOLUNTÁRIOS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSTRUMENTOS DE CAPACITAÇÃO DISPONIBILIZADOS (unidade)	23
NÚMERO DE PESSOAS CAPACITADAS (unidade)	3.300
AÇÃO	
5348 - PREPARAÇÃO PARA O DESASTRE.	orçamentária
PRODUTO: ASSISTÊNCIA ÀS VÍTIMAS DE DESASTRES	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ITENS DE AJUDA HUMANITÁRIA (unidade)	64.016
NÚMERO DE PESSOAS ASSISTIDAS EM RAZÃO DE DESASTRES (unidade)	6.232
AÇÃO	
4418 - ASSISTÊNCIA HUMANITÁRIA.	orçamentária
PRODUTO: APOIO AOS MUNICÍPIOS NA GESTÃO DE DEFESA CIVIL	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE INSTRUMENTOS DE APOIO (unidade)	38
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELOS INSTRUMENTOS DE APOIO (unidade)	1.247.793
AÇÃO	
1152 - SUPORTE À GESTÃO DE DEFESA CIVIL.	orçamentária

Programa: 5102 - REDE SOCIAL DE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO TOTAL DE PESSOAS BENEFICIADAS PELO PROGRAMA " REDE SOCIAL DE CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE" (unidade)	318.725
PRODUTO: PRAÇA DA CIDADANIA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS POR CADA PRAÇA DA CIDADANIA INSTALADA (unidade)	90.000
NÚMERO TOTAL DE PRAÇAS DA CIDADANIA IMPLANTADAS (unidade)	3
AÇÃO	
2592 - IMPLANTAÇÃO DAS PRAÇAS DA CIDADANIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	orçamentária
PRODUTO: REALIZAÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS PELA REALIZAÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES SOCIAIS E SUSTENTÁVEIS DO FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSSP (unidade)	60.000
NÚMERO DE PROJETOS SOCIAIS REALIZADOS (unidade)	4
AÇÃO	
2313 - REDE DE AÇÃO SOCIAL	orçamentária
PRODUTO: DOAÇÕES DE BENS SERVÍVEIS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ENTIDADES ATENDIDAS PELAS DOAÇÕES DE BENS SERVÍVEIS (unidade)	2.000
NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS COM AS DOAÇÕES DE BENS SERVÍVEIS (unidade)	150.000
AÇÃO	
4328 - DISTRIBUIÇÃO DE BENS SERVÍVEIS A ENTIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS	orçamentária
PRODUTO: "ESCOLAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL" DO FUNDO SOCIAL DE SÃO PAULO - FUSSP	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VAGAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL OFERTADAS (unidade)	26.750
PERCENTUAL DE PESSOAS QUE CONCLUEM OS CURSOS DAS ESCOLHAS DE QUALIFICAÇÃO (%)	74
AÇÃO	
5331 - CAPACITAÇÃO PARA ATIVIDADES GERADORAS DE RENDA	orçamentária
PRODUTO: OBSERVATÓRIO SOCIAL DO FUSSP	
Melhoria de Gestão	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE RELATÓRIOS E PUBLICAÇÕES PRODUZIDAS (unidade)	34
AÇÃO	
2591 - CRIAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DO FUSSP	orçamentária

Programa: 5103 - CONTROLE E TRANSPARÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA

	META 2021
ÍNDICE DE DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO APURADAS/RESPONDIDAS (%)	100
ÍNDICE DE PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS (%)	40

PRODUTO: TRANSPARÊNCIA ATIVA**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO**

	META 2021
NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. (unidade)	17.200.000

AÇÃO

8312 - PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E PORTAL DO GOVERNO ABERTO SP	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: COORDENAÇÃO DA REDE PAULISTA DE OUVIDORIAS**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO**

	META 2021
NÚMERO DE MANIFESTAÇÕES REGISTRADAS PELA REDE PAULISTA DE OUVIDORIAS (unidade)	1.050.000

AÇÃO

8311 - DESENVOLVIMENTO DE INSTRUMENTOS DE APERFEIÇOAMENTO DA REDE PAULISTA DE OUVIDORIA	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: CORREIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS**Finalístico****INDICADOR DE PRODUTO**

	META 2021
NÚMERO DE PROCEDIMENTOS CONCLUÍDOS (unidade)	852

AÇÃO

6372 - CORREIÇÃO DE PROCEDIMENTOS	orçamentária
-----------------------------------	--------------

Programa: 5104 - ARQUIVO DO ESTADO - PRESERVAÇÃO E GESTÃO DOCUMENTAL**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
METRAGEM DE DOCUMENTOS AVALIADOS E DESTINADOS À ELIMINAÇÃO (unidade)	66.750
METRAGEM DO ACERVO CUSTODIADO NO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - APESP (m)	40.843,07
PERCENTUAL DE ATENDIMENTO AOS PEDIDOS DE ACESSO À INFORMAÇÃO - LAI (%)	92,5
QUANTIDADE DE ITENS DOCUMENTAIS MODELADOS PARA PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS (unidade)	584

PRODUTO: TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO APLICADAS À GESTÃO DOCUMENTAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE REQUISITOS DESENVOLVIDOS PARA SISTEMA DE PRODUÇÃO E GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS - PROGRAMA SP SEM PAPEL (unidade)	50
PERCENTUAL DE DOCUMENTOS COMPOSTOS COM FLUXO NORMALIZADO (%)	50

AÇÃO

6310 - POLÍTICA DE ARQUIVOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: DIFUSÃO DO ACERVO, DA INSTITUIÇÃO E DOS CONHECIMENTOS ACUMULADOS PELO APESP**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PORCENTAGEM DE INTERCÂMBIO TÉCNICO COM PREFEITURAS E CÂMARAS MUNICIPAIS (%)	77,5
PÚBLICO ATINGIDO PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO - APESP (unidade)	310.000

AÇÃO

8297 - FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DO APESP	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: COORDENAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DOCUMENTAL, PRESERVAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE ATENDIMENTOS AOS ÓRGÃOS DO SISTEMA DE ARQUIVOS DO ESTADO DE SÃO PAULO E ÀS ADMINISTRAÇÕES MUNICIPAIS (unidade)	4.300
PERCENTUAL DE ÓRGÃOS E ENTIDADES COM PLANO DE CLASSIFICAÇÃO E TABELA DE TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS DAS ATIVIDADES-FIM (%)	75

AÇÃO

5724 - GESTÃO DOCUMENTAL E ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: ACERVO CUSTODIADO, TRATADO, PRESERVADO E DISPONIBILIZADO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OPERAÇÕES TÉCNICAS REALIZADAS NOS DOCUMENTOS DO ACERVO CUSTODIADO (unidade)	6.104.197
PORCENTAGEM DO ACERVO PERMANENTE DESCRITO (%)	92,39

AÇÃO

5725 - TRATAMENTO, PRESERVAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DO ACERVO CUSTODIADO	orçamentária
--	--------------

Programa: 5113 - DESENVOLVIMENTO E EXCELÊNCIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE DELEGADOS

Finalístico

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
PERCENTUAL DE EMPRESAS FISCALIZADAS (%)	100

PRODUTO: SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO - OUVIDORIA

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE RESPOSTAS NO PRAZO ÀS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA RELATIVAS AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS (%)	70
PERCENTUAL DE RESPOSTAS NO PRAZO ÀS MANIFESTAÇÕES RECEBIDAS PELA OUVIDORIA RELATIVAS ÀS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS (%)	80

AÇÃO

8266 - SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO não orçamentária

PRODUTO: CONCESSÕES DE AEROPORTOS REGULADAS E FISCALIZADAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS DE CONCESSÕES DE AEROPORTOS GERIDOS (unidade)	1
PORCENTUAL DOS AEROPORTOS DE SÃO PAULO SOB GESTÃO DO DAESP CONCEDIDOS (%)	20

AÇÃO

6264 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES DE AEROPORTOS orçamentária

PRODUTO: CONCESSÕES DE NOVOS MODAIS DE TRANSPORTE

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS DE CONCESSÕES (unidade)	
PORCENTUAL DE NOVOS MODAIS DE TRANSPORTE CONCEDIDOS (%)	

AÇÃO

6314 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS NOVOS MODAIS DE TRANSPORTE. orçamentária

PRODUTO: SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS REGULADOS E FISCALIZADOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE VEÍCULOS FISCALIZADOS NOS TERMINAIS RODOVIÁRIOS E NAS RODOVIAS. (unidade)	188.400
PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS PAULISTAS ATENDIDOS PELO SERVIÇO DE TRANSPORTE REGULAR NO REGIME DE CONCESSÃO (%)	90

AÇÃO

4912 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTES COLETIVOS DE PASSAGEIROS orçamentária

PRODUTO: CONCESSÕES RODOVIÁRIAS REGULADAS E FISCALIZADAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS DE CONCESSÃO DE RODOVIAS GERIDOS (unidade)	23
PERCENTUAL DA EXTENSÃO DE RODOVIAS SOB GESTÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO CONCEDIDAS À INICIATIVA PRIVADA (%)	44,66

AÇÃO

4913 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS CONCESSÕES RODOVIÁRIAS orçamentária

Programa: 5114 - EVOLUÇÃO REGULATÓRIA EM ENERGIA ELÉTRICA, GÁS CANALIZADO E SANEAMENTO BÁSICO

Finalístico

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR DEC (DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA) GLOBAL DO ESTADO	7,21
ACOMPANHAMENTO DO INDICADOR FEC (FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO POR UNIDADE CONSUMIDORA) GLOBAL DO	5,63
ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE RECLAMAÇÕES DE GÁS CANALIZADO A CADA 10 MIL USUÁRIOS (unidade)	6,5
ÍNDICE MÉDIO ANUAL DE RECLAMAÇÕES DE SANEAMENTO BÁSICO A CADA 10 MIL ECONOMIAS DE ÁGUA (unidade)	4

PRODUTO: FISCALIZAÇÕES DE ENERGIA ELÉTRICA REALIZADAS NO ÂMBITO DO CONVÊNIO COM A ANEEL

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES, RELATÓRIOS E TRABALHOS TÉCNICOS REALIZADOS, CONFORME CONTRATOS DE METAS CELEBRADOS ANUALMENTE COM A ANEEL (unidade)	210
PERCENTUAL DE QUALIDADE DOS PRODUTOS ENTREGUES À ANEEL PELA SUPERINTENDÊNCIA DE ASSUNTOS ENERGÉTICOS (%)	90

AÇÃO

5755 - FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE FISCALIZAÇÕES E AÇÕES REGULATÓRIAS DO SANEAMENTO BÁSICO (unidade)	555
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE SANEAMENTO PUBLICADA E CONSOLIDADA A PARTIR DE CONSULTA PÚBLICA (%)	90

AÇÃO

5794 - REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOCUMENTOS GERADOS, A PARTIR DAS AÇÕES DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE GÁS CANALIZADO (unidade)	757
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA ARSESP, NO QUE TANGE ÀS AÇÕES PREVISTA PARA DIRETORIA DE GÁS CANALIZADO (%)	100

AÇÃO

5872 - REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIB. DE GÁS CANALIZADO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: CUMPRIMENTO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS E RELACIONAMENTO COM USUÁRIOS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS PUBLICADA E CONSOLIDADA A PARTIR DE CONSULTA PÚBLICA (%)	90
PERCENTUAL DE RECLAMAÇÕES ENCERRADAS NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DA AGENCIA REGULADORA DE SANEAMENTO E ENERGIA - ARSESP (%)	91

AÇÃO

8267 - CUMPRIMENTO DE AÇÕES INSTITUCIONAIS E RELACIONAMENTO COM USUÁRIOS	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRAS

Finalístico

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE QUALIDADE DOS MATERIAIS DESENVOLVIDOS PARA A AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA E MERCADOS (DREFM) (%)	100
PRAZO DE ENTREGA DOS ITENS DA AGENDA REGULATÓRIA DA DIRETORIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA E MERCADOS (DREFM) (%)	100

AÇÃO

6268 - CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES DE REGULAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E MERCADOS	orçamentária
--	--------------

Programa: 5115 - DESENVOLVIMENTO DE PARCERIA COM A INICIATIVA PRIVADA**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
NÚMERO DE PARCERIAS EM EXECUÇÃO (unidade)	585

PRODUTO: PORTAL DE PARCERIAS COM O 3º SETOR DISPONIBILIZADO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NOTA DE AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DO USUÁRIO (nota)	3,5
NÚMERO DE ACESSOS AO PORTAL DE PARCERIAS COM O 3º SETOR (unidade)	65.000

AÇÃO

6318 - DISPONIBILIZAÇÃO DO PORTAL DE PARCERIAS COM O TERCEIRO SETOR	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: ESTUDOS TÉCNICOS DE MODELAGEM DE PPP, DE CONCESSÃO E DE PARCERIAS**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOCUMENTOS TÉCNICOS QUE COMPÕEM AS MODELAGENS DOS PROJETOS DE PPP E DE CONCESSÕES (unidade)	7
PERCENTUAL DE CONSOLIDAÇÃO DAS MODELAGENS DOS PROJETOS PRIORITÁRIOS DE CONCESSÃO E DE PARCERIA PÚBLICO PRIVADA - PPP (%)	75

AÇÃO

5637 - APOIO TÉCNICO E INSTITUCIONAL ÀS PPPS, ÀS CONCESSÕES E A OUTRAS PARCERIAS	orçamentária
--	--------------

Programa: 5118 - RESPEITO À VIDA**Finalístico**

Órgão:	08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
	16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
	18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
	51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
TAXA DE MORTALIDADE DECORRENTE DE ACIDENTES DE TRÂNSITO NAS VIAS FEDERAIS E ESTADUAIS (RODOVIAS) NO TERRITÓRIO	4,1
TAXA DE MORTALIDADE EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	9,6

PRODUTO: DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE ÓBITOS DECORRENTES DE ACIDENTES DE TRÂNSITO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE ÓBITOS CAUSADOS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO (unidade)	12

AÇÃO

6373 - ORGANIZAÇÃO E DISSEMINAÇÃO INF. REF. ÓBITOS CAUSADOS POR ACIDENTES DE TRÂNSITO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: PARCERIAS COM MUNICÍPIOS PARA AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM MUNICÍPIOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA (unidade)	50
PERCENTUAL DE CONVÊNIOS FIRMADOS ENTRE O DETRAN-SP E MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (%)	13,2

AÇÃO

6270 - APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS PARA AÇÕES DE SEGURANÇA VIÁRIA.	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: DESENVOLVIMENTO DE PLANOS DE INVEST. DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA PISR**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO ANUAL DE ÓBITOS EM ACIDENTES DE TRÂNSITO NAS RODOVIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	1.906
PORCENTAGEM DE KM DE RODOVIAS COM PLANO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA FINALIZADO (%)	100

AÇÃO

2567 - PLANOS DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA RODOVIÁRIA (PISR)	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO FORMADOS NA TEMÁTICA "EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO" (unidade)	60.000

AÇÃO

6292 - IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES PARA A EDUCAÇÃO NO TRÂNSITO	orçamentária
---	--------------

PRODUTO: DIREÇÃO SEGURA FISCALIZADA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO DIREÇÃO SEGURA REALIZADAS NO ESTADO DE SÃO PAULO (unidade)	330

AÇÃO

8323 - OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA	não orçamentária
--------------------------------	------------------

Programa: 5119 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA GESTÃO GOVERNAMENTAL**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE IMESP (%)	73,5
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO ACESSA SP (%)	97
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO DO POUPEMPO (%)	98
MÉDIA DE SATISFAÇÃO DO CLIENTE CORPORATIVO PRODESP (unidade)	7,4

PRODUTO: POUPEMPO - SERVIÇOS PÚBLICOS DIGITAIS E PRESENCIAIS MAIS PRÓXIMOS AO CIDADÃO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ATENDIMENTOS ELETRÔNICOS SOBRE O TOTAL DOS RESPECTIVOS ATENDIMENTOS (%)	20
PERCENTUAL DE POSTOS COM SATISFAÇÃO ACIMA DE 95% (%)	93

AÇÃO

5372 - GESTÃO E EVOLUÇÃO DO POUPEMPO	orçamentária
--------------------------------------	--------------

PRODUTO: ACESSA SP - INCLUSÃO DIGITAL DE CIDADÃOS DE BAIXA RENDA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE USUÁRIOS DO ACESSA SP (unidade)	3.740.000
PESSOAS BENEFICIADAS COM ACESSO À INTERNET (unidade)	280.841

AÇÃO

5636 - GESTÃO DO ACESSA SP	orçamentária
----------------------------	--------------

PRODUTO: SOLUÇÕES TECN. PARA DIGITALIZAÇÃO CERTIFICADA E REMODELAGEM DO DIÁRIO OFICIAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
MÉDIA DE PESQUISAS DIÁRIAS NO SITE DO DIÁRIO OFICIAL (unidade)	721.500
QUANTIDADE DE PÁGINAS DIGITALIZADAS (unidade)	68.808.000

AÇÃO

8315 - REMODELAGEM DO DIÁRIO OFICIAL	não orçamentária
--------------------------------------	------------------

PRODUTO: SERVIÇOS EDITORIAIS E GRÁFICOS PARA DISSEMINAÇÃO DE CONHECIMENTO E CULTURA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
QUANTIDADE DE OBRAS EDITADAS / COEDITADAS (unidade)	30

AÇÃO

8314 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDITORIAIS E GRÁFICOS	não orçamentária
--	------------------

PRODUTO: AÇÕES PRIORITÁRIAS PARA O ATENDIMENTO DA DEMANDA DE TIC**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
APURAÇÃO DO PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DAS METAS CORPORATIVAS (%)	80

AÇÃO

8313 - ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS METAS CORPORATIVAS	não orçamentária
---	------------------

PRODUTO: SEM PAPEL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE ADESÃO AO SEM PAPEL (%)	

AÇÃO

2590 - DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "SEM PAPEL"	orçamentária
---	--------------

Programa: 5119 - TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NA GESTÃO GOVERNAMENTAL**Finalístico****PRODUTO: INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA VOLTADA AOS PROJETOS E INICIATIVAS DE TIC DO ESTADO****Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTOS (%)	100

AÇÃO

2178 - ATUALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA DE TIC	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: TECNOLOGIAS E SISTEMAS INOVADORES PARA GOVERNO E CIDADÃO**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE NORMAS ESTRATÉGICAS DE TIC ESTABELECIDAS (unidade)	5
SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS DISPONIBILIZADAS (unidade)	2

AÇÃO

6223 - MELHORIA DA GESTÃO PÚBLICA E DOS SERVIÇOS AO CIDADÃO POR MEIO DA TECNOLOGIA-TIC	orçamentária
--	--------------

Programa: 5120 - INFORMAÇÕES ESPACIAIS, DEMOGRÁFICAS, SOCIOECONÔMICAS E DA AÇÃO GOVERNAMENTAL

Finalístico

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DA BASE CARTOGRÁFICA DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO (%)		37,5
PERCENTUAL DE ATUALIZAÇÃO DOS SISTEMAS GERADOS PELO SEADE (%)		100
PRODUTO: INFORMAÇÕES E ESTUDOS SOBRE PLANEJAMENTO MACROMETROPOLITANO		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE INFRAESTRUTURA DE DADOS ESPACIAIS IMPLANTADOS (unidade)		2
AÇÃO		
6228 - REFORÇO DAS BASES DO PLANEJAMENTO E MONIT. PARA O DESENV. DA MACROMETRÓPOLE		orçamentária
PRODUTO: APOIO À FORMULAÇÃO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE PROGRAMAS E SERVIÇOS PÚBLICOS APOIADOS (unidade)		12
AÇÃO		
6305 - PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E ANÁLISES PARA APOIO AOS PROGRAMAS E SERVIÇOS PÚBLICOS		orçamentária
PRODUTO: SISTEMAS DE INDICADORES GERADOS PELA FUNDAÇÃO SEADE		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE SISTEMAS GERADOS PELA FUNDAÇÃO SEADE (unidade)		52
AÇÃO		
5940 - PRODUÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES		orçamentária
PRODUTO: ESTUDOS E ANÁLISES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADOS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE ESTUDOS E ANÁLISES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS ELABORADOS (unidade)		53
AÇÃO		
6240 - PRODUÇÃO DE ESTUDOS E ANÁLISES		orçamentária
PRODUTO: MAPEAMENTO TOPOGRÁFICO NAS ESCALAS 1:5.000, 1:10.000 E OUTRAS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE MAPAS PRODUZIDOS (unidade)		750
AÇÃO		
5509 - PLANO CARTOGRÁFICO DO ESTADO DE SÃO PAULO		orçamentária
PRODUTO: INFORMAÇÕES TÉCNICAS TERRITORIAIS E DE DRENAGEM		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE INFORMAÇÕES TÉCNICAS PRODUZIDAS (unidade)		1.100
AÇÃO		
6242 - GESTÃO TERRITORIAL		orçamentária
PRODUTO: GESTÃO DE DOCUMENTOS GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS		
Finalístico		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE DOCUMENTOS GEOGRÁFICOS E CARTOGRÁFICOS DISPONIBILIZADOS. (unidade)		4.000
AÇÃO		
5510 - GESTÃO DOCUMENTAL, DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO GEOGRÁFICO E CARTOGRÁFICO		orçamentária

Programa: 5121 - ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
TAXA DE SATISFAÇÃO AOS USUÁRIOS DO IAMSPE (%)	79,6
PRODUTO: ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO IAMSPE NO HSPE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE RECLAMAÇÕES DO HSPE (%)	75,5
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NO HSPE (unidade)	5.400.000
AÇÃO	
4860 - ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRÓPRIA - HSPE	orçamentária
PRODUTO: ASSISTÊNCIA À SAÚDE OFERECIDA AOS BENEFICIÁRIOS DO IAMSPE NA REDE CONTRATADA	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE RECLAMAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS DO IAMSPE - DECAM (%)	4,5
QUANTIDADE DE ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS CREDENCIADOS (unidade)	8.800.000
AÇÃO	
6239 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE NA REDE CONTRATADA	orçamentária
PRODUTO: SERVIÇOS DE PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DE DOENÇAS	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PROPORÇÃO DE USUÁRIOS NOS PROGRAMAS DO PREVENIR (%)	70
QUANTIDADE DE PROGRAMAS PARA PREVENÇÃO DE DOENÇAS, PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE SAÚDE (unidade)	5
AÇÃO	
6048 - PROMOÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE DO USUÁRIO DO IAMSPE	orçamentária
PRODUTO: ENSINO E FORMAÇÃO OFERECIDOS À PROFISSIONAL DE SAÚDE E PESQUISA APLICADA À SAÚDE	
Finalístico	
INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
HORAS DE TREINAMENTO POR SERVIDORES IAMSPE (unidade)	8,65
NÚMERO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE EM APRENDIZADO/FORMAÇÃO NO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (unidade)	4.500
AÇÃO	
6044 - DESENVOLVIMENTO DE ENSINO E PESQUISA	orçamentária

Programa: 5122 - UM NOVO DETRAN PARA SÃO PAULO**Finalístico**

Órgão: 51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
ÍNDICE DE SATISFAÇÃO COM O NOVO DETRAN (%)	96,2
ÍNDICE DE UNIDADES MODERNIZADAS (%)	84

PRODUTO: SERVIÇOS DE TRÂNSITO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE DOCUMENTOS DE TRÂNSITO EMITIDOS (unidade)	29.000.000
PERCENTUAL DE DOCUMENTOS EMITIDOS ON-LINE (%)	23

AÇÃO

4990 - SERVIÇOS DE TRÂNSITO	orçamentária
-----------------------------	--------------

PRODUTO: SERVIÇOS DE PÁTIOS E LEILÕES**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE CONTRATOS FIRMADOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS (unidade)	13

AÇÃO

6255 - ADMINISTRAÇÃO DE PÁTIOS E LEILÕES	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: AÇÕES DE EDUCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA O TRANSITO**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NUMERO DE INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO PARA O TRANSITO PROMOVIDAS (unidade)	5.634
QUANTIDADE DE CIDADÃOS IMPACTADOS (unidade)	6.267.000

AÇÃO

4991 - EDUCAÇÃO E FISCALIZAÇÃO PARA O TRÂNSITO	orçamentária
--	--------------

PRODUTO: OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
PERCENTUAL DE CONDUTORES MULTADOS POR DIRIGIREM ALCOOLIZADOS (%)	4,7
QUANTIDADE DE ABORDAGENS DA OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA INTEGRADA (unidade)	98.751

AÇÃO

8309 - FISCALIZAÇÃO DE ALCOOLEMIA - OPERAÇÃO DIREÇÃO SEGURA	não orçamentária
---	------------------

Programa: 5123 - COMUNICAÇÃO SOCIAL**Finalístico**

Órgão:	08000 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
	09000 - SECRETARIA DA SAÚDE
	10000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
	12000 - SECRETARIA DA CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA
	13000 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
	16000 - SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TRANSPORTES
	17000 - SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA
	18000 - SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
	20000 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
	25000 - SECRETARIA DA HABITAÇÃO
	26000 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
	29000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
	35000 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
	37000 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS
	38000 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
	41000 - SECRETARIA DE ESPORTES
	47000 - SEC. DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
	50000 - SECRETARIA DE TURISMO
	51000 - SECRETARIA DE GOVERNO

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA	META 2021
GRAU DE CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO SOBRE A ATUAÇÃO DO GOVERNO (unidade)	1,01

PRODUTO: DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL**Finalístico**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO REALIZADAS (unidade)	300

AÇÃO

5359 - PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	orçamentária
----------------------------------	--------------

PRODUTO: DIVULGAÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA**Melhoria de Gestão**

INDICADOR DE PRODUTO	META 2021
NÚMERO DE AÇÕES DE COMUNICAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA REALIZADAS (unidade)	49

AÇÃO

5576 - PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA	orçamentária
---	--------------

Programa: 5200 - SÃO PAULO INTERNACIONAL**Melhoria de Gestão de Políticas Públicas**

Órgão: 52000 - SECRETARIA ESP. DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

INDICADORES DE RESULTADO DE PROGRAMA		META 2021
NÚMERO DE PARCERIAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL FORMALIZADAS (unidade)		3
PRODUTO: PARCERIAS INTERNACIONAIS ARTICULADAS		
Melhoria de Gestão		
INDICADOR DE PRODUTO		META 2021
NÚMERO DE PARCERIAS E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL FORMALIZADAS (unidade)		3
AÇÃO		
6313 - ARTICULAÇÃO DE PARCERIAS INTERNACIONAIS		orçamentária